



RELATÓRIO DE GESTÃO  
Demonstrações Financeiras  
Governo Societário  
e Sustentabilidade

2014





RELATÓRIO DE GESTÃO  
Demonstrações Financeiras  
Governo Societário  
e Sustentabilidade

**2014**

**PARTE I**  
RELATÓRIO DE GESTÃO

# PARTE I

## RELATÓRIO DE GESTÃO

Todos os relatórios da REFER encontram-se disponíveis em [www.refer.pt](http://www.refer.pt)

**Rede Ferroviária Nacional – REFER, EPE**

Estação de Santa Apolónia

1100-105 Lisboa

[www.refer.pt](http://www.refer.pt)

Capital Social: 1 486 000 000 euros

NIF: 503 933 813

## Índice

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO .....	2
SÍNTESE DE INDICADORES.....	7
A REFER EM 2014.....	9
CONJUNTURA ECONÓMICA.....	21
ATIVIDADE.....	23
RESULTADOS E ESTRUTURA PATRIMONIAL.....	42
O GRUPO.....	54
GESTÃO FINANCEIRA E DÍVIDA .....	58
CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS.....	67
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS .....	94

# MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

## Performance do ano

O ano de 2014 foi marcado pela consolidação do processo de reorganização do Grupo REFER e da estratégia implementada em 2013 sob o desígnio da SUSTENTABILIDADE.

Como instrumento de alinhamento e guião facilitador de uma necessária convergência de esforços, surgiu, em junho de 2013, o Plano do Grupo, para o triénio 2014-16 que definiu 10 grandes objetivos, políticas e estratégias para os alcançar.

A par da realidade “presente”, surge uma nova oportunidade de modernização e de crescimento para o caminho-de-ferro, através do Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (PETI3+), que dá destaque à ferrovia e prevê um volume de investimentos significativo entre 2014 e 2020.

Na atualização do plano (junho 2014) e num quadro de otimização da despesa já muito evoluído e considerando o PETI 3+ que implicará um novo desafio para o equilíbrio das contas da empresa, a necessidade de um modelo de contratualização com o Estado, com responsabilidades e incentivos claramente definidos, foi considerada um dos fatores imprescindíveis para o alcance da sustentabilidade.

No cumprimento da sua missão principal, a REFER, enquanto gestora da infraestrutura ferroviária, continuou a investir na promoção de um caminho-de-ferro com elevados padrões de segurança e num convívio “saudável” com o meio envolvente, assumindo que só dessa forma conseguirá contribuir decisivamente para a melhoria da qualidade de vida dos passageiros e dos cidadãos. A atratividade do serviço de transporte ferroviário é uma das premissas do Grupo.

Ao nível dos resultados é de realçar o EBITDA da REFER, que para além da consequência do esforço de redução de gastos decorre essencialmente do impacto do processo de aquisição da totalidade do capital social da GIL, em dezembro de 2014.

Por sua vez, no exercício da missão de investimentos, a REFER executou 103 milhões de euros, dos quais 63 milhões de euros relativos à transferência dos terminais ferroviários em dezembro de 2014.

No que ao financiamento da atividade diz respeito, há a relevar não só o pagamento da CP ao longo de ano de um montante na ordem dos 205 milhões de euros mas também o aumento do capital estatutário no montante de 1.035 milhões de euros.

Por fim, não pode deixar de se agradecer a todos os colaboradores e *stakeholders*, cujo contributo, nas suas mais distintas e variadas formas e graus de importância, foi o verdadeiro responsável pela concretização das transformações referidas e é o garante da prestação de um serviço público ferroviário, que se pretende ser a opção de cada vez mais cidadãos e uma referência ao nível nacional e europeu.

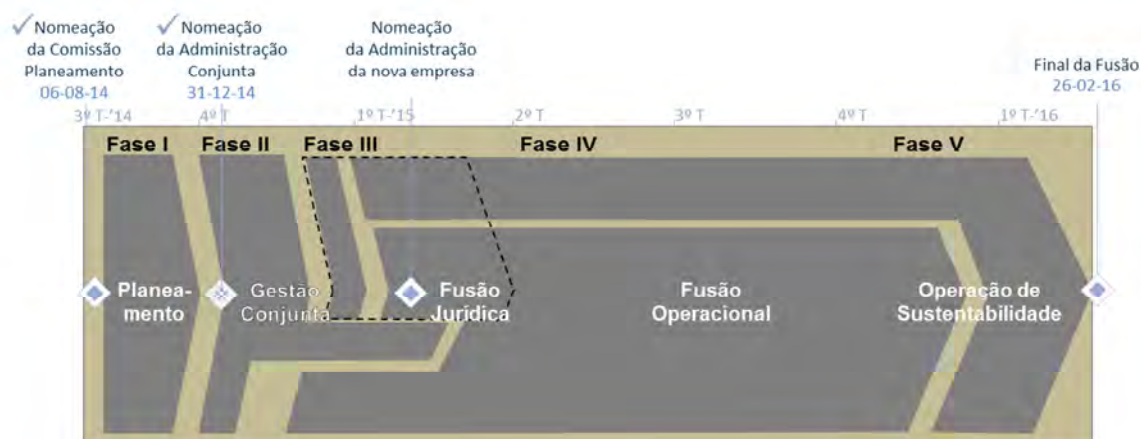
Naturalmente que todo este trabalho só foi possível devido ao esforço de toda a equipa da Refer, com natural destaque para a sua administração que cessou as suas funções no final do exercício.

## Fusão REFER / EP

Para dar seguimento à determinação do Governo prevista no PETI3+, em 6 de agosto de 2014, através do Despacho n.º 10145-A/2014, dos Senhores Secretários de Estado do Tesouro e das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, foi nomeada uma Comissão de Planeamento com o objetivo de assegurar, de forma sustentada, a preparação dos trâmites necessários ao processo de fusão da REFER e da EP, com a seguinte composição:

- (i) Dr. António Manuel Palma Ramalho (Coordenador)
- (ii) Dr. José Serrano Gordo
- (iii) Eng.º José Luís Ribeiro dos Santos
- (iv) Dr. Alberto Manuel de Almeida Diogo
- (v) Eng.ª Vanda Cristina Loureiro Soares Nogueira
- (vi) Dr. José Carlos de Abreu e Couto Osório

No âmbito das suas atribuições, a Comissão de Planeamento identificou cinco fases fundamentais para a concretização, com sucesso, do processo de fusão, designadamente:



**Fase 1 – Planeamento:** fase já concluída, durante a qual foi desenvolvido o planeamento de todo o processo de fusão pela Comissão de Planeamento designada para o efeito;

**Fase 2 – Gestão Conjunta:** iniciou-se com a nomeação da administração conjunta da REFER e EP a 31 de dezembro de 2014 e termina com a Fase 3. Esta fase pretende entregar: i) organização e “assessment” dos quadros das duas empresas, ii) Plano Estratégico, iii) diagnóstico de sistemas de informação, iv) “quick wins” e v) apresentação de um orçamento consolidado para 2015;

**Fase 3 – Fusão Jurídica:** esta fase corresponde à constituição formal da sociedade que resultará da fusão, a Infraestruturas de Portugal, S.A. (doravante designada por “IP, S.A.” ou “IP”), e será concluída com a publicação do Decreto-Lei da fusão, dos estatutos da IP e da portaria que irá determinar o seu capital social;

**Fase 4 – Fusão Operacional:** iniciou-se em simultâneo com a fase 2 e pretende-se terminada em 2015, com a entrega dos seguintes elementos: i) Plano de Negócios da IP a 5 anos totalmente analisado com o acionista e ii) Uma fusão de serviços corporativos e serviços partilhados e uma otimização dos serviços operacionais para obtenção dos benefícios decorrentes da fusão;

**Fase 5 – Sustentabilidade:** iniciar-se-á após a conclusão da fase 3 e visa criar condições para entregar: i) uma significativa redução do deficit estrutural de gestão das infraestruturas, ii) uma redução da dependência do Orçamento Geral do Estado de forma a assegurar a sua progressiva autossustentação financeira e iii) a eventual possibilidade de capturar capital privado para apoio à gestão sustentável das infraestruturas ferroviárias e rodoviárias de Portugal. De notar que para a concretização destes princípios será ainda necessário implementar, entre o Estado e a IP, um contrato de concessão da rede ferroviária e, eventualmente, alterar o

contrato de concessão da rede rodoviária atualmente em vigor, este já celebrado entre o Estado e a EP.

A Comissão cessou as suas funções na data de nomeação do Conselho de Administração conjunto para a EP - Estradas de Portugal, S.A. e para a REFER - Rede Ferroviária Nacional, E.P.E. que ocorreu a 31 de dezembro de 2014.

Neste contexto, e no seguimento do amplo trabalho desenvolvido pela Comissão de Planeamento, as Administrações da REFER e da EP entendem que a fusão que se pretende realizar é plenamente justificada porque permitirá obter um conjunto de objetivos relevantes:

1. Planeamento e investimento integrado
2. Maior eficiência
3. Economias de escala no aprovisionamento
4. Alcançar a sustentabilidade financeira
5. Posicionamento estratégico dos programas energéticos europeus / globais.

Em traços gerais, os referidos objetivos consubstanciam-se nos seguintes termos:

#### **Planeamento e investimentos integrados**

Ambas as empresas têm determinações similares, nomeadamente, a gestão de um conjunto de infraestruturas nos termos da lei. A REFER gere a infraestruturas ferroviária nacional e por outro, a EP gere a infraestruturas rodoviária nacional. A IP irá olhar para esta missão de uma forma integrada, contrariando uma perspectiva de concorrência entre os dois modos. A mobilidade de pessoas e bens no território nacional, que determina os investimentos em ferrovia ou em rodovia, será o principal impulsionador de investimentos futuros. A IP deverá procurar os aspetos complementares dos dois modos privilegiando a mobilidade de pessoas e bens e harmonizando os programas de investimentos.

#### **Maior eficiência**

Sendo as duas empresas autónomas do ponto de vista jurídico, administrativo e financeiro, existe uma sobreposição de áreas funcionais. A junção das melhores práticas de cada empresa deverá produzir um centro corporativo melhorado, com poupanças significativas. Da mesma forma, a presença regional combinada das duas empresas deverá gerar reduções de custos adicionais. Finalmente, o conhecimento acumulado numa só empresa poderá ser útil em situações futuras. Um exemplo é a experiência da EP na gestão de contratos de concessão que poderá ser utilizada em futuras concessões ferroviárias e, no caso da REFER, o “*know-how*” existente na disciplina de gestão de ativos.



### **Economias de escala no aprovisionamento**

Existe igualmente uma sobreposição no que respeita às compras e logística. Muitos contratos têm elementos análogos e uma gestão conjunta poderá resultar em poupanças consideráveis.

### **Alcançar a sustentabilidade financeira**

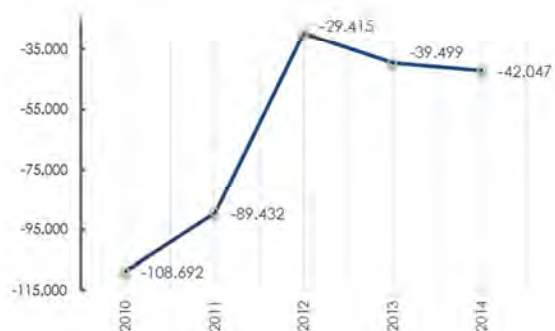
A combinação das diferentes iniciativas aludidas nos parágrafos anteriores com ações críticas, relacionadas, por exemplo, com a remuneração do serviço ferroviário prestado (redefinição das tarifas de utilização da infraestrutura, programa de investimento com o governo, etc.), com a renegociação das atuais parcerias público-privadas (PPP) rodoviárias e a conversão da dívida histórica em capital, deverá permitir a entrada da IP numa rota financeiramente sustentável.

### **Posicionamento estratégico dos programas energéticos europeus / globais**

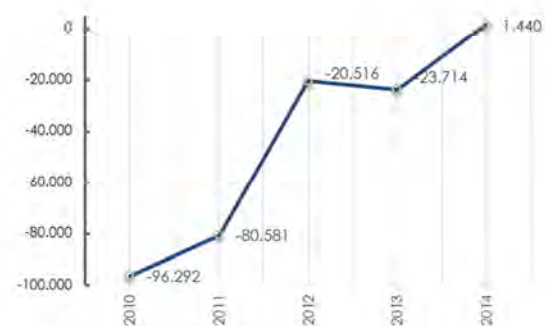
A definição de concessões de longo prazo concedidas pelo Estado à IP para as infraestruturas rodoviárias e também para as ferroviárias deverá permitir à empresa alinhar os seus investimentos com as diretivas da UE. A mobilidade gera desperdício. No momento presente é possível que as políticas energéticas, nomeadamente os seus aspetos ambientais, favoreçam uma tendência de investimento no setor ferroviário. Gerir de uma forma integrada as duas componentes da mobilidade terrestre deverá funcionar como uma cobertura de longo prazo para a aplicação destas políticas.

## SÍNTESE DE INDICADORES

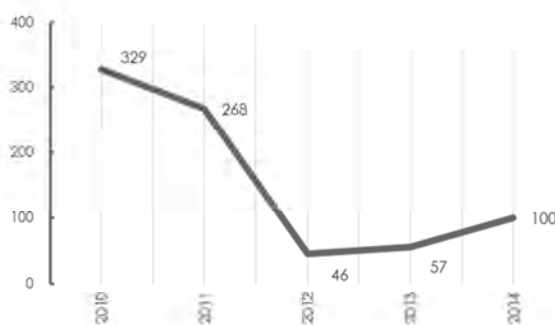
**Resultados Operacionais**  
(milhares de euros)



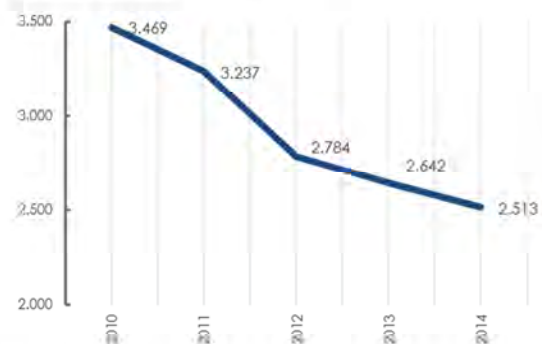
**EBITDA**  
(milhares de euros)



**Investimento em infraestruturas de Longa Duração**  
(milhões de euros)



**Efetivo (médio) a cargo REFER**  
(número de colaboradores)

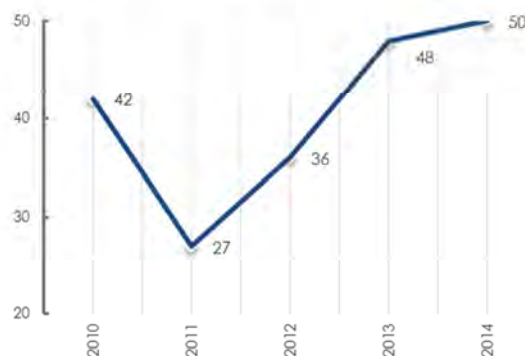


### Tarifa de Utilização e CK Totais

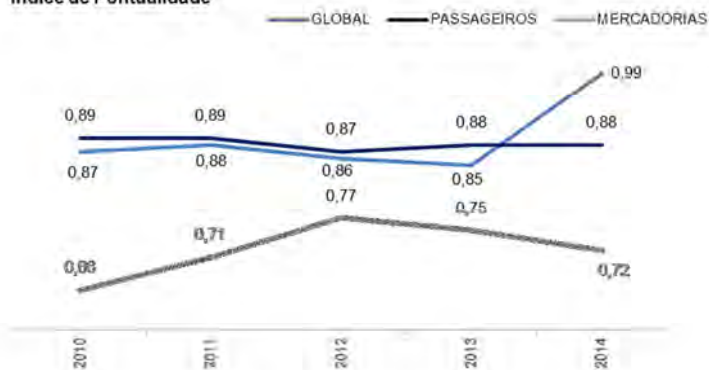
[milhões de euros] [milhões de CK]



### Acidentes Significativos



### Índice de Pontualidade



## A REFER EM 2014

### Janeiro

A União Internacional dos Caminhos-de-Ferro (UIC) elegeu a candidatura portuguesa para a organização do Terceiro Congresso Mundial em Formação Ferroviária, a realizar em 2015

A UIC lançou um desafio a todos os seus membros, para que se candidatassem à organização do Terceiro Congresso Mundial em Formação Ferroviária.

A REFER, através da Academia, decidiu apresentar uma candidatura, tendo convidado a CP, a Fertagus e o Instituto Superior Técnico para uma parceria inédita na apresentação de uma candidatura à organização de um evento desta natureza.

Após a avaliação das candidaturas apresentadas, a UIC elegeu a proposta portuguesa que pela sua qualidade e carácter abrangente, se destacou das candidaturas Checa, Russa e Turca.

Trata-se da primeira vez que a REFER está envolvida na organização de um congresso mundial da UIC.

### "INSERTZ 2014 - International Seminar on Rail Track Substructures and Transition Zones"

Realizou-se, neste mês, no Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), em Lisboa, o "INSERTZ 2014 - International Seminar on Rail Track Substructures and Transition Zones".

Trata-se de uma organização conjunta da Comissão Portuguesa de Geotecnia nos Transportes da Sociedade Portuguesa de Geotecnia (SPG) e do LNEC.

Este seminário contou com a presença dos colaboradores do Grupo REFER e de especialistas nacionais e estrangeiros, os quais apresentaram estudos realizados no âmbito da construção e reabilitação de vias-férreas e de diversos projetos de investigação.

## **Fevereiro**

### **Ministro dos Transportes e Comunicações de Moçambique na REFER**

No âmbito da deslocação oficial a Portugal, a REFER recebeu o Senhor Ministro dos Transportes e Comunicações de Moçambique, Dr. Gabriel Muthisse, num encontro de trabalho que permitiu dar a conhecer as valências e competências detidas e consolidadas no universo REFER.

A comitiva foi acolhida pelo Conselho de Administração da REFER, no Palácio Coimbra, tendo tido ainda a oportunidade de visitar o Centro de Comando Operacional de Lisboa onde, por sua vez, também aproveitaram a ocasião para conversar com os responsáveis da operação ferroviária.

### **Lisbon V-day na Estação do Rossio**

A Estação do Rossio acolheu o evento Lisbon V-day, o qual faz parte da campanha global One Billion Rising for Justice pelo fim de todos os tipos de violência contra mulheres. A REFER associou-se a esta iniciativa que decorreu, em simultâneo, em diversas cidades do mundo.

A ideia do V-day partiu da dramaturga Eve Ensler, motivada pelas estatísticas da ONU: uma em cada três mulheres no mundo é alvo de violência, o que corresponde a mil milhões de mulheres agredidas. Propõe-se, por isso, que um número igual ou superior a mil milhões de mulheres e homens se juntem, dançando pelo fim da violência contra mulheres. A primeira edição, que decorreu em 2013, foi um sucesso e contou com a participação de cerca de 205 países.

## **Março**

### **Empreitada de eletrificação do troço Caíde-Marco**

Foi publicado no Diário da República, de 10 de março, o Concurso Público Internacional para a Empreitada de Eletrificação do Troço Caíde-Marco, na Linha do Douro.

A empreitada situa-se entre o km 46,180 e o km 60,566, atravessando os concelhos de Lousada, Amarante, Penafiel e Marco de Canaveses e compreende a execução de novas instalações fixas de tração elétrica; o alteamento das plataformas de passageiros das estações e apeadeiros existentes no troço

(Oliveira, Vila Meã, Recesinhos, Livração e Marco de Canaveses) e implementação de novo sistema de retorno de corrente de tração. Será ainda efetuado o reforço estrutural e a beneficiação dos túneis de Caíde, Gaviara e Campainha, onde será necessário intervir ao nível da via-férrea de modo a garantir o gabarit de eletrificação.

### Comboio Presidencial viaja até Famalicão

A Fundação Museu Nacional Ferroviário (FMNF) e a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão realizaram uma viagem a bordo do Comboio Presidencial, a primeira ao norte do país. O percurso teve início na estação ferroviária do Entroncamento com destino a Lousado, tendo-se realizado uma visita ao Museu Ferroviário.

A iniciativa de concretizar os Passeios Presidenciais, após o notável projeto de restauro desta composição emblemática, tem assegurado o interesse de diferentes entidades, organizações e dos meios de comunicação social.

Sempre que a programação de passeios o permita, o Comboio ficará em exposição nas futuras instalações do Museu Nacional Ferroviário, no Entroncamento.

### Ponte Internacional de Valença

Cento e vinte e oito anos passados sobre a data da sua inauguração (25 de março de 1886), a Ponte Internacional de Valença vê fortalecidas as suas condições estruturais com a conclusão dos trabalhos de reforço e reabilitação das fundações.

A intervenção nesta obra de arte centenária, imposta pelo estado de degradação em que se encontravam os elementos de fundação dos pilares da ponte e insuficiente capacidade da estrutura para se opor às ações de frenagem, preconizou os seguintes trabalhos:

- Reabilitação dos quatro pilares localizados no rio; Dotação da ponte com dispositivos de controlo dos movimentos longitudinais;
- Substituição dos aparelhos de apoio;
- Reforço e reabilitação dos encontros;
- Intervenções de reabilitação das alvenarias.

Com a realização deste importante investimento foi reforçada a base dos pilares da ponte e estabilizado o solo de fundação, sobretudo, nos locais onde se encontram os pilares com

fundação submersa de modo a evitar que eventuais fenómenos de infraescavação coloquem em perigo a estabilidade das fundações.

A Ponte Internacional de Valença assegura as ligações rodoviárias e ferroviárias entre Portugal (Valença) e Espanha (Tuy), e é constituída por uma superestrutura em viga metálica de treliça de rótula múltipla com cinco tramos contínuos, sendo propriedade conjunta da REFER, das Estradas de Portugal, do ADIF (gestor da infraestrutura ferroviária espanhola) e da Dirección General de Carreteras.

### Plano de Monitorização da Variante de Alcácer

A investigação e a aplicação de conhecimento de "braço dado"

A construção da Variante de Alcácer, projeto terminado em 2010, constituiu um desafio a vários níveis para a REFER, nomeadamente na área ambiental.

A Variante cruza a Reserva Natural do Estuário do Sado, (sítio que integra a Rede Natura 2000) e zona que constitui o refúgio de um vasto conjunto de espécies de aves com diferentes estatutos de proteção. Ainda assim, foi possível executar o empreendimento, conciliando o mesmo com os valores conservacionistas em presença, sem que daqui tenha decorrido qualquer atraso para a obra.

Como resultado da aprovação do projeto, a REFER assume também a implementação de um plano de monitorização da avifauna, no sentido de determinar o impacto da travessia na zona do estuário do Sado, aproveitando a implementação deste plano para adquirir conhecimentos sobre os reais impactos da infraestrutura ferroviária sobre as espécies e os habitats.

Assim, nasceu o “Plano de Monitorização”, que decorre no âmbito da Cátedra “REFER Biodiversidade”, integrada no compromisso Business & Biodiversity - uma parceria entre a REFER, a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) e a Universidade do Porto, (Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos), tendo a REFER sido a primeira empresa pública a aderir em Outubro de 2007.

### Acordo de cooperação entre o AEIE – CFM4 e a DB Netz AG

Foi assinado um acordo de cooperação entre o AEIE – CFM4 (Corredor Atlântico) e a DB Netz AG tendo em vista a extensão

do Corredor até à Alemanha.

## Abril

### Aniversário REFER

No dia 29 de abril, a REFER comemorou o seu 17º aniversário. A data foi assinalada com uma cerimónia de homenagem aos colaboradores que completaram 25 ou 40 anos de atividade ao serviço da ferrovia, no átrio principal da Estação de São Bento, no Porto, onde foram entregues os emblemáticos alfinetes de homenagem e de reconhecimento, pelo Conselho de Administração.

### PETI 3+

O Governo divulga o Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas para o período 2014-2020.

### Grupo REFER na "European Railway Review"

A Revista "**European Railway Review**" publicou ao longo deste ano um conjunto de artigos acerca de diferentes experiências do Grupo REFER.

## Maiο

### Internacionalização

O Conselho de Administração aprovou o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Negócio Internacional do Grupo REFER, que visa servir de quadro orientador para o Grupo REFER na procura de novos mercados, em linha com a aposta na expansão do negócio em mercados internacionais

## Junho

### Dia Internacional para a Segurança em Passagens de Nível

Numa iniciativa conjunta de vários países dos cinco continentes, envolvendo o setor ferroviário e rodoviário, entidades reguladoras, administração pública e ONG, assinalou-se a 3 de junho o "Dia Internacional para a Segurança em Passagens de Nível".

Em torno da mensagem comum "Nas passagens de nível não arrisque" foram planeadas inúmeras ações de comunicação e sensibilização à escala mundial.



## Shift2Rail | Participação do Grupo REFER através do Consórcio Europeu EUROOC

Foi publicado no Jornal Oficial da Comunidade Europeia o Regulamento (UE) n.º 642/2014 que cria a Empresa Comum Shift2Rail (S²R), que se constitui como uma parceria público-privada entre os parceiros do setor e a Comissão Europeia.

Esta entidade S²R, que agregará de forma praticamente exclusiva as fontes de financiamento disponibilizadas pelo programa europeu “Horizonte 2020” para o sistema ferroviário nos próximos seis anos, tem como objetivo desenvolver, testar e aprovar tecnologias e soluções inovadoras com vista à redução dos custos do ciclo de vida do sistema ferroviário, promover o aumento da capacidade e atratividade do modo ferroviário, melhorar a fiabilidade dos serviços de transporte e reduzir o respetivo impacto ambiental. Pretende-se assim responder aos grandes desafios do setor ferroviário europeu com um esforço acrescido em Investigação e desenvolvimento tecnológico.

A REFER tem vindo a trabalhar em conjunto com várias empresas congéneres europeias, tendo estado assim na base da criação de um Consórcio de Empresas Ferroviárias EUROOC, que permite integrar de forma organizada a estrutura do S²R, como Membro Associado a todos os Programas de Inovação.

No âmbito do Consórcio EUROOC a REFER tem desenvolvido, em conjunto com as outras empresas parceiras, um conjunto de contribuições que tem vindo a discutir com a DG MOVE, a qual se encontra a gerir a constituição da empresa Shift²Rail e irá lançar a consulta para Membros Associados. Pelo facto, a REFER foi designada como coordenador interno do EUROOC para a participação deste nas atividades do Programa de Inovação 3 - Infraestrutura.

## Campanha de Digitalização de Túneis

Decorreu, entre 26 de maio e 16 de junho, a “Terceira Campanha de Digitalização dos Túneis da rede ferroviária nacional por Laser Scanner”.

Estas campanhas, realizadas a todos os túneis ferroviários com uma periodicidade de cinco anos, tiveram início em 2004 e constituem um dos métodos de avaliação e diagnósticos mais importantes do sistema global de gestão de obras de arte.

## Julho

### Tripadvisor distingue Estação de Aveiro com Certificado de Excelência

A Estação de Aveiro, congregando os dois edifícios de passageiros, foi distinguida, pelo *site* de viagens e turismo Tripadvisor com o Certificado de Excelência, estando incluída na lista de atrações da cidade de Aveiro – Prédios arquitetónicos e tendo por base a avaliação de 65 viajantes.

Estas distinções são atribuídas anualmente a destinos turísticos, alojamentos hoteleiros, ou pontos de interesse nas diferentes cidades do mundo de acordo com as avaliações dos viajantes.

### Sistema de Detecção de Queda de Blocos – monitorização através de videovigilância

As linhas férreas construídas a meia encosta e acompanhando cursos de água, paisagisticamente de grande beleza, exigem acrescidos esforços de manutenção para garantir a circulação ferroviária em segurança, sendo determinante a contenção das barreiras envolventes.

A REFER em resultado do levantamento dos pontos com maior potencial de risco - tem vindo a fazer um esforço significativo nesse sentido promovendo, ao longo dos últimos anos, diversas obras de contenção de taludes, especialmente relevantes nas linhas do Douro e Beira Baixa.

Complementarmente tem investido em sistemas automáticos de deteção de queda de objetos, tendo os primeiros sido instalados em 2005 em quatro locais distintos da Linha da Beira Baixa, na zona das Portas de Rodão.

### Conclusão dos Trabalhos de Automatização de Oito Passagens de Nível

#### **Linha do Minho e Linha do Algarve**

Foram concluídos no dia 23 de julho os trabalhos de

automatização, mediante instalação de sinalização e meias barreiras, de um lote de oito passagens de nível (PN), uma localizada na Linha do Minho, concelho de Valença e as restantes sete na Linha do Algarve, nos concelhos de Faro e Olhão.

Estas obras representaram um investimento na ordem dos 883 mil euros.

Para além das automatizações agora concluídas, a REFER tem em curso idêntica intervenção num conjunto de 12 PN nas linhas do Minho, Oeste e Alentejo, com um investimento associado de cerca de 1,7 milhões de euros.

## Agosto

### Nomeação da Comissão de Planeamento da “Infraestruturas de Portugal”

Foi nomeada, em Diário da República do dia 6 de agosto de 2014, uma Comissão de Planeamento com o objetivo de assegurar os trâmites inerentes ao processo de fusão da REFER e da EP - Estradas de Portugal.

A Comissão tem como funções principais a definição jurídica da fusão e do modelo da futura empresa, a redação dos estatutos, a definição do plano estratégico, assim como da estratégia de sustentabilidade financeira e o desenho do modelo organizacional, entre outros.

Durante o período de vigência da Comissão, a gestão das empresas não é comprometida, continuando ambas as Administrações em exercício na plenitude das suas funções, mantendo a responsabilidade na gestão e cumprimento de missão e objetivos definidos.

### Grupo REFER presente na FILDA

Numa estratégia de reforço na aposta na internacionalização, o Grupo REFER esteve presente na FILDA – Feira Internacional de Luanda, com um stand integrado no Pavilhão de Portugal.

A Feira decorreu entre 22 e 27 de julho e contou com cerca de mil empresas expositoras, de mais de 39 países.

A presença do Grupo REFER, marcada pela divulgação e projeção das suas competências técnicas no domínio da engenharia e projetos ferroviários, visou a continuidade do fortalecimento de relações e contactos institucionais com os

representantes dos vários mercados presentes

## Setembro

### Comemoração dos 125 anos da Linha de Cascais

A 30 de setembro de 2014 fez precisamente 125 anos que era inaugurado o Ramal de Cascais, com a abertura à exploração pública, do troço entre Pedrouços e Cascais.

Para comemorar esta data histórica, o Comboio Presidencial percorreu os 25 quilómetros que unem Cascais ao Cais de Sodré, com o propósito de assinalar os 125 anos da Linha de Cascais e dos 650 anos de elevação de Cascais a Vila.

A viagem assinalou as duas importantes datas, num ambiente glamoroso do transporte ferroviário do início do século XX, numa composição de época recentemente recuperada pela Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário (EMEF) para a Fundação do Museu Nacional Ferroviário.

## Outubro

### Reforço das condições de segurança dos atravessamentos de nível da Linha de Cascais

Tendo em vista o reforço das condições de segurança no atravessamento da via-férrea, a REFER concluiu, recentemente, os trabalhos de automatização dos atravessamentos de nível das Estações de Belém e Monte Estoril, na Linha de Cascais.

Com esta ação concluir-se-á o processo de automatização de todos os atravessamentos de nível existentes na Linha de Cascais: Santos; Rocha Conde de Óbidos; Belém; São João do Estoril; Cruz Quebrada e Monte Estoril.

### Património ferroviário no Salão Imobiliário de Portugal

A REFER Património marcou presença, entre 8 e 12 de outubro, na 17ª edição do SIL 2014 - Salão Imobiliário de Portugal, na FIL – Feira Internacional de Lisboa.

Esta presença, integrada no stand da Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), teve como objetivo primordial promover a comercialização de espaços, apartamentos, terrenos e edificado da empresa.

### REFER distinguida nos prémios Brunel

Os Prémios Brunel - considerados como os mais prestigiados

prémios de arquitetura, engenharia e design ferroviário internacionais - distinguiram, na edição de 2014, o projeto de reabilitação dos painéis de azulejo da Estação de Porto – São Bento.

A intervenção foi galardoada com um prémio na categoria de estações.

Os galardões, divididos por categorias, são atribuídos de três em três anos e a organização da 12ª edição, envolveu para além da Watford Group, a UIC (União Internacional dos Caminhos de Ferro) e os caminhos-de-ferro holandeses (ProRail e NS).

O prémio agora atribuído reconhece o esforço e empenho da REFER na preservação e promoção deste importante património, presente em inúmeras estações ferroviárias, e que torna única a Estação de São Bento, tendo o júri evidenciado na sua apreciação o facto de este investimento notabilizar e engrandecer o quotidiano dos utilizadores do modo ferroviário.

#### [Linha do Algarve | Conclusão de empreitada](#)

Conclusão da empreitada de sinalização eletrónica, controle de velocidade e telecomunicações.

Foram concluídos os trabalhos relativos à empreitada de sinalização eletrónica, controle de velocidade e telecomunicações de exploração no Troço Olhão – Vila Real de Santo António, da Linha do Algarve.

Esta empreitada, com um investimento associado na ordem dos 2,9 milhões de euros, teve como objetivo central o reforço da segurança e a melhoria do serviço ferroviário.

## **Novembro**

#### [Empreitada de eletrificação do Ramal do Porto de Aveiro](#)

A REFER consignou a obra de eletrificação do ramal ferroviário de ligação ao Porto de Aveiro, numa extensão de 8,8 km, obviando assim um constrangimento à eficiência e potenciação do transporte ferroviário de mercadorias nesta ligação, que se encontra em exploração desde março de 2010.

Esta intervenção, que pretende alavancar a competitividade e o desenvolvimento da economia nacional, e em particular o crescimento da quota de mercado do transporte ferroviário de e

para o Porto de Aveiro, permitirá, com o recurso à tração elétrica, reduzir as emissões de gases de efeito de estufa; o nível de ruído e os custos de energia, com impacto direto nos custos da operação.

### Estudo Satisfação do Cliente 2014 - Inquéritos nas estações

Dois anos depois do último estudo, foi realizado em junho/julho deste ano um novo trabalho de inquérito sobre a satisfação do Cliente CP/REFER e que, durante cerca de um mês, avaliou o tipo de serviço prestado ao passageiro/utente ferroviário.

A amostra compreendeu 7393 entrevistas, realizadas em 130 estações (mais 35 estações do que em 2012) e cobrindo as diferentes tipologias ao longo de toda a rede ferroviária nacional.

O nível global de satisfação registou uma melhoria, em especial no que concerne às acessibilidades externas e internas das estações, na informação ao público, no ambiente e conforto geral dos espaços ferroviários e no sentimento sobre a segurança da circulação, o que revela a justeza do caminho traçado e que importa prosseguir.

### Grupo REFER apoia a Exposição da "Raríssimas" e a Campanha contra o Tráfico de Seres Humanos

Por ocasião do Dia Europeu contra o Tráfico de Seres Humanos, 17 de outubro, a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género lançou a campanha anual de sensibilização contra o Tráfico de Seres Humanos.

O Grupo REFER, à semelhança do ano passado, apoiou a divulgação desta campanha, através da cedência de espaço na rede de *mupis* existente em algumas estações, contribuindo assim para a sensibilização da população em geral para este flagelo.

## Dezembro

### Diretório da Rede 2016

Foi publicado o Diretório da Rede 2016. Para além de apresentar as características da rede ferroviária nacional, enuncia as condições de acesso, descreve os serviços que a REFER presta às empresas de transporte ferroviário que nela pretendam operar serviços de transporte e divulga os princípios de tarifação e o tarifário.

## Terminais

A REFER assumiu, a 1 de dezembro de 2014, a gestão operacional e comercial do conjunto dos 14 terminais transferidos da CP Carga, dando cumprimento ao estabelecido no Despacho Conjunto SET / SEITC, de 23 de abril de 2014.

## REFER certificada pela APNCF

A REFER obteve a **Certificação** como Entidade Responsável pela Manutenção na sequência da avaliação efetuada pela Associação Portuguesa de Normalização e Certificação Ferroviária (APNCF) ao Sistema de Gestão de Manutenção de Vagões, desenvolvido com base no Regulamento (UE) N.º 445/2011 da Comissão de 10 de maio de 2011.

A Certificação foi concedida à REFER para três das quatro funções definidas pelo Regulamento, com as seguintes atribuições:

**Função de Gestão** – gestão do sistema assegurada pela Direção de Segurança;

**Função de Gestão da Manutenção** – gestão e definição dos requisitos técnicos assegurados pela Direção de Manutenção;

**Função de Gestão da Manutenção da Frota** – gestão da frota e relação com a entidade que executa a manutenção assegurada pela Direção de Logística e pela Direção de Manutenção.

O presente Certificação tem a validade de cinco anos e está sujeito a acompanhamento anual pela entidade certificadora.

## CONJUNTURA ECONÓMICA

O ano de 2014 foi marcado pela conclusão formal do programa de assistência económica e financeiro (PAEF) acordado, em maio de 2011, entre as autoridades portuguesas, União Europeia (UE), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Central Europeu (BCE). Com vista a restabelecer a confiança dos mercados financeiros internacionais e promover a competitividade e o crescimento económico sustentável, o PAEF assentou em três pilares: consolidação orçamental, estabilidade do sistema financeiro e transformação estrutural da economia portuguesa. O pacote de assistência financeira previa um total de 78 mil milhões de euros, dos quais 52 mil milhões através dos mecanismos europeus e 26 mil milhões através de um programa de financiamento ampliado concedido pelo FMI.

A decisão tomada pelo governo português de saída do PAEF sem recurso a um programa cautelar contribuiu para que as agências de notação de risco melhorassem a perspetiva de *rating* da República Portuguesa, permitindo o regresso aos mercados. Verificou-se uma acentuada redução das taxas de juro da dívida a dez anos.

O ano de 2014 caracterizou-se ainda pela inversão da tendência recessiva que Portugal vem registando nos últimos anos: o PIB registou um aumento de 0,9% em volume, após uma diminuição de 1,4% em 2013. Este foi o primeiro ano de crescimento económico desde 2011 tendo-se verificado uma recuperação da procura interna.

Não obstante o comportamento favorável nos mercados de dívida, o rácio da dívida pública sobre o PIB em 2014 fixou-se nos 128,7% tendo falhado a meta de 127,2% inscrita no Orçamento do Estado 2014. Apesar da redução da dívida registada entre os terceiro e quarto trimestres de 2014, este efeito não foi suficiente para compensar o aumento de 0,7% registado face a 2013 (128%). O nível ainda apático de crescimento económico conjugado com uma taxa de juro implícita sobre a dívida superior à taxa nominal de crescimento do PIB, justificam este comportamento.

As projeções para a economia portuguesa refletem a continuação do processo de ajustamento gradual dos desequilíbrios macroeconómicos. Espera-se um crescimento moderado da atividade e do nível de preços mantendo a capacidade de redução do endividamento externo.

A evolução da atividade, mantendo o pressuposto da manutenção do crescimento das exportações, deverá traduzir-se numa taxa de variação média de crescimento do PIB de 1,5% em 2015 e 1,6% em 2016. A procura interna deverá continuar condicionada pelo endividamento do setor privado e pelo processo de consolidação orçamental.



Relativamente ao consumo público em termos reais, a atual estimativa aponta para uma diminuição de 0,9% em 2014. Para 2015, é projetada uma nova diminuição do volume do consumo público, que decorre de um decréscimo adicional do emprego nas administrações públicas, embora menos marcado que no ano anterior, contrabalançado em parte por uma variação positiva na aquisição de bens e serviços. Quanto ao deflator do consumo público, é de salientar que a atual projeção incorpora em 2015 a reversão de 20% do corte de salários de 2011, que se encontra em vigor desde meados de setembro de 2014 e em 2016 a reversão por completo. No que respeita ao investimento público, depois de uma queda cumulativa muito acentuada nos últimos anos, prevê-se uma taxa de variação positiva em 2014 e uma relativa estabilização em 2015-2016.

As projeções para o consumo privado apontam para uma desaceleração em 2015 e 2016, 2,1 e 1,3 por cento, respetivamente. Esta desaceleração deve-se à desaceleração de consumo de bens duradouros, a qual se estima que em 2016 se situe abaixo dos níveis registados em 2008.

#### CENÁRIO MACROECONÓMICO 2014-2016

[Projeções do Banco de Portugal 2014 . 2016]

[%]

	Taxa de variação		
	2014	2015	2016
Produto Interno Bruto	0,9	1,5	1,6
Consumo Privado	2,2	2,1	1,3
Consumo Público	-0,5	-0,5	0,5
Contributo para o crescimento do PIB (em p.p.)			
Exportações Líquidas	-0,3	0,9	0,9
Procura Interna	0,6	0,6	0,6
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor	-0,1	0,7	1,0

Fonte: Boletim Económico - dezembro 2014, Banco de Portugal

## ATIVIDADE

A REFER tem como atividade principal o serviço público de gestão da infraestrutura integrante da rede ferroviária nacional, garantindo capacidade e disponibilidade da infraestrutura em condições de exploração fiáveis, com qualidade e segurança realizando, para o efeito, as ações de manutenção e investimentos necessários no quadro de desenvolvimento da rede definido pelo Estado.

Para assegurar a prossecução da sua atividade, direcionou a sua estrutura para duas áreas complementares entre si:

### GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS

Esta vertente abrange a gestão da capacidade, a conservação e manutenção da infraestrutura ferroviária e a gestão dos respetivos sistemas de comando e controlo da circulação, incluindo sinalização, regulação e expedição, de forma a assegurar condições de segurança e qualidade indispensáveis à prestação do serviço público ferroviário.

### INVESTIMENTO

Compreende a construção, instalação e renovação da infraestrutura, atividade desenvolvida por conta do Estado (bens que integram o domínio público ferroviário).

A REFER desenvolve ainda Atividades Complementares, com vista à rentabilização de outros recursos não afetos diretamente à infraestrutura ferroviária.

## GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS

### I. Rede Ferroviária Nacional

A rede ferroviária nacional (RFN) caracteriza-se da seguinte forma:

#### Caracterização da Rede Ferroviária Nacional

	Com Tráfego Ferroviário					Sem Tráfego Ferroviário	Rede Ferroviária Nacional
	Electrificada			Não Electrificada	TOTAL		
	25.000V	1.500V	Sub-Total				
<b>Via Larga</b>	<b>1 605</b>	<b>25</b>	<b>1 630</b>	<b>802</b>	<b>2 432</b>	<b>547</b>	<b>2 979</b>
Via Única	1 020	0	1 020	802	1 822	547	2 369
Via Dupla	537	25	562	0	562	0	562
Via Múltipla	48	0	48	0	48	0	48
<b>Via Estreita</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>112</b>	<b>112</b>	<b>528</b>	<b>640</b>
Via Única	0	0	0	112	112	528	640
<b>TOTAL</b>	<b>1 605</b>	<b>25</b>	<b>1 630</b>	<b>914</b>	<b>2 544</b>	<b>1 075</b>	<b>3 619</b>

As linhas e ramais da rede ferroviária nacional (em exploração e não exploradas, incluindo troços concessionados) apresentam uma extensão total de 3 619 km.

Está em exploração 70% do total da rede, ou seja, a parte da rede que reúne as condições para a circulação de comboios representa uma extensão de 2 544 km não registando alteração face a 2013.

A extensão de rede que se encontra eletrificada (1 630 km) corresponde a 64% do total da rede em exploração.



A REFER tem instalado na ferrovia sofisticados sistemas de controlo de velocidade. O Convel é um sistema partilhado entre os Operadores e a REFER, que permite assegurar elevadíssimos níveis de segurança de circulação, garantindo o cumprimento da sinalização e da velocidade autorizada de circulação pelos comboios. Este sistema apoia a atividade de condução do maquinista, avisando-o das condições de circulação e atuando no sistema de frenagem (obrigando o comboio a parar) sempre que não for cumprido algum requisito de segurança.

Este sistema está instalado em cerca de 1 649 km de rede (65% da rede em exploração).

O sistema Rádio Solo-Comboio (sistema partilhado entre os Operadores e a REFER) destina-se a permitir a comunicação por voz e dados entre os maquinistas dos Operadores e os responsáveis da REFER para regulação de tráfego. Deste modo, são permitidas comunicações entre o Posto de Comando e o maquinista, as estações e o maquinista e ainda, entre os maquinistas de dois comboios.

Este sistema de segurança está implementado em 1 509 km de rede ferroviária (59% da rede em exploração).

## PASSAGENS DE NÍVEL

Na sequência da concretização do Plano de Supressão e Reclassificação de Passagens de Nível (PN) para 2014 - Plano este a que os gestores das redes rodoviária e ferroviária estão obrigados nos termos do art.º 2º do Decreto-Lei nº 568/99, de 23 de dezembro - a REFER executou 43 ações (15 supressões e 28 reclassificações, das quais 23 automatizações) com um investimento total de 4.542 mil euros.

No final de 2014 existiam 856 PN no universo das linhas com exploração ferroviária (IET50), com a seguinte tipologia:

### Tipo de Passagem de Nível

PN por Tipologia	Quantidade
<b>PN Públicas</b>	<b>772</b>
<b>Automáticas (Rodoviárias):</b>	<b>378</b>
Automatizadas com duplas meias barreiras	3
Automatizadas com meias barreiras	365
Automatizadas sem obstáculo	10
<b>Com Guarda</b>	<b>45</b>
<b>Sem Guarda</b>	<b>216</b>
Tipo D	170
5ª catª	46
<b>Peões</b>	<b>133</b>
Automáticas	27
Não Automáticas	106
<b>PNs Particulares</b>	<b>84</b>
Automáticas	8
Não Automáticas	76
<b>TOTAL DE PN</b>	<b>856</b>

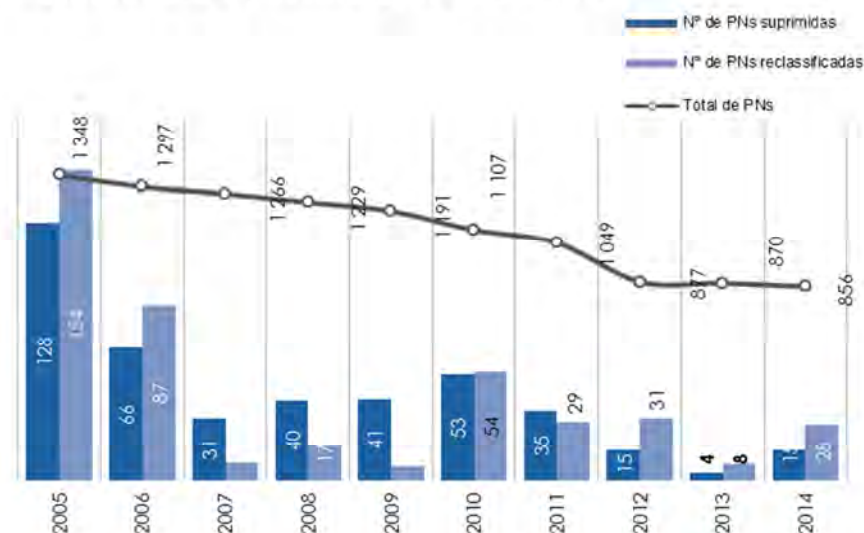
Salienta-se que 458 destas PN (54%) dispõem de proteção ativa, conseguida através do guarnecimento humano ou por existência de sinalização automática.

A consequente densidade média de PN era no final de 2014 de 0,336 PN/km.

Durante o ano de 2014 foi dada continuidade à campanha de sensibilização e segurança “Pare, Escute, Olhe”, tendo nomeadamente a REFER acolhido em 2014, no nosso país, a conferência internacional que assinalou o “Dia Internacional para a Segurança em Passagens de Nível”, celebrado no dia 3 de junho.

O gráfico seguinte reflete a evolução do número de Passagens de Nível e das ações desenvolvidas nos últimos dez anos:

### Supressões e Reclassificações 2005 . 2014

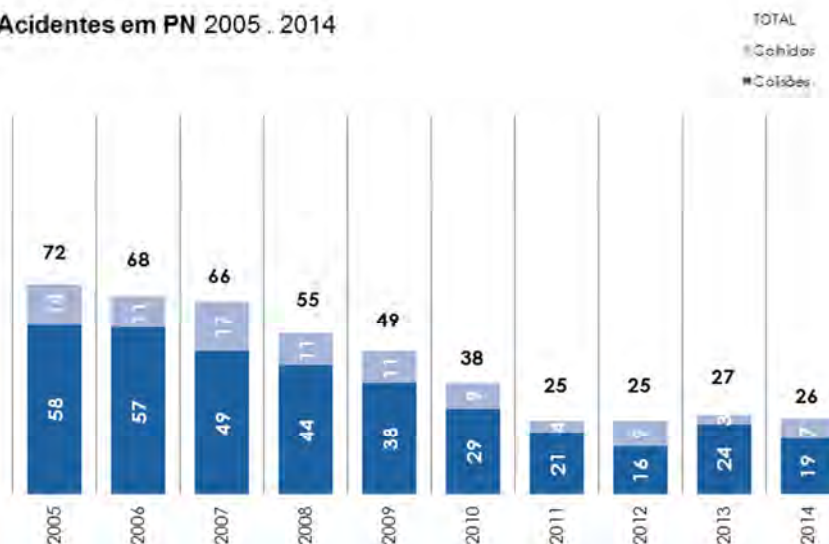


Em 2014, no que se refere à sinistralidade, ocorreram 26 acidentes em Passagens de Nível, em que 19 foram colisões e 7 foram colhidas, de que resultaram 4 mortos, 5 feridos graves e 2 feridos ligeiros, a que corresponde um FWI (Fatalities and Weighted Injuries) de 4,520.

Os 26 acidentes registados em 2014 penalizaram 198 comboios, que acumularam, no total, 5794 minutos de atraso, com evidentes prejuízos para os passageiros e gestão da circulação ferroviária.

Nos últimos anos, a sinistralidade em Passagens de Nível registou a seguinte evolução:

### Acidentes em PN 2005 . 2014



Verifica-se que a política de supressão e melhoria das condições de segurança nas PN tem contribuído para a redução continuada da sinistralidade, traduzida num decréscimo de 83% na sinistralidade e de 85% nas vítimas mortais quando comparada com os registos de 1999. Salienta-se que, em resultado, se antecipou a meta definida para 2015 nas orientações estratégicas para o setor ferroviário, de redução da sinistralidade em 60% face a 2005 (isto é, menos de 29 acidentes).

Dos acidentes registados em 2014, observa-se ainda que 62% ocorreram em PN dotadas de proteção ativa, o que denota, por um lado, um claro desrespeito pela sinalização em presença, e por outro, de que a eficácia que advém da introdução de medidas de reforço da segurança depende sobretudo do comportamento e coresponsabilização dos cidadãos utilizadores das PN.

Tendo em consideração estas evidências, a REFER continuará - a par com as ações no terreno - a apostar na campanha de comunicação e sensibilização “Pare Escute Olhe” e no seu envolvimento em iniciativas de carácter institucional e formativo como o “Dia Internacional para a Segurança em Passagens de Nível”, que se celebrará, em 2015, no dia 3 de junho.

Para os próximos anos a REFER mantém igualmente o compromisso de dar continuidade ao seu plano de ações visando a redução da sinistralidade nos atravessamentos ao caminho-de-ferro, tendo como objetivo para 2020 a diminuição de mais 40% dos acidentes em PN, por referência a 2013, isto é, menos de 17 acidentes anuais.

## II. Desenvolvimento do Negócio

A REFER promove e desenvolve estratégias para o reforço e criação de oportunidades de negócio no mercado ferroviário, consolidando e estimulando a posição do Grupo REFER no contexto nacional e internacional do setor

### Contexto Nacional

A REFER presta um serviço público de gestão da infraestrutura integrante da rede ferroviária nacional, sendo-lhe conferido o direito de cobrar tarifas devidas pela utilização desta infraestrutura.

A metodologia a aplicar na determinação das tarifas está inscrita no Regulamento nº 630/2011, de 12 de dezembro, publicado pelo Instituto da Mobilidade e Transportes (IMT).

Esta atividade assegura o relacionamento comercial com as empresas de transporte ferroviário e o mercado em geral, disponibilizando serviços ferroviários adaptados às expectativas dos operadores e de acordo com critérios imparciais e transparentes.

Para tal, em cumprimento das disposições do Decreto-Lei nº 270/2003, republicado pelo Decreto-Lei nº 151/2014, de 13 de outubro, a REFER publica anualmente o Diretório da Rede, que visa fornecer às empresas de transporte ferroviário a informação essencial de que necessitam para o acesso e utilização da infraestrutura ferroviária nacional.

O Diretório da Rede é um documento publicado anualmente, onde constam as características da rede ferroviária nacional (RFN), as condições gerais de acesso, e outros serviços conexos com a atividade ferroviária prestados pela REFER aos operadores ferroviários. Neste documento são igualmente divulgados os princípios de tarifação e o tarifário, apresentando, quanto a este, a metodologia e as regras aplicadas.

Assim, o Diretório da Rede contém a relação das regras gerais, prazos, procedimentos e critérios relativos aos regimes de tarifação e de repartição da capacidade, incluindo também outras informações necessárias para viabilizar a candidatura à utilização da infraestrutura.

A REFER disponibiliza aos operadores os seguintes serviços:

#### SERVIÇOS ESSENCIAIS

compreendem todas as prestações necessárias ao efetivo exercício do direito de acesso à infraestrutura.

#### SERVIÇOS ADICIONAIS

serviços que podem ser prestados pela REFER, nomeadamente: disponibilização de energia elétrica para tração nos termos previstos na legislação aplicável; Manobras; Estacionamento de material circulante e Contratos especiais relativos a transportes excecionais.

#### SERVIÇOS AUXILIARES

serviços que a REFER pode prestar nas instalações identificadas, nomeadamente: Fornecimento de informações de natureza comercial; disponibilização de instalações operacionais em estações; disponibilização de espaços para instalação de equipamentos em áreas comuns das estações; fornecimento de mão-de-obra para atividades operacionais dos Operadores (abastecimento de gásóleo e outros); acesso à rede de telecomunicações (nos termos constantes de documento específico, que será facultado aos interessados mediante solicitação); instrução de processos de autorização de circulação na rede ferroviária nacional e realização de estudos de capacidade ou de viabilidade de cenários de oferta.



Em 2014 foram realizados por Operadores ferroviários 37 milhões de CK (comboio x quilómetro) na rede gerida pela REFER, o que representa uma subida de aproximadamente 1 milhão de CK face a 2013:

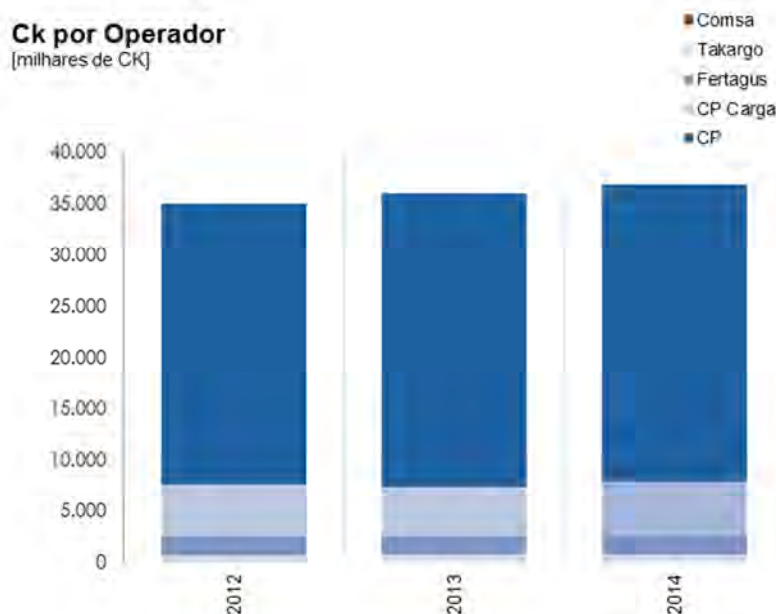


O segmento transporte de mercadorias foi o principal responsável pelo incremento verificado (575 mil CK, que representam um acréscimo de 11% face a 2013), não obstante o transporte de passageiros ter igualmente registado um aumento, embora de menor expressão 338 mil CK, aproximadamente +1,3% face a 2013).

unidade: milhares de CK

UTILIZAÇÃO da REDE	2013	2014	Var 2013/2012	%
Passageiros	29.682	30.020	338	1%
Mercadorias	5.450	6.025	575	11%
Marchas	820	878	58	7%
<b>TOTAL</b>	<b>35.952</b>	<b>36.923</b>	<b>971</b>	<b>3%</b>

A linha que registou maior tráfego foi a linha do Norte com cerca de 39% da utilização da rede ferroviária nacional (RFN).



Os operadores ferroviários a circular na RFN são, no transporte de passageiros, a CP e a FERTAGUS e, no transporte de mercadorias, a CP Carga (empresa do Grupo CP) e a TAKARGO.

A CP continua a ser o operador que mais impacto tem na atividade da REFER, representando cerca de 79% no total de CK realizados na RFN.

Importa referir que a REFER assumiu, a 1 de dezembro de 2014, a gestão operacional e comercial do conjunto dos 14 terminais transferidos da CP Carga, dando cumprimento ao estabelecido no Despacho Conjunto SET / SEITC, de 23 de abril de 2014. Destas infraestruturas merecem destaque pela atividade nelas desenvolvidas, os terminais da Bobadela e de Leixões, ligados à atividade logística de transporte de carga contentorizada e o terminal de Loulé, pela sua importância estratégica na cadeia de abastecimento de jet-fuel ao aeroporto de Faro.

Salienta-se, por fim, a continuidade da atividade no âmbito do designado Corredor Ferroviário de Mercadorias n.º 4 (Corredor Atlântico), o qual entrou formalmente em funcionamento no dia 10 de novembro 2013. Tendo em vista a extensão do corredor até à Alemanha, estão já em fase adiantada os trabalhos tendentes à integração da DB Netz AG, o gestor de infraestrutura alemão, na estrutura de gestão do corredor - o AEIE CFM4.

## Contexto Internacional

A aposta de desenvolvimento do negócio internacional encontra-se plasmada nos Planos 2014-2016 e 2015-2017 do Grupo REFER, através do objetivo estratégico “Oferta de novos produtos e serviços, diversificação de mercados e aposta na internacionalização”.

O ano de 2014 foi um ano de aprofundamento da forma de atuar de todo o Grupo REFER, desde logo pela aprovação do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Negócio Internacional do Grupo REFER, em maio, que serviu de quadro orientador para o Grupo na procura de novos mercados, consagrando um conjunto de princípios de atuação coerentes e estruturados.

Em traços gerais, este Plano Estratégico define os mercados de atuação; estabelece os serviços e competências do Grupo com potencial comercial internacional; privilegia uma atuação com apoio institucional; favorece o estabelecimento de parcerias com empresas já implantadas nos mercados e com atividade complementar e promove o conceito de “cluster” ferroviário de modo a abranger toda a cadeia de valor.

Neste contexto, destacam-se os principais desenvolvimentos em 2014:

- **Ação Comercial** - Foram realizados vários contatos com as instituições e empresas públicas com responsabilidades na gestão das infraestruturas ferroviárias dos mercados alvo e com a maioria das empresas portuguesas do setor que desenvolvem atividade internacional, procurando por esta via apresentar o novo posicionamento comercial do Grupo. Ao nível da projeção pública do Grupo REFER, destaca-se a presença com stand na FILDA – Feira Internacional de Angola, em julho e na FACIM – Feira Internacional de Maputo em Agosto;
- **Visitas Técnicas e Missões Empresariais** - No início de junho, uma delegação do Grupo REFER promoveu e realizou um conjunto de reuniões em Brasília e Salvador da Bahia no Brasil, tendo em vista o estabelecimento de parcerias comerciais com aquele mercado. Em outubro/novembro, o Grupo REFER integrou a missão empresarial a Cuba, organizada pela AICEP.
- **Parcerias** - Foram celebradas várias parcerias, por intermédio de protocolos de cooperação comercial, com empresas portuguesas já implantadas nos mercados e que complementam a atividade do Grupo REFER, numa lógica de agregar valor ao produto a apresentar ao mercado. Hoje, o Grupo trabalha regularmente com estas empresas parceiras na identificação de oportunidades de negócio e na apresentação de propostas comerciais conjuntas.

**Propostas e Projetos** – Em 2014, o Grupo aumentou de forma gradual a resposta a convites e a concursos que foram sendo lançados nos mercados alvo, com destaque para Moçambique

Neste contexto, destaca-se, em 2014, a adjudicação ao consórcio REFER Engineering / ECM / PROMAN do "Projeto de reabilitação, modernização e expansão do sistema ferroviário da Linha de Ressano Garcia, Portos de Maputo e Matola e Gare de Mercadorias", promovido pelos CFM - Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique.

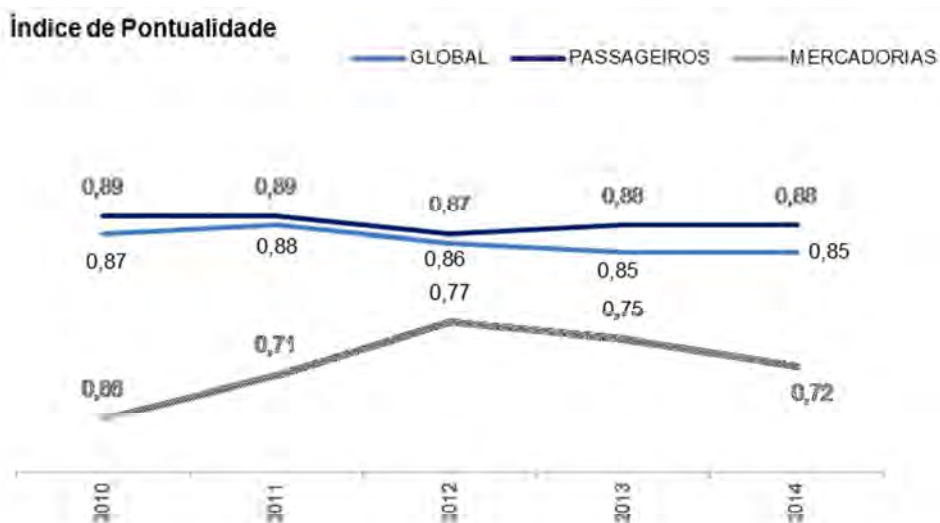
Dando continuidade ao trabalho iniciado em 2013, a REFER Engineering, em parceria com a empresa PROFICO, tem vindo a realizar diversos estudos e projetos para a empresa extratora brasileira VALE, que detém concessões para a extração de carvão nas minas de Moatize (província de Tete), em Moçambique.

### III. Nível de Serviço

Para além da disponibilização de infraestrutura em condições de segurança, a REFER tem também como objetivo assegurar elevados níveis de pontualidade (IP).

O índice de pontualidade traduz-se na relação entre o número de comboios, com atraso igual ou inferior a um determinado valor limite e o número total de comboios realizados.

Em 2014 o índice de pontualidade global situou-se nos 85%, mantendo o índice registado em 2013.



O índice de Pontualidade dos Comboios de Mercadorias registou um agravamento face a 2013 (72% em 2014 face a 75% em 2013) sendo as principais causas os atrasos nas partidas assim como a circulação em canais não programados os quais causam perturbações que provocam na circulação destes comboios.

#### IV. Conservação e Manutenção

Tem como finalidade promover políticas de gestão e coordenação da manutenção, através da definição do planeamento estratégico da manutenção da infraestrutura, garantindo a execução e monitorização do seu desempenho:

- Contribuindo para uma Rede Ferroviária nacional sustentável;
- Otimizando o custo do ciclo de vida dos ativos;
- Assegurando a disponibilidade e segurança para a operação;
- Desenvolvendo competências técnicas e de gestão;
- Criar valor

Foram ainda desenvolvidas diversas atividades numa linha de continuidade ou de inovação, sendo as mais relevantes:

**Estratégia da Manutenção da Sinalização** - com vista a garantir a aplicação dos adequados padrões de qualidade e segurança, e reforçar as competências técnicas internas e reduzir custos operacionais pretende-se internalizar a manutenção da sinalização de 1ª linha de um lote que contenha todas as tecnologias, assim como a Inspeção da Infraestrutura.

**Desenvolvimento do Plano de Gestão de Ativos** - pretende o desenvolvimento de um plano integrador das componentes de Manutenção e Renovação, com potencial para a incorporação de Investimentos de Modernização., contribuindo para o cumprimento dos objetivos estratégicos definidos.

Nesse sentido elaborou-se o plano de Gestão de Ativos da infraestrutura para o período 2015-34.

**Revisão dos Níveis de Serviço e Qualidade da Infraestrutura** - a disponibilização ao cliente final de uma infraestrutura fiável e segura é também resultado da estratégia de manutenção seguida pela empresa. Assim a análise da informação decorrente da circulação dos comboios, permite não só monitorizar a performance direta da infraestrutura mas também a performance indireta da Gestão dos seus ativos.

**Certificação**, da REFER, como entidade responsável pela manutenção de vagões, na sequência da publicação do Regulamento 445/2011 CE.

**Inspeção e Diagnóstico** - Decorrente da atividade de inspeção e diagnóstico do estado da infraestrutura, verificou-se o cumprimento dos objetivos estabelecidos para o nível global de qualidade percebida da via-férrea:

Classificação da Rede	Análise Percentual aos Índices de Qualidade			Nº de Seções Analisadas
	QN1	QN2	QN3	
Principal	82%	13%	5%	9 120
Complementar	83%	12%	5%	4 393
Secundária	76%	14%	11%	1 723
<b>Global</b>	<b>82%</b>	<b>13%</b>	<b>6%</b>	<b>15 236</b>

De uma forma genérica QN1 representa um troço de via em bom estado, QN2 indicia necessidades de manutenção a médio prazo e QN3 está associado a uma necessidade premente de intervenção, sem que esteja em causa a segurança da circulação ferroviária.

## V. Segurança

A segurança é um valor essencial na gestão da REFER, sendo fundamental para a sustentabilidade do mercado ferroviário, que faz da segurança um fator diferenciador da sua oferta relativamente aos demais modos de transporte terrestre.

No domínio da **segurança da exploração ferroviária** e indo ao encontro da missão da REFER como entidade gestora de uma infraestrutura ferroviária fiável e segura, destacam-se as seguintes atividades:

- Dinamização e desenvolvimento das políticas da segurança ferroviária enquanto instrumento para a melhoria do desempenho das atividades de gestão da infraestrutura, promovendo um relacionamento próximo com os clientes internos ao Grupo e com as entidades externas à REFER;
- Criação e divulgação de indicadores na valência da segurança da exploração ferroviária, com periodicidade diária e bimestral, promovendo a análise e o acompanhamento dos desvios, com o objetivo de atuar nas causas e assim manter sob controlo os adequados níveis de segurança das infraestruturas e das operações ferroviárias;

- Dinamização, coordenação e monitorização dos processos inerentes às investigações a acidentes e incidentes em âmbito ferroviário;
- Elaboração de procedimentos e normativos de suporte às atividades críticas do ponto de vista da segurança ferroviária;
- Produção de pareceres de carácter regulamentar, técnico, normativo e relativos à segurança ferroviária (intervenção de terceiros na proximidade do caminho-de-ferro e condições técnicas para documentos de procedimentos de contratação);
- Determinação e a avaliação dos riscos, aplicando do método comum de segurança, e realização de inspeções (pedonais, a bordo de comboios e de veículos afetos à manutenção, verificação da execução de trabalhos em vias interditas e acompanhamento do controlo-comando da circulação) e auditorias aos processos inerentes à segurança da exploração ferroviária, por forma a identificar situações de risco e respetivas medidas mitigadoras, atendendo ao objetivo da minimização de incidentes/acidentes;
- Gestão e monitorização do Sistema de Gestão de Manutenção de Vagões (certificação obtida em dezembro de 2014 por um período de 5 anos);
- Dinamização de processos de Autorização de Entrada em Serviço, salvaguardando as condições técnicas e procedimentais inerentes à conceção, construção, colocação em serviço, readaptação, renovação, operação e manutenção dos elementos que constituem o sistema ferroviário;
- Dinamização e coordenação da certificação de segurança relativa a material circulante (circulação em via aberta à exploração e em vias interditas à circulação) e produção dos documentos de circulação de veículos, garantindo a coerência nos processos e a compatibilidade entre os vários componentes da infraestrutura ferroviária;
- Suporte às atividades desenvolvidas pela Autoridade de Segurança da Exploração no âmbito da tramitação dos processos de Autorização Especial de Circulação;

O indicador relativo aos acidentes significativos por milhão de comboio-quilómetro atingiu um valor de 1,344 no final do ano de 2014. Este dado é provisório uma vez que à data de elaboração do presente documento, decorre o acerto do mesmo com os registos das Empresas de Transporte Ferroviário, processo este supervisionado pelo IMT.

Em 2015 pretende-se manter os níveis de segurança da Rede Ferroviária Nacional, tendo como meta a melhoria (face a 2014) do indicador relativo ao número de acidentes significativos por milhão de comboio-quilómetro.

No âmbito das atividades e objetivos da **Segurança do Trabalho e Gestão da Emergência**, com vista a promover a segurança dos trabalhadores do Grupo REFER

e a cooperação com as entidades externas que desenvolvem atividades ou que colaborem no socorro foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Análise e Avaliação de Riscos, com fim à publicação das Fichas de Análise de Risco e definição de medidas de prevenção para a realização das atividades, no âmbito da segurança do trabalho;
- Conceção e desenvolvimento de ações de formação no âmbito da segurança do trabalho e gestão da emergência;
- Análise e contributos dos documentos a patentear a concurso e elaboração do instrumento de gestão de segurança aplicável;
- Assunção das funções de Coordenação de Segurança de Projeto e em Obra e também para as Prestações de Serviço de Manutenção da Infraestrutura Ferroviária, de âmbito nacional;
- Acompanhamento da execução das medidas de prevenção através da realização de ações de avaliação (inspeções e auditorias), promovendo a sua eficiência e operacionalidade, no âmbito da segurança do trabalho e gestão da emergência;
- Campanhas/ações de sensibilização para o reforço da cultura de segurança na organização (Desafio inter-brigadas e projeto de Reportar, Analisar e Prevenir);
- No âmbito da Gestão da Emergência, e no que se refere ao planeamento dos procedimentos para a gestão da emergência da exploração da Rede Ferroviária Nacional, foi finalizado o Plano de Emergência Geral (IET nº 96) que estabelece as normas e procedimentos a adotar em situações de emergência garantindo a eficiente articulação entre o Gestor da Infraestrutura e as Empresas de Transporte Ferroviário;
- Com vista a dar cumprimento ao DL nº 220/2008 e de acordo com o trabalho desenvolvido em articulação com a Autoridade Nacional de Proteção Civil, foram desenvolvidos diversos Planos de Segurança (Medidas de Autoproteção) para edifícios sob gestão do Grupo REFER;
- A fim de assegurar o teste aos procedimentos de emergência existentes, garantindo a continuidade do negócio em situação de contingência, realizaram-se simulacros/exercícios com abrangência ao território nacional.
- Com vista a dar cumprimento aos DL nº 188/2009 e nº 184/2012, foi implementado o programa de Desfibrilhação Automática Externa (DAE) na REFER, tendo sido iniciado nas estações de:
  - São Bento
  - Cais do Sodré



Relativamente à proteção da infraestrutura ferroviária, assegurando a sua integridade e segurança das pessoas utilizadoras dos espaços ferroviários (estação e zonas comerciais), a **Segurança de Pessoas e Bens**, tem sido promovido um conjunto de estratégias e ações concretas que visam manter a integridade e disponibilidade do património gerido pelo Grupo, tentando reduzir os atentados e o seu impacto financeiro e operacional na atividade.

Este trabalho assenta na identificação e análise de vulnerabilidades, realizado em articulação com as unidades orgânicas relevantes na empresa, designadamente, com as áreas funcionais responsáveis pela gestão do património, manutenção e operações, de que resultaram os respetivos relatórios de avaliação.

Na salvaguarda da disponibilidade do património foram executadas as ações relativas às desocupações coercivas de espaços ou edifícios integrantes do Domínio Público Ferroviário, incluindo os estabelecimentos comerciais ocupados por concessionários em litígio com a REFER.

Na promoção de melhores condições de segurança, foi reforçada a capacidade operacional da Central de Segurança, que passou a dispor de supervisão 24 horas por dia, bem como de mais um posto de operação (o terceiro). Complementarmente, foi alargada a cobertura do sistema de videovigilância, com reforços na linha de Cascais, na estação de Braga e com a integração da estação do Oriente. Na Central de Segurança, reflexo da sua atividade e mais-valia do sistema de videovigilância gerido, foram rececionados e tratados mais de seis centenas de pedidos de imagens de videovigilância provenientes de entidades policiais e judiciais.

Não negando a influência, neste caso positiva, de fatores exógenos à estratégia implementada, no ano de 2014 constatou-se a descida do número de ocorrências lesivas do património ferroviário e com impacto (efetivo ou potencial) na exploração ferroviária, tendo-se registado 113 situações de furto com impacto na exploração ferroviária, quando em 2013 se haviam registado 133 e 24 situações de dano (doloso) com impacto na exploração ferroviária, quando em 2013 se haviam registado 42.

As atividades da **Direção de Segurança** visam a promoção de uma atitude pessoal proativa com enfoque nas temáticas da segurança da exploração ferroviária e a adequação de comportamentos focados na segurança pessoal e em geral, esperando-se que com a sua continuidade se induza uma crescente consciência coletiva às sensíveis matérias da segurança, em particular na sua vertente ferroviária, com impacto direto e positivo no desempenho das atividades da REFER.

## INVESTIMENTO

A REFER tem como objeto principal a gestão e desenvolvimento da infraestrutura ferroviária, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do transporte ferroviário em Portugal, criando valor para a comunidade.

Conduz a sua atividade utilizando as técnicas de gestão mais adequadas, no respeito pelos mais altos padrões de qualidade, ambiente e segurança.

Em 2014, o **volume global de investimento**, a custos técnicos, realizado pela REFER cifrou-se nos 102.659 mil euros, dos quais 99.851 mil euros correspondem a investimento em Infraestruturas de Longa Duração (ILD).

O valor de investimento total previsto para 2014 foi de 77.625 mil euros, tendo-se registado um grau de realização de 132% face ao previsto.

### Síntese do Orçamento de Investimentos ILD e EAG - 2014

Investimento a custos técnicos

unidade: milhares de euros

Investimento 2014	Orçamento 2014	Real 2014	Realização %	Real 2013	Varição 2014/2013
<b>Total</b>	<b>77.625</b>	<b>102.659</b>	<b>132%</b>	<b>57.836</b>	<b>177%</b>
<b>Infraestruturas de Longa Duração</b>	<b>74.817</b>	<b>99.851</b>	<b>133%</b>	<b>57.119</b>	<b>175%</b>
Segurança e Eficiência da Rede <sup>(a)</sup>	18.753	13.146	70%	20.849	63%
Renovação e Reabilitação da Infraestrutura	18.206	9.030	50%	6.006	150%
Ligações Inter-regionais	22.211	8.479	38%	10.956	77%
Ligações às Plataformas Logísticas e Portos	11.961	5.157	43%	3.671	140%
Áreas Metropolitanas	3.595	1.095	30%	12.031	9%
Sistema de Mobilidade do Mondego	90	185	205%	3.605	5%
Transferência de Terminais Ferroviários	0	62.760	---	0	
<b>Estruturas de Apoio à Gestão</b>	<b>2.809</b>	<b>2.809</b>	<b>100%</b>	<b>718</b>	<b>391%</b>
Intervenções em Activos Fixos	1.711	2.595	152%	41	6350%
Investimentos de Funcionamento	878	214	24%	682	31%
Estudos <sup>(c)</sup>	220	0	0%	-5	---

<sup>(a)</sup> Inclui 3.049.151,3€ relativos à transferência de ativos de fibra óptica e GSM-R da Refer Telecom para a Refer

- **Terminais Ferroviários**

Em sessão de Conselhos de Ministros, realizada em abril de 2014, foi aprovado o Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (PETI3+), o qual previa a transferência da gestão dos terminais ferroviários de mercadorias sob gestão da CP Carga para a gestora da infraestrutura ferroviária, assegurando assim, a

implementação do princípio do livre e não discriminatório acesso por parte de todos os operadores.

### Transferência de Terminais Ferroviários

unidade: milhares de euros

Projeto	Real
Terminal Poceirão	1.589
Terminal S. Mamede Infesta	402
Terminal Leixões	4.720
Terminal Mangualde	2.403
Terminal Guarda	1.541
Terminal Fundão	2.049
Terminal Leiria	970
Terminal Praias do Sado	987
Terminal Bobadela	20.988
Terminal Loulé	1.314
Terminal Estremoz	558
Terminal Vale Rosa	1.047
Terminal São Romão	196
Terminal Darque	1.687
Avaliação maquinaria e equipamento	22.309
<b>Total Transferência Terminais Ferroviários</b>	<b>62.760</b>

Dos 102.659 mil euros de investimento em ILD, 62.760 mil euros correspondem à transferência da titularidade dos Terminais Ferroviários de mercadorias para a REFER, conforme despacho Conjunto dos Secretários de Estado do Tesouro e das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, de 23 de abril de 2014 e 3.049 mil euros dizem respeito à transferência de ativos de fibra ótica e GSM-R da REFER Telecom para a REFER.

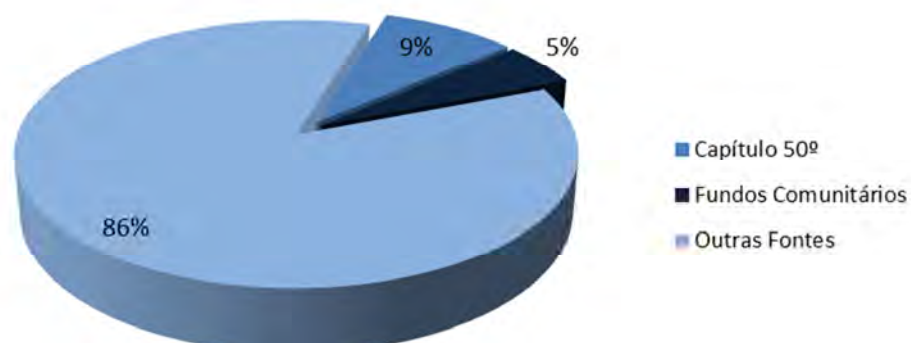
Das intervenções em ILD realça-se a automatização de 23 passagens de nível e a supressão de 7 ao longo da Rede Ferroviária Nacional (4.542 mil euros), com destaque para as Linhas do Minho, Oeste e Algarve, a construção da nova Estação Técnica para cruzamento de comboios com 750 metros de comprimento, ao km 118+500, da Linha do Sul (3.954 mil euros), a renovação integral das linhas 5, 9 e 10 na Estação do Entroncamento (1.107 mil euros) e a substituição de fixações RNP por NABLA e de carris defeituosos - 1ª Fase, na Linha de Vendas Novas (1.003 mil euros).

Os investimentos em Estruturas de Apoio à Gestão representaram cerca de 3% (2.809 mil euros) do total executado, sendo 67% do seu total referente a aquisição de licenças Microsoft e de software.

## COBERTURA ECONÓMICA DO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

O investimento realizado em 2014 teve a seguinte cobertura (económica):

### Cobertura Económica Investimento



## RESULTADOS E ESTRUTURA PATRIMONIAL

### RESULTADOS

unidade: milhares de euros

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2013	2014	Variações %
Vendas e Prestações de Serviços	100.121	99.708	0%
Subsídios à Exploração	43.700	40.493	-7%
Outros rendimentos	25.811	51.463	99%
<b>Rendimentos Operacionais</b>	<b>169.631</b>	<b>191.664</b>	<b>13%</b>
Custo de Vendas	6.402	5.100	-20%
Fornecimentos e Serviços Externos	94.404	95.456	1%
Gastos com Pessoal	90.559	81.409	-10%
Depreciação e Amortizações do Exercício	2.762	3.106	12%
Imparidades	4.750	37.110	681%
Provisões para outros riscos e encargos	8.272	3.272	-60%
Outros Gastos	1.982	8.259	317%
<b>Gastos Operacionais</b>	<b>209.130</b>	<b>233.711</b>	<b>12%</b>
<b>Resultado Operacional</b>	<b>-39.499</b>	<b>-42.047</b>	<b>6%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>-23.714</b>	<b>1.440</b>	<b>-106%</b>

No que se refere a 2014 há a destacar:

- Incremento nos **Rendimentos Operacionais** (+22.033 mil euros) face a 2013;
- **Resultado Operacional** -42.047 mil euros em 2014 face a -39.499 mil euros em 2013;
- **EBITDA** positivo, 1.440 mil euros em 2014 face a -23.744 mil euros em 2013;

unidade: milhares de euros

Rendimentos Operacionais	2013	2014	Desvio	%
Tarifa de Utilização	73.929	76.563	2.634	3,6%
Outras Prestações de Serviços	9.465	9.925	460	4,9%
Outros Rendimentos	25.811	51.463	25.653	99,4%
<b>Sub-Total</b>	<b>109.205</b>	<b>137.951</b>	<b>28.746</b>	<b>26,3%</b>
Indemnizações Compensatórias	43.700	40.493	-3.207	-7,3%
Concedente Estado	16.727	13.220	-3.507	-21,0%
<b>Rendimentos Operacionais</b>	<b>169.631</b>	<b>191.664</b>	<b>22.033</b>	<b>13,0%</b>

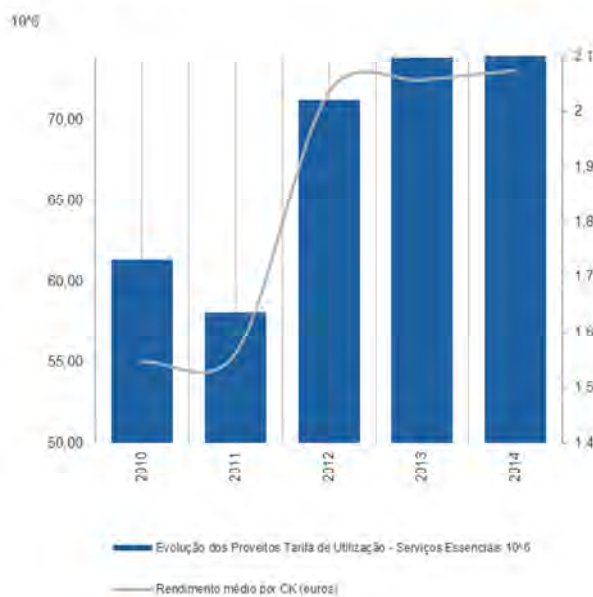
Os rendimentos operacionais registaram um aumento de 22.033 mil euros face a 2013 resultante do efeito conjugado do aumento da **Tarifa de Utilização** (+2.634 mil euros), do aumento dos **Rendimentos não Core** (+25.653 mil euros) e da redução de Indemnizações Compensatórias e Concedente Estado (-6.714 mil euros).

A atividade **Core** da REFER consiste na disponibilização aos operadores de infraestrutura ferroviária. Esta disponibilização e utilização está sujeita a tarifação (Tarifa de utilização), cuja metodologia de cálculo é regulamentada pelo Instituto da Mobilidade e Transportes (IMT) através do Regulamento nº 630/2011.

A Tarifa de Utilização constitui cerca de 77% do volume de negócios da REFER.

O incremento (+2.634 mil euros face a 2013) registado no rendimento proveniente da Tarifa de Utilização deve-se ao efeito conjugado do aumento da utilização da infraestrutura (+5% de comboios – quilómetro (CK), realizados), 37.923 mil CK em 2014 face a 35.952 mil CK em 2013, e do aumento de 2% na tarifa base por CK (2,0 euros em 2013 para 2,04 euros em 2014).

**Evolução dos Rendimentos da Tarifa de Utilização**



Numa perspectiva histórica dos últimos 5 anos a utilização da rede registou um decréscimo em volume, tendo a descida mais significativa ocorrido em 2012 (35.022 mil CK em 2012 face a 39.672 mil CK em 2010), no entanto, este decréscimo em volume foi contrariado pelo aumento da tarifa base por CK. O crescimento da tarifa base deve-se à aplicação das novas regras de cálculo das tarifas de Serviços Essenciais (conforme disposto no Regulamento n.º 630/2011), cujos efeitos já foram repercutidos na 1ª Adenda ao Diretório da Rede 2012. O referido regulamento reformula o modelo de tarifação da infraestrutura ferroviária, nomeadamente no que respeita ao apuramento da tarifa base assim como às regras aplicáveis à valorização da capacidade pedida e não utilizada.

**Rede Ferroviária Nacional  
Ck Realizados**  
[milhões de Ck]



unidade: milhares de euros

TARIFA de UTILIZAÇÃO	2013	2014	Var 2014/2013	%
Passageiros	62.939	65.102	2.163	3%
Mercadorias	7.475	8.486	1.011	14%
Marchas	1.516	1.638	122	8%
<b>TOTAL TARIFA BASE</b>	<b>71.930</b>	<b>75.226</b>	<b>3.296</b>	<b>5%</b>
Capacidade Pedida Não Utilizada	1.999	1.337	-662	-33%
<b>TOTAL</b>	<b>73.929</b>	<b>76.563</b>	<b>2.634</b>	<b>4%</b>
<b>TARIFA BASE/ CK</b>	<b>2,00 €</b>	<b>2,04 €</b>	<b>0,04 €</b>	<b>2%</b>

O segmento de mercadorias foi o que registou maior crescimento na utilização da rede registando mais 575 mil CK face a 2013, enquanto o segmento de passageiros registou um incremento de apenas 338 mil CK evidenciando alguma retoma da atividade económica.

A redução na Capacidade Pedida e Não Utilizada (-662 mil euros) resulta da redução dos conflitos laborais nos operadores, com a consequente redução de comboios suprimidos.

Em 2014, registou-se um decréscimo de 3.207 mil euros, no montante atribuído pelo Estado a título de **Indemnização Compensatória** pela prestação de serviço público. O montante atribuído ascendeu a 40.493 mil euros conforme verba consagrada no Orçamento de Estado para 2014 e confirmada pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 52/2014.

Os rendimentos **não Core**, excluindo dividendos de empresas participadas, registaram uma evolução positiva face a 2013:



unidade: milhares de euros

Rendimentos Não Core	2013	2014	Desvio	%
Concessão Espaços Comerciais - RP	5.080	5.879	799	15,7%
Outras Concessões	636	636	0	-0,1%
Concessão Telecomunicações - RT	2.885	3.285	401	13,9%
Aluguer Fibras	139	139	0	-0,1%
Resíduos	10.237	2.747	-7.490	-73,2%
Cedência de Energia e Água	1.086	649	-437	-40,2%
Cedência Pessoal e Materiais	1.220	203	-1.018	-83,4%
Outros Rendimentos	1.735	28.858	27.123	1563,7%
<b>TOTAL</b>	<b>23.018</b>	<b>42.395</b>	<b>19.377</b>	<b>84,2%</b>

Os rendimentos provenientes das **concessões da Infraestrutura de Telecomunicações e dos Espaços Comerciais** registaram um incremento de 1.199 mil euros face a 2013 devido ao aumento do volume de negócios da REFER Telecom, em clientes extra REFER e do volume de negócios em concessões de espaços comerciais pela REFER Património.

A rubrica **Resíduos** registou um decréscimo significativo face a 2013 (10.237 mil euros em 2013 para 2.747 mil euros em 2014) dado que o contrato celebrado com a Siderurgia Nacional, para Alienação de Resíduos de Carril e de Material Ferroso Miúdo, registou uma maximização de cargas em 2013, permitindo uma antecipação do seu *terminus* (que ocorreu em janeiro de 2014) o qual estava previsto para março de mesmo ano.

A rubrica **Outros Rendimentos** registou um incremento de 27.123 mil euros devido à aquisição da totalidade do capital social da GIL, a qual incluiu, simultaneamente, a aquisição de empréstimos aos restantes anteriores acionistas desta participada (Parque Expo e Metro Lisboa), os quais ascendem a 26.929 mil euros.

O **Resultado Operacional** da REFER registou em 2014 um agravamento de cerca de 2.548 mil euros.

unidade: milhares de euros

<b>Resultado Operacional</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>Varição %</b>
Rendimentos Operacionais	169.631	191.664	13%
Gastos Operacionais	209.130	233.711	12%
<b>Resultado Operacional</b>	<b>-39.499</b>	<b>-42.047</b>	<b>6%</b>

Apesar da melhoria registada nos rendimentos operacionais (+22.033 mil euros), os incrementos registados nas rubricas **Imparidades** e **Outros Gastos** (+38.637 mil euros) tiveram impacto negativo na evolução do Resultado Operacional.

O EBITDA de 2014 fixou-se em 1.440 mil euros refletindo uma recuperação considerável face a 2013, de 25.445 mil euros. Este aumento deve-se em larga medida ao reflexo contabilístico nos outros rendimentos operacionais (26.929 mil euros), da operação de aquisição dos empréstimos concedidos à GIL pela Parque Expo e Metro Lisboa.

No geral, as restantes rubricas de gastos operacionais registaram uma tendência de decréscimo face a 2013:

unidade: milhares de euros

<b>Gastos Operacionais</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>Desvio</b>	<b>%</b>
Gasto com o consumo de materiais	6.402	5.100	-1.301	-20%
Fornecimentos e Serviços Externos	94.404	95.456	1.052	1%
Gastos com Pessoal	90.559	81.409	-9.151	-10%
Depreciação e Amortizações do Exercício	2.762	3.106	344	12%
Imparidades	4.750	37.110	32.359	681%
Provisões para outros riscos e encargos	8.272	3.272	-5.000	-60%
Outros Gastos	1.982	8.259	6.278	317%
<b>Gastos Operacionais</b>	<b>209.130</b>	<b>233.711</b>	<b>24.581</b>	<b>12%</b>

unidade: milhares de euros

Fornecimentos e Serviços Externos	2013	2014	Desvio	%
Subcontratos	63.336	65.612	2.276	4%
Frota Automóvel	2.447	2.353	-93	-4%
Comunicações - fixo e móvel	763	592	-171	-22%
Limpeza	2.012	1.957	-55	-3%
Vigilância	4.598	4.857	258	6%
Eletricidade	6.239	5.875	-364	-6%
Energia para Tração	5.302	5.009	-293	-6%
Outros FSE	9.706	9.201	-506	-5%
<b>Total Fornecimentos e Serviços Externos</b>	<b>94.404</b>	<b>95.456</b>	<b>1.052</b>	<b>1%</b>

**Subcontratos** - esta rubrica representa cerca de 69% dos Fornecimentos e Serviços Externos. Registou um incremento de 2.276 mil euros face a 2013 devido ao aumento registado em serviços de engenharia nomeadamente a celebração de um contrato com a REFER Engineering no valor de 1.782 mil euros, com vista a assegurar a reserva de capacidade para desenvolver um conjunto de iniciativas de atualização e inovação no âmbito das diversas especialidades da Engenharia Ferroviária na área da Gestão do Conhecimento de Engenharia, com o propósito de garantir que o Grupo REFER continue a dispor dos serviços de uma Engenharia proativa, atuante e tecnicamente independente.

Nesta rubrica registam-se as ações de manutenção com recurso a subcontratação, nomeadamente manutenção de via, sinalização, telecomunicações, catenária, representando estas especialidades 84% do total de gastos com subcontratação.

## Frota Automóvel

unidade: milhares de euros

FROTA AUTOMÓVEL	2013	2014	Desvio	%
Rendas de AOV	1.210	1.069	-140	-12%
Combustível	742	750	8	1%
Portagens	184	224	39	21%
Manutenção	184	199		
Seguros	117	102	-14	-12%
Impostos (IUC)	11	10	-1	-11%
<b>Total</b>	<b>2.447</b>	<b>2.353</b>	<b>-109</b>	<b>-4%</b>

Número Viaturas	2013	2014	Varição
	<b>353</b>	<b>339</b>	<b>-14</b>
AOV	101	227	126
Empresa	252	112	-140
<b>Gastos Frota Automóvel /Viatura</b>	<b>0,007</b>	<b>0,007</b>	<b>0%</b>

O parque automóvel da empresa evidencia um encargo de aproximadamente 2.353 mil euros em 2014, representando um decréscimo de 4% face a 2013 (isto é, menos 109 mil euros), explicado pela redução do número de viaturas (353 para 339) com impacto sobre os gastos com combustível e rendas de AOV. De realçar que o parque automóvel gerido pela REFER é, essencialmente, constituído por viaturas que permitam o desenvolvimento da sua atividade operacional.

De registar ainda que os encargos com o parque automóvel ficaram 11% abaixo da previsão orçamental, o que equivale a um desvio de cerca 303 mil euros.

**Gastos com Pessoal** - Os gastos com pessoal apresentam um decréscimo de 9.151 mil euros (-10%) face a 2013 devido à necessidade verificada nesse ano em reconhecer os gastos referentes à reposição do subsídio de férias no valor de 5 milhões de euros relativos a 2012 e à diminuição do efetivo médio.

Verificou-se contudo um aumento de 6.036 mil euros (8%) face ao estabelecido em sede de orçamento no seguimento do acórdão do Tribunal Constitucional, que obrigou à reposição integral das reduções remuneratórias durante 3 meses.

unidade: milhares de euros

Gastos com Pessoal	2013	2014	Desvio	%
Gastos com Pessoal (sem Rescisões)	86.301	78.149	-8.152	-9%
Rescisões	4.258	3.260	-998	-23%
<b>Total</b>	<b>90.559</b>	<b>81.409</b>	<b>-9.151</b>	<b>-10%</b>
<b>Efetivo Médio a Cargo</b>	<b>2.642</b>	<b>2.513</b>	<b>-129</b>	<b>-5%</b>

Em 2014 foi aplicada a redução remuneratória definida no artigo 33.º Lei n.º 83-C/2013, de 31 dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014, aplicável à remuneração dos trabalhadores das entidades públicas empresariais.

### Resultado Líquido

O Resultado Líquido manteve-se praticamente inalterável face a 2013, com uma variação positiva, de 71 mil euros.

unidade: milhares de euros

Resultado Líquido	2013	2014	Varição %
Rendimentos Operacionais	169.631	191.664	13%
Gastos Operacionais	209.130	233.711	12%
<b>Resultado Operacional</b>	<b>-39.499</b>	<b>-42.047</b>	<b>6%</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>-55.860</b>	<b>-72.087</b>	<b>29%</b>
Imposto do Exercício	6.223	25.069	303%
<b>Resultado Líquido</b>	<b>-89.136</b>	<b>-89.065</b>	<b>0%</b>

A par do agravamento do Resultado Operacional (-2.548 mil euros), registou-se igualmente um agravamento do Resultado Financeiro (-16.227 mil euros), os quais foram compensados pelo efeito positivo do Imposto do Exercício (+18.846 mil euros). Este efeito é resultante do registo do ativo por impostos diferidos relativo a prejuízos fiscais reportáveis e dedutíveis em lucros fiscais futuros.

No capítulo Gestão da Dívida Financeira e Dívida encontra-se o detalhe sobre o Resultado Financeiro.

## FLUXOS DE CAIXA

Em 2014 a REFER financiou a sua atividade através de subsídios à exploração (49.493 mil euros), PIDDAC (9.823 mil euros), empréstimos do Estado (64.000 mil euros) e operações de aumento do capital estatutário (1.034.800 mil euros).

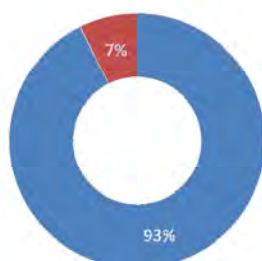
## ESTRUTURA PATRIMONIAL

A **Demonstração da Posição Financeira** evidencia os ativos e os passivos afetos a cada uma das atividades - Investimento em Infraestruturas de Longa Duração e de Gestão da Infraestrutura.

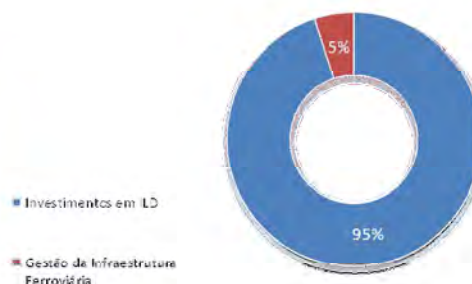
### Ativo

A estrutura patrimonial da REFER mantém-se, em termos relativos, semelhante a 2013, ou seja, a atividade que maior peso regista, face ao valor global do ativo, é a atividade de investimento em ILD com um peso de 93% em 2013 e 95% em 2014.

**Estrutura do Ativo 2013**



**Estrutura do Ativo 2014**



O Ativo afeto à Atividade de Gestão da Infraestrutura Ferroviária registou uma redução de 118.274 mil euros, resultante de:

- redução do saldo de **caixa e equivalentes de caixa** (-4.965 mil euros). Em 31 de dezembro de 2014 o saldo desta rubrica é de 75.469 mil euros.
- redução do saldo de **Clientes e outras contas a receber** (-119.981 mil euros) resultante essencialmente do recebimento de 209.387 mil euros do operador CP para regularização, entre outros, do valor da taxa de utilização de infraestrutura.
- O Ativo afeto à Atividade em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração registou um incremento de 286.271 mil euros resultante essencialmente do aumento verificado no ativo financeiro Concedente – Estado - conta a receber (+283.667 mil euros). Este aumento resultou do efeito conjugado do incremento do ativo concessionado, da redução dos subsídios para cobertura desse ativo assim como do reforço dos juros debitados.

(milhares de euros)

Ativo	31.12.2013	31.12.2014	Variação	Var %
<b>Atividade de Gestão da Infraestrutura Ferroviária</b>	<b>395 869</b>	<b>277 595</b>	<b>- 118 274</b>	<b>-30%</b>
Não correntes	62 504	71 595	9 091	15%
Correntes	333 365	206 001	- 127 364	-38%
<b>Atividade em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração</b>	<b>4 989 628</b>	<b>5 275 899</b>	<b>286 271</b>	<b>6%</b>
<b>Total Ativo</b>	<b>5 385 497</b>	<b>5 553 494</b>	<b>167 998</b>	<b>3%</b>

## Passivo

O total do passivo registou uma redução de 777.737 mil euros face a 31 de dezembro de 2013. A variação mais expressiva ocorreu por força da amortização de capital dos empréstimos obtidos no montante de 752.296 mil euros.

As amortizações efetuadas resultaram da redução do capital em dívida, no montante de 91.261 mil euros, de empréstimos contraídos junto do Banco Europeu de Investimento e de empréstimos do Estado, no montante de 715.774 mil euros.

(milhares de euros)

Passivo	31.12.2013	31.12.2014	Varição	Var %
<b>Atividade de Gestão da Infraestrutura Ferroviária</b>	<b>2 329 080</b>	<b>2 624 356</b>	<b>295 276</b>	<b>13%</b>
Não correntes	1 488 576	1 160 264	- 328 312	-22%
Correntes	840 504	1 464 093	623 589	74%
<b>Atividade em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração</b>	<b>5 035 070</b>	<b>3 962 057</b>	<b>-1 073 013</b>	<b>-21%</b>
Não correntes	4 879 119	3 801 786	-1 077 333	-22%
Correntes	155 951	160 271	4 320	3%
<b>Total do passivo</b>	<b>7 364 150</b>	<b>6 586 413</b>	<b>- 777 737</b>	<b>-11%</b>

## Capital próprio

(milhares de euros)

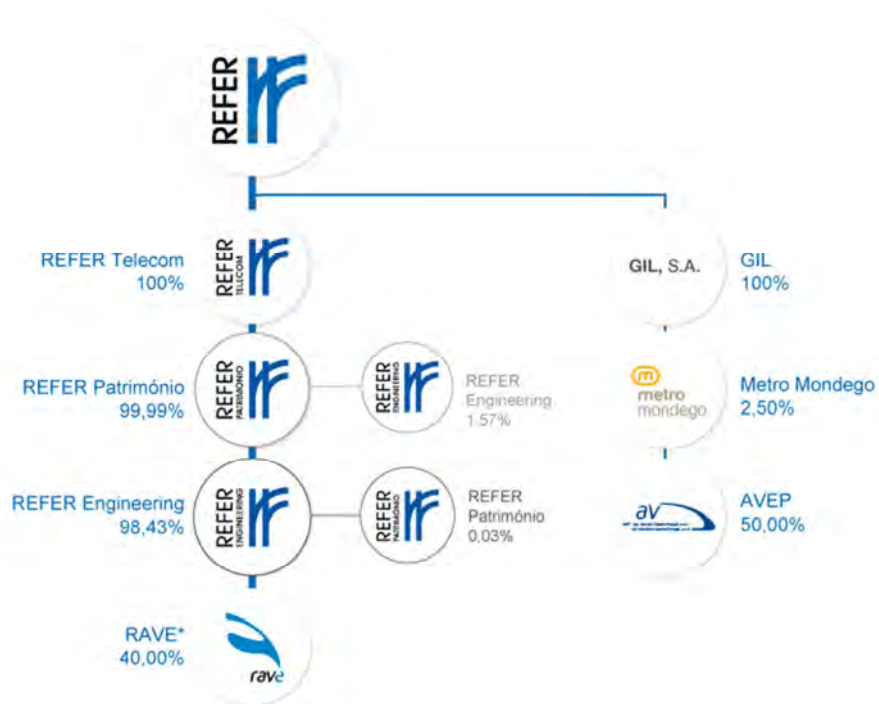
Capital Próprio	31.12.2013	31.12.2014	Varição	Var %
Capital	451 200	1 486 000	1 034 800	229%
Outras variações em capitais próprios - impostos diferidos	- 26 260		26 260	---
Resultados acumulados	-2 314 458	-2 429 854	- 115 396	5%
Resultados Líquido do Exercício	- 89 136	- 89 065	71	0%
<b>Total do capital próprio</b>	<b>-1 978 654</b>	<b>-1 032 919</b>	<b>945 735</b>	<b>-48%</b>

O capital estatutário registou um aumento de 1.034.800 mil euros, dos quais 795.056 mil euros por conversão do serviço da dívida referente aos empréstimos do Estado e de 239.744 mil euros por entradas em numerário para satisfazer o restante serviço de dívida e uma parcela de investimento.



## O GRUPO

A REFER detém um conjunto de participações em empresas com objetos diversos, dedicadas ao aproveitamento e à rentabilização de ativos não totalmente utilizados pela atividade ferroviária.



\* extinta a 17/01/2014

## EMPRESAS PARTICIPADAS E PRINCIPAIS ATIVIDADES

### REFER TELECOM – Serviços de Telecomunicações, S.A.

A REFER Telecom tem como objeto o estabelecimento, gestão e exploração de infraestruturas e sistemas de telecomunicações, a prestação de serviços de telecomunicações bem como o exercício de quaisquer atividades que sejam complementares, subsidiárias ou acessórias daquelas diretamente ou através de constituição ou participação em sociedades.

O seu acionista único é a REFER, EPE e o seu capital social é de 10 milhões de euros.

A REFER Telecom está licenciada pela Autoridade Nacional de Telecomunicações (ANACOM) como **Prestador de Serviço Fixo Telefónico** como **Operador de Redes Públicas** no Território Nacional e registada enquanto **Prestador de Serviços de Transmissão de Dados e Serviços Internet**. Em 2009 a REFER Telecom passou também a ser **Operador de serviços de voz através da Internet (VoIP)** de uso nómada e Operador autorizado a operar o Sistema GSM-R nas faixas de frequências de 876 – 880 MHz e 921 – 925 MHz.

A REFER Telecom é também um operador de telecomunicações ferroviárias. A sua missão consiste em assegurar a gestão eficaz da infraestrutura de telecomunicações concessionada pelo Acionista, garantindo-lhe a excelência na prestação de um conjunto alargado de serviços e a vanguarda do que mais moderno se faz na área das TIC (Tecnologias de Informação e Comunicações) bem como a obtenção de mais-valias junto do mercado em geral. Para além da prestação de serviços de Telecomunicações Ferroviárias, a REFER Telecom prestou também consultoria técnica ao seu acionista.

A absorção da Direção de Sistemas de Informação da REFER, EPE (DSI) por parte da REFER Telecom, reforçou desta forma as competências da empresa em áreas críticas e de alto valor acrescentado, para o suporte do *core business* do Grupo.

Paralelamente à atividade direcionada para o acionista, a REFER Telecom tem registado uma evolução na sua atividade junto dos operadores de telecomunicações através do fornecimento de infraestrutura de fibra ótica e instalações de suporte.

### REFER PATRIMÓNIO – Administração e Gestão Imobiliária, S.A.

Os seus acionistas são a REFER, EPE e a REFER Engineering, e o seu capital social é de 15 milhões de euros.

A REFER PATRIMÓNIO tem como missão a gestão do património imobiliário a cargo da REFER, assegurando a sua eficiente utilização, valorização e rentabilização, em consonância com os objetivos de gestão da infraestrutura ferroviária.

É uma empresa do Grupo REFER direcionada para a área do imobiliário, tendo como competências:

- a valorização, rentabilização e requalificação do património imobiliário não afeto à exploração ferroviária, garantindo a sustentabilidade financeira e ambiental;
- Criação e atualização do cadastro do Domínio Público Ferroviário (DPF), permitindo o acesso permanente a toda a informação disponível relacionada com os bens do património imobiliário;
- Gestão, manutenção e administração corrente das estações, dos empreendimentos imobiliários e do restante património não afeto à exploração.

Estes serviços têm um forte impacto no utente, quer ele seja o passageiro ferroviário, um concessionário ou o utilizador do património desativado e requalificado, como por exemplo, as ecopistas.

### **REFER Engineering, S.A.**

(Ex-FERBRITAS - Empreendimentos Industriais e Comerciais, S.A.)

Os seus acionistas são a REFER, EPE e a REFER Património e o seu capital social é de 1,5 milhões de euros.

Em fevereiro de 2013, foi alterada a denominação da Ferbritas para REFER Engineering a qual tem como objeto a prestação de serviços de consultoria e realização de estudos e projetos de engenharia, nas áreas de transportes, logística e outras, cobrindo a conceção, desenvolvimento, gestão, manutenção e exploração das respetivas infraestruturas; a prestação de serviços de consultoria e de assistência técnica; o exercício das atividades de cartografia, topografia, cadastro e expropriações; a prestação de serviços de gestão integrada de empreendimentos e de fiscalização; a prestação de serviços na área da gestão da qualidade, ambiente e segurança.

### **RAVE, Rede Ferroviária de Alta Velocidade, S.A.**

A RAVE, Rede Ferroviária de Alta Velocidade, S.A., é a empresa portuguesa que tem por missão o desenvolvimento e coordenação dos trabalhos e estudos necessários para a formação de decisões de planeamento e construção, financiamento, fornecimento e exploração de uma rede ferroviária de alta velocidade a instalar em Portugal Continental e da sua ligação com a rede espanhola de igual

natureza. A partir de 2011, a sua atividade foi gradualmente incorporada na REFER tendo sido concluído esse processo já em 2013.

Na assembleia geral de acionistas realizada em 27 de novembro de 2012, foi deliberada a dissolução e liquidação da RAVE.

Em 17 de janeiro de 2014 realizou-se a última assembleia-geral da empresa tendo sido aprovadas as contas da liquidação bem como o projeto de partilha apresentado pela Liquidatária. O encerramento da liquidação foi registado em 12 de fevereiro de 2014 na respetiva Conservatória do Registo Comercial.

## INDICADORES 2014

Principais indicadores das participadas da REFER em 2014:

### Indicadores 2014 [milhares euros]

Participadas	Dezembro 2014				
	REFER Engineering	Refer Património	Refer Telecom	G.I.L.	Metro Mondego
<b>Participação</b>	<b>98,43%</b>	<b>99,99%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>2,50%</b>
<b>Activo não Corrente</b>	4 536	7 502	7 170	69 969	37 429
<b>Activo Corrente</b>	7 059	17 453	24 070	6 195	1 065
<b>Total Activo</b>	11 595	24 955	31 239	76 164	38 494
<b>Capital próprio (não incluindo Resultado Líquido)</b>	5 612	8 771	16 799	- 11 691	29 686
<b>Resultado líquido</b>	943	513	2 566	192	- 25
<b>Passivo</b>	5 040	15 671	11 873	87 663	8 833
<b>Proveitos Operacionais</b>	10 052	12 530	26 007	4 360	558
<b>Gastos Operacionais</b>	9 670	12 122	22 517	3 602	581
<b>VN</b>	9 612	11 727	25 527	2 772	0
<b>Número Médio de Funcionários</b>	160	65	178	6	
<b>Vol Negócios / Nº Funcionários</b>	30 202	169 040	129 566	783 677	n.a.
<b>Cobertura dos Custos pelos Proveitos</b>	104%	103%	115%	121%	96%
<b>Autonomia Financeira</b>	48%	35%	54%	-15%	77%
<b>EBITDA</b>	291	207	775	- 161	- 34

## GESTÃO FINANCEIRA E DÍVIDA

Ao longo de 2014, a REFER desenvolveu a atividade de gestão financeira alinhando a sua atuação com as diretrizes definidas pelo acionista consubstanciadas na inscrição direta do seu orçamento de despesa e de receita no Orçamento do Estado para 2014 (OE 2014), mantendo assim o seu estatuto de Empresa Pública Reclassificada (EPR).

Tal como já tinha ocorrido em 2013, a REFER geriu o seu orçamento económico através da aplicação da Lei 8/2012 (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso) cumprindo a obrigação de comprometer toda e qualquer despesa previamente à sua realização tendo como limites as dotações afetas às diversas rubricas orçamentais inscritas pela REFER no OE 2014.

O orçamento da REFER inscrito em sede do OE 2014 e aprovado através da Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro, resultou numa previsão de necessidades de financiamento de 102.503 mil euros.

Estas necessidades de financiamento, traduzidas em empréstimos a contrair junto do Estado, visavam essencialmente a cobertura do défice da atividade de gestão de infraestrutura (- 29.756 mil euros)<sup>1</sup>, dos fundos circulantes (-58.958 mil euros) e dos empréstimos concedidos à GIL. A atividade de investimento seria integralmente assegurada pelo Capítulo 50 do PIDDAC, por fundos comunitários, e por aumentos de capital no montante de 1.089.985 mil euros, que permitiriam igualmente cobrir o serviço da dívida.

Tal como previsto na Lei nº 18/2013 de 18 de fevereiro, foi publicado o Decreto-Lei nº133/2013 de 3 de outubro que “...estabelece os princípios e regras aplicáveis ao sector público empresarial, incluindo as bases gerais do estatuto das empresas públicas...”. Este articulado, para além de cobrir matérias como sejam as obrigações de reporte, divulgação de informação, a criação de nova estrutura orgânica para acompanhamento do sector empresarial do Estado, estabelece e impõe ainda regras claras quanto ao endividamento e gestão de derivados financeiros das EPR. Com efeito, o seu artigo 29º determina que esta categoria de empresas (as EPR) fica impossibilitada de aceder a financiamento junto das instituições de crédito com exceção das de carácter multilateral (ex. Banco Europeu de Investimento) ficando ainda consagrada no artigo 72º a transferência da gestão das suas carteiras de derivados financeiros para o IGCP.

Foi neste enquadramento que a REFER geriu a sua atividade de forma a minimizar os riscos de execução orçamental, sendo de destacar os seguintes eventos com impacto determinante quer do lado da receita quer do lado da despesa:

---

<sup>1</sup> Inclui as indemnizações compensatórias aprovadas em sede de OE2014

- Aumento de capital no montante de 1.034.800 mil de euros dos quais 795.056 mil euros por conversão do serviço da dívida referente aos empréstimos do Estado e de 239.744 mil euros por entradas em numerário para satisfazer o restante serviço da dívida e uma parcela de investimento;
- Recebimento de 209.388 mil euros do operador CP para regularização do valor da taxa de utilização de infraestrutura.
- Pagamento à CP do montante de 40.451 mil euros pela transferência da titularidade dos imóveis relativos a 14 terminais ferroviários de mercadorias, cujos direitos de exploração haviam sido concedidos à CP Carga.
- Pagamento à CP Carga do montante de 22.350 mil euros, sendo 20.650 mil euros pela transmissão dos direitos de exploração dos terminais e 1.700 mil euros relativos à aquisição diverso equipamento conexo com a atividade.
- A devolução de fundos comunitários no montante de 37.262 mil euros por reembolsos de adiantamentos, pela aplicação de correções financeiras à despesa e por alterações de *deficits* de financiamento.
- A liquidação antecipada em janeiro do último *swap* existente, cujo valor nocional ascendia a 150.000 mil euros. A referida liquidação teve como móbil a recuperação do valor de mercado daquele *swap*, o que permitiu um encaixe financeiro de 3.417 mil euros.
- Não se registou qualquer pagamento referente à tarifa de utilização da infraestrutura por parte do operador Fertagus, sendo o valor em dívida, no final de 2014, de cerca de 13.243 mil euros.

Ao longo do ano, conjugando a execução orçamental com a materialização dos eventos atrás referidos, a REFER foi atualizando as suas necessidades de financiamento e reportando-as regularmente à Direção Geral de Tesouro e Finanças (DGTF). Consequentemente, procedeu-se em 27 de maio à formalização de um empréstimo junto do Estado Português no montante de 78.000 mil euros, a realizar em quatro tranches entre maio e setembro. A REFER não necessitou de utilizar a última tranche no valor de 14.000 mil euros, pelo que o total em dívida deste empréstimo ascende a 64.000 mil euros.

Verificou-se assim uma redução do valor inicialmente previsto de necessidades de financiamento através de empréstimos do Estado de 102.503 mil euros, para 64.000 mil euros.

## EVOLUÇÃO DA DÍVIDA FINANCEIRA

Conforme atrás referido, em 2014 foram realizadas operações de aumento de capital num total de 1.034.800 mil euros. Estas operações dividiram-se em dois tipos, conversão de créditos e entrada de numerário, e visaram a cobertura das seguintes necessidades de financiamento:

- Serviço da dívida de 2014 associado aos empréstimos do Estado no valor de 795.056 mil euros (juros: 79.282 mil euros; capital: 715.774 mil euros) através da conversão de créditos;
- Serviço da dívida de 2014 associado à restante dívida financeira no valor de 234.830 mil euros (juros: 143.569 mil euros; capital: 91.261 mil euros) através de entrada em numerário; e
- Investimento no valor de 4.914 mil euros igualmente através de entrada em numerário.

Em maio foi contratado um novo empréstimo do Estado no montante de 64 milhões de euros, para suprir necessidades de financiamento do défice operacional.

Desta forma, o stock de dívida financeira da REFER sofreu um desagravamento de 743.035 mil euros diminuindo, em termos nominais, de 7.160.943 mil euros em 2013, para 6.417.908 mil euros em 2014.

De acordo com a fórmula de cálculo do acréscimo do endividamento definida pela DGTF<sup>2</sup>, que estabelece que o seu cálculo deve resultar da ponderação dos financiamentos remunerados pelo capital social realizado, comparativamente a 2013, o acréscimo de endividamento da REFER foi de 4%, cumprindo com o limite de endividamento definido na Lei do OE 2014.

Em termos reais, o stock de dívida financeira da REFER reduziu-se em 10% face ao nível de 2013.

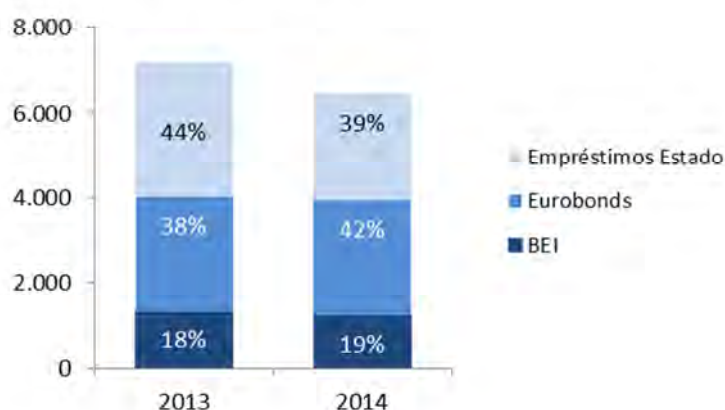
No que respeita à evolução da estrutura da dívida, de referir a diminuição, face a 2013, do peso relativo dos empréstimos do Estado de 44% para 39%, tendo a representação dos empréstimos obrigacionistas (Eurobonds) subido de 38% para 42%. Esta evolução resulta do fato dos empréstimos obrigacionistas serem amortizados apenas na sua maturidade ao invés dos restantes empréstimos que tiveram amortizações de capital em 2014 cobertas pelas operações de aumento de capital estatutário.

---

<sup>2</sup> Através do ofício nº 7035 de 21 de novembro, a DGTF informa das instruções de elaboração dos instrumentos previsionais de gestão para o período 2014-2016 nas quais consta a definição da fórmula de cálculo do acréscimo do endividamento bem como o respetivo limite de crescimento para 2014 – 4%

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a REFER apresentava a seguinte estrutura de dívida:

### Estrutura da Dívida



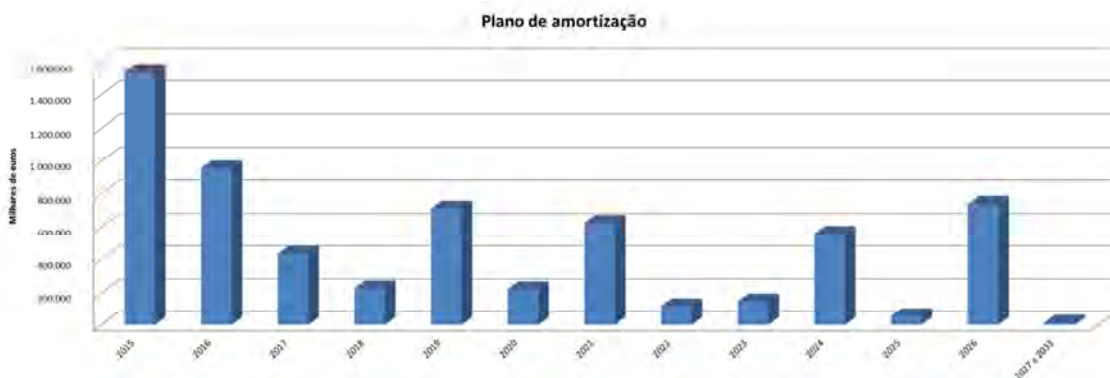
Os empréstimos contraídos junto do Estado desde 2011 vencem-se em 2016, 2017, 2020 e 2021, tendo um período de carência de juros de cerca de 12 meses e um plano de reembolso que varia entre 8 e 12 prestações de capital iguais e sucessivas. O regime de taxa de juro é o de taxa fixa.

Os empréstimos BEI, contratados a prazos mais longos, têm um plano de amortização com prestações de capital, iguais ou diferentes mas sucessivas, permitindo o alisamento do perfil de amortização da dívida.

O reembolso dos Eurobonds é efetuado numa única prestação de capital na sua maturidade (bullet). À data de aprovação deste relatório a REFER já reembolsou o Eurobond 05/15, previsto para Março de 2015, no montante de 600 milhões de euros tendo sido financiado através de aumento de capital em março, no valor de 685.000 mil euros.

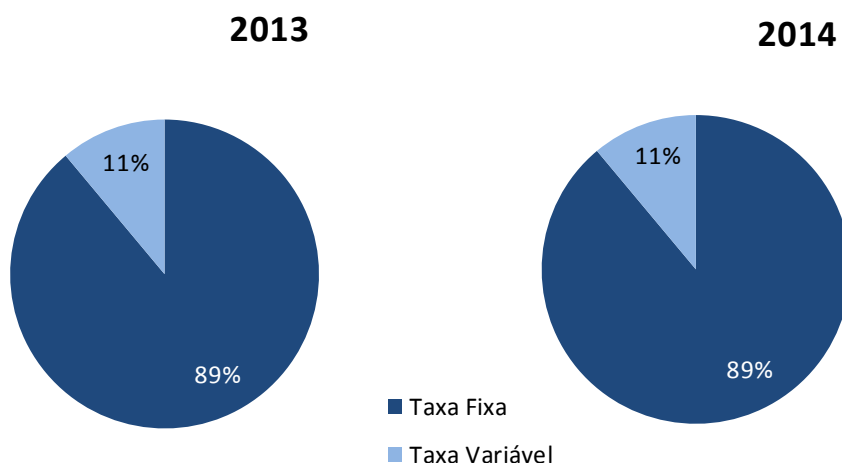
O reembolso dos restantes 4 empréstimos Eurobond, ocorrerá em 2019, 2021, 2024 e 2026 o que significará um risco considerável de refinanciamento nestes anos, como se pode observar no gráfico seguinte:





Tal como já referido, o refinanciamento da dívida tem sido assegurado através de operações de aumento de capital e pela contratação de empréstimos com o Estado, em regime de taxa de juro fixa, o que tem vindo a permitir reforçar a componente de dívida associada a este regime de taxa de juro e assim, a reduzir o risco de taxa de juro.

A carteira de dívida atual, por regime de taxa de juro, no final de 2014 e 2013, era a seguinte:



## TESOURARIA

Em termos de tesouraria, a REFER terminou o ano com um saldo de 75.469 mil euros, dos quais 70.000 mil euros se encontravam aplicados em CEDIC junto do IGCP, dando assim cumprimento ao estabelecido no Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado.

Dada a impossibilidade de acordar com a DGTF a calendarização das operações de financiamento e de aumento de capital, previstas e inscritas no Orçamento do Estado para 2015, entendeu-se como prudente manter um nível de liquidez que permitisse fazer face às responsabilidades da empresa durante os primeiros meses do ano e que incluam a totalidade do serviço da dívida previsto para 2015.

Atendendo a que no final de 2013, o saldo de Tesouraria ascendia a 73.612 mil euros, considera-se que a REFER executou uma gestão adequada dos recursos financeiros visando o desejável equilíbrio entre a captação de fundos e as necessidades inerentes ao cumprimento das suas obrigações financeiras ao longo do ano.

## ANÁLISE DE RESULTADOS FINANCEIROS

Para a análise dos resultados financeiros, considera-se a ótica do Resultado Financeiro Global que parte da Demonstração dos Resultados e ignoram-se os movimentos contabilísticos relacionados com a Atividade de Investimento em Infraestruturas de Longa Duração com reflexo na Demonstração da Posição Financeira. Esta ótica dá a perspetiva real da performance da atividade de gestão de dívida e risco da REFER.

No quadro abaixo detalha-se, então, a performance financeira nos exercícios de 2013 e 2014:

unidade: milhares de euros

DR FINANCEIRA			
	2013	2014	Variação
<b>Resultado Financeiro da Atividade Investimento</b>	<b>-156.857</b>	<b>-148.231</b>	<b>8.626</b>
Ganhos financeiros			
Perdas financeiras*	-156.857	-148.231	8.626
<b>Resultado Financeiro da Atividade Gestão de Infraestruturas</b>	<b>-69.897</b>	<b>-72.121</b>	<b>-2.224</b>
Ganhos financeiros	89	1.208	1.119
Perdas financeiras	-69.987	-73.329	-3.342
<b>Resultados Financeiro da Atividade de Hedging</b>	<b>14.037</b>	<b>34</b>	<b>-14.003</b>
Juros Obtidos Instrumentos Financeiros Derivados	36.708	5.440	-31.268
Juros Suportados Instrumentos Financeiros Derivados	-54.777	-2.023	52.754
Variação do Justo Valor Derivados - Ganhos	48.350		-48.350
Variação do Justo Valor Derivados - Perdas	-16.244	-3.383	12.861
<b>Resultado Financeiro Global</b>	<b>-212.718</b>	<b>-220.318</b>	<b>-7.600</b>
Valor imputado - Concedente Estado*	156.857	148.231	-8.626
<b>Resultado Financeiro (Demonstração de Rendimento Integral)</b>	<b>-55.860</b>	<b>-72.087</b>	<b>-16.227</b>

Em 2014, o Resultado Financeiro Global fixou-se em -220.318 mil euros, decomposto da seguinte forma:

- Resultado Financeiro afeto à Atividade de Gestão de Infraestruturas (GI): - 72.121 mil euros;
- Resultado Financeiro afeto à Atividade de Investimento (ILD): -148.231 mil euros;
- Resultado Financeiro afeto à Atividade de *Hedging*: aproximadamente nulo

Da análise comparativa com o ano de 2013 verifica-se uma deterioração de 7.600 mil euros no Resultado Financeiro Global.

Esta variação resultou, essencialmente, do decréscimo no Resultado Financeiro da Atividade de *Hedging*, em -14.003 mil euros o qual foi parcialmente compensado pelo efeito conjunto positivo dos resultados financeiros da Atividade de Investimento e Atividade de Gestão de Infraestrutura em + 6.402 mil euros.

Como anteriormente referido, a REFER liquidou, em janeiro de 2014, o último *swap* existente, cujo valor notional ascendia a 150 milhões de euros permitindo obter um encaixe financeiro de 3.417 mil euros.

A diminuição registada nos encargos financeiros no valor de 5.284 mil euros resultou da redução da dívida financeira em termos nominais, da política de refinanciamento

através de empréstimos concedidos pelo Estado, com taxas de juro médias inferiores à taxa de juro média da restante dívida e da revisão em 15 de setembro da taxa de juro do empréstimo REFER VI, que passou de 2,976% para 2,271%, tendo o efeito desta operação impactado nos encargos financeiros suportados, durante o último trimestre do ano.

No final de 2014 a dívida financeira, em termos nominais, ascendia a 6.417.908 mil euros, o que significa uma redução de 743.036 mil euros face a dezembro de 2013.

No que se refere à diminuição do valor imputado ao Concedente Estado entre 2013 e 2014, refira-se que o maior contributo é proveniente da redução do stock de dívida financeira para cobertura contabilística do investimento em ILD com consequente impacto nos encargos financeiros imputados (debitados) a esta atividade.

No quadro abaixo, apresenta-se a evolução da taxa de juro média anual de financiamento para o período compreendido entre 2006-2014:

#### Taxa média anual de financiamento

	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006
<b>Taxa média sem Hedging</b>	<b>3,23%</b>	<b>3,23%</b>	<b>3,99%</b>	<b>4,17%</b>	<b>3,39%</b>	<b>3,53%</b>	<b>4,84%</b>	<b>4,43%</b>	<b>3,53%</b>
MLP	3,23%	3,23%	3,92%	3,81%	3,54%	3,68%	4,79%	4,40%	3,53%
CP	0,00%	0,00%	9,97%	4,99%	2,58%	2,67%	5,03%	4,80%	3,54%
<b>Taxa média com Hedging</b>	<b>3,23%</b>	<b>3,43%</b>	<b>4,20%</b>	<b>4,14%</b>	<b>3,47%</b>	<b>3,33%</b>	<b>4,23%</b>	<b>4,10%</b>	<b>3,79%</b>
MLP	3,23%	3,43%	4,14%	3,78%	3,64%	3,45%	4,04%	4,04%	3,86%
CP	0,00%	0,00%	9,97%	4,99%	2,58%	2,67%	5,03%	4,80%	3,54%
<b>Média Euribor 6 meses</b>	<b>0,31%</b>	<b>0,34%</b>	<b>0,83%</b>	<b>1,64%</b>	<b>1,08%</b>	<b>1,43%</b>	<b>4,73%</b>	<b>4,35%</b>	<b>3,28%</b>

## Nota Final

A operação de fusão em curso trará certamente novos e grandes desafios à gestão financeira da empresa que resultar da fusão.

O objetivo de alcançar um modelo de financiamento sustentável que desonere contribuintes e gerações futuras implicará que, desde a primeira hora, a “nova” empresa atue sobre um conjunto de alavancas que permitam quer a redução da despesa quer a potenciação da receita.

O elevado nível de investimento previsto para o horizonte 2014-2024 e consagrado no Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (PETI3+) aprovado em abril de 2014, impõe um ambicioso esforço de captação de financiamento comunitário que, conjuntamente com a contrapartida pública nacional, pretende-se venha a sustentar o crescimento do endividamento.

Por outro lado, torna-se desejável que as medidas adotadas em 2014 e previstas para 2015 no que respeita à conversão do stock de dívida histórica em capital se possam manter permitindo a adequação da estrutura de capital da “nova” empresa aos ativos que terá sob a sua gestão.

# CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS

## 1. OBJETIVOS DE GESTÃO – 2014

Nos termos do regime jurídico do sector público empresarial (RJSPE), aprovado através do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e do Estatuto do Gestor Público (EGP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro, o Estado, enquanto acionista da Rede Ferroviária Nacional - REFER, E.P.E. define as orientações estratégicas específicas dirigidas ao Conselho de Administração da sociedade, para o mandato 2012-2014, enquadradas no quadro das orientações gerais do setor.

Apesar do contrato de gestão 2012-2014 (adiante Contrato de Gestão) não ter sido formalizado, o presente relatório apresenta a evolução em 2014 dos indicadores de desempenho definidos na minuta de contrato submetida à DGTF. Atende ainda à necessidade da REFER submeter anualmente ao Governo relatório com a evolução dos indicadores de desempenho da atividade desenvolvida pela empresa no ano anterior.

O Contrato de Gestão estabelece como Orientações Gerais do Setor e Orientações Estratégicas Específicas a aplicar à REFER o seguinte:

### Orientações gerais do setor

A REFER gere a Rede Ferroviária Nacional (RFN) na sua vertente de construção, conservação, exploração e preservação do património, sendo delineadas as seguintes orientações:

- Assegurar a sustentabilidade económico-financeira;
- Assegurar a mobilidade e acessibilidade de forma eficiente e adequada às necessidades, promovendo a coesão social;
- Promover os investimentos que contribuam para aumentar a competitividade da economia nacional e a segurança.

### Orientações estratégicas específicas

No sentido de contribuir para a efetiva mobilidade das pessoas gerando benefícios sociais e ambientais num quadro de racionalidade económica e atendendo aos condicionalismos decorrentes do Memorando de Entendimento, Plano Estratégico

dos Transportes 2011-2015 e Estratégia Orçamental 2012-2016, a REFER apresentava como principais objetivos para este mandato:

- Contenção de gastos e melhoria da eficiência;
- Promoção de adequados níveis de segurança e de qualidade e fiabilidade do serviço;
- Execução das intervenções essenciais à manutenção de adequados níveis de segurança e de serviço.

Consideradas as Orientações Estratégicas Específicas acima explicitadas, a minuta do Contrato de Gestão estabelecia os objetivos de natureza financeira e de atividade e respetivas metas anuais quantificadas, conforme o quadro seguinte:

Área de Atuação	Peso	Indicadores	Fórmula de Cálculo	2012	2013	2014	Observação
Eficiência	18%	Taxa de Variação dos gastos operacionais totais relat. a 2011 [%]	$\frac{\text{gastos op.}_{ano_x} - 1}{\text{gastos op.}_{ano_{2011}}}$	-11,2	-16,5	-17,6	Excluindo materiais de investimento e indemnizações com pessoal
PMP a fornecedores	4%	PMP a fornecedores [dias]	$PMP = \frac{\sum_{i=1}^4 DF}{\sum_{i=1}^4 A} \times 365$	60	60	60	De acordo com os prazos que a REFER contratualmente está obrigada com os fornecedores
Rentabilidade e Crescimento	15%	Margem de EBITDA [%]	$\frac{EBITDA}{\text{rendimentos próprios}}$	-98	-73	-76	Rendimentos próprios = Rendimentos operacionais Totais excluído o subs. Expl. e o concedente Estado ILD
	15%	Rendimentos suplementares [M€]	Rendimentos não core + Dividendos	15,04	24,49	18,96	Excluindo rendimentos provenientes da alienação de património
Controlo dos Investimentos	10%	Taxa de execução financeira do orçamento de Investimentos [%]	$\frac{\text{execução}}{\text{orçamento}}$	90	90	90	Investimentos = ILD+EAG
Qualidade e fiabilidade de serviço	10%	Fiabilidade do serviço [%]	$1 - \frac{\sum CASL + CNR}{\sum \text{Comboios Programados}}$	96,60	96,90	96,90	Excluindo os atrasos e supressões por causas não imputáveis à REFER
	14%	Velocidade média do eixo Braga - Faro [km/h]	$\frac{\sum VTM_{\text{trajeto}} \times \text{extensão}_{\text{trajeto}}}{\sum \text{extensão}_{\text{trajeto}}}$	162	162	162	Eixo estruturante da Rede Ferroviária Nacional
Segurança	14%	N.º de acidentes significativos ocorridos por comboio.km	$\frac{\text{Acidentes Significativos}}{\text{CK Realizados}}$	0,807	0,827	0,771	



Os indicadores do Contrato de Gestão apresentam a seguinte evolução e desvio face à meta estabelecida para 2014 conforme o quadro seguinte:

### Objetivos de gestão para o triénio 2012-2014

#### Indicadores de gestão

Área de Atuação	Indicadores	Fórmula de cálculo	2014	Meta 2014	Desvio
Eficiência	Taxa de variação dos gastos operacionais com referência a 2011 (%)	(Gastos operacionais ano n / Gastos operacionais 2011)-1 Nota: Excluindo materiais de investimento, indemnizações com pessoal e reposição de subsídio de férias e Natal	6,8	-17,6	24,4
Prazo médio de pagamentos a fornecedores	Prazo médio de pagamentos a fornecedores	Fornecedores / Compras * 365 dias	27 dias	60 dias	-33 dias
Rentabilidade e crescimento	Margem de EBITDA	EBITDA/Rendimentos Próprios Nota: Rendimentos próprios = rendimentos operacionais totais excluindo o subs. Exploração, o concedente Estado LD e reposição de subs. de férias e Natal	-33%	-76%	43 p.p.
	Rendimentos não core	Rendimentos suplementares	51,46	18,96	32,50
Controlo dos Investimentos	Desvio financeiro dos Investimentos	(Execução / Orçamento)	132%	90,0%	- 42 p.p
Qualidade e fiabilidade de serviço	Fiabilidade do serviço [%]	$1 - \frac{\sum CASL + CNR}{\sum Comboios \text{ Programados}}$	98,0%	96,9%	1,06 p.p
	Velocidade média do eixo Braga - Faro [km/h]		162	162	0,0
Segurança	N.º de acidentes significativos ocorridos por comboio.km		1,344	0,771	0,573

## **Eficiência**

Em 2014, a REFER registou, face a 2011, um acréscimo de 6,8% nos gastos operacionais (+14 milhões de euros), não atingindo a meta de redução de 17,6% fixada para 2014.

Os gastos operacionais totalizaram 227 milhões de euros, dos quais 37 milhões de euros dizem respeito a Imparidades relativas à aquisição dos empréstimos concedidos à GIL (pela REFER, Metro e Parque Expo) e 9 milhões de euros resultam da reposição do subsídio de férias e de Natal, em 2014, conforme determinação do Tribunal Constitucional, efeito não considerado aquando da fixação da meta.

## **PMP a fornecedores**

A REFER regista um **prazo médio de pagamentos** de 27 dias, em linha com as orientações sobre a redução do prazo médio de pagamentos emanadas através do Decreto-lei nº 62/2013 que determina que em contratos entre empresas e entidades públicas os prazos de pagamento, em regra, não devem exceder os 30 dias, salvo disposição expressa em contrário no contrato. Este Decreto-lei vem assim sobrepor-se à meta inicial fixada em 60 dias.

## **Rentabilidade e Crescimento**

A **margem de EBITDA** apresentou em 2014 um valor de -33%, superando a meta de -76%.

Em 2014, os **outros rendimentos operacionais** totalizaram 51,46 milhões de euros, 32,50 milhões acima do montante previsto, decorrente da entrega de 55% dos Resultados Transitados de 2013 da REFER Telecom, no montante de 6,4 milhões e do reconhecimento do crédito sobre a GIL no montante de 26 milhões de euros referentes aos empréstimos outrora concedidos, pela Parque Expo e Metropolitano de Lisboa à GIL, em resultado do processo de aquisição da totalidade do capital social da GIL.

## **Controlo dos investimentos**

Em 2014, o volume de investimento, a custos técnicos, executado pela REFER situou-se nos 103 milhões de euros, de que resultou uma **taxa de execução**

**financeira do investimento** de 132%, valor que superou a meta de 90% constante do Contrato de Gestão.

O montante realizado de investimentos inclui 63 milhões correspondentes à transferência da titularidade dos Terminais Ferroviários de mercadorias, anteriormente sob a gestão da CP Carga, para a REFER, conforme despacho Conjunto dos Secretários de Estado do Tesouro e das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, de 23 de abril de 2014.

#### **Qualidade e fiabilidade de serviço**

O nível de **fiabilidade de serviço** registado superou em mais de 1 p.p. a meta definida (97,96% vs. 96,9%) e o indicador de **velocidade média do eixo Braga - Faro** está de acordo com a meta fixada, 162 km/h.

#### **Segurança**

No âmbito da segurança ferroviária, registaram-se 50 acidentes significativos em 2014 (dados ainda provisórios), consideravelmente acima da meta definida de 28 acidentes significativos, consequência do expressivo acréscimo de colhidas em plena via (32 no ano em análise) resultado da violação do canal ferroviário por pessoas não autorizadas.

Consequentemente, em 2014, o **número de acidentes significativos por milhão de CK** foi superior à meta estabelecida (1,344 vs. 0,771).

## 2. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

Dando cumprimento às obrigações decorrentes do Memorando de Entendimento celebrado no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira entre o Estado Português, o Fundo Monetário Internacional, a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu, do qual decorrem exigências em matéria de bom governo das empresas públicas e de reforço dos poderes e deveres inerentes ao exercício da função acionista, numa base de aplicação tendencialmente transversal, com vista a implementar um maior controlo financeiro, sobre o sector público empresarial, foi publicado o Decreto-lei nº133/2013, de 3 de outubro, que estabelece os princípios e regras aplicáveis ao sector público empresarial.

Estabelece o nº1 do seu artigo 29º que as empresas públicas não financeiras que tenham sido ou sejam integradas no sector das administrações públicas, nos termos do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, ficam impedidas de aceder a novo financiamento junto de instituições de crédito, salvo junto de instituições financeiras de carácter multilateral.

A REFER suportou os seguintes encargos associados à dívida financeira:

	2010	2011	2012	2013	2014
Encargos Financeiros (€)	196.190.194	260.170.798	280.158.443	241.065.341	221 259 344
Taxa Média Financiamento (%)	3,469%	4,143%	4,200%	3,428%	3,225%

A Lei nº 83-C/2013 estabelece os limites máximos de acréscimo de endividamento do Setor Empresarial do Estado para 2014, apurado nos termos das orientações do ofício circular de instruções de elaboração dos IPG-2014.

O acréscimo do endividamento fica limitado a 4%, considerando a dívida bancária ponderada pelo capital social realizado.

Em 2014 a REFER cumpriu o limite ao acréscimo do endividamento, tendo registado um incremento de 4%.

Passivo Remunerado	2013	2014	Var.Abs	Var %
Financiamentos Obtidos	7.160.943.558	6.417.908.459	-743.035.099	-10%
...dos quais concedidos pela DGTF	3.151.946.549	2.500.172.145	-651.774.404	-21%
Aumentos de Capital por dotação	21.000.000	239.743.919	218.743.919	1042%
Aumentos de Capital por conversao de créditos	0	795.056.081	795.056.081	-
Endividamento Ajustado	7.181.943.558	7.473.708.459	291.764.901	4%

### 3. EVOLUÇÃO PRAZO MÉDIO PAGAMENTOS A FORNECEDORES

(em conformidade com a RCM 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho nº9870/2009)

A Resolução do Conselho de Ministros (RCM) nº 34/2008, de 22 fevereiro, aprova o Programa Pagar a Tempo e Horas, o qual tem como objetivo reduzir significativamente os prazos de pagamento, a fornecedores de bens e serviços, praticados por entidades públicas. Estabelece a RCM objetivos de prazos, a monitorização e publicitação da evolução dos indicadores dos prazos médios de pagamento a fornecedores.

O Despacho nº 9870/2009 vem adaptar o cálculo do indicador do prazo médio de pagamentos.

O Decreto - Lei nº62/2013 determina que em contratos entre empresas e entidades públicas os prazos de pagamento, em regra, não devem exceder os 30 dias, salvo disposição expressa em contrário no contrato.

A REFER publica o seu prazo médio de pagamento no seu Relatório e Contas anual e, mensalmente envia à DGTF as parcelas que compõem a fórmula de cálculo do indicador.

A sua evolução, em 2013 e 2014, foi a seguinte:

PMP	2013	2014	Var 2014/ 2013
Prazo (dias)	35	27	-8

Em 2014 o Prazo Médio de Pagamentos (PMP) registou uma melhoria de 8 dias (de 35 dias em 31 dezembro de 2013 para 27 dias em 31 dezembro de 2014 (-23%) ficando em linha com as determinações contidas no Decreto - Lei nº 62/2013.

Define o Decreto-Lei nº 65-A/2011 que “Atraso no pagamento - corresponde ao não pagamento de fatura correspondente ao fornecimento dos bens e serviços referidos .... após o decurso de 90 dias, ou mais, sobre a data convencionada para o pagamento da fatura ou, na sua ausência, sobre a data constante da mesma”.

A REFER acorda com os seus fornecedores os prazos de pagamento. Sempre que os documentos estejam em conformidade, tanto legal como fiscalmente, são pagos na data do seu vencimento (ou na sua vizinhança) através da emissão de lotes de pagamentos semanais. Em consequência, a REFER não tem pagamentos em atraso.

#### 4. RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA AQUANDO DA APROVAÇÃO DAS CONTAS DE 2013

Os documentos de prestação de contas da REFER, que incluem as demonstrações financeiras separadas e consolidadas, referentes ao exercício de 2013, foram submetidos a aprovação da Senhora Secretária de Estado do Tesouro e Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações no dia 4 de abril de 2014, não tendo, até ao momento, sido aprovados pelo acionista.

## 5. REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

### A. CONSELHO ADMINISTRAÇÃO – Mandato 1

#### Conselho de Administração - Mandato 1

Mandato Início / Fim	Cargo	Nome	Designação		OPRLO	
			Forma	Data	Identificar Entidade	Pagadora
2012/2014	Presidente do Conselho de Administração	Rui Lopes Loureiro	Resolução 37/2012	30-ago	n.a.	n.a.
2012/2014	Vice-Presidente do Conselho de Administração	José Luís Ribeiro dos Santos	Resolução 37/2012	30-ago	n.a.	n.a.
2012/2014	Vogal do Conselho de Administração	Alberto Manuel de Almeida Diogo	Resolução 37/2012	30-ago	n.a.	n.a.
2012/2014	Vogal do Conselho de Administração	José Rui Roque	Resolução 37/2012	30-ago	n.a.	n.a.
2012/2014	Vogal do Conselho de Administração	Amílcar Álvaro de Oliveira Ferreira Monteiro	Resolução 37/2012	30-ago	n.a.	n.a.

O Conselho de Administração não auferir qualquer remuneração por acumulação de funções.

O estatuto remuneratório fixado para o Conselho de Administração da REFER EPE, para o exercício de 2014 foi o seguinte:

#### Conselho de Administração

Membro do CA (nome)	EGP			
	Fixado	Classificação	Valores mensais Bruto €	
	S/N	A/B/C	Remuneração Base	Despesas representação
Rui Lopes Loureiro	sim	A	5.722,74 €	2.289,10 €
José Luís Ribeiro dos Santos	sim	A	5.150,47 €	2.060,19 €
Alberto Manuel de Almeida Diogo	sim	A	4.578,19 €	1.831,28 €
José Rui Roque	sim	A	4.578,19 €	1.831,28 €
Amílcar Álvaro de Oliveira Ferreira Monteiro	sim	A	4.578,19 €	1.831,28 €

Os valores apresentados referem-se aos valores resultantes da aplicação do Estatuto do Gestor Público. Dado que do mesmo Estatuto não pode resultar um aumento da remuneração efetivamente paga aos respetivos gestores, mantêm-se as remunerações globais fixadas para o mandato 2009-2011, conforme quadro infra:

Membro do CA (nome)	EGP			
	Fixado	Classificação	Valores mensais Bruto €	
	S/N	A/B/C	Remuneração Base	Despesas representação
Rui Lopes Loureiro	sim	A	5.722,74 €	1.503,26 €
José Luís Ribeiro dos Santos	sim	A	5.150,47 €	1.534,53 €
Alberto Manuel de Almeida Diogo	sim	A	4.578,19 €	1.728,81 €
José Rui Roque	sim	A	4.578,19 €	1.728,81 €
Amílcar Álvaro de Oliveira Ferreira Monteiro	sim	A	4.578,19 €	1.728,81 €

Foi aplicada a redução remuneratória nos termos do disposto no artigo 33.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014, aplicável à remuneração dos gestores públicos nos termos do n.º 9, alínea o) do artigo citado. A referida redução remuneratória, nos termos do disposto no artigo 33.º, n.º 8 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 dezembro teve por base a remuneração total ilíquida apurada após a aplicação da redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

A remuneração auferida no ano foi:

Nome	Remuneração Anual (€)						
	Variável	Fixa *	Outra (Subs Deslocação)	Redução Lei 12-A/2010	Redução (Lei OE)	Redução Anos Anteriores	Bruta Após Reduções
Rui Lopes Loureiro	n.a.	98.157,02 €	3.819,14 €	4.907,81 €	7.024,97 €	n.a.	90.043,38 €
José Luís Ribeiro dos Santos	n.a.	90.520,87 €	1.754,20 €	4.526,04 €	6.488,11 €	n.a.	81.260,92 €
Alberto Manuel de Almeida Diogo	n.a.	84.840,31 €	210,50 €	4.241,94 €	6.099,92 €	n.a.	74.708,95 €
José Rui Roque	n.a.	84.840,31 €	2.034,83 €	4.241,94 €	6.099,92 €	n.a.	76.533,28 €
Amílcar Álvaro de Oliveira Ferreira Monteiro	n.a.	84.840,31 €	2.596,23 €	4.241,94 €	6.099,92 €	n.a.	77.094,68 €

\* Remuneração + Despesas de Representação



Nome	Remuneração Anual (€)				
	Variável	Fixa *	Bruto	Reduções remuneratórias	Valor após reduções
Rui Lopes Loureiro	n.a.	98.157,02 €	98.157,02 €	11.932,78 €	86.224,24 €
José Luís Ribeiro dos Santos	n.a.	90.520,87 €	90.520,87 €	11.014,15 €	79.506,72 €
Alberto Manuel de Almeida Diogo	n.a.	84.840,31 €	84.840,31 €	10.341,86 €	74.498,45 €
José Rui Roque	n.a.	84.840,31 €	84.840,31 €	10.341,86 €	74.498,45 €
Amílcar Álvaro de Oliveira Ferreira Monteiro	n.a.	84.840,31 €	84.840,31 €	10.341,86 €	74.498,45 €

\* Remuneração + Despesas de Representação

Nome	Benefícios Sociais (€)						
	Sub. Refeição	Regime Proteção Social		Seguro Saúde	Seguro Vida	Seguro Acid Pessoais	Outros
		Identificar	Valor				
Rui Lopes Loureiro	1.273,68 €	Seg. Social	20.483,89 €	336,89 €	-	5,07 €	0,00 €
José Luís Ribeiro dos Santos	1.329,36 €	Seg. Social	18.888,65 €	336,89 €	-	5,07 €	0,00 €
Alberto Manuel de Almeida Diogo	1.586,88 €	Seg. Social	17.700,84 €	336,89 €	-	5,07 €	0,00 €
José Rui Roque	1.475,52 €	Seg. Social	17.700,36 €	336,89 €	-	5,07 €	0,00 €
Amílcar Álvaro de Oliveira Ferreira Monteiro	1.482,48 €	Seg. Social	17.699,86 €	336,89 €	-	5,07 €	0,00 €

Membro do CA	Gastos com Comunicações Móveis		
	Plafond Mensal	Valor Anual	Observações
Rui Lopes Loureiro	80,00 €	1.379,03 €	
José Luís Ribeiro dos Santos	80,00 €	886,21 €	O consumo acima do Plafond definido está justificado em extrato de ata de sessão do Conselho de Administração
Alberto Manuel de Almeida Diogo	80,00 €	521,18 €	
José Rui Roque	80,00 €	254,52 €	
Amílcar Alvaro de Oliveira Ferreira Monteiro	80,00 €	2.246,25 €	

Membro do CA	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de Contrato	Valor Referência Viatura	Modalidade	Ano Início	Ano Termo	Valor Renda Mensal	Valor Anual	Nº Prestações Remanescentes
Rui Lopes Loureiro	sim	sim	55.127,75 €	Empresa	A viatura foi adquirida pela REFER em 11.06.2013 pelo montante de 29.952,25€		n.a.	n.a.	n.a.
José Luís Ribeiro dos Santos	sim	sim	53.375,99 €	Empresa	A viatura foi adquirida pela REFER em 31.12.2011 pelo montante de 25.400€		n.a.	n.a.	n.a.
Alberto Manuel de Almeida Diogo	sim	sim	48.690,00 €	Empresa	A viatura foi adquirida pela REFER no início de 2014 pelo montante de 19.927,4€		n.a.	n.a.	n.a.
José Rui Roque	sim	sim	52.144,14 €	Empresa	A viatura foi adquirida pela REFER em 11.06.2013 pelo montante de 29.952,25€		n.a.	n.a.	n.a.
Amílcar Álvaro de Oliveira Ferreira Monteiro	sim	sim	51.092,51 €	Empresa	A viatura foi adquirida pela REFER em 31.12.2011 pelo montante de 24.800€		n.a.	n.a.	n.a.

Membro do CA	Plafond Mensal definido para	Gastos Anuais associados a Viaturas (€)			
		Combustível	Portagens	Outras Reparações	Seguro
Rui Lopes Loureiro	sim	4.717,35 €	1.660,45 €	3.123,10 €	332,62 €
José Luís Ribeiro dos Santos	sim	3.487,78 €	1.006,75 €	2.114,30 €	332,62 €
Alberto Manuel de Almeida Diogo	sim	3.568,82 €	1.472,52 €	2.450,90 €	372,04 €
José Rui Roque	sim	2.995,33 €	758,08 €	1.711,29 €	332,62 €
Amílcar Álvaro de Oliveira Ferreira Monteiro	sim	3.809,26 €	1.494,65 €	3.191,97 €	332,62 €

Nome	Deslocações em Serviço	Gastos Anuais associados a Deslocações em Serviço			
		Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras	Gasto Total com Viagens
Rui Lopes Loureiro	4.954,00 €	1.838,00 €	-	-	6.792,00 €
José Luís Ribeiro dos Santos	4.010,00 €	792,00 €	-	-	4.802,00 €
Alberto Manuel de Almeida Diogo	295,83 €	244,00 €	-	-	539,83 €
José Rui Roque	-	-	-	-	0,00 €
Amílcar Álvaro de Oliveira Ferreira Monteiro	681,65 €	68,45 €	-	-	750,10 €

## B. CONSELHO ADMINISTRAÇÃO – Mandato 2

A Resolução nº 2/2015 designa, sob proposta da Ministra de Estado e das Finanças e do Ministro da Economia, os seguintes membros para o conselho de administração da Rede Ferroviária Nacional - REFER, E. P. E com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2015.

### Conselho de Administração - Mandato 2

Mandato *	Cargo	Nome	Designação		OPRLO	
			Forma	Data	Identificar Entidade	Pagadora
2015/2017	Presidente do Conselho de Administração	António Manuel Palma Ramalho	Resolução 2/2015	12-jan	n.a.	n.a.
2015/2017	Vice-Presidente do Conselho de Administração	José Luís Ribeiro dos Santos	Resolução 2/2015	12-jan	n.a.	n.a.
2015/2017	Vogal do Conselho de Administração	José Saturnino Sul Serrano Gordo	Resolução 2/2015	12-jan	n.a.	n.a.
2015/2017	Vogal do Conselho de Administração	Alberto Manuel de Almeida Diogo	Resolução 2/2015	12-jan	n.a.	n.a.
2015/2017	Vogal do Conselho de Administração	Vanda Cristina Loureiro Soares Nogueira	Resolução 2/2015	12-jan	n.a.	n.a.
2015/2017	Vogal do Conselho de Administração	José Carlos de Abreu e Couto Osório	Resolução 2/2015	12-jan	n.a.	n.a.
2015/2017	Vogal do Conselho de Administração	Adriano Rafael de Sousa Moreira	Resolução 2/2015	12-jan	n.a.	n.a.

\* i) o mandato do CA agora nomeado cessa com a extinção da REFER, E. P. E., e da EP — Estradas de Portugal, S. A., por fusão numa entidade empresarial a criar nos termos do Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas, ou no prazo de três anos, se aquela fusão se não tiver entretanto concluído.

ii) no caso de cessação do mandato dos administradores por decurso do prazo, pode haver lugar a nova designação, nos termos previstos no

Em janeiro de 2015 foram solicitados esclarecimentos e acordo à Senhora Secretária de Estado do Tesouro e ao Senhor Secretário Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações sobre o estatuto remuneratório a aplicar aos membros do Conselho de Administração designados pela Resolução do Conselho de Ministros nº 2/2015, publicada no Diário da República, 2.ª série, de 12 de janeiro.

O referido pedido de parecer aguarda resposta.

## C. CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal foi nomeado por Despacho da Senhora Secretária de Estado do Tesouro e do Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações de 29 de maio de 2013, manteve-se em funções no ano de 2014.

#### Conselho Fiscal

Mandato Início / Fim	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado (mensal)
			Forma	Data	
2012/2014	Presidente do Conselho Fiscal *	Carlos António Lopes Pereira	Despacho Conjunto	29-mai-2013	1.602,37 €
2012/2014	Vogal Efetivo	Pedro Miguel do Nascimento Ventura	Despacho Conjunto	29-mai-2013	1.201,78 €
2012/2014	Vogal Efetivo	Pedro Manuel Mota C. Grilo	Despacho Conjunto	29-mai-2013	1.201,78 €
2012/2014	Vogal Suplente	Maria Isabel Louro Caria Alcobia	Despacho Conjunto	29-mai-2013	1.201,78 €

\* renunciou ao cargo em janeiro 2014

Após renúncia do presidente do Conselho Fiscal apresentada em 17 de janeiro de 2014, foi nomeado novo presidente por despacho dos Senhores Secretários de Estado do Tesouro e Infraestruturas, Transportes e Comunicações, de 21 de julho de 2014, ficando assim constituído:

#### Conselho Fiscal

Mandato Início / Fim	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado (mensal)
			Forma	Data	
2014	Presidente do Conselho Fiscal **	José Emilio Coutinho Garrido Castel - Branco	Despacho Conjunto	21-jul-2014	1.602,37 €
2012/2014	Vogal Efetivo	Pedro Miguel do Nascimento Ventura	Despacho Conjunto	29-mai-2013	1.201,78 €
2012/2014	Vogal Efetivo	Pedro Manuel Mota C. Grilo	Despacho Conjunto	29-mai-2013	1.201,78 €
2012/2014	Vogal Suplente	Maria Isabel Louro Caria Alcobia	Despacho Conjunto	29-mai-2013	1.201,78 €

\*\* nomeado em 21 julho 2014 para completar o mandato em curso 2012-2014

As remunerações praticadas para os membros do Conselho Fiscal foram as que constam do despacho dos Senhores Secretários de Estado do Tesouro e Obras Públicas, Transportes e Comunicações, de 29 de maio de 2013

Às remunerações fixadas no despacho acima referido foi aplicada a redução remuneratória determinada no artigo 33.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 dezembro.

Por efeito do Acórdão n.º 413/2014 do Tribunal Constitucional que declarou a inconstitucionalidade com força obrigatória geral das normas do artigo 33.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, foi cessada no final de maio de 2014 a aplicação da redução remuneratória acima identificada em obediência à alínea f) da decisão, na qual se determinava que aquela declaração da inconstitucionalidade só produzia efeitos a partir da data da decisão no referido Acórdão.

A partir de 13 de setembro de 2014 foi aplicada a redução remuneratória determinada no artigo 2.º da Lei n.º 75/2014 de 12 de setembro.

Nome	Remuneração Anual		
	Bruta	Redução (Lei OE)	Valor após Reduções
Carlos António Lopes Pereira *	-	-	-
José Emílio Coutinho Garrido Castel - Branco	9.347,15 €	624,92 €	8.722,23 €
Pedro Miguel do Nascimento Ventura	26.789,89 €	2.245,89 €	24.544,00 €
Pedro Manuel Mota C. Grilo	26.789,89 €	2.038,93 €	24.750,96 €
Maria Isabel Louro Caria Alcobia **	-	-	-

\* renunciou ao cargo em janeiro 2014

\*\* vogal suplente, não auferiu remuneração

## D. REVISOR OFICIAL DE CONTAS

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) nomeada por Despacho dos Senhores Secretários de Estado do Tesouro e das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, de 13 de novembro de 2013, procedeu à substituição do seu representante na REFER, com efeitos ao dia 1 de janeiro de 2014.

O despacho acima citado determinou que a remuneração anual ilíquida da SROC seria a constante do contrato de prestação de serviços a celebrar entre o Conselho de Administração da empresa e a respetiva SROC, com o limite máximo equivalente a 22,5% da quantia correspondente a 12 meses de remuneração global mensal ilíquida atribuída, nos termos legais, ao Presidente do Conselho de Administração da empresa.

À remuneração fixada nos termos acima expostos foi aplicada a redução remuneratória determinada no artigo 33.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 dezembro.

Por efeito do Acórdão n.º 413/2014 do Tribunal Constitucional que declarou a inconstitucionalidade com força obrigatória geral das normas do artigo 33.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, foi cessada no final de maio de 2014 a aplicação da redução remuneratória acima identificada em obediência à alínea f) da decisão, na qual se determinava que aquela declaração da inconstitucionalidade só produzia efeitos a partir da data da decisão no referido Acórdão.

A partir de 13 de setembro de 2014 foi aplicada a redução remuneratória determinada no artigo 2.º da Lei n.º 75/2014 de 12 de setembro.

#### Revisor Oficial de Contas

Mandato Início / Fim	Cargo	Identificação SROC/ROC	Designação		Remuneração (€)	Nº Mandatos exercidos na sociedade
		Nome	Doc	Data	Limite Fixado	
2012/2014	SROC	Sociedade P. Matos Silva, Garcia Jr., P. Caiado & Associados, SROC n.º 44, representada pelo seu sócio João Paulo Raimundo Henriques Ferreira	Despacho Conjunto	13-nov-2013	19.510,20 €	1

## E. CUMPRIMENTO DAS “ORIENTAÇÕES AO NÍVEL DAS REMUNERAÇÕES”

### DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Em cumprimento do Despacho Conjunto dos Ministérios das Finanças e da Economia e do Emprego, datado de 29 de maio de 2013, que fixa para o triénio 2012-2014 o estatuto remuneratório para os membros dos órgãos sociais da REFER, E.P.E e em cumprimento das disposições legais aplicáveis:

- A REFER, EPE manteve a redução de 5% na remuneração fixa mensal ilíquida dos membros do seu Conselho de Administração, de acordo com o determinado no artigo 12.º, n.º 1 da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho. A norma em causa manteve-se em vigor no corrente ano de 2014 por força do disposto no artigo 256.º, n.º 2 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014
- Foi aplicada a redução remuneratória nos termos do disposto no artigo 33.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014, aplicável à remuneração dos gestores públicos nos termos do n.º 9, alínea o) do artigo citado. A referida redução remuneratória, nos termos do disposto no artigo 33.º, n.º 8 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro teve por base a remuneração total ilíquida apurada após a aplicação da redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Por efeito do Acórdão n.º 413/2014 do Tribunal Constitucional que declarou a inconstitucionalidade com força obrigatória geral das normas do artigo 33.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, foi cessada a partir de junho de 2014 a aplicação da redução remuneratória identificada no parágrafo anterior em obediência à alínea f) da decisão, na qual se determinava que aquela declaração da inconstitucionalidade só produzia efeitos a partir da data da decisão no referido Acórdão.

A partir de 13 de setembro de 2014 foi reiniciada a redução remuneratória, em obediência ao disposto no artigo 2.º da Lei n.º 75/2014 de 12 de setembro, aplicável à remuneração dos gestores públicos nos termos do n.º 9, alínea o) do artigo citado. A referida redução remuneratória, nos termos do disposto no artigo 2.º da Lei n.º 75/2014 de 12 de setembro teve por base a

remuneração total ilíquida apurada após a aplicação da redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho e teve o seu início em 13 de setembro de 2014, em obediência ao disposto no artigo 8.º da Lei n.º 75/2014 de 12 de setembro.

- Foi cumprido o disposto no artigo 35.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 dezembro, e efetuado o pagamento do 13.º mês mensalmente, por duodécimos, aos membros do Conselho de Administração da REFER, E.P.E., tendo sido o seu valor apurado nos termos do disposto no n.º 2 da mesma disposição legal.
- Foi igualmente cumprido o disposto no artigo 41.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 dezembro, não tendo sido atribuídos prémios de gestão aos administradores da REFER, E.P.E.

#### DOS RESTANTES TRABALHADORES

- Foi aplicada a redução remuneratória nos termos determinados no artigo 33.º Lei n.º 83-C/2013, de 31 dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014, aplicável à remuneração dos trabalhadores das entidades públicas empresariais nos termos do n.º 9, alínea r) do artigo citado. A referida redução remuneratória, nos termos do disposto no artigo 33.º da Lei n.º Lei n.º 83-C/2013, de 31 dezembro teve por base a remuneração total ilíquida apurada e foi efetuada para todos os trabalhadores da REFER, E.P.E. cujas remunerações totais ilíquidas mensais são de valor superior a € 675.  
Por efeito do Acórdão n.º 413/2014 do Tribunal Constitucional que declarou a inconstitucionalidade com força obrigatória geral das normas do artigo 33.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, foi cessada a partir de junho de 2014 a aplicação da redução remuneratória identificada no parágrafo anterior em obediência à alínea f) da decisão, na qual se determinava que aquela declaração da inconstitucionalidade só produzia efeitos a partir da data da decisão no referido Acórdão.  
A partir de 13 de setembro de 2014 foi reiniciada a redução remuneratória, em obediência ao disposto no artigo 2.º da Lei n.º 75/2014 de 12 de setembro, aplicável à remuneração dos trabalhadores das entidades públicas empresariais nos termos do n.º 9, alínea r) do artigo citado. A referida redução remuneratória, nos termos do disposto no artigo 2.º da Lei n.º 75/2014 de 12 de setembro foi aplicada às remunerações totais ilíquidas mensais de valor superior a € 1500 e teve o seu início em 13 de setembro de 2014, em obediência ao disposto no artigo 8.º da Lei n.º 75/2014 de 12 de setembro.
- Foi cumprido o disposto no artigo 35.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 dezembro, e efetuado o pagamento do 13.º mês mensalmente, por duodécimos, aos trabalhadores da REFER, E.P.E., tendo sido o seu valor apurado nos termos do disposto no n.º 2 da mesma disposição legal.

- Relativamente ao pagamento do subsídio de férias, no ano de 2014 foi aplicado o regime que resulta da Lei n.º 11/2013 de 28 de janeiro (diploma que estabelece um regime temporário de pagamento dos subsídios de Natal e de férias para vigorar durante o ano de 2013 e que se manteve em vigor no ano de 2014 por força do disposto no artigo 257.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 dezembro) aos trabalhadores que pretenderam que aquele regime lhes fosse aplicado. Em consequência a REFER, E.P.E. iniciou o pagamento de 50% do subsídio de férias daqueles trabalhadores por duodécimos ao longo do ano de 2014.  
Por efeito da publicação do acórdão n.º 413/2014 do Tribunal Constitucional, foi efetuado em julho de 2014 aos trabalhadores da REFER, E.P.E. o pagamento do subsídio de férias na totalidade, ou o remanescente naquela data – no caso daqueles trabalhadores que vinham recebendo 50% do subsídio de férias por duodécimos).
- Os acréscimos ao valor da retribuição horária referentes a pagamento de trabalho extraordinário prestado em dia normal de trabalho, em dia de descanso semanal obrigatório ou complementar e em dia feriado foram – por força do determinado no art.º 18.º, n.º 2 do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro – os que constam do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro (entretanto revogado e substituído pela Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que nesta matéria não produziu alteração aos valores que vinham sendo aplicados nos termos do regime anterior).
- Desde a entrada em vigor do Acórdão n.º 602/2013 do Tribunal Constitucional, são aplicadas as normas relativas ao descanso compensatório por trabalho prestado em dia de descanso semanal obrigatório e complementar e em dia feriado que constam do Acordo de Empresa outorgado entre a REFER, E.P.E. e SNTSF e outros, publicado no Boletim do Trabalho e do Emprego n.º 2, de 15 de janeiro de 2011. Na mesma data e pelo mesmo motivo, o trabalho prestado em dia de descanso semanal obrigatório e complementar e em dia feriado, quando não se mostre possível conceder – em prazo – o gozo do descanso compensatório convencionalmente estabelecido, passou a ser remunerado nos termos das disposições competentes do mesmo instrumento de regulamentação coletiva.

A Empresa aplicou igualmente o disposto no artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro relativamente a contratos de aquisição de serviços, incluindo honorários de auditoria e revisão das contas



## 6. APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO ART.º 32º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO

Estabelece o Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 71/2007, de 27 de março, e alterado pela Lei n.º 64 -A/2008, de 31 de dezembro, republicado pelo Decreto-Lei nº8/2012 de 18 de janeiro, no seu artigo 32º que:

“1 - Não é permitida a utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos tendo por objeto a realização despesas ao serviço da empresa.

2 - Não é permitido o reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

3 - O valor máximo das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet, é fixado por deliberação em assembleia geral, no caso das sociedades anónimas, ou por despacho, publicado no *Diário da República*, do membro do Governo responsável pela área das finanças no caso das entidades públicas empresariais.

4 - O valor previsto no número anterior é fixado à luz das orientações que venham a ser estabelecidas para o efeito pelos acionistas ou por despacho, publicado no *Diário da República*, do membro do Governo responsável pela área das finanças, tendo sempre como limite a soma do valor fixado para a utilização de telefone domiciliário e telefone móvel para cargos de direção superior de 1.º grau da Administração Pública.”

A REFER não utiliza quaisquer cartões de débito ou crédito para pagamento de despesas.

Quando os elementos do Conselho de Administração efetuam deslocações ao serviço da empresa as mesmas são reembolsadas através da emissão de cheque ou transferência bancária.

## 7. NORMAS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA (Orientações Constantes de Despacho n.º 438/10)

Com a entrada em vigor do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, a REFER, EPE encetou um trabalho exaustivo com vista à melhor adequação dos seus procedimentos internos às regras de contratação pública constantes daquele Código, na medida da aplicabilidade das mesmas a esta empresa.

Para o cumprimento desse desiderato, foi constituído um grupo de trabalho que criou um Manual Interno de Contratação, juntamente com a revisão de um conjunto de minutas tipo já existentes (Programas de Concurso, Cadernos de Encargos, etc.) bem como a criação de outras até então inexistentes (contendo aspetos específicos decorrentes das regras do CCP).

Em 2011, cumpridos os objetivos do grupo de trabalho inicial e, sendo imperativa a permanente atualização do Manual Interno de Contratação e dos documentos tipo, de acordo com legislação que é produzida, foi constituído um novo Grupo de Trabalho permanente para a Contratação Pública, com o objetivo, nomeadamente, de proceder à atualização do Manual Interno de Contratação e dos documentos tipo (quer decorrentes de alterações legislativas, quer de alterações que melhor se adequem às finalidades da Empresa), bem como propor o que tiver por conveniente no âmbito da contratação pública, designadamente a elaboração de documentos tipo para os procedimentos de contratação ainda não existentes (nomeadamente de fornecimentos e de prestação de serviços de manutenção).

A REFER, EPE continuou a utilizar, designadamente, documentação relativa à decisão de contratar contendo adequada fundamentação da necessidade e dos objetivos a atingir, sempre na ótica da melhor prossecução do interesse público subjacente a cada procedimento pré-contratual e da observância, entre outros, do princípio da transparência.

Não obstante, sempre numa perspetiva de melhoria e com vista ao acatamento das determinações que impendem sobre as empresas públicas (designadamente no tocante aos contratos de prestação de serviços de valor igual ou superior a 125.000€), continuaram em vigor as minutas tipo referentes à fundamentação da iniciativa, bem como à avaliação dos contratos celebrados, aprovadas em 2011, procurando sistematizar os dados e homogeneizar os procedimentos na empresa.

No caso da fundamentação da iniciativa (documento a aplicar de modo generalizado a todas as contratações), tal minuta inclui de modo individualizado e entre outros aspetos, a necessidade de contratar, justificando que a solução proposta satisfaz o princípio da economia, eficiência e eficácia, a eventual ausência de soluções internas ou outro motivo específico para a proposta de recurso ao exterior, bem como os objetivos que se pretendem alcançar com a contratação.

No caso da avaliação dos contratos celebrados (documento vocacionado para os contratos de prestação de serviços de valor igual ou superior a 125 000 €, conforme orientação transmitida via ofício circular nº 6132, de 6 de agosto de 2010, da DGTF), a minuta inclui, também de modo individualizado e entre outros aspetos, os desvios temporais e/ou financeiros que tenham ocorrido e respetiva justificação.

Durante o ano de 2012, e na sequência das alterações legislativas em matéria de contratação pública (designadamente com a publicação do Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho, que entrou em vigor no dia 11 de agosto, e do qual decorre um conjunto de significativas alterações ao Código dos Contratos Públicos), o Grupo de Trabalho permanente para a contratação pública procedeu à revisão e alteração do Manual Interno de Contratação (MIC), bem como, das minutas tipo utilizadas pela REFER.

Durante o ano de 2014, e na sequência do processo de reestruturação da REFER e das empresas participadas, foi dada continuidade ao processo de revisão e adaptação do Manual Interno de Contratação, à nova realidade organizacional.

Anota-se que, atualmente, e independentemente da documentação tipo que se encontra em contínua atualização, a REFER, EPE acautela nos respetivos títulos contratuais e Cadernos de Encargos integrantes dos mesmos, as obrigações e responsabilidades que impendem sobre os adjudicatários na execução dos serviços, incluindo, consoante os casos e conforme adequado, cláusulas específicas de responsabilidades e de penalidades por deficiências no serviço.

É ainda de referir que a REFER, EPE tem procurado o envolvimento das empresas suas participadas no cumprimento dos Princípios de Bom Governo que impendem sobre este tipo de empresas, transmitindo, inclusivamente conhecimentos, procedimentos e documentos, para que as mesmas os adotem nas situações abrangidas pelo âmbito de aplicação do CCP.

Em 2014 a REFER não submeteu a visto prévio do Tribunal de Contas qualquer contrato dado que não foram celebrados contratos de montante superior a 5 milhões de euros.

## 8. RACIONALIZAÇÃO DE POLÍTICA DE APROVISIONAMENTO DE BENS E SERVIÇOS, DESIGNADAMENTE SOBRE A ADESÃO DA EMPRESA AO SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS E PARQUE DE VEÍCULOS DO ESTADO

A REFER aderiu durante o ano de 2011 ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP), e credenciou alguns utilizadores para a aplicação Catálogo Nacional de Compras Públicas (CNCP) da Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, IP (ESPAP), cuja criação foi concretizada através do Decreto-Lei n.º 117-A/2012, de 14 de junho, assume a missão e atribuições dos anteriores Instituto de Informática, da Empresa de Gestão Partilhada de Recursos da Administração Pública, EPE (GeRAP) e da Agência Nacional de Compras Públicas, EPE (ANCP), extintos, por fusão.

A ESPAP (ex-ANCP), ao permitir que os procedimentos de aquisição de bens e serviços se desenvolvam ao abrigo dos acordos quadro (AQ) celebrados pela ESPAP (ex-ANCP), simplifica e facilita todo o processo de compras.

Para concretizar a adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) e após a credenciação de alguns utilizadores da REFER, foi assinado em 14 de abril de 2011 o contrato de Adesão entre a REFER e a ANCP.

Durante 2012 começaram a ser preparados alguns procedimentos de consulta ao abrigo dos acordos quadro da ESPAP, cujas consultas foram concretizadas no início de 2013. No final de 2013 foi preparado um novo procedimento de consulta ao abrigo do acordo quadro da ESPAP.

Durante 2014, desenvolveu-se o processo de adesão da REFER Engineering, REFER Património e REFER Telecom à ESPAP, o que permitiu a assinatura dos respetivos protocolos já no início de 2015.

## 9. FROTA AUTOMÓVEL

O parque automóvel sob gestão da REFER continuou a ser gerido de acordo com as efetivas necessidades ao nível de atividade, tendo-se reforçado a solução de Aluguer Operacional de Veículos (AOV).

No ano de 2014 registou-se uma redução de gastos com viaturas na ordem dos 4% e uma redução do número de viaturas de 353 para 339 viaturas.

## 10. CUMPRIMENTO DO PLANO DE REDUÇÃO DE GASTOS OPERACIONAIS

As entidades públicas empresariais devem prosseguir uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais que promova o equilíbrio operacional, mediante a adoção das medidas previstas no Artigo 61.º da Lei n.º 83-C/2013 - Orçamento do Estado (OE) para 2014, de 31 de dezembro.

Para 2014 as empresas devem garantir um orçamento económico equilibrado por via de redução dos custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, fornecimentos e serviços externos e gastos com pessoal de 15 %, no seu conjunto, em 2014, face a 2010;

Os gastos com comunicações, despesas com deslocações, ajudas de custo e alojamento devem manter - se ao nível dos verificados a 31 de dezembro de 2013, salvo se o aumento verificado decorrer de processos de internacionalização das empresas ou aumento de atividade devidamente justificados e aceites pelas tutelas. Os gastos associados à frota automóvel comparativamente com os gastos a 31 de dezembro de 2013, devem reduzir através da redução do número de veículos do seu parque automóvel e a revisão das categorias dos veículos em utilização, maximizando o seu uso comum.

A REFER cumpriu as metas previstas no art.º 61º do OE 2014, tendo reduzido os gastos operacionais (custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, fornecimentos e serviços externos e gastos com pessoal) em 27% face a 2010.

Relativamente aos gastos com deslocações verificou-se um aumento face a 2013 de 61% justificado pelo processo de internacionalização do Grupo REFER. Os gastos com comunicações registaram uma redução de 22% face a 2013.

Plano Redução de Gastos	2014	2013	2012	2011	2010	2014/2013		2014/2010	
						Var.Absol	Var. %	Var.Absol	Var. %
EBITDA (m€)	1.440	-23.715	-20.517	-73.375	-94.284	25.155	-106%	95.724	-102%
CMVMC (m€)	3.116	3.113	2.200	3.814	5.666	3	0%	-2.550	-45%
FSE (m€)	95.456	94.404	88.041	98.250	123.921	1.052	1%	-28.466	-23%
Deslocações/Estadas (m€)	181	113	138	170	256	68	61%	-75	-29%
Ajudas de custo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comunicações (m€)	592	763	858	1.403	1.613	-171	-22%	-1.021	-63%
Gastos com o pessoal (m€)	81.409	90.559	77.800	124.674	117.039	-9.151	-10%	-35.630	-30%
...dos quais indemnizações	3.260	4.258	1.560	26.776	3.003	-998	-23%	256	9%
<b>Total Gastos</b>	<b>179.980</b>	<b>188.076</b>	<b>168.041</b>	<b>226.738</b>	<b>246.626</b>	<b>-8.096</b>	<b>-4%</b>	<b>-66.646</b>	<b>-27%</b>
Volume de Negócios (m€)	99.708	100.121	100.388	130.731	73.414	-413	0%	26.294	36%
<b>Peso dos Gastos no VN (%)</b>	<b>177%</b>	<b>184%</b>	<b>166%</b>	<b>153%</b>	<b>332%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Numero RH	2.676	2.778	2.845	3.290	3.500	-102	-4%	-824	-24%
Nº efetivos	2.513	2.642	2.784	3.237	3.469	-128	-5%	-955	-28%
Nº Cargos Direção	166	150	150	186	224	16	11%	-58	-26%
<b>nº Efetivos/ Cargos Direção</b>	<b>15</b>	<b>18</b>	<b>19</b>	<b>17</b>	<b>15</b>				
Viaturas									
Nº Viaturas	339	353	359	466	489				
Gastos com as Viaturas	2.353.389	2.446.766	2.964.725	3.403.026	2.764.759	-93.377	-4%	-411.370	-15%

## 11. CUMPRIMENTO DE UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO

A Lei do Orçamento de Estado para 2014 mantém a obrigatoriedade do cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria, segundo o qual toda a movimentação de fundos dos Serviços e Fundos Autónomos, deverá ser efetuada por recurso aos serviços bancários disponibilizados pelo IGCP, E. P. E., salvo disposição legal em contrário ou nas situações como tal reconhecidas por despacho do membro do Governo responsável pela área das finanças, em casos excecionais e devidamente fundamentados, após parecer prévio do IGCP, E. P. E..

A REFER tem recorrido a todos os serviços e funcionalidades bancárias disponibilizados pelo IGCP, nomeadamente, pagamentos decorrentes do serviço de dívida, utilização dos serviços de *homebanking* do IGCP para pagamentos ao Estado, pagamentos a fornecedores, a colaboradores e outras entidades e na execução de pagamentos através de débitos diretos, entre outros, assim como na

realização de aplicações de curto prazo dos seus excedentes de tesouraria. Adicionalmente, sempre que ocorrem entradas de fundos através de contas da banca comercial, é promovida a sua transferência para a conta detida no IGCP.

Não obstante, tem sido necessário manter a utilização de algumas contas na banca comercial, por razões que resultam da não disponibilização de alguns serviços bancários por parte do IGCP, assim como pela necessidade de assegurar a regularização de compromissos anteriormente assumidos pela empresa, cuja exigibilidade ainda subsiste no presente, situações relativamente às quais tem vindo a ser desenvolvido processo de análise e alteração, de modo a minimizar a sua existência.

De acordo com o previsto na alínea b) do nº5 do art.º 15.º do decreto-lei nº 52/2014 (decreto-lei de execução orçamental), a REFER E.P.E. solicitou autorização para dispensa do cumprimento da unidade de tesouraria para as situações atrás expostas, da qual aguarda resposta.

Os rendimentos auferidos fora do Tesouro foram devolvidos à DGO.

## 12. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
<b>Objectivos de Gestão:</b>					
Taxa de variação dos gastos operacionais com referência a 2011	x			aumento de 6,8%	Objetivos propostos à Tutela
Prazo médio de pagamentos a fornecedores	x			PMP = 28 dias	
Margem de EBITDA	x			Margem = -33%	
Rendimentos não core	x			Rendimentos não core = 51 milhões de euros	
Desvio financeiro dos Investimentos	x			Não aplicável	
<b>Gestão do Risco Financeiro</b>					
Límites de Crescimento do Endividamento	x			Não aplicável	Ver Anexo 3
Evolução do PMP a fornecedores	x			Variação de 4% face a 31 dezembro de 2013	
Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	x		x	Redução de 7 dias face a 31 dezembro 2013	
<b>Deveres Especiais de Informação</b>					
Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	x		x	Não aplicável	
<b>Recomendações do acionista na aprovação de contas:</b>					
Contas de 2013 não aprovadas			x	Não aplicável	
<b>Remunerações:</b>					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 41.º da Lei 83-C/2013	x			Não aplicável	
Órgãos sociais - redução remuneratória vigentes em 2014	x				
Auditor Externo - redução remuneratória os termos do artº 73 da Lei 83-C/2013	x				
Restantes trabalhadores - reduções remuneratórias vigentes em 2014	x				
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do artº 39.º da Lei 83-C/2013	x				
<b>Artigo 32.º do EGP</b>					
Utilização de cartões de crédito		x		Não aplicável	
Reembolso de despesas de representação pessoal		x		Não aplicável	
<b>Contratação Pública</b>					
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	x			Não aplicável	
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	x			Não aplicável	
Contratos submetidos a visto prévio do TC			x		
<b>Parque Automóvel</b>					
N.º viaturas	x				
Gastos com viaturas	x				
<b>Gastos operacionais das empresas publicas (artº 61º da Lei 83-C/2013)</b>					
Gastos com pessoal	x				
Fornecimentos e Serviços Externos	x				
<b>Redução de trabalhadores (artº 60º da Lei 83-C/2013)</b>					
Nº de trabalhadores	x				
Nº de cargos dirigentes	x				
<b>Princípio da Unidade de Tesouraria</b>					
Disponibilidades centralizadas no IGCP		x			
Juros auferidos em incumprimento da UITE e entregues em receita do Estado	x				

### 13. PUBLICIDADE INSTITUCIONAL (RCM n.º 47/2010)

A publicidade institucional, enquanto componente da comunicação empresarial, é uma das ferramentas estratégicas adotadas para veicular a missão do Grupo REFER, de proporcionar ao mercado uma rede ferroviária segura e eficiente, orientada por critérios de sustentabilidade e divulgar as suas atividades de serviço público.

No ano de 2014, a REFER centrou esta atividade na sensibilização para a promoção de valores como a segurança e a valorização do seu património. A estratégia adotada, dentro de uma ótica de otimização dos recursos financeiros, no que respeita à colocação de publicidade institucional nos diferentes órgãos de comunicação, teve como objetivos:

- Promover a imagem do Grupo REFER, reforçando a divulgação das suas competências, serviços e dimensões de negócio.
- Reforçar a imagem, a notoriedade e a projeção pública do Grupo REFER, melhorando a perceção social do carácter único e específico da atividade da empresa.
- Sensibilizar para a problemática da segurança ferroviária e divulgar ações da REFER com impacto nas populações.
- Divulgar concursos públicos para empreitadas e outros serviços.

São exemplos, as seguintes iniciativas:

- Anúncio relativo à conclusão dos trabalhos de reforço da Ponte de Valença, publicado na Transportes em Revista, publicação especializada em transportes.

- Campanha de sensibilização e segurança em passagens de nível – no âmbito da campanha “Pare Escute, Olhe” e da celebração do Dia Internacional para a Segurança em Passagens de Nível, assinalado no dia 3 de junho de 2014, foram desenvolvidas ações publicitárias em vários órgãos de imprensa nacional e regional, tendo igualmente durante o mês de dezembro sido realizada campanha de igual teor em alguns órgãos de imprensa regional.

Em 2014 o investimento realizado em publicidade institucional foi de € 32.147.



## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos previstos no nº 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, o Conselho de Administração declara que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante na documentação de prestação de contas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira, dos resultados e dos fluxos de caixa da REFER e que, o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Sociedade, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defronta.

Nos termos das disposições legais em vigor, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido negativo do Exercício de 2014, no montante de 89.065.163,17euros (oitenta e nove milhões sessenta e cinco mil, cento e sessenta e três euros e dezassete cêntimos) seja transferido para a conta de Resultados Acumulados.

Lisboa, 23 março de 2015

## O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Presidente** António Manuel Palma Ramalho

**Vice-Presidente** José Luís Ribeiro dos Santos

**Vogal** José Saturnino Sul Serrano Gordo

**Vogal** Alberto Manuel de Almeida Diogo

**Vogal** Vanda Cristina Loureiro Soares Nogueira

**Vogal** José Carlos de Abreu e Couto Osório

**Vogal** Adriano Rafael de Sousa Moreira



RELATÓRIO DE GESTÃO  
Demonstrações Financeiras  
Governo Societário  
e Sustentabilidade

**2014**

**PARTE II**  
DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS E NOTAS

## PARTE II

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

Todos os relatórios da REFER encontram-se disponíveis em [www.refer.pt](http://www.refer.pt)

**Rede Ferroviária Nacional – REFER, EPE**

Estação de Santa Apolónia

1100-105 Lisboa

[www.refer.pt](http://www.refer.pt)

Capital Social: 1 486 000 000 euros

NIF: 503 933 813

## Índice

Declaração de cumprimento .....	4
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS.....	6
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS .....	14
1. Atividade Económica e Financeira .....	15
1.1 Missões da REFER .....	15
1.2 Regulamentação das Missões desenvolvidas pela REFER .....	16
2. Bases de Apresentação e políticas contabilísticas .....	18
2.1 Bases de Apresentação .....	18
2.2 Políticas contabilísticas .....	19
2.3 Principais estimativas e julgamentos utilizadas nas demonstrações financeiras ...	37
3. Políticas de gestão de risco financeiro.....	39
4. ATIVIDADE DE INVESTIMENTOS EM INFRAESTRURAS DE LONGA DURAÇÃO ....	44
4.1 Concedente – Estado – Conta a Receber .....	44
4.2 Inventários .....	49
4.3 Clientes e outras contas a receber.....	49
4.4 Empréstimos obtidos .....	50
4.5 Fornecedores e outras contas a pagar .....	54
5. ATIVIDADE DE GESTÃO DA INFRAESTRUTURA .....	55
5.1 Ativos fixos tangíveis .....	55
5.2 Ativos Intangíveis .....	57
5.3 Investimentos em subsidiárias .....	59
5.4 Investimentos em associadas, empreendimentos conjuntos.....	60
5.5 Categorias de ativos e passivos financeiros de acordo com a IAS 39 .....	63
5.6 Ativos Financeiros disponíveis para venda.....	67
5.7 Empréstimos e contas a receber.....	68
5.8 Inventários .....	69
5.9 Instrumentos Financeiros Derivados.....	70
5.10 Clientes e Outras Contas a Receber.....	72
5.11 Caixa e Equivalentes de Caixa .....	74
5.12 Capital.....	75
5.13 Empréstimos Obtidos .....	76
5.14 Fornecedores e Outras Contas a Pagar .....	80

	<b>II.2</b>
5.15 Provisões .....	82
5.16 Impostos sobre o rendimento .....	83
5.17 Outros Ativos financeiros.....	86
6. Prestações de Serviços e Subsídios à Exploração.....	86
6.1 Prestações de Serviços.....	86
6.2 Subsídios à Exploração.....	87
7. Fornecimentos e Serviços Externos.....	87
8. Gastos com Pessoal.....	89
9. Imparidades .....	91
10. Outros Gastos .....	92
11. Outros Rendimentos.....	93
12. Ganhos / (Perdas) em Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos .....	94
13. Perdas e Ganhos Financeiros.....	95
14. Demonstração dos Resultados internos efetuados para a Atividade de Investimento em Infraestruturas de Longa Duração .....	96
15. Remunerações dos membros dos Órgãos Sociais .....	96
16. Divulgações com partes relacionadas.....	102
16.1 Resumo das entidades relacionadas .....	102
16.2 Saldos e transações com empresas subsidiárias .....	104
16.3 Saldos e transações com empresas associadas .....	106
16.4 Saldos e transações com outras entidades relacionadas.....	108
16.5 Saldos e faturação emitida com entidades públicas .....	110
17. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas.....	111
17.1 Normas emitidas aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2014 .....	111
17.2 Emendas com eficácia a partir de 1 de janeiro de 2014 .....	112
18. Compromissos de investimento .....	113
19. Garantias e avals.....	114
20. Contingências.....	114
21. Eventos subsequentes .....	116

## **II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS**

Este relatório refere-se à empresa Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P.E. (REFER). Os dados de carácter económico e social aqui apresentados resultam da atividade da Empresa durante o ano de 2014.

Todos os relatórios da REFER encontram-se disponíveis em [www.refer.pt](http://www.refer.pt).

### **Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P.E.**

Estação de Santa Apolónia

1100-105 Lisboa

Site: [www.refer.pt](http://www.refer.pt)

Capital Social: 1.486.000.000 euros

NIF: 503 933 813

### **Declaração de cumprimento**

Declaração Prevista no Artigo 245.º, n.º 1, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários.

Nos termos e para os efeitos do disposto no Artigo 245.º, n.º 1, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, cada um dos membros do Conselho de Administração da Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P.E., abaixo identificados nominalmente, subscreveu a declaração que a seguir se transcreve:

“Declaro, nos termos e para os efeitos previstos no Artigo 245.º, n.º 1, alínea c) do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, atuando na qualidade e no âmbito das funções que se me encontram atribuídas e com base na informação que me foi disponibilizada no seio do Conselho de Administração, as demonstrações financeiras separadas foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira, dos resultados e dos fluxos de caixa da Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P.E. e que o relatório de gestão relativo ao exercício social de 2014 expõe fielmente os acontecimentos importantes ocorridos naquele período e o impacto nas respetivas demonstrações financeiras, contendo igualmente uma descrição dos principais riscos e incertezas para os exercícios seguintes.”



**O Conselho de Administração**

<b>Presidente</b>	António Manuel Palma Ramalho
<b>Vice - Presidente</b>	José Luis Ribeiro dos Santos
<b>Vogal</b>	José Saturnino Sul Serrano Gordo
<b>Vogal</b>	Alberto Manuel de Almeida Diogo
<b>Vogal</b>	Vanda Cristina Loureiro Soares Nogueira
<b>Vogal</b>	José Carlos de Abreu e Couto Osório
<b>Vogal</b>	Adriano Rafael de Sousa Moreira

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

### Demonstração da Posição Financeira

31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013

Ativo	Notas	31-dez-14	31-dez-13
<b>Atividade de Gestão da Infraestrutura Ferroviária</b>	5.	<b>277 595</b>	<b>395 869</b>
<b>Não correntes</b>			
Ativos fixos tangíveis	5.1	33 454	34 657
Ativos intangíveis	5.2	2 587	1 576
Investimentos em subsidiárias	5.3	12 873	12 360
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	5.4	0	0
Ativos financeiros disponíveis para venda	5.6	32	32
Empréstimos e contas a receber	5.7	0	0
Impostos diferidos ativos	5.16	22 648	13 879
		<b>71 595</b>	<b>62 504</b>
<b>Correntes</b>			
Inventários	5.8	21 406	19 852
Instrumentos financeiros derivados	5.9	0	3 383
Clientes e outras contas a receber	5.10	109 126	229 107
Impostos sobre o rendimento a receber	5.16	0	420
Outros ativos financeiros	5.17	0	168
Caixa e equivalentes de caixa	5.11	75 469	80 434
		<b>206 001</b>	<b>333 365</b>
<b>Atividade em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração</b>	4.	<b>5 275 899</b>	<b>4 989 628</b>
<b>Correntes</b>			
Concedente - Estado - Conta a Receber	4.1	5 254 047	4 970 380
Inventários	4.2	16 600	13 993
Clientes e outras contas a receber	4.3	5 253	5 255
		<b>5 275 899</b>	<b>4 989 628</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>5 553 494</b>	<b>5 385 497</b>

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras.

**Demonstração da Posição Financeira (Continuação)**

31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013

Capital Próprio e Passivo	Notas	31-dez-14	31-dez-13
<b>Capital próprio</b>			
<b>Capital e reservas atribuíveis aos detentores do capital</b>			
Capital	5.12	1 486 000	451 200
Outras variações capitais próprios - impostos diferidos	5.16	0	- 26 260
Resultados acumulados		- 2 429 854	- 2 314 458
		- 943 854	- 1 889 518
Resultado do exercício atribuível a detentores do capital		- 89 065	- 89 136
<b>Total do capital próprio</b>		<b>- 1 032 919</b>	<b>- 1 978 654</b>
<b>Passivos</b>			
<b>Atividade de Gestão da Infraestrutura ferroviária</b>		<b>2 624 356</b>	<b>2 329 080</b>
<b>Não correntes</b>			
Empréstimos obtidos	5.13	1 135 952	1 467 414
Provisões	5.15	24 312	21 162
Impostos diferidos passivos	5.16	0	26 260
		1 160 264	1 514 836
<b>Correntes</b>			
Empréstimos obtidos	5.13	1 402 806	746 306
Fornecedores e outras contas a pagar	5.14	59 160	60 655
Imposto sobre o rendimento a pagar	5.16	2 127	7 283
		1 464 093	814 244
<b>Atividade em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração</b>	4.	<b>3 962 057</b>	<b>5 035 070</b>
<b>Não correntes</b>			
Empréstimos obtidos	4.4	3 801 786	4 879 119
		3 801 786	4 879 119
<b>Correntes</b>			
Empréstimos obtidos	4.4	91 261	91 261
Fornecedores e outras contas a pagar	4.5	69 010	64 690
		160 271	155 951
<b>Total do passivo</b>		<b>6 586 413</b>	<b>7 364 150</b>
<b>Total do capital próprio e passivo</b>		<b>5 553 494</b>	<b>5 385 497</b>

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras.

### Demonstração dos Resultados

31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013

Rubricas	Notas	31-dez-14	31-dez-13
Prestações de serviços	6.1	99 708	100 121
Subsídios à exploração	6.2	40 493	43 700
Gasto com o consumo de materiais	5.8	- 5 100	- 6 402
Fornecimentos e serviços externos	7.	- 95 456	- 94 404
Gastos com pessoal	8.	- 81 409	- 90 559
Depreciações e amortizações do exercício	5.1/5.2	- 3 106	- 2 762
Provisões	5.15	- 3 272	- 8 272
Imparidades	9.	- 37 110	- 4 750
Outros gastos	10.	- 8 259	- 1 982
Outros rendimentos	11.	42 395	23 018
Ganhos/(Perdas) subsidiárias, associadas e empreend. conjuntos	12.	9 068	2 793
<b>Resultado Operacional</b>		- 42 047	- 39 499
Perdas financeiras	13.	- 226 966	- 297 865
Ganhos financeiros	13.	154 879	242 005
<b>Resultados antes de impostos</b>		- 114 134	- 95 359
Imposto do exercício	5.16	25 069	6 223
<b>Resultado líquido do exercício</b>		- 89 065	- 89 136

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras.

**Demonstração do Rendimento Integral**

31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013

Rubricas	Notas	31-dez-14	31-dez-13
Resultados reconhecidos na demonstração dos resultados		- 89 065	- 89 136
<b>Outro rendimento integral</b>			
<b>Itens que não serão reclassificadas em resultado</b>			
Diferenças de transição - Impostos diferidos	5.16	0	- 26 260
		<b>0</b>	<b>- 26 260</b>
<b>Itens que poderão ser reclassificadas em resultado</b>			
		0	0
<b>Resultado Integral</b>		<b>- 89 065</b>	<b>- 115 396</b>

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras.

**Demonstração da Alteração dos Capitais Próprios**

31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013

	Notas	Capital Social	Outras Variações	Resultados Acumulados	Resultado atribuível a acionistas	Total Capital Próprio
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>		<b>430 200</b>	<b>0</b>	<b>- 2 222 344</b>	<b>- 92 114</b>	<b>- 1 884 258</b>
Diferenças de transição - Impostos diferidos			- 26 260			- 26 260
Resultado proveniente da demonst. dos resultados					- 89 136	- 89 136
Resultado integral de 2013		0	- 26 260	0	- 89 136	- 115 396
Aplicação do resultado integral 2012				- 92 114	92 114	0
Aumento de capital		21 000				21 000
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>		<b>451 200</b>	<b>- 26 260</b>	<b>- 2 314 458</b>	<b>- 89 136</b>	<b>- 1 978 654</b>
Diferenças de transição - Impostos diferidos			26 260	- 26 260		0
Resultado proveniente da demonst. dos resultados					- 89 065	- 89 065
Resultado integral de 2014		0	26 260	- 26 260	- 89 065	- 89 065
Aplicação do resultado integral 2013				- 89 136	89 136	0
Aumento de capital		1 034 800				1 034 800
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>		<b>1 486 000</b>	<b>0</b>	<b>- 2 429 854</b>	<b>- 89 065</b>	<b>- 1 032 919</b>

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013

Rubricas	Notas	31-dez-14	31-dez-13
<b>Atividades Operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		213 340	7 304
Pagamentos a fornecedores		- 99 332	- 97 846
Pagamentos ao pessoal		- 78 674	- 85 362
Fluxo gerado pelas operações		35 333	- 175 904
Outros recebimentos/ (pagamentos) operacionais		22 588	47 754
<b>Fluxo das atividades operacionais (1)</b>		<b>57 921</b>	<b>- 128 150</b>
<b>Atividades de Investimento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios de investimento		11 747	87 245
Dividendos	12.	8 715	2 200
		20 462	89 445
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos tangíveis		145 583	86 088
		145 583	86 088
<b>Fluxo das atividades de investimento (2)</b>		<b>- 125 120</b>	<b>3 357</b>
<b>Atividades de Financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		64 000	825 542
Dotações de capital	5.12	1 034 800	21 000
Juros		6 859	36 808
		1 105 659	883 350
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		807 035	609 574
Juros e custos similares		229 579	287 520
		1 036 614	897 094
<b>Fluxo das atividades de financiamento (3)</b>		<b>69 045</b>	<b>- 13 744</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)-(2)+(3)</b>		<b>1 846</b>	<b>- 138 537</b>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5.11	75 458	73 612
Caixa e seus equivalentes no início do período	5.11	73 612	212 149
<b>Varição de caixa e seus equivalentes</b>		<b>1 846</b>	<b>- 138 537</b>

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras



Lisboa, 23 de Março de 2015

## O Conselho de Administração

### Diretora Financeira

Maria do Carmo Duarte Ferreira

### Presidente

António Manuel Palma  
 Ramalho

### Vice - Presidente

José Luis Ribeiro dos  
 Santos

### Vogal

José Saturnino Sul  
 Serrano Gordo

### Técnica Oficial de Contas

Isabel Rasteiro Lopes

### Vogal

Alberto Manuel de  
 Almeida Diogo

### Vogal

Vanda Cristina Loureiro  
 Soares Nogueira

### Vogal

Adriano Rafael de Sousa  
 Moreira

### Vogal

José Carlos de Abreu e  
 Couto Osório

# **NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS**

## **Notas às Demonstrações Financeiras Separadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013**

### **1. Atividade Económica e Financeira**

A Rede Ferroviária Nacional - REFER, E.P.E, adiante designada por REFER ou Empresa, com sede na Estação de Santa Apolónia, em Lisboa, é uma entidade pública empresarial, dotada de autonomia administrativa e financeira e de património próprio. Encontra-se sujeita à tutela do Ministério de Estado e das Finanças e do Ministério da Economia, e foi constituída pelo Decreto-Lei nº 104/97, de 29 de abril.

A REFER tem como atividade principal a prestação de serviço público de gestão da infraestrutura integrante da rede ferroviária nacional, estando-lhe ainda atribuída a responsabilidade de construção, instalação e renovação das infraestruturas ferroviárias.

No desenvolvimento da sua atividade e de forma a garantir um elevado nível de eficiência e eficácia, a REFER recorre à prestação de serviços complementares através de áreas de negócio que não estão compreendidas na sua atividade principal e que são realizadas pelas suas empresas participadas.

#### **1.1 Missões da REFER**

A atividade da REFER subdivide-se em duas missões: a Atividade de Investimento em Infraestruturas de Longa Duração (ILD's) e a Gestão de Infraestrutura (GI).

#### **Investimentos de Longa Duração (ILD's)**

Nesta missão encontram-se incluídos o conjunto de investimentos associados a:

- Novas infraestruturas e/ou expansão da Rede;
- Modernização e reabilitação, com a introdução de novas tecnologias no modo de operação; e
- Substituição que engloba as intervenções que introduzem melhoramentos de carácter duradouro ou que são suscetíveis de aumentar o valor e/ou a vida útil do bem não alterando as condições de exploração.

A obtenção do financiamento necessário para os investimentos realizados é efetuada pela REFER e reveste a forma de obtenção de crédito junto de instituições financeiras e do mercado de capitais, fornecedores prestações do acionista (PIDDAC, empréstimos e/ou capital) e subsídios comunitários.

## **Gestão de Infraestrutura (GI)**

Esta missão corresponde à prestação de um serviço público, contemplando funções como a conservação e manutenção de infraestruturas, gestão de capacidade, gestão do sistema de regulação e segurança, comando e controlo de circulação.

Engloba o conjunto de investimentos de funcionamento (ex. mobiliário e informática), sem implicações nas concessões de utilização temporária de ILD's e exploração ferroviária.

### **1.2 Regulamentação das Missões desenvolvidas pela REFER**

#### **Regulação tarifária**

Pelo Decreto-Lei n.º 104/97, de 29 de abril, foi delegada na REFER a prestação do serviço público de gestão da infraestrutura integrante da rede ferroviária nacional e conferido o direito de cobrar tarifas devidas pela utilização da infraestrutura ferroviária.

No que respeita às tarifas de utilização da infraestrutura, cabe à REFER, nos termos do Decreto-Lei n.º 270/2003 de 28 de outubro, republicado pela Decreto-Lei n.º 231/2007, de 14 de junho, alterado pelo Decreto-Lei 151/2014, fixar, determinar e cobrar as tarifas devidas pela utilização da infraestrutura, para financiamento da sua atividade de gestão da infraestrutura, respeitando as regras definidas no referido diploma legal, bem como as emitidas pelo Regulamento n.º 630/2011, de 12 de dezembro, do Instituto da Mobilidade e dos Transportes I.P. (IMT).

No âmbito da sua atividade, a REFER presta serviços essenciais, adicionais e auxiliares, cuja descrição e condições de prestação – incluindo as condições tarifárias – encontram-se definidas no Diretório de Rede.

#### **Tarifas respeitantes aos serviços essenciais**

##### **a) Tarifa base**

Os serviços essenciais oferecidos pelo gestor da infraestrutura, compreendem:

- o pacote mínimo de acesso;
- o acesso por via férrea às instalações de serviço e ao fornecimento de serviços;
- a utilização de infraestruturas e equipamentos de fornecimento, transformação e distribuição de energia elétrica de tração; e
- a prestação do socorro ferroviário nos termos previstos no artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 270/2003, alterado pelo Decreto-Lei n.º 231/2007.

**b) Tarifa da capacidade pedida e não utilizada**

O valor devido pela capacidade pedida e não utilizada corresponde a:

- 100% do valor da tarifa aplicável se a não utilização for comunicada entre a data para a qual a capacidade tinha sido pedida e três dias (inclusive) antes dessa data;
- 10% do valor da tarifa aplicável se a não utilização for comunicada entre três dias (exclusive) e catorze dias (inclusive) antes da data para a qual a capacidade tinha sido pedida;
- 5% do valor da tarifa aplicável se a não utilização for comunicada num prazo superior a catorze dias (exclusive) relativamente à data para a qual a capacidade tinha sido pedida;
- Não são devidos quaisquer valores pela capacidade pedida e não utilizada, se a não utilização for comunicada antes do início do horário técnico;
- No caso de supressão parcial contabiliza-se exclusivamente o percurso não utilizado; e
- Não se aplica a tarifação da capacidade pedida e não utilizada às situações de substituição de um canal horário por outro, desde que seja comprovado que o novo canal tem a mesma origem e destino e uma translação do tempo de partida até 24 horas relativamente ao canal de origem no caso do transporte de passageiros ou a sete dias no caso do transporte de mercadorias.

**Tarifas respeitantes a serviços adicionais****a) Energia de tração**

Considerando que o acesso à energia elétrica de tração que os Operadores necessitam, apenas pode ser feito através de infraestruturas sob gestão da REFER, esta facultada aos Operadores o acesso aos meios sob sua gestão.

Caso se encontre acordado em contratos vigentes o pagamento à REFER de qualquer valor a título de remuneração de serviços relativos a conferência, faturação e ou repartição de consumos, é levado em conta, até à concorrência daquele valor, o que se apurar em função das regras tarifárias.

**b) Manobras**

Os serviços de manobras são cobrados em função da mobilização de meios humanos (incluindo tempos de deslocação, se aplicável), traduzida em minutos efetivos, podendo corresponder a 3 categorias profissionais: Operador de Manobras, Operador de Circulação ou Controlador de Circulação.

**c) Estacionamento de material circulante**

O estacionamento em linhas de estações não afetas à circulação é considerado por períodos de duração igual ou superior a 1 hora.

**d) Contratos especiais relativos a transportes excepcionais**

No caso dos transportes excepcionais, é obrigatória a realização de um estudo de viabilidade pela REFER, onde se procede à verificação pormenorizada da exequibilidade desse transporte, identificando-se todas as implicações e adaptações necessárias de introduzir quer na infraestrutura quer no material circulante. O estudo inclui a apresentação de um orçamento que refletirá os custos incorridos pela REFER na organização, preparação e realização efetiva deste serviço.

**Tarifas respeitantes aos serviços auxiliares**

Os serviços que envolvam utilização de mão-de-obra da REFER são faturados em função dos meios humanos mobilizados.

**Outras tarifas**

O Diretório da Rede, a Regulamentação Ferroviária, bem como a documentação técnica necessária ao estudo dos pedidos de capacidade, são fornecidos aos interessados, a pedido, contra o pagamento de uma quantia correspondente ao custo de publicação.

**2. Bases de Apresentação e políticas contabilísticas**

**2.1 Bases de Apresentação**

As demonstrações financeiras agora apresentadas refletem os resultados das operações da REFER e a sua posição financeira, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, constituindo as demonstrações financeiras separadas da Empresa.

Estas demonstrações financeiras foram apreciadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 23 de março de 2015, que deliberou submetê-las à aprovação das Tutelas. É da opinião do Conselho de Administração que as mesmas refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da REFER, bem como a sua posição, performance financeira e fluxos de caixa.

Todos os valores estão expressos em milhares de euros.

As demonstrações financeiras da REFER foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme adotadas pela União Europeia (UE), emitidas e em vigor à data de 31 de dezembro de 2014.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo Internacional Financial Reporting Interpretation Comitee (IFRIC), e pelos respetivos órgãos que os antecederam.

As demonstrações financeiras apresentadas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos financeiros registados ao justo valor, nomeadamente, os instrumentos financeiros derivados, que se encontram registados ao respetivo valor de mercado, exceto aqueles para os quais o justo valor não é possível determinar.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que a Empresa formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, ativos e passivos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados aplicáveis e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não seria possível obter através de outras fontes. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para os quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na nota 2.3.

## **2.2 Políticas contabilísticas**

As políticas contabilísticas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas nos parágrafos que se seguem, e foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados.

**a) Participações financeiras em empresas subsidiárias**

De acordo com a IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas, quando uma entidade apresenta Demonstrações Financeiras Separadas, os investimentos em empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos e empresas associadas devem ser registados ao custo ou ao justo valor.

A REFER regista os investimentos financeiros anteriormente mencionados, ao custo, deduzido de eventuais perdas de imparidade.

Os dividendos provenientes destas entidades são reconhecidos na rubrica de “Ganhos e Perdas em Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos” quando o direito aos mesmos estiver estabelecido.

De acordo com a IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, uma subsidiária é uma entidade controlada por outra entidade.

Uma entidade investidora controla uma entidade quando está exposta ou é detentora de direitos relativamente a resultados variáveis por via do seu relacionamento com a mesma e tem capacidade para afetar esses resultados através do poder que exerce sobre a entidade investida.

**b) Participações financeiras em empresas associadas e empreendimentos conjuntos**

Conforme previsto na IAS 28 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos, empresas associadas são entidades sobre as quais a entidade investidora exerce uma influência significativa.

Se uma entidade detiver 20% ou mais dos direitos de voto na entidade investida, presume-se que essa entidade exerce influência significativa, a não ser que possa ser claramente demonstrado que não é esse o caso.

Empreendimento conjunto é uma atividade conjunta em relação à qual as partes que exercem o controlo conjunto dispõem de direitos sobre os ativos líquidos da atividade.

Por controlo conjunto entende-se a partilha contratualmente acordada do controlo sobre uma atividade, que apenas existe quando as decisões relativas às atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que exercem o controlo partilhado.

Estes investimentos apresentam-se nas contas separadas ao custo e eventuais dividendos são registados na rubrica de “Ganhos e Perdas em Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos” quando o direito aos mesmos estiver estabelecido.



**c) Participações financeiras em acordos conjuntos**

De acordo com a IFRS 11 – Acordos Conjuntos, acordo conjunto é um acordo em que duas ou mais partes têm controlo conjunto.

Os acordos conjuntos apresentam as seguintes características:

- i) As partes estão vinculadas por um acordo contratual; e
- ii) O acordo contratual confere a duas ou mais partes dessas partes o controlo conjunto do acordo.

De acordo com a referida norma um acordo conjunto é uma operação conjunta ou um empreendimento conjunto.

Uma operação conjunta é um acordo conjunto pelo qual as partes que detêm o controlo conjunto do acordo têm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos relacionados com esse acordo. Estas partes são denominadas operadores conjuntos.

Um operador conjunto reconhece, relativamente ao seu interesse numa operação conjunta:

- i) os seus ativos, incluindo a sua parte de qualquer ativo detido conjuntamente;
- ii) os seus passivos, incluindo a sua parte em quaisquer passivos incorridos conjuntamente;
- iii) o seu rendimento proveniente da venda da sua parte da produção decorrente da operação conjunta;
- iv) a sua parte dos rendimentos decorrentes da venda da produção por parte da operação conjunta; e
- v) as suas despesas, incluindo a sua parte de quaisquer despesas incorridas em conjunto.

Um Empreendimento Conjunto é um acordo conjunto pelo qual as partes que detêm o controlo conjunto do acordo têm direitos sobre os ativos líquidos do acordo. Estas partes são denominadas empreendedores conjuntos.

**d) Atividade em investimento de infraestruturas de Longa Duração (ILD's) – Acordos de Concessão de serviços – IFRIC 12.**

Decorrente do processo de cisão da atividade ferroviária em Portugal, ocorrido em 1997, foi acometida à REFER a responsabilidade de construção e renovação das infraestruturas ferroviárias de longa duração. Esta é uma atividade desenvolvida de acordo com as diretrizes do Estado, cujo financiamento é garantido através de capital, subsídios estatais e europeus e empréstimos maioritariamente avalizados pelo Estado, assumindo a REFER o papel de “agente” nesta atividade.

Aplicando este entendimento, os efeitos referentes a esta atividade são reconhecidos e mensurados de acordo com a IFRIC 12.

Assim, para efeitos de aplicação da IFRIC 12, considera-se que a Atividade em Investimentos de Infraestrutura de Longa Duração consubstancia a existência de uma concessão entre o Estado (Ente Público) e a REFER (equiparado a Ente privado apesar de o único acionista ser o Estado), assumindo a REFER o papel de “Concessionário” nesta atividade.

A IFRIC 12 – Acordos de Concessão de serviços foi emitida pelo IASB em Novembro de 2006, para aplicação aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2008. A sua adoção na União Europeia ocorreu em 25 de março de 2009, ficando estabelecida a obrigatoriedade à sua aplicação para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2010.

A IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviços públicos nos quais o concedente (Estado) controla (regula):

- Os serviços a serem prestados pela concessionária (mediante a utilização da infraestrutura), a quem e a que preço; e
- Quaisquer interesses residuais sobre a infraestrutura no final do contrato.

A IFRIC 12 aplica-se a infraestruturas:

- Construídas ou adquiridas pelo operador a terceiros; e
- Já existentes e às quais é dado acesso pelo operador.

Desta forma, e atendendo ao acima descrito, é entendimento da REFER que a concessão existente encontra-se incluída no âmbito desta IFRIC pelas razões que seguem:

- A REFER é uma entidade com fins lucrativos e sujeita à aplicação do Código das Sociedades Comerciais, não obstante o seu acionista ser o Estado, a mesma está constituída pelo regime previsto na legislação aplicável ao setor público empresarial (Decreto Lei 133/2013 de 3 de outubro) dispondo de independência patrimonial face ao seu acionista, sendo dessa forma afastada a exclusão de aplicação da IFRIC 12, de acordo com o seu §4;
- O Decreto-lei que constitui a REFER, em substância, pode ser considerado um acordo de concessão, pois o Estado na qualidade de Concedente, controla e regulamenta os serviços públicos prestados pela REFER, na qualidade de Concessionária, com as infraestruturas integrantes do domínio público ferroviário nacional, definindo, igualmente, a quem são prestados os serviços e a que preço; e
- O Estado, através da propriedade, controla as Infraestruturas, pois estas pertencem ao domínio público do Estado, cedendo à REFER o direito de acesso às mesmas para esta prestar o serviço público através da cobrança de uma tarifa aos operadores de transporte de passageiros e de mercadorias.

Esta interpretação estabelece os princípios genéricos de reconhecimento e mensuração de direitos e obrigações ao abrigo de contratos de concessão com as características mencionadas anteriormente e define os seguintes modelos:

- Modelo do ativo intangível – Quando o operador recebe do concedente o direito de cobrar uma tarifa em função da utilização da Infraestrutura;
- Modelo do ativo financeiro – Quando o operador tem um direito contratual incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente, correspondente a montantes específicos ou determináveis, o operador deve registar um ativo financeiro (conta a receber). Neste modelo, a entidade concessionária dispõe, de poucos ou nenhuns poderes discricionários para evitar o pagamento, em virtude de o acordo ser em geral, legalmente vinculativo; e
- Modelo “misto” – Este modelo, previsto no §18 da IFRIC 12, aplica-se quando a concessão inclui simultaneamente compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão.

Face à tipologia dos modelos, foi considerado que o que melhor traduz o objeto social atribuído à REFER é o modelo do Ativo financeiro, pois, de acordo com a legislação em vigor, o Estado (Ente público) suportará integralmente os custos associados a investimentos em infraestruturas ferroviárias nacionais, possuindo assim a REFER um direito incondicional de receber dinheiro do Estado pelos investimentos realizados em ILD's. Este direito é conferido quer pelo art.º 11º da Lei de Bases do Sistema de Transportes Terrestres para o transporte ferroviário (LBTT), quer pelo Decreto-Lei nº 141/2008, de 22 Julho, quer ainda pelo Plano Estratégico de Transportes 2011-2015 (PET) e, já em 2014, pelo Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas (horizonte 2014-2020) (PETI3+).

No que respeita ao Ativo Financeiro, resultante da aplicação desta norma, o mesmo foi enquadrado de acordo com as IAS 32, IAS 39 e IFRS 7.

Pelo facto de não existir acordo de concessão formal, a REFER assume as seguintes premissas para determinação do valor da concessão, baseando-se no princípio da substância sobre a forma e na legislação existente nomeadamente:

- A Lei de Bases do sistema de Transportes Terrestres Conservação e Vigilância da infraestrutura – Lei nº 10/90 - que dispõe no nº 3 do artigo 11º a compensação devida pelo Estado da totalidade dos encargos de construção, conservação e vigilância de infraestruturas, de harmonia com as normas a aprovar pelo Governo;
- Nos estatutos da REFER, no nº 4 artigo 15º, que determina que “o valor dos bens patrimoniais adquiridos pela empresa, a título oneroso, e que sejam afetados ao domínio público, bem como os valores das benfeitorias realizadas pela empresa em bens de domínio público que lhe estejam afetos ou por ela sejam administrados, deve ser repostos caso a empresa seja privada da sua administração ou exploração”;
- No Plano Estratégico dos Transportes (RCM 45/2011):

*“O investimento necessário à construção de infraestruturas de transporte, enquanto bens e ativos do domínio público, é uma responsabilidade do Estado, como consta da própria Lei de Bases do Sistema de Transportes Terrestres. Não obstante, nas últimas décadas, as empresas do sector empresarial do Estado dos transportes públicos terrestres e da infraestrutura ferroviária têm assumido o ónus de suportar nas suas demonstrações financeiras— através de emissão de dívida — os encargos decorrentes daquele investimento, por conta do Estado.”, e;*

*“A dívida histórica das empresas do Setor Empresarial do Estado (SEE) de transportes públicos e da infraestrutura ferroviária resulta, em parte, da concretização de projetos de investimentos da responsabilidade do Estado, (...)”*

- PETI3+ - Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas (horizonte 2014-2020).

O PETI3+ “...surge como uma atualização do PET 2011-2015, projetando uma segunda fase de reformas estruturais a empreender neste sector, bem como o conjunto de investimentos em infraestruturas de transportes a concretizar até ao fim da presente década. Estima-se que dos projetos prioritários do sector ferroviário 61% possam ser financiados através dos fundos comunitários e 39% através de fundos públicos de contrapartida nacional. “Quando existam desafetações de domínio público ferroviário, o ganho ou perda obtido será afeto a esta atividade, conforme estabelecido em cada despacho de desafetação.

Assim, os valores suportados com os ILD's assumem a forma de “conta a receber” imputada à entidade “Estado concedente”, sendo reconhecida inicialmente ao justo valor.

O ativo financeiro é constituído pelos ativos concessionados, que incluem as propriedades de domínio público ferroviário, em que a REFER apenas tem acesso a eles de modo a efetuar a prestação de serviços de “Gestão de Infraestrutura”, acrescidos da rentabilização de ativos, quer por venda, quer por melhorias efetuadas nos mesmos, deduzidos dos subsídios recebidos e acrescidos dos juros dos empréstimos contraídos, imputados à concessão. Como não existe maturidade definida, consequência da inexistência de contrato de concessão formalizado, assume-se que os valores a receber se vencem no momento do débito. Consequentemente, a partir dessa data considera-se que são devidos ao concessionário (REFER) os juros do valor em dívida. A forma de cálculo desses juros é efetuada tendo por base as mesmas condições do financiamento obtido para financiar diretamente esta atividade. São assim debitados os juros e outros gastos financeiros incorridos com os empréstimos contraídos para financiamento da concessão.

### **Infraestruturas de Longa Duração (ILD)**

Os ativos concessionados, designados por Infraestruturas de Longa Duração são propriedade de Domínio Público Ferroviário, e a REFER apenas tem acesso a eles de modo a efetuar a prestação de serviços associada à atividade de Gestão da Infraestrutura ferroviária (GI). Desta forma, encontram-se registados na rubrica da Demonstração da Posição Financeira “Atividade em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração”, por não se qualificarem como ativos controlados por esta entidade. Estes ativos, para além das aquisições e construções posteriores à cisão do património da CP, englobam igualmente o património dos Gabinetes extintos, dos terminais de mercadorias e património transferido daquela empresa, que configuram a natureza de “bens de domínio público”.

## e) Ativos Fixos Tangíveis

### Afetos à Gestão de Infraestruturas

Os ativos fixos tangíveis registados na Demonstração da Posição Financeira referem-se a equipamentos utilizados pela REFER, no âmbito da atividade de GI, e não afetos à atividade de ILD. O seu reconhecimento inicial é pelo custo.

Após o reconhecimento inicial, a REFER adotou o modelo do custo permitido pela IAS 16, e os ativos fixos tangíveis encontram-se escriturados pelo seu custo subtraído das depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os encargos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos são registados como gastos do exercício em que ocorrem.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na Demonstração dos Resultados.

### Depreciações

As depreciações são calculadas sobre os valores de aquisição, pelo método das **quotas constantes**, às taxas que correspondem à vida útil esperada para cada tipo de bem. As taxas de depreciação anual (em %), mais importantes, são as seguintes:

Designação	%
Terrenos	Não depreciados
Edifícios e outras construções	2,00
Equipamento básico	3,33
Equipamento de transporte	25,00
Ferramentas e utensílios	12,50
Equipamento administrativo	12,50
Outros ativos fixos	12,50

As vidas úteis dos ativos são revistas no final de cada exercício para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos.

## Locações

A classificação das operações de locação como locações financeiras ou operacionais depende da sua substância, e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo locado são substancialmente transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

### Contratos de locação operacional

Os bens cuja utilização decorre de contratos de locação relativamente aos quais não se assumem os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo locado, são classificados como locações operacionais, em conformidade com a IAS 17 – Locações, não sendo por isso registados na rubrica de ativos fixos tangíveis.

As rendas são registadas como gastos nos respetivos períodos durante o prazo de locação (nota 7).

#### f) Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

Os ativos intangíveis reconhecidos na Demonstração da Posição Financeira, referem-se essencialmente a programas informáticos.

### Amortizações

As amortizações são calculadas, sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, durante um período de 3 anos.

#### g) Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (“*trade date*”) pelo seu justo valor (IAS 39). Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período, exceto no que se refere aos derivados de cobertura.

O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura, em resultados do período, depende da natureza do risco coberto, do modelo de cobertura utilizado e da eficácia da cobertura.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou na sua ausência é determinado por entidades externas tendo por base técnicas de valorização.

### **Contabilidade de cobertura**

A designação de um instrumento financeiro derivado como sendo um instrumento de cobertura obedece às disposições da IAS 39.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados que, embora contratados com o objetivo de efetuar cobertura económica de acordo com as políticas de gestão de risco do Grupo, não cumpram todas as disposições da IAS 39 no que respeita à possibilidade de qualificação como contabilidade de cobertura, são classificados como “derivados detidos para negociação”, sendo considerados correntes, e as respetivas variações no justo valor são registadas na Demonstração do Rendimento Integral do período em que ocorrem.

A 31 de dezembro de 2014 a REFER não detém qualquer instrumento financeiro derivado.

#### **h) Ativos financeiros**

A REFER classifica os seus investimentos, na data da sua negociação (“*trade date*”), de acordo com o objetivo que despoletou a sua aquisição, nas seguintes categorias: ativos financeiros ao justo valor através de resultados (detidos para negociação e opção justo valor); empréstimos e contas a receber; ativos detidos até à maturidade; e ativos financeiros disponíveis para venda, em conformidade com o preconizado pela IAS 39 – Instrumentos financeiros.

#### **Ativos financeiros ao justo valor através de resultados**

Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros de negociação, que são adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo, e (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados. Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Nesta categoria integram-se os instrumentos financeiros derivados que não se qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura. As alterações ao seu justo valor são reconhecidas diretamente em resultados do exercício.



**Ativos financeiros detidos até à maturidade**

Estes investimentos são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades definidas, para os quais existe a intenção e capacidade de deter até à maturidade.

Estes investimentos são mensurados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

As perdas por imparidade são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas, associadas aos créditos de cobrança duvidosa na data das demonstrações financeiras.

As perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro.

Estes ativos são apresentados na Demonstração da Posição Financeira, líquidos da imparidade reconhecida.

**Empréstimos e contas a receber**

Correspondem a ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determinados, para os quais não existe um mercado de cotações ativo. São originados pelo decurso normal das atividades operacionais, no fornecimento de mercadorias ou serviços, e sobre os quais não existe a intenção de negociar.

Os empréstimos e contas a receber são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizados ao custo amortizado, com base no método de taxa de juro efetiva.

São registadas perdas por imparidade quando existem indicadores de que a REFER não irá receber todos os montantes a que tinha direito de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como: i) análise de incumprimento; ii) incumprimento há mais de 6 meses; iii) dificuldades financeiras do devedor; iv) probabilidade de falência do devedor.

Quando valores a receber de clientes ou outros devedores que se encontrem vencidos são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

As perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro.

Estes ativos são apresentados na Demonstração da Posição Financeira, líquidos da imparidade reconhecida.

#### **Ativos financeiros disponíveis para venda**

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que:

- A REFER não tem intenção de manter por tempo indeterminado;
- São designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial; ou
- Não se enquadram nas categorias acima referidas.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo as respetivas variações de justo valor reconhecidas diretamente nos capitais próprios na rubrica Reservas de justo valor. Quando os investimentos são desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, nesse momento, o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

Caso não exista um valor de mercado, os ativos são mantidos ao custo de aquisição, sendo contudo efetuados testes de imparidade.

Os juros corridos de instrumentos de rendimento fixo, quando classificados como ativos disponíveis para venda, e as diferenças entre o seu custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto), são registados em resultados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

As partes de capital detidas que não sejam participações em subsidiárias, empreendimentos conjuntos ou associadas, são classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda.

**i) Justo valor de ativos e passivos financeiros**

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado ativo, o preço de mercado é aplicado. Este constitui o nível 1 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7 e utilizado pela REFER.

No caso de não existir um mercado ativo, o que é o caso para alguns ativos e passivos financeiros, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado. Este constitui o nível 2 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7 e utilizado pela REFER.

Neste nível 2 da hierarquia do justo valor, a REFER inclui instrumentos financeiros não cotados, tais como, instrumentos financeiros derivados enquanto instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados. Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções que incorporam, por exemplo, as curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado.

Para alguns tipos de instrumentos financeiros derivados mais complexos, são utilizados modelos de valorização mais avançados contendo pressupostos e dados que não são diretamente observáveis em mercado. Este constitui o nível 3 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7.

**j) Imparidade de Ativos**

De acordo com a IAS 36 – Imparidade de ativos, sempre que o valor contabilístico de um ativo excede a sua quantia recuperável, o seu valor é reduzido ao montante recuperável sendo a perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício. O valor recuperável corresponde ao menor entre o valor de uso e o justo valor menos custo de vender, e é determinado sempre que existam indicadores de perda de valor.

O valor de uso do ativo é calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados pela gestão, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil. Para a determinação dos fluxos de caixa futuros, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os ativos não financeiros, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

**k) Inventários**

O custo de aquisição ou de produção inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição de utilização ou venda. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda, conforme previsto pela IAS 2 - Inventários.

As saídas de armazém (consumos) são mensuradas ao custo médio ponderado.

A REFER possui nos seus armazéns materiais adquiridos com o fim específico e único de aplicação da Atividade em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração. Estes inventários encontram-se apresentados na Demonstração da Posição Financeira na rubrica “Atividade em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração”.

**l) Caixa e equivalentes de caixa**

Para efeitos da Demonstração dos Fluxos de Caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados na Demonstração da Posição Financeira onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito e Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E. (IGCP).

A caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidade inicial até 3 meses.

**m) Passivos financeiros**

Passivos financeiros representam obrigações contratuais de pagar, através da entrega de dinheiro ou outros ativos financeiros, independentemente da sua forma legal. São inicialmente registados pelo seu justo valor deduzidos dos custos de transação incorridos, e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

**n) Empréstimos obtidos não correntes**

A Empresa reconhece os empréstimos obtidos não correntes como um passivo financeiro em conformidade com a IAS 39 – Instrumentos financeiros. Estes passivos financeiros são registados: (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos, e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

A REFER detém empréstimos obtidos não correntes, sob a forma de empréstimos bilaterais e empréstimos obrigacionistas para financiar a construção de Infraestruturas de Longa Duração (ILD) e a atividade de Gestão de Infraestrutura. Os empréstimos que financiam a atividade de Investimento em ILD são reconhecidos na Demonstração da Posição Financeira na rubrica “Atividade em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração”.

**o) Fornecedores e outras contas a pagar**

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são registados ao custo amortizado.

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar referem-se aos saldos a pagar a fornecedores da atividade operacional da Empresa. Os saldos de fornecedores relacionados com a aquisição/construção de ativos da atividade de Investimentos em Infraestruturas de Longa Duração encontram-se registados na Demonstração da Posição Financeira na rubrica correspondente.

**p) Imparidades e provisões**

São reconhecidas imparidades quando se verificam perdas no valor dos ativos registados na Demonstração da Posição Financeira, conforme descrito em notas anteriores.

São constituídas provisões sempre que existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado e sempre que seja provável que uma diminuição, razoavelmente estimável, de recursos incorporando benefícios económicos será exigida para pagar a obrigação.

A REFER regista provisões relativas a processos judiciais em curso, para os quais existe uma probabilidade elevada de que venham a ocorrer o pagamento pela Empresa de responsabilidades (nota 5.15.). Este valor corresponde ao valor presente estimado das responsabilidades.

**q) Reconhecimento do crédito**

Os créditos são registados no período a que se referem, independentemente do seu recebimento, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e os correspondentes créditos são registadas nas rubricas de outras contas a receber.

O crédito na REFER compreende as tarifas de utilização da infraestrutura, a energia de tração, as manobras, a capacidade pedida não utilizada, e outros serviços (conforme descrito na nota 1.2.).

**r) Imposto sobre o rendimento**

O imposto sobre o rendimento do período compreende os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto se os mesmos forem relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor do imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos reconhecem-se quando existem diferenças entre o valor contabilístico dos ativos e passivos em determinado momento e o seu valor para efeitos fiscais.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os ativos por impostos diferidos apenas são reconhecidos relativamente:

- i) às diferenças temporárias dedutíveis para as quais se espera que venham a ser revertíveis futuramente; ou
- ii) quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão se estima que ocorra no mesmo momento dos impostos diferidos ativos.

**Grupo fiscal**

Em março de 2014, o Grupo REFER aderiu ao regime especial de tributação de grupos de sociedades (“RETGS”).

Este grupo fiscal integra todas as empresas residentes em Portugal, detidas pela REFER (Empresa mãe do grupo REFER), em 75% ou mais, e que cumpram as condições previstas no artigo 69º e seguintes do Código do IRC, que se apresentam de seguida:

REFER

REFER PATRIMÓNIO, S.A.

REFER TELECOM, S.A.

REFER ENGINEERING, S.A.

As empresas incluídas no grupo fiscal REFER apuram e registam o imposto sobre o rendimento tal como se fossem tributadas numa ótica individual. As responsabilidades apuradas são no entanto reconhecidas como devidas à REFER, a quem competirá o apuramento global e a autoliquidação do imposto.

O eventual benefício decorrente da aplicação do RETGS reverte para a REFER.

**s) Transações em moeda estrangeira**

As transações em moeda estrangeira são convertidas para euros à taxa de câmbio em vigor à data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data do relato financeiro e as diferenças de câmbio resultantes dessa conversão são reconhecidas nos resultados do exercício.

As principais cotações utilizadas à data da Demonstração da Posição Financeira foram as seguintes:

Moeda	(euros)	
	31-dez-14	31-dez-13
Francos Suíços (CHF)	1,20	1,23
Coroa Sueca (SEK)	9,39	8,86

**t) Subsídios**

Os subsídios ao investimento atribuídos à REFER são inicialmente reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, sendo subsequentemente amortizados na proporção da depreciação dos ativos fixos tangíveis subsidiados, em conformidade com a IAS 20 – Subsídios do Estado.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na Demonstração dos Resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos, a partir do momento em que o seu recebimento seja provável.

Os subsídios obtidos para financiamento dos ativos adquiridos/construídos em Infraestruturas de Longa Duração, são reconhecidos na Demonstração da Posição Financeira na rubrica **Concedente-Estado-Conta a Receber** porque sendo atribuídos no âmbito da atividade concessionada, constituem reembolso de parte das despesas incorridas sendo, por conseguinte, deduzidos ao valor a receber do concedente.

#### **u) Informação por segmentos**

##### **Segmentos operacionais**

Um segmento operacional é uma componente de uma entidade que desenvolve uma atividade de negócio: i) de que pode obter réditos e incorrer em gastos; ii) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da entidade; e iii) relativamente à qual esteja disponível informação financeira.

A REFER identificou como responsável pela tomada de decisões operacionais, o Conselho de Administração, ou seja o órgão que revê a informação interna preparada de forma a avaliar a performance das atividades da Empresa e a afetação de recursos. A determinação dos segmentos operacionais foi efetuada com base na informação que é analisada pelo Conselho de Administração, da qual não resultaram novos segmentos comparativamente aos já reportados anteriormente.

A principal atividade da REFER é a prestação de serviço público de gestão da infraestrutura integrante da rede ferroviária nacional. No desenvolvimento da sua atividade, a REFER tem a necessidade de recorrer a serviços complementares, pelo que os riscos e retornos a eles associados estão diretamente ligados à prossecução daquela prestação.

Pelo exposto, à data de 31 de dezembro de 2014, apenas foi identificado um segmento operacional. Os clientes da REFER integram na totalidade este segmento, e toda a atividade se desenvolve no território nacional.

#### **v) Entidades relacionadas**

A revisão do IAS 24 – Divulgações de entidades relacionadas, veio estabelecer a obrigatoriedade de divulgar as transações existentes com o Estado e com entidades que sejam consideradas relacionadas, pelo facto de serem igualmente detidas pelo Estado.

Consideram-se partes relacionadas, as entidades em relação às quais a REFER, direta ou indiretamente através de um ou mais intermediários, controle, seja controlada ou estiver sob o controlo comum. São também partes relacionadas as entidades nas quais a REFER tenha um interesse que lhe confira influência significativa.

A REFER divulga na nota 16, os saldos e transações que, à data de 31 de dezembro de 2014, tem com as entidades relacionadas, sobre as quais tem controlo ou influência significativa. Relativamente às entidades públicas, e com as quais a REFER celebrou protocolos diretamente relacionados com a Atividade em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração, a Empresa adotou a exceção permitida pela norma, de divulgar apenas as transações mais significativas (nota 16.5.).



### **2.3 Principais estimativas e julgamentos utilizadas nas demonstrações financeiras**

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota, com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação.

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da REFER são continuamente avaliados, representando a cada data de relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias atuais, se acreditam ser razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas e julgamentos pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, diferir dos montantes estimados.

O Conselho de Administração considera que as estimativas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

#### **Justo valor dos instrumentos financeiros derivados**

O justo valor corresponde a cotações de mercado quando disponíveis e, na ausência destas, é determinado por recurso a preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou ainda, através de metodologias de avaliação baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados (para swaps plain-vanilla) ou modelos de avaliação de opções (para swaps estruturados). Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, pode originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

#### **Perdas por Imparidade de Devedores**

As perdas por imparidade relativas a devedores são baseadas na avaliação efetuada pelo Conselho de Administração da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade dos saldos, anulação de dívidas e outros fatores. São também consideradas outras circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências setoriais, da determinação da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos.

Todo este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e consequentemente diferentes impactos em resultados.

### **Reconhecimento de rendimentos/gastos**

Os gastos e os rendimentos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. No final do ano são efetuadas estimativas para os montantes não reconhecidos, que repõem na Demonstração dos Resultados os valores respeitantes às responsabilidades/recebimentos que dizem respeito ao exercício em causa.

### **Provisões para processos judiciais em curso**

O Conselho de Administração considera que existe uma probabilidade elevada de que, para alguns processos judiciais em curso, venham a ocorrer exfluxos económicos da Empresa. Por isso, é determinada uma estimativa do valor presente da responsabilidade e registada uma provisão (nota 5.15).

### **Impostos diferidos ativos**

Os impostos diferidos ativos foram considerados de acordo com a estimativa efetuada pelo Conselho de Administração que considerou os prejuízos fiscais passíveis de recuperação em exercícios futuros, face às perspetivas dos resultados e dos lucros tributáveis desses exercícios das empresas incluídas no RETGS, os efeitos decorrentes da operação de fusão entre a REFER e a EP – Estradas de Portugal, S.A., e as limitações determinadas pela legislação fiscal (nota 5.16).

### **3. Políticas de gestão de risco financeiro**

#### **Riscos Financeiros**

A atividade da REFER está exposta a fatores de risco de carácter financeiro, como sejam, o risco de crédito, o risco de liquidez e o risco de taxa de juro associado aos fluxos de caixa decorrentes de financiamentos obtidos.

O Decreto-Lei nº133/2013, de 3 de outubro, vem alterar a autonomia das empresas públicas reclassificadas (EPR) no que respeita ao acesso a financiamento junto do sistema financeiro e à gestão de risco através de instrumentos financeiros derivados.

Com efeito, no artigo 29º determina-se a impossibilidade das EPR em aceder a financiamento junto das instituições de crédito com exceção das de carácter multilateral (ex. Banco Europeu de Investimento) ficando consagrada também no artigo 72º a transferência da gestão das suas carteiras de derivados financeiros para o IGCP.

#### **Gestão do risco de câmbio**

A REFER não tem risco cambial com significado no decurso da sua atividade.

#### **Gestão do risco de crédito**

O risco de crédito está associado ao risco de uma entidade falhar no cumprimento das suas obrigações contratuais resultando numa perda financeira para a REFER. Este tipo de risco é incorrido pela REFER no decorrer das suas atividades operacional e financeira.

A nível operacional, os principais clientes da REFER são a CP, a Fertagus, a Takargo e a CP CARGA. O risco de crédito resultante da atividade operacional está essencialmente relacionado com o incumprimento no pagamento à REFER das responsabilidades assumidas por aquelas entidades decorrentes dos serviços prestados pela REFER. A CP é a contraparte principal tratando-se do operador exclusivo de passageiros em toda a rede com exceção da travessia da Ponte 25 de Abril que é operada pela Fertagus. Assim, apesar do risco de crédito estar fortemente concentrado na CP, o mesmo é mitigado pela natureza jurídica daquela entidade, dado tratar-se igualmente duma empresa pertencente ao Setor Público Empresarial com capital detido a 100% pelo Estado Português. Os ajustamentos de imparidade para outras contas a receber são calculados considerando o perfil de risco da contraparte e a sua condição financeira.

## II.40

Relativamente ao risco de crédito associado à atividade financeira, a REFER detém uma exposição ao setor bancário nacional traduzida pelos saldos em depósitos à ordem e, até janeiro de 2014, uma exposição ao setor bancário internacional através dos instrumentos financeiros derivados contratados. Até à data, a REFER não incorreu em qualquer imparidade resultante do não cumprimento das obrigações contratuais celebradas com entidades financeiras sendo que, e em relação a instrumentos financeiros derivados, este risco é inexistente na data de assinatura das contas, uma vez que foram integralmente liquidados os contratos desta natureza.

A tabela seguinte apresenta o resumo a 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 da qualidade de crédito dos depósitos:

### Instituições financeiras

Rating	31-dez-14	31-dez-13
>=AA-		0
>=A-		3 383
<=BBB+	47	89
<=BB+	70 168	78 126
Sem rating	5 230	2 199
	<b>75 445</b>	<b>83 797</b>

Os ratings utilizados são os atribuídos pela Standard & Poor's às datas de relato (nota 5.11).

### Gestão do risco de liquidez

Este tipo de risco mede-se pela capacidade de obtenção de recursos financeiros para fazer face às responsabilidades assumidas com os diferentes agentes económicos que interagem com a Empresa, como sejam os fornecedores, os bancos, o mercado de capitais e outros relacionados. Este risco é medido pela liquidez à disposição da Empresa para fazer face aquelas responsabilidades bem como à capacidade de geração de cash-flow decorrente da sua atividade.

Considerando a natureza jurídica da REFER, a capacidade de atuar sobre este risco é limitada. No entanto, a REFER procura minimizar a probabilidade de incumprimento dos seus compromissos através de uma gestão rigorosa e planeada da sua atividade. Uma gestão prudente do risco de liquidez implica a manutenção de um nível adequado de caixa e equivalentes de caixa para fazer face às responsabilidades assumidas. Com a integração da REFER no perímetro de consolidação do Estado, a Empresa passou a ser financiada diretamente pelo Estado português a partir de 2011, pelo que o risco de liquidez da REFER baixou consideravelmente.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da REFER por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

**31 de dezembro de 2014**

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 5 anos	+ de 5 anos
<b>Empréstimos obtidos</b>			
Empréstimos para atividade Investimento	1 541 520	2 545 843	2 330 545
Outros empréstimos	196 485	596 229	318 219
	<b>1 738 005</b>	<b>3 142 072</b>	<b>2 648 764</b>
<b>Fornecedores e contas a pagar</b>	<b>88 192</b>		
<b>Aval</b>	<b>5 065</b>	<b>22 236</b>	<b>14 735</b>
	<b>1 831 262</b>	<b>3 164 308</b>	<b>2 663 499</b>

**31 de dezembro de 2013**

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 5 anos	+ de 5 anos
<b>Empréstimos obtidos</b>			
Empréstimos para atividade Investimento	822 059	2 023 537	2 948 215
Outros empréstimos	211 607	1 703 056	839 074
	<b>1 033 666</b>	<b>3 726 594</b>	<b>3 787 289</b>
<b>Fornecedores e contas a pagar</b>	<b>89 048</b>		
<b>Aval</b>	<b>5 193</b>	<b>19 422</b>	<b>22 503</b>
	<b>1 127 907</b>	<b>3 746 016</b>	<b>3 809 791</b>

**Gestão do risco de taxa de juro**

Em Janeiro de 2014, a REFER terminou antecipadamente a única operação swap que detinha em carteira. Anteriormente, as contrapartes da REFER nos contratos derivados eram instituições financeiras nacionais e internacionais de rating e credibilidade elevadas. As operações foram enquadradas em contratos ISDA, de acordo com as normas internacionais. O principal objetivo da gestão de risco de taxa de juro foi a proteção relativamente a movimentos de subida de taxa de juro, na medida em que as receitas da REFER são imunes a essa variável e, assim, inviabilizam uma cobertura natural.

### Teste de sensibilidade à taxa de juro

A REFER efetua periodicamente análises de sensibilidade para medir o impacto em resultados, das variações das taxas de juro sobre o justo valor dos empréstimos. Esta análise tem sido um dos meios auxiliares às decisões de gestão do risco de taxa de juro. A análise de sensibilidade é baseada nos seguintes pressupostos:

- i. Em 31 de dezembro de 2014, a REFER não tinha reconhecido nenhum empréstimo obtido ao justo valor;
- ii. Em 31 de dezembro de 2014, a REFER não detinha instrumentos financeiros derivados na sua carteira;
- iii. Alterações no justo valor de empréstimos e instrumentos financeiros derivados e outros ativos e passivos financeiros são estimados descontando os fluxos de caixa futuros utilizando as taxas de juro de mercado nos momentos de reporte; e
- iv. Com base nestes pressupostos, em 31 de dezembro de 2014, um aumento ou diminuição de 0,5% nas curvas de taxa de juro do euro resultaria nas seguintes variações do justo valor dos empréstimos com conseqüente impacto direto nos resultados:

#### 31 de dezembro de 2014

	Variação no J.V de empréstimos	
	Variação na curva de taxa de juro	
	-0,50%	0,50%
EUR	131 256	- 125 519

	Efeito Líquido em resultados			
	Variação na curva de taxa de juro		Variação na curva de volatilidade	
	-0,50%	0,50%	-5%	5%
EUR	- 131 256	125 519		

31 de dezembro de 2013

	Variação no justo valor de instrumentos financeiros derivados			
	Variação na curva de taxa de juro		Variação na curva de volatilidade	
	-0,50%	0,50%	-5%	5%
<b>EUR</b>	439	- 2 452	89	- 131
<b>GBP</b>	- 2 148	382	45	- 132

	Variação no J.V de empréstimos	
	Variação na curva de taxa de juro	
	-0,50%	0,50%
<b>EUR</b>	115 031	- 178 431

	Efeito Líquido em resultados			
	Variação na curva de taxa de juro		Variação na curva de volatilidade	
	-0,50%	0,50%	-5%	5%
<b>EUR</b>	- 114 592	175 979	89	- 131
<b>GBP</b>	- 2 148	382	45	- 132

### Gestão do risco de capital

O objetivo da REFER em relação à gestão do risco de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da Demonstração da Posição Financeira, é salvaguardar a continuidade das operações da Empresa.

Após a análise das necessidades financeiras para o investimento e para a atividade operacional, do volume previsto de participações do Estado e subsídios comunitários, é definido o plano de financiamento da REFER que tem vindo nos últimos anos a permitir fortalecer a sua estrutura de capital.

Em 2014 foram realizados aumentos de capital no montante de 1.034,8 milhões de euros, dos quais 795 milhões de euros por conversão de serviço de dívida referente a empréstimos do Estado e 239,7 milhões de euros por entradas em numerário, ascendendo o capital estatutário a 1.486 milhões de euros em 31 de dezembro de 2014.

Através do Orçamento do Estado, foram ainda concedidos pelo Estado à Empresa empréstimos de médio e longo prazo que totalizaram 64 milhões de euros, para suprir as necessidades de financiamento do défice operacional.

#### 4. ATIVIDADE DE INVESTIMENTOS EM INFRAESTRURAS DE LONGA DURAÇÃO

A decomposição da “Atividade de Investimentos em Infraestruturas de Longa Duração” é a seguinte:

Descrição	Notas	31-dez-14	31-dez-13
<b>Atividade em Investimentos de ILD</b>			
<b>Ativo</b>		<b>5 275 899</b>	<b>4 989 628</b>
<b>Correntes</b>		<b>5 275 899</b>	<b>4 989 628</b>
Concedente - Estado - Conta a Receber	4.1	5 254 047	4 970 380
Inventários	4.2	16 600	13 993
Clientes e outras contas a receber	4.3	5 253	5 255
<b>Passivo</b>		<b>3 962 057</b>	<b>5 035 070</b>
<b>Não Correntes</b>		<b>3 801 786</b>	<b>4 879 119</b>
Empréstimos obtidos	4.4	3 801 786	4 879 119
<b>Correntes</b>		<b>160 271</b>	<b>155 951</b>
Empréstimos obtidos	4.4	91 261	91 261
Fornecedores e outras contas a pagar	4.5	69 010	64 690

##### 4.1 Concedente – Estado – Conta a Receber

O ativo financeiro subjacente à concessão é composto pelas rubricas abaixo:

Ativo financeiro de conta do estado	Notas	31-dez-14	31-dez-13
Ativos concessionados	4.1.1	8 669 061	8 559 486
Subsídios	4.1.2	- 4 320 514	- 4 346 375
Rentabilização de ativos	4.1.3	- 3 089	- 3 089
Juros Debitados	4.1.4	1 213 789	1 065 558
Imparidades	4.1.5 / 9.	- 305 200	- 305 200
		<b>5 254 047</b>	<b>4 970 380</b>



**4.1.1 Ativos concessionados (ILD's)**

A 31 de dezembro de 2014, os aumentos registados em ativos concessionados resultam, essencialmente, da transferência de titularidade dos terminais ferroviários de mercadorias da CP, até então geridos pela CP CARGA sob contrato de concessão com a CP. A transferência para a REFER resultou de decisão governamental emanada através do despacho conjunto de 23 de abril de 2014, da Secretária de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações.

**31 de dezembro de 2014**

Ativo Concessionados (ILD's)	Notas	Saldo Inicial	Transferên-cias	Aumentos	Abates/Regulariz	Saldo Final
<b>Ativos Concessionados - ILD's Ativas</b>						
Terrenos e recursos naturais		237 231	- 161			237 070
Edifícios e outras construções		6 231 503	- 145	283	- 49	6 231 592
Equipamento básico		30 269				30 269
Ativos em curso		2 056 047	- 714	110 909		2 166 242
Adiant. P/conta de AC		3 963		5		3 968
		<b>8 559 013</b>	<b>- 1 020</b>	<b>111 197</b>	<b>- 49</b>	<b>8 669 141</b>
<b>Ativos Concessionados - ILD's Desativadas</b>						
Terrenos e recursos naturais		- 5 700			- 478	- 6 179
Edifícios e outras construções		6 174			- 75	6 099
		<b>473</b>			<b>- 553</b>	<b>- 80</b>
<b>Total dos Ativos Concessionados - ILD's</b>	<b>4.1</b>	<b>8 559 486</b>	<b>- 1 020</b>	<b>111 197</b>	<b>- 602</b>	<b>8 669 061</b>

31 de dezembro de 2013

Ativo Concessionados (ILD's)	Notas	Saldo Inicial	Transferên-cias	Aumentos	Abates/Regulariz	Saldo Final
<b>Ativos Concessionados - ILD's Ativas</b>						
Terrenos e recursos naturais		236 640	592			237 231
Edifícios e outras construções		6 050 745	180 614	179	- 34	6 231 503
Equipamento básico		30 269				30 269
Ativos em curso		2 047 255	- 181 011	189 803		2 056 047
Adiant. P/conta de AC		5 013	- 1 093	43		3 963
		<b>8 369 921</b>	<b>- 899</b>	<b>190 024</b>	<b>- 34</b>	<b>8 559 013</b>
<b>Ativos Concessionados - ILD's Desativadas</b>						
Terrenos e recursos naturais		- 8 873			3 173	- 5 700
Edifícios e outras construções		6 151			23	6 174
		<b>- 2 723</b>			<b>3 196</b>	<b>473</b>
<b>Total dos Ativos Concessionados - ILD's</b>	<b>4.1</b>	<b>8 367 199</b>	<b>- 899</b>	<b>190 024</b>	<b>3 162</b>	<b>8 559 486</b>

**Ativos Concessionados (ILD's Desativadas)**

A rubrica dos ativos concessionados (ILD's Desativadas) resulta da obrigação expressa nos despachos conjuntos dos Ministérios de Estado e das Finanças e das Obras Públicas de autorização da desafetação de domínio público ferroviário que os respetivos resultados da alienação sejam deduzidos aos valores a haver do concedente.

A variação registada em 2014 corresponde à alienação de ativos no Município de Fafe, à transferência dominial com a Camara Municipal de Monção de duas parcelas de terreno sitas na zona da antiga Estação Ferroviária e à permuta de terrenos no Lugar de Quebrantões (freguesia de Oliveira do Douro) com a CUF – Químicos Industriais, SA.

Nos ativos concessionados está incluída a seguinte instalação, que não se encontra à guarda da REFER:

Descrição	31-dez-14	31-dez-13
Terreiro do Paço	129	129
	<b>129</b>	<b>129</b>

Esta instalação é a que consta no Despacho Conjunto nº 261/99, relacionada com o “estabelecimento da concessão CP” e que até à presente data não foi transferida para a REFER.

#### 4.1.2 Subsídios

Na nota 2.2 t) encontra-se descrita a política de reconhecimento dos subsídios.

A decomposição dos subsídios é a que segue:

##### 31 de dezembro de 2014

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Aumentos	Reembolsos	Saldo Final
PIDDAC		1 100 585	9 283		1 109 868
Fundo de Coesão		1 554 465	2 103	- 36 888	1 519 679
FEDER		635 869			635 869
RTE-T		80 050		- 359	79 691
Outros		975 407			975 407
<b>Subsídios - At.Invest.</b>	<b>4.1</b>	<b>4 346 375</b>	<b>11 386</b>	<b>- 37 247</b>	<b>4 320 514</b>

##### 31 de dezembro de 2013

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Aumentos	Reembolsos	Saldo Final
PIDDAC		1 013 921	86 664		1 100 585
Fundo de Coesão		1 469 861	84 657	- 53	1 554 465
FEDER		635 869			635 869
RTE-T		64 680	36 185	- 20 815	80 050
Outros		975 407			975 407
<b>Subsídios - At.Invest.</b>	<b>4.1</b>	<b>4 159 738</b>	<b>207 506</b>	<b>- 20 869</b>	<b>4 346 375</b>

Os aumentos registados no decorrer do exercício de 2014 resultam de 9.283 milhares de euros referentes a financiamento PIDDAC e 2.103 milhares euros correspondentes a Fundo de Coesão recebido no âmbito do POVT/QREN.

Os reembolsos efetuados no montante de 36.888 milhares euros decorrem da devolução parcial dos adiantamentos concedidos ao abrigo do POVT/QREN, em virtude da aplicação de correções financeiras pela Autoridade de Gestão do POVT à despesa apresentada.

Adicionalmente, foi efetuado o reembolso de 359 milhares de euros devido à devolução parcial de pré-financiamento recebido relativo às RTE-T, em resultado da Agência para a Execução da Inovação e das Redes (AEIR) ter considerado não elegível parte da despesa apresentada.

#### 4.1.3 Rentabilização de ativos

Descrição	Nota	31-dez-14	31-dez-13
Rentabilização de Ativos	4.1	- 3 089	- 3 089

Esta rubrica traduz o resultado da rentabilização de ativos do domínio público ferroviário, referente ao Contrato de concessão de parcela de terreno da Estação de Viana do Castelo pelo prazo de 75 anos, com início em 19 de março de 2004. O valor evidenciado corresponde à totalidade da remuneração do contrato.

#### 4.1.4 Juros debitados

Descrição	Notas	31-dez-14	31-dez-13
Juros Debitados		1 213 789	1 065 558
	4.1	<b>1 213 789</b>	<b>1 065 558</b>

No corrente exercício foram debitados juros ao concedente no montante de 148.231 milhares de euros (2013: 156.857 milhares de euros) estando a respetiva contrapartida refletida na rubrica de ganhos financeiros – juros obtidos – concedente – Estado (nota 13).

#### 4.1.5 Imparidades

Aquando da constituição da REFER, o capital estatutário foi realizado em espécie com a entrega da infraestrutura ferroviária avaliada então em 62.350 milhares de euros. De 1998 a 2001, o Estado Português procedeu ao aumento do capital estatutário da REFER no total de 242.850 milhares de euros, destinando estes aumentos, conforme consta em cada despacho conjunto de aprovação, ao financiamento dos investimentos em infraestruturas de longa duração integrantes do domínio público ferroviário.

À data de constituição, os ativos de domínio público constavam como ativos fixos (imobilizado corpóreo no então normativo contabilístico – POC) da REFER, pelo que a contrapartida da entrada do capital foi o reconhecimento desses mesmos ativos. Com a adoção da IFRIC 12, estes valores assumem a forma de reembolso efetuado em devido tempo aos investimentos realizados na infraestrutura de longa duração pelo concessionário REFER, totalizando o valor de 305.200 milhares de euros (entrada em espécie inicial, acrescido dos aumentos de capital ocorridos entre 1998 e 2001).

Consequentemente este valor já não será reembolsado pelo Estado/concedente, relevando-se os 305.200 milhares de euros em imparidade.

#### 4.2 Inventários

Esta rubrica identifica os materiais que se encontram em armazém para aplicação na construção das infraestruturas ferroviárias.

Descrição	Notas	31-dez-14	31-dez-13
Inventários	5.8	16 782	14 309
Imparidades em inventários	9.	- 182	- 317
	4.	<b>16 600</b>	<b>13 993</b>

#### 4.3 Clientes e outras contas a receber

Esta rubrica representa os valores a receber de entidades com as quais foram estabelecidos protocolos, cujo objeto é referente a bens de domínio público ferroviário, quer seja pela comparticipação nos investimentos realizados, quer seja pela alienação de bens desta natureza.

Descrição	Nota	31-dez-14	31-dez-13
Clientes e outras contas a receber	4.	5 253	5 255

Do quadro anterior destacam-se os valores a receber da Câmara Municipal de Espinho no total de 620 milhares de euros (2013: 620 milhares de euros) e o da REFER PATRIMÓNIO, de 4.548 milhares de euros (2013: 4.548 milhares de euros), relativo à operação de permuta de terrenos de Sines, representando os dois saldos 98% do total desta rubrica.

#### 4.4 Empréstimos obtidos

Os empréstimos obtidos afetos à Atividade de ILD's são:

Descrição	Notas	31-dez-14	31-dez-13
<b>Empréstimos não correntes</b>			
Dívidas a instituições de crédito		1 126 476	1 217 736
Empréstimos obrigacionistas		1 596 535	1 596 164
Empréstimo do Estado		1 078 776	2 065 219
	4.	<b>3 801 786</b>	<b>4 879 119</b>
<b>Empréstimos correntes</b>			
Dívidas a instituições de crédito		91 261	91 261
	4.	<b>91 261</b>	<b>91 261</b>
<b>Financiamentos obtidos</b>		<b>3 893 047</b>	<b>4 970 380</b>

Os empréstimos afetos à atividade de investimento decorrem do défice de financiamento por parte do concedente Estado. São fundamentalmente empréstimos do Banco Europeu de Investimento, maioritariamente avalizados pelo Estado, empréstimos obrigacionistas e empréstimos concedidos diretamente pelo Estado.

A alocação dos empréstimos obrigacionistas Eurobond 06/26, Eurobond 09/19 e Eurobond 09/24 é efetuada ao custo amortizado pelo método da taxa de juro efetiva.

Os termos e prazos de reembolso dos financiamento de projetos de investimento apresentam-se como segue:

Relatório e Contas 2014  
**Demonstrações Financeiras Separadas**  
 (Valores em milhares de euros)

**II.51**

**Termos e prazos de reembolso dos empréstimos de financiamento de projetos de investimento**  
 31 de dezembro de 2014

Designação	Montante	Capital em dívida	Amortização		Periodicidade	Pagamento de	Taxa de Juro	Última Taxa de Juro	
			Data inicial	Data final					
CP III Linha do Norte-B	49 880	26 603	15-06-2008	15-06-2022	Anual	15-mar 15-jun 15-set 12-jan	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15%	0,212%	
Linha do Douro	43 894	8 779	15-09-2007	15-09-2016	Anual	15-mar 15-jun 15-set 15-dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15%	0,212%	
Travessia Ferroviária do Tejo	99 760	19 952	15-09-2007	15-09-2016	Anual	15-mar 15-jun 15-set 15-dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15%	0,212%	
Travessia Ferroviária do Tejo-B	99 760	19 952	15-09-2003	15-09-2017	Anual	15-mar 15-jun 15-set 15-dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15%	0,212%	
Travessia Ferroviária do Tejo-C	25 000 25 000 49 760	8 418 8 840 13 269	15-09-2004	15-09-2018	Anual	15-mar 15-jun 15-set 15-dez	1º desemb. fixa 2º desemb. fixa 3º desemb. var.	4,670% 5,800% 0,212%	
Linha do Minho-A	25 000 25 000 24 820	8 418 8 840 6 619	15-09-2004	15-09-2018	Anual	15-mar 15-jun 15-set 15-dez	1º desemb. fixa 2º desemb. fixa 3º desemb. var.	4,670% 5,800% 0,212%	
CP III Linha do Norte-D	25 937	19 021	15-09-2011	15-09-2020	Anual	15-mar 15-jun 15-set 15-dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15%	0,212%	
Ligação ao Algarve-A	90 000	72 000	15-09-2012	15-09-2021	Anual	15-mar 15-jun 15-set 15-dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,12%	0,202%	
Linha do Minho-B	59 856	47 885	15-09-2012	15-09-2021	Anual	15-mar 15-jun 15-set 15-dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,12%	0,202%	
CP III/2 L. Norte-A	100 000	90 000	15-03-2013	15-03-2022	Anual	15-mar 15-jun 15-set 15-dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,12%	0,202%	
CP III/2 L. Norte-B	200 000	190 000	15-12-2014	15-12-2023	Anual	15-mar 15-jun 15-set 15-dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15%	0,212%	
Suburbanos	100 000	71 429	15-06-2009	15-06-2024	Anual	15-mar 15-jun 15-set 15-dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15%	0,212%	
Suburbanos B	100 000	76 190	15-09-2010	15-09-2025	Anual	15-set	Fixa Revisível	3,615%	
Suburbanos C	55 000	44 524	15-03-2011	15-03-2026	Anual	15-mar	Fixa Revisível	4,247%	
Ligação ao Algarve-B	30 000	26 000	15-03-2013	15-03-2022	Anual	15-mar 15-jun 15-set 15-dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,12%	0,202%	
CP III 2 Linha do Norte-C	100 000	100 000	15-06-2017	15-06-2026	Anual	15-jun	Fixa Revisível	1,887%	
CP III 2 Linha do Norte-D	100 000	100 000	15-12-2017	15-12-2026	Anual	15-mar 15-jun 15-set 15-dez	Euribor 3M+0,435%	0,517%	
BEI sem	Refer V	160 000	152 000	15-03-2014	15-03-2033	Anual	15-mar	Fixa Revisível	2,653%
	Refer VI	110 000	99 000	15-09-2013	15-09-2032	Anual	15-set	Fixa Revisível	2,976%
Eurobond c/Avul	Eurobond 06/26 (1)	600 000	600 000	16-11-2026		Bullet	16-nov	Fixa	4,047%
	Eurobond 09/19 (1)	500 000	500 000	18-02-2019		Bullet	18-fev	Fixa	5,875%
	Eurobond 09/24 (1)	500 000	500 000	18-10-2024		Bullet	18-out	Fixa	4,676%
Empréstimos Sem	Empréstimo Estado Português	2 062 772	1 031 386	31-05-2013	30-11-2016	Semestral	31-mai 30-nov	Fixa	2,770%
		0	0						
	Empréstimo Estado Português	75 000	47 390	31-05-2014	30-11-2017	Semestral	31-mai 30-nov	Fixa	3,420%
	<b>Total</b>		<b>3.896.512</b>						
	<b>Custo efetivo</b>		<b>3.893.047</b>						

Relatório e Contas 2014  
**Demonstrações Financeiras Separadas**  
 (Valores em milhares de euros)

**II.52**

Termos e prazos de reembolso dos empréstimos de financiamento de projetos de investimento  
 31 de dezembro de 2013

	Designação	Montante	Capital em dívida	Amortização		Periodicidade	Pagamento de	Taxa de Juro	Última Taxa de Juro
				Data inicial	Data final				
BEI COM/VAL	CP III Linha do Norte-B	49 880	29 928	15-06-2008	15-06-2022	Anual	15-mar 15-jun 15-set 12-jan	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15%	0,313%
	Linha do Douro	43 894	13 168	15-09-2007	15-09-2016	Anual	15-mar 15-jun 15-set 15-dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15%	0,313%
	Travessia Ferroviária do Tejo	99 760	29 928	15-09-2007	15-09-2016	Anual	15-mar 15-jun 15-set 15-dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15%	0,313%
	Travessia Ferroviária do Tejo-B	99 760	26 603	15-09-2003	15-09-2017	Anual	15-mar 15-jun 15-set 15-dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15%	0,313%
	Travessia Ferroviária do Tejo-C	25 000 25 000 49 760	10 293 10 758 16 587	15-09-2004	15-09-2018	Anual	15-mar 15-jun 15-set 15-dez	1º desemb. fixa 2º desemb. fixa 3º desemb. var.	4,670% 5,800% 0,313%
	Linha do Minho-A	25 000 25 000 24 820	10 293 10 758 8 273	15-09-2004	15-09-2010	Anual	15-mar 15-jun 15-set 15-dez	1º desemb. fixa 2º desemb. fixa 3º desemb. var.	4,070% 5,800% 0,313%
	CP III Linha do Norte-D	25 937	20 750	15-09-2011	15-09-2020	Anual	15-mar 15-jun 15-set 15-dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15%	0,313%
	Ligação ao Algarve-A	90 000	78 000	15-09-2012	15-09-2021	Anual	15-mar 15-jun 15-set 15-dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,12%	0,303%
	Linha do Minho-B	59 856	51 875	15-09-2012	15-09-2021	Anual	15-mar 15-jun 15-set 15-dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,12%	0,303%
	CP III/2 L. Norte-A	100 000	95 000	15-03-2013	15-03-2022	Anual	15-mar 15-jun 15-set 15-dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,12%	0,303%
	CP III/2 L. Norte-B	200 000	200 000	15-12-2014	15-12-2023	Anual	15-mar 15-jun 15-set 15-dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15%	0,313%
	Suburbanos	100 000	76 190	15-06-2009	15-06-2024	Anual	15-mar 15-jun 15-set 15-dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15%	0,313%
	Suburbanos B	100 000	80 952	15-09-2010	15-09-2025	Anual	15-set	Fixa Revisível	3,615%
	Suburbanos C	55 000	47 143	15-03-2011	15-03-2026	Anual	15-mar	Fixa Revisível	4,247%
	Ligação ao Algarve-B	30 000	28 000	15-03-2013	15-03-2022	Anual	15-mar 15-jun 15-set 15-dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,12%	0,303%
	CP III 2 Linha do Norte-C	100 000	100 000	15-06-2017	15-06-2026	Anual	15-mar 15-jun 15-set 15-dez	Euribor 3M+0,054%	0,237%
	CP III 2 Linha do Norte-D	100 000	100 000	15-12-2017	15-12-2026	Anual	15-mar 15-jun 15-set 15-dez	Euribor 3M+0,056%	0,239%
	BEI Sem/Anual	Refer V	160 000	160 000	15-03-2014	15-03-2033	Anual	15-mar	Fixa Revisível
Refer VI		110 000	104 500	15-09-2013	15-09-2032	Anual	15-set	Fixa Revisível	2,976%
Eurobond c/Anual	Eurobond 06/26 (1)	600 000	600 000	16-11-2026		Bullet	16-nov	Fixa	4,047%
	Eurobond 09/19 (1)	500 000	500 000	18-02-2019		Bullet	18-fev	Fixa	5,875%
	Eurobond 09/24 (1)	500 000	500 000	18-10-2024		Bullet	18-out	Fixa	4,675%
Empréstimos Sem/Anual	Empréstimo Estado Português	2 062 772	1 547 079	31-05-2013	30-11-2016	Semestral	31-mai 30-nov	Fixa	2,770%
	Empréstimo Estado Português	75 000	75 000	31-05-2014	30-11-2017	Semestral	31-mai 30-nov	Fixa	3,420%
	Empréstimo Estado Português	198 400	198 400	31-05-2014	30-11-2017	Semestral	31-mai 30-nov	Fixa	3,250%
	Empréstimo Estado Português	118 284	118 284	31-05-2014	30-11-2017	Semestral	31-mai 30-nov	Fixa	2,740%
	Empréstimo Estado Português	152 436	126 456	31-05-2014	30-11-2017	Semestral	31-mai 30-nov	Fixa	1,830%
	<b>Total</b>		<b>4.974.216</b>						
	<b>(1) Total ao custo efetiv</b>		<b>4.970.380</b>						



Os juros destes empréstimos são pagos trimestral, semestral ou anualmente e postecipadamente.

Nos empréstimos BEI e Estado Português, o capital é reembolsado periodicamente após o período de carência. Os restantes serão amortizados integralmente na maturidade (bullet).

Em 2014, o financiamento afecto à cobertura contabilística da atividade de Investimento decresceu em 1,077 milhões de euros, em termos líquidos nominais. Este decréscimo teve a seguinte repartição por tipo de empréstimo, sendo que os empréstimos obrigacionistas mantiveram-se constantes:

- empréstimos BEI diminuíram 91,2 milhões de euros face a 2013; e

- empréstimos do Estado diminuíram 986,4 milhões de euros face a 2013.

Apresenta-se de seguida o justo valor dos financiamentos a taxa fixa, à data de 31 de dezembro de 2014:

**Financiamentos a Taxa Fixa - Justo Valor**  
**31 de dezembro de 2014**

Designação	Valor Nominal	Capital em dívida	Justo Valor	Taxa de Juro
BEI - Minho A	25 000	8 418	9 266	4,67% Fixa
BEI - Minho A	25 000	8 840	9 952	5,80% Fixa
BEI - Tejo C	25 000	8 418	9 262	4,67% Fixa
BEI - Tejo C	25 000	8 840	9 952	5,80% Fixa
BEI - Suburbanos B	100 000	76 190	91 969	3,615% Fixa
BEI - Suburbanos C	55 000	44 524	55 541	4,247% Fixa
BEI - REFER V	160 000	152 000	175 215	4,786% Fixa
BEI - REFER VI	110 000	99 000	117 130	2,976% Fixa
Eurobond 06/26	600 000	600 000	627 933	4,047% Fixa
Eurobond 09/19	500 000	500 000	570 578	5,875% Fixa
Eurobond 09/24	500 000	500 000	550 270	4,675% Fixa
Emp. Estado Português 11/16	2 062 772	1 031 386	1 060 132	2,77% Fixa
Emp. Estado Português 12/17	75 000	47 390	49 312	3,42% Fixa
		<b>3 085 005</b>	<b>3 336 511</b>	

#### 4.5 Fornecedores e outras contas a pagar

Descrição	Notas	31-dez-14	31-dez-13
Acréscimos de Gastos		48 276	50 550
Fornecedores - Gerais		15 175	7 835
Fornecedores - Retenção de garantias		5 558	6 305
	4.	<b>69 010</b>	<b>64 690</b>

A rubrica de **fornecedores e outras contas a pagar** explica-se, essencialmente, por responsabilidades assumidas no âmbito de obras efetuadas com a prossecução da política de modernização / remodelação das linhas ferroviárias.

A rubrica de **acréscimos de gastos** inclui o valor de 48.276 milhares de euros (50.550 milhares de euros em 2013) de juros corridos com os empréstimos afetos à Atividade em ILD's.

Neste exercício destaca-se ainda a variação na rubrica **fornecedores – gerais** referentes à entrega, pela REFER TELECOM, dos ativos fibra ótica e GSR-M, num montante de 3.750 milhares de euros, bem como, o aumento das prestações de assessoria técnica, fiscalização e projetos, realizadas pela REFER ENGINEERING, no valor de 3.446 milhares de euros (791 milhares de euros em 2013).

## 5. ATIVIDADE DE GESTÃO DA INFRAESTRUTURA

### 5.1 Ativos fixos tangíveis

Os movimentos ocorridos em 2014 e 2013 nas rubricas dos Ativos Fixos Tangíveis e respetivas rubricas de depreciações foram os que se seguem:

#### 31 de dezembro de 2014

Valor Bruto	Saldo inicial	Transferências	Adições	Abates/ Regularizações	Saldo final
<b>Ativos Tangíveis</b>					
Terrenos e recursos naturais	4 948	210		- 210	4 948
Edifícios e outras construções	33 317	1 919		- 238	34 998
Equipamento básico	23 720	551	248	- 392	24 127
Equipamento de transporte	6 406		90	- 17	6 479
Ferramentas e utensílios	563		27		591
Equipamento administrativo	9 558		34	- 276	9 316
Outros AFT	438			- 1	438
Ativos em curso	2 548	- 1 659	35		924
<b>Ativo fixo tangível bruto</b>	<b>81 499</b>	<b>1 020</b>	<b>434</b>	<b>- 1 133</b>	<b>81 820</b>
Depreciações	Saldo inicial	Transferências	Depreciações do exercício	Abates/ Regularizações	Saldo final
<b>Ativos Tangíveis</b>					
Edifícios e outras construções	13 202		928	- 21	14 110
Equipamento básico	17 735		970	- 390	18 314
Equipamento de transporte	6 065		123	- 17	6 171
Ferramentas e utensílios	563		13		577
Equipamento administrativo	8 891		195	- 276	8 810
Outros AFT	385			- 1	384
<b>Depreciações acumuladas</b>	<b>46 841</b>		<b>2 229</b>	<b>- 704</b>	<b>48 366</b>
<b>Ativo fixo tangível líquido</b>	<b>34 657</b>	<b>1 020</b>	<b>- 1 795</b>	<b>- 428</b>	<b>33 454</b>

31 de dezembro de 2013

Valor Bruto	Saldo inicial	Transferên- cias	Adições	Abates/ Regulariza- ções	Saldo final
<b>Ativos Tangíveis</b>					
Terrenos e recursos naturais	4 869	431		- 353	4 948
Edifícios e outras construções	33 151	189		- 23	33 317
Equipamento básico	23 663	149	198	- 291	23 720
Equipamento de transporte	6 202		287	- 83	6 406
Ferramentas e utensílios	560	- 1	5		563
Equipamento administrativo	9 748		21	- 211	9 558
Outros AFT	449			- 10	438
Ativos em curso	2 548	- 3	3		2 548
<b>Ativo fixo tangível bruto</b>	<b>81 190</b>	<b>765</b>	<b>515</b>	<b>- 971</b>	<b>81 499</b>
Depreciações	Saldo inicial	Transferên- cias	Deprecia- ções do exercício	Abates/ Regulariza- ções	Saldo final
<b>Ativos Tangíveis</b>					
Edifícios e outras construções	12 232		970		13 202
Equipamento básico	17 069		946	- 281	17 735
Equipamento de transporte	6 051		84	- 71	6 065
Ferramentas e utensílios	559		5		563
Equipamento administrativo	8 874		228	- 211	8 891
Outros AFT	395			- 10	385
<b>Total das Depreciações</b>	<b>45 180</b>		<b>2 234</b>	<b>- 573</b>	<b>46 841</b>
<b>Ativo fixo tangível líquido</b>	<b>36 010</b>	<b>765</b>	<b>- 1 719</b>	<b>- 398</b>	<b>34 657</b>

## 5.2 Ativos Intangíveis

Os movimentos ocorridos em 2014 e 2013 nas rubricas dos Ativos Intangíveis e respetivas amortizações foram:

### 31 de dezembro de 2014

Valor Bruto	Saldo inicial	Transferências	Adições	Abates/ Regularizações	Saldo final
<b>Ativos Intangíveis</b>					
Desp. de desenvolvimento	1 220				1 220
Programas de computador	18 796		1 888		20 684
Prop.Industrial e outros direitos	30				30
Ativos intangíveis em curso	11				11
<b>Ativo intangível bruto</b>	<b>20 057</b>		<b>1 888</b>		<b>21 945</b>
Amortizações	Saldo inicial	Transferências	Amortizações do exercício	Abates/ Regularizações	Saldo final
<b>Ativos Intangíveis</b>					
Desp. de desenvolvimento	884		186		1 070
Programas de computador	17 567		690		18 258
Prop.industrial e outros direitos	30				30
<b>Amortizações acumuladas</b>	<b>18 481</b>		<b>876</b>		<b>19 358</b>
<b>Ativo intangível líquido</b>	<b>1 576</b>		<b>1 012</b>		<b>2 587</b>

31 de dezembro de 2013

Valor Bruto	Saldo inicial	Transferências	Adições	Abates/ Regularizações	Saldo final
<b>Ativos Intangíveis</b>					
Desp. de desenvolvimento	926	294			1 220
Programas de computador	17 970	826			18 796
Prop. Industrial e outros direitos	30				30
Ativos intangíveis em curso	1 003	- 987		- 5	11
<b>Ativo intangível bruto</b>	<b>19 928</b>	<b>134</b>		<b>- 5</b>	<b>20 057</b>
Amortizações	Saldo inicial	Transferências	Amortizações do exercício	Abates/ Regularizações	Saldo final
<b>Ativos Intangíveis</b>					
Desp. de desenvolvimento	707		178		884
Programas de computador	17 217		351		17 567
Prop. industrial e outros direitos	30		-		30
<b>Amortizações acumuladas</b>	<b>17 953</b>		<b>528</b>		<b>18 481</b>
<b>Ativo intangível líquido</b>	<b>1 974</b>	<b>134</b>	<b>- 528</b>	<b>- 5</b>	<b>1 576</b>

Em 2014, a rubrica “Adições” traduz o investimento realizado em ferramentas para a gestão de ativos, e em especial, para o controlo e gestão dinâmica de informação cadastral e patrimonial pormenorizada, bem como de sistemas com forte ligação à automatização de tarefas e processos de produção sobre as aplicações da Autodesk que suportam atividades produtivas da Engenharia. Foi igualmente celebrado o contrato de EAS (Enterprise Agreement Subscription) com a Microsoft, permitindo uma redução de gastos significativa exercida pela opção de aquisição das licenças (“buy-out”).

### 5.3 Investimentos em subsidiárias

Em 2014 e 2013 os movimentos ocorridos nesta rubrica, foram os seguintes:

Subsidiárias	Notas	31-dez-14	31-dez-13
<b>Saldo inicial</b>		19 507	19 507
Aquisições			
Transferências	5.4	645	
<b>Saldo final</b>		<b>20 152</b>	<b>19 507</b>
Imparidades acumuladas		- 7 278	- 7 147
<b>Valor líquido</b>		<b>12 873</b>	<b>12 360</b>

Em 23 de dezembro de 2014, a REFER adquiriu por 2 euros, o capital remanescente da GILGARE INTERMODAL DE LISBOA, S.A. (GIL) (até esta data a participação detida era de 33,65%) e os empréstimos por esta devidos à PARQUE EXPO e METROPOLITANO DE LISBOA, no montante de 25.634 milhares de euros (notas 5.7 e 11).

Esta operação resultou do cumprimento do Despacho da Senhora Secretária de Estado do Tesouro, de 17 de outubro de 2014, do Despacho do Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações de 27 de novembro de 2014 e do Despacho do Senhor Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia de 3 de dezembro de 2014.

A participação financeira na GIL, que se encontrava registada na rubrica **Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos** (nota 5.4), foi assim transferida para **Subsidiárias**, bem como o valor da respetiva imparidade constituída (645 milhares de euros).

A rubrica de **Imparidades**, para além do valor da transferência da GIL, foi movimentada com a reversão do ajustamento sobre a participação na REFER PATRIMÓNIO, no montante de 513 milhares de euros (2013: 643 milhares de euros), em virtude do resultado positivo alcançado por esta em 2014.

## II.60

O investimento na GIL encontra-se ajustado na sua totalidade, como resultado dos sucessivos prejuízos que a Empresa tem vindo a acumular ao longo dos vários exercícios e porque à presente data estão a ser revistos os objetivos estratégicos da GIL.

Os investimentos em empresas subsidiárias são traduzidos nas seguintes participações:

Empresas	31-dez-14		31-dez-13	
	% part.	Valor da participação	% part.	Valor da participação
<b>REFER ENGINEERING , S.A.</b> Rua José da Costa Pedreira nº11 - Lisboa	98,43%	2 589	98,43%	2 589
<b>REFER PATRIMÓNIO - Administração e Gestão de Condomínio, S.A.</b> Palácio de Coimbra - Rua de Santa Apolónia nº 53 - Lisboa	99,997%	9 284	99,997%	8 771
<b>REFER TELECOM - Serviços e Telecomunicações,S.A.</b> Rua Passeio do Báltico, 4 - 1990-036 Lisboa	100,00%	1 000	100,00%	1 000
<b>Gil - Gare Intermodal de Lisboa, S.A.</b> Av.D. João II, Estação do Oriente, lote 1.15 - 1990-223 Lisboa	100,00%		33,65%	
		<b>12 873</b>		<b>12 360</b>

### 5.4 Investimentos em associadas, empreendimentos conjuntos

Associadas e Empreendimentos conjuntos	Notas	31-dez-14	31-dez-13
<b>Saldo inicial</b>		<b>1 770</b>	<b>1 397</b>
Diminuições		- 1 292	
Aumentos		167	372
Transferências para subsidiárias	5.3	- 645	
<b>Saldo final</b>			<b>1 770</b>
Imparidades acumuladas			- 1 770
<b>Valor líquido</b>		<b>0</b>	<b>0</b>

Os saldos desta rubrica incluem as participações na GIL e no AVEP – ALTA VELOCIDADE DE ESPANHA E PORTUGAL, AEIE (AVEP).



## II.61

Em 2014, o saldo da GIL e respetivas imparidades foram transferidos para a rubrica de investimentos em subsidiárias conforme devidamente divulgado na nota 5.3..

No corrente exercício foram ainda transferidos, a favor do AVEP, 167 milhares de euros (2013: 50 milhares de euros), a título de comparticipação em despesas de funcionamento desta entidade.

Seguindo a aplicação da IFRS11, foram identificadas duas operações conjuntas em que a REFER é participante como operador em dois Agrupamentos Europeus de Interesse Económico (AEIE): os investimentos no AVEP e no AEIE CORREDOR FERROVIÁRIO DE MERCADORIAS N.º4 (CFM4).

O AVEP foi constituído em 25 de janeiro de 2001, pela Administrador de Infraestructuras Ferroviarias (ADIF) (50 partes) e pela extinta RAVE (50 partes, participação esta cedida à REFER, no âmbito da liquidação da RAVE, conforme nota 5.15), tendo por objeto a realização de estudos preliminares dos corredores Porto-Vigo e Madrid – Lisboa – Porto.

O CFM4 foi constituído em novembro de 2013 pelos gestores das infraestruturas ferroviárias de Portugal (REFER), Espanha (ADIF) e de França (RFF), cujo objeto assenta no desenvolvimento do mercado interno ferroviário, designadamente no que respeita ao transporte de mercadorias, através da criação de corredores dedicados. Em 2014, a gestora de infraestrutura ferroviária alemã (DB Netz) integrou o Agrupamento.

Quanto ao investimento no AVEP, a classificação como operação conjunta deve-se aos seguintes factos:

- i. De acordo com os seus estatutos, existe responsabilidade ilimitada e solidária por parte dos intervenientes do Agrupamento o que faz destes responsáveis pelos créditos invocados por terceiros;
- ii. Em caso de perdas, e de acordo com os estatutos, a Assembleia Geral tem o direito de solicitar aos participantes no AVEP que contribuam proporcionalmente à sua participação para liquidação das dívidas do Agrupamento;
- iii. No que aos ativos respeita, o acordo estabelece que os estudos constituirão propriedade indivisa dos membros do acordo; e
- iv. Porque as partes têm direitos sobre os ativos e obrigações pelos passivos relacionados com o acordo.

Relativamente ao CFM4, este veículo é em tudo semelhante ao AVEP, com a exceção de ter sido constituído sem capital.

Assim, optou-se por integrar ativos, passivos e resultados na REFER, relativamente ao investimento no AVEP, de acordo com a sua natureza, ao contrário do sucedido até 2013, em que a participação se mostrava registada ao custo, deduzido de perdas de imparidade, acrescendo a este facto o reconhecimento de uma provisão no montante de 122 milhares de euros (nota 5.15).

## II.62

O impacto desta alteração contabilística não é materialmente relevante na REFER, consequentemente não foi efetuada a reexpressão dos elementos comparativos. Caso a mesma fosse efetuada, os ativos e passivos de 2013 seriam acrescidos em cerca de 64 milhares de euros e 185 milhares de euros, respetivamente.

As Demonstrações Financeiras do AVEP que serviram de base à integração de ativos, passivos e resultados, à data, não se encontravam auditadas. No que respeita ao CFM4, à data do presente relatório não nos foram disponibilizadas as Demonstrações Financeiras do exercício de 2014.

Na nota 16 estão divulgados os respetivos saldos e transações com os dois Agrupamentos identificados.

**5.5 Categorias de ativos e passivos financeiros de acordo com a IAS 39**

31 de dezembro de 2014

Classe de acordo com IAS 39	Notas	Empréstimos e contas a receber	A.F. ao justo valor por resultados	A.F. Disp. p/ venda	P. F. justo valor por resultados	Outros passivos financeiros	Ativos e passivos não financeiros	Total
<b>Ativos</b>								
<b>Ativo G.I</b>		<b>178 444</b>		<b>32</b>			<b>6 151</b>	<b>184 627</b>
<b>Não correntes</b>								
Emprést. e contas a receber	5.7							0
AFDV	5.6			32				32
				<b>32</b>				<b>32</b>
<b>Correntes</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	5.11	75 469						75 469
Cientes e Outras contas a receber	5.10	102 975					6 151	109 126
Inst.Financ.Derivados	5.9							0
		<b>178 444</b>					<b>6 151</b>	<b>184 595</b>
<b>Ativos ILD's</b>		<b>5 259 214</b>					<b>85</b>	<b>5 259 299</b>
<b>Correntes</b>								
Concedente - Estado - Conta a Receber	4.1	5 254 047						5 254 047
Cientes e outras contas a receber	4.3	5 167					85	5 253
		<b>5 259 214</b>					<b>85</b>	<b>5 259 299</b>
<b>Total ativos financeiros</b>		<b>5 437 658</b>		<b>32</b>			<b>6 237</b>	<b>5 443 926</b>

31 de dezembro de 2014

Classe de acordo com IAS 39	Notas	Empréstimos e contas a receber	A.F. ao justo valor por resultados	A.F. Disp. p/ venda	P. F. justo valor por resultados	Outros passivos financeiros	Ativos e passivos não financeiros	Total
<b>Passivos</b>								
<b>Passivos G.I.</b>						<b>2 563 498</b>	<b>34 420</b>	<b>2 597 917</b>
<b>Não correntes</b>								
Empréstimos obtidos	5.13					1 135 952		1 135 952
						<b>1 135 952</b>		<b>1 135 952</b>
<b>Correntes</b>								
Empréstimos obtidos	5.13					1 402 806		1 402 806
Inst.Fin. Derivados	5.9							0
Fornecedores e outras contas a pagar	5.14					24 740	34 420	59 160
						<b>1 427 546</b>	<b>34 420</b>	<b>1 461 966</b>
<b>Passivos ILD'S</b>						<b>3 956 499</b>	<b>5 558</b>	<b>3 962 057</b>
<b>Não correntes</b>								
Empréstimos obtidos	4.4					3 801 786		3 801 786
						<b>3 801 786</b>		<b>3 801 786</b>
<b>Correntes</b>								
Empréstimos obtidos	4.4					91 261		91 261
Fornecedores e outras contas a pagar	4.5					63 452	5 558	69 010
						<b>154 713</b>	<b>5 558</b>	<b>160 271</b>
<b>Total passivos financeiros</b>						<b>6 519 996</b>	<b>39 978</b>	<b>6 559 974</b>

31 de dezembro de 2013

Classe de acordo com IAS 39	Notas	Empréstimos e contas a receber	A.F. ao justo valor por resultados	A.F. Disp. p/venda	P. F. justo valor por resultados	Outros passivos financeiros	Ativos e passivos não financeiros	Total
<b>Ativos</b>								
<b>Ativo G.I</b>		<b>303 083</b>	<b>3 383</b>	<b>32</b>			<b>6 627</b>	<b>313 125</b>
<b>Não correntes</b>								
Emprést. e contas a receber	5.7							0
AFDV	5.6			32				32
				<b>32</b>				<b>32</b>
<b>Correntes</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	5.11	80 434						80 434
Cientes e Outras contas a receber	5.10	222 649					6 627	229 276
Inst.Fin. Derivados	5.9		3 383					3 383
		<b>303 083</b>	<b>3 383</b>				<b>6 627</b>	<b>313 093</b>
<b>Ativos ILD'S</b>								
		<b>4 975 547</b>					<b>88</b>	<b>4 975 635</b>
<b>Correntes</b>								
Concedente - Estado - Conta a Receber	4.1	4 970 380						4 970 380
Cientes e outras contas a receber	4.3	5 167					88	5 255
		<b>4 975 547</b>					<b>88</b>	<b>4 975 635</b>
<b>Total ativos financeiros</b>		<b>5 278 630</b>	<b>3 383</b>	<b>32</b>			<b>6 715</b>	<b>5 288 760</b>

31 de dezembro de 2013

Classe de acordo com IAS 39	Notas	Empréstimos e contas a receber	A.F. ao justo valor por resultados	A.F. Disp. p/ venda	P. F. justo valor por resultados	Outros passivos financeiros	Ativos e passivos não financeiros	Total
<b>Passivos</b>								
<b>Passivos G.I.</b>						<b>2 244 383</b>	<b>29 992</b>	<b>2 274 376</b>
<b>Não correntes</b>								
Empréstimos obtidos	5.13					1 467 414		1 467 414
						<b>1 467 414</b>		<b>1 467 414</b>
<b>Correntes</b>								
Empréstimos obtidos	5.13					746 306		746 306
Inst.Fin. Derivados	5.9							0
Fornecedores e outras contas a pagar	5.14					30 663	29 992	60 655
						<b>776 969</b>	<b>29 992</b>	<b>806 961</b>
<b>Passivos ILD'S</b>						<b>5 028 765</b>	<b>6 305</b>	<b>5 035 070</b>
<b>Não correntes</b>								
Empréstimos obtidos	4.4					4 879 119		4 879 119
						<b>4 879 119</b>		<b>4 879 119</b>
<b>Correntes</b>								
Empréstimos obtidos	4.4					91 261		91 261
Fornecedores e outras contas a pagar	4.5					58 385	6 305	64 690
						<b>149 646</b>	<b>6 305</b>	<b>155 951</b>
<b>Total passivos financeiros</b>						<b>7 273 148</b>	<b>36 297</b>	<b>7 309 446</b>

A desagregação dos ativos e passivos financeiros ao justo valor por via de resultados, de acordo com os níveis definidos na IFRS 7, em 31 de dezembro de 2013, era a seguinte, sendo que não existiam, a 31 de dezembro de 2014, nem ativo nem passivos desta natureza.

**31 de dezembro de 2013**

Classe de acordo com IAS 39	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Ativos financeiros</b>				
Inst.Financeiros Derivados	0	3 383	0	3 383
	<b>0</b>	<b>3 383</b>	<b>0</b>	<b>3 383</b>

**5.6 Ativos Financeiros disponíveis para venda**

Os ativos financeiros disponíveis para venda apresentam-se como segue:

Ativos disponíveis para venda	Notas	31-dez-14	31-dez-13
<b>Valor bruto da participação</b>			
Metro Mondego		27	27
CRV		5	5
	<b>5.5</b>	<b>32</b>	<b>32</b>

Estes instrumentos de capital próprio não se encontram cotados num mercado ativo, estando registados ao custo deduzido de perdas de imparidade.

A REFER detém 10 unidades de participação na CVR – Centro para a Valorização Resíduos e uma participação de 2,5% no METRO MONDEGO.

### 5.7 Empréstimos e contas a receber

Os empréstimos concedidos a empresas em que a REFER detém participações financeiras, não constituindo instrumentos de capital dessas entidades são os seguintes:

Empréstimos e contas a receber	Notas	31-dez-14	31-dez-13
Empréstimos a subsidiárias		56 130	
Empréstimos a associadas			19 148
Imparidades em empréstimos acumuladas	9.	- 56 130	- 19 148
	<b>16.3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Os empréstimos concedidos respeitam na totalidade à GIL.

Conforme já divulgado na nota 5.3, no âmbito da aquisição do remanescente do capital social da GIL, à PARQUE EXPO e METROPOLITANO DE LISBOA, foram cedidos à REFER os empréstimos anteriormente concedidos por estas entidades à GIL, os quais, à data desta cedência totalizavam 25.634 milhares de euros. A contrapartida desta cedência está evidenciada em **outros rendimentos** (nota 11).

Em 2014, a REFER reforçou o empréstimo a esta entidade, mediante transferência de fundos, em 11.348 milhares de euros, tendo por finalidade garantir o cumprimento das responsabilidades assumidas pela GIL em contratos de financiamento.

Estes empréstimos concedidos, à semelhança de anos anteriores, têm vindo a ser ajustados na sua totalidade (nota 9), atendendo ao risco sobre a capacidade futura da GIL vir a reembolsar este crédito.



## 5.8 Inventários

Descrição	Notas	31-dez-14	31-dez-13
Matérias primas, subsidiárias e de consumo		21 898	20 203
Imparidade em inventários	9.	- 492	- 351
<b>Inventários</b>		<b>21 406</b>	<b>19 852</b>

A rubrica de **matérias-primas, subsidiárias e de consumo** refere-se aos diversos tipos de materiais que são incorporados na manutenção da infraestrutura ferroviária, no âmbito da atividade de Gestão da Infraestrutura.

À data de reporte das contas, foi efetuada inventariação física, tendo como objetivo quantificar o ajustamento de perdas em inventário. Assim, a imparidade refere-se:

- i. a materiais que estão obsoletos ou depreciados tecnicamente e que não podem ser utilizados na atividade da REFER, podendo eventualmente ser objeto de venda no caso de aparecer comprador interessado; e
- ii. a uma comparação entre o preço de mercado dos materiais e o valor pelo qual estes se encontram registados.

Os gastos com o consumo de materiais são apresentados como segue:

Descrição	Notas	31-dez-14	31-dez-13
<b>Existência iniciais</b>			
Atividade de Gestão da Infraestrutura Ferroviária		20 203	20 411
Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração	4.2	14 309	14 750
		<b>34 512</b>	<b>35 162</b>
Compras		9 269	5 626
Regularizações		- 2	126
<b>Existências finais</b>			
Atividade de Gestão da Infraestrutura Ferroviária		21 898	20 203
Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração	4.2	16 782	14 309
		<b>38 679</b>	<b>34 512</b>
<b>Gasto com o consumo de materiais</b>		<b>5 100</b>	<b>6 402</b>

Da análise efetuada no final do exercício de 2014 foi reforçado ajustamento por **imparidade dos inventários** em 141 milhares de euros (Nota 9).

### 5.9 Instrumentos Financeiros Derivados

A REFER utilizou até janeiro de 2014 **instrumentos financeiros derivados** com o objetivo de gerir os riscos financeiros a que se encontrava sujeita.

De acordo com as suas políticas financeiras, a REFER não utilizava derivados para especulação. Apesar de os derivados contratados corresponderem a instrumentos eficazes na cobertura económica de riscos, nem todos se qualificaram como instrumentos de cobertura contabilística de acordo com as regras e requisitos da IAS 39 (nota 2.2. g)). Assim, optou-se por considerar a carteira de derivados como de negociação e, conseqüentemente, não qualificar nenhuma das posições contratadas como instrumento de cobertura contabilística.

De acordo com a IAS 39, os instrumentos que não se qualifiquem como instrumentos de cobertura contabilística são classificados como derivados de negociação na categoria de ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Os derivados de negociação são registados na Demonstração da Posição Financeira pelo seu justo valor e as variações do mesmo são reconhecidas em resultados financeiros.

Em janeiro de 2014, no âmbito do processo de renegociação das carteiras de derivados das empresas do setor empresarial do Estado liderado pelo IGCP, a REFER liquidou antecipadamente o último swap, contratado com o Bank of America Merrill Lynch. O impacto do cancelamento desta operação originou o recebimento líquido de 3.417 milhares de euros.

Apresenta-se de seguida o justo valor dos derivados existentes no final de 2014 e 2013:

31 de dezembro de 2014

Instrumento Coberto	% Cobertura	Descrição	Justo Valor (€)		Variação Justo Valor Dez 13/ Dez 12 (€)		Montante Nominal (milhões €) 27-jan-14	Maturidade
			Ativo	Passivo	<0	>0		
Eurobond 05/15	100%	Dual Range [(10Y GBP-10Y EUR Spread) e (10Y-2Y EUR Spread)]				3 417	150	16-03-2015
			0	0		3 417	150	

31 de dezembro de 2013

Instrumento Coberto	% Cobertura	Descrição	Justo Valor		Variação Justo Valor Dez 12/ Dez 11		Montante Nominal dez-13	Maturidade
			Ativo	Passivo	<0	>0		
Schuldschein West LE	100%	Digital Cap (Stibor 12m <6,25%;Euribor 12m < 6,25%; Eur 6m < 6.00%)					200	08-10-2012
Schuldschein West LB		Cap KO (Eur 6m < 6%)					200	08-10-2012
Eurobond 05/15	100%	Dual Range [(10Y GBP-10Y EUR Spread) e (10Y-2Y EUR Spread)]	3 383			5 834	150	16-03-2015
Eurobond 05/15		Plain vanilla			- 15 824		150	16-03-2015
Eurobond 05/15		Plain vanilla				15 873	150	16-03-2015
Eurobond 05/15		10Y-2Y EUR Spread Rib				25 266	300	16-03-2015
Eurobond 06/21	100%	Cap KO (Eur 12m < 7%)				1 377	500	13-12-2021
Eurobond 06/26	50%	Cap KO (Eur 12m < 6.50%)			- 420		200	16-11-2026
			3.383	0	-16.244	48.350	1 850	

## 5.10 Clientes e Outras Contas a Receber

Descrição	Notas	31-dez-14	31-dez-13
Cientes	5.10.1	68 351	183 301
Outras contas a receber	5.10.2	32 449	33 881
Estado e outros entes públicos	5.10.3	4 377	4 975
Acréscimos de rendimento	5.10.4	3 901	6 573
Gastos a reconhecer		48	377
		<b>109 126</b>	<b>229 107</b>

Os saldos de **clientes e outras contas a receber** representam dívidas correntes, pelo que se aproximam do seu justo valor.

### 5.10.1. Clientes

Os saldos de **Clientes** decompõem-se como segue:

Clientes	Notas	31-dez-14	31-dez-13
Cientes - Outras entidades relacionadas	16.4	43 073	166 428
Cientes - Empresas subsidiárias	16.2	7 385	7 261
Cientes - Empresas associadas	16.3		13
Cientes - Diversos		17 892	9 599
		<b>68 351</b>	<b>183 301</b>

Os débitos a **clientes - outras entidades relacionadas** (CP e CP CARGA) e **clientes diversos** (Fertagus e Takargo), incluem essencialmente as taxas de utilização cobradas às entidades que utilizam as infraestruturas, e também os débitos efetuados aos operadores pelos serviços prestados no âmbito da atividade comercial, manobras, capacidade pedida e não utilizada, estacionamento de material circulante e outros serviços.

A significativa diminuição entre 2013 e 2014, do valor de **clientes - outras entidades relacionadas** é decorrente do pagamento por parte da CP da quase totalidade da dívida, fixando-se em 15.253 milhares de euros (146.161 milhares de euros em 2013) no final de 2014. Parte significativa do recebimento da CP ocorreu em dezembro de 2014, resultado de encontro de contas e acordo de regularização de saldos, onde cada uma das empresas fez concessões para que fossem regularizados os saldos e naturezas em divergência, a maioria dos quais com antiguidade que reportava a 2012 (nota 16.4).

A rubrica **clientes - outras entidades relacionadas** inclui ainda 27.820 milhares de euros referentes à CP CARGA (20.267 milhares de euros em 2013).

**5.10.2. Outras contas a receber**

Os saldos de **Outras contas a receber** apresentam-se como segue:

Outras contas a receber	Notas	31-dez-14	31-dez-13
Out. contas a receber - Diversos		33 650	35 638
Out. contas a receber - Operações conjuntas	16.3	391	98
Out. contas a receber - Empresas subsidiárias	16.2	288	7
Out. contas a receber - Outras entidades relacionadas	16.4	103	
Imparidades acumuladas	9.	- 1 983	- 1 862
		<b>32 449</b>	<b>33 881</b>

Na rubrica de **Outras contas a receber - Diversos**, cerca de 41% do valor a receber (40% em 2013) diz respeito à concretização parcial do Protocolo com o Município de Aveiro para a Construção da Nova Estação Ferroviária – Interface Rodo ferroviário, Requalificação Urbana da Zona Envolvente cuja antiguidade é desde 2011.

Esta rubrica inclui ainda valores de expropriações colocados à ordem dos Tribunais, até decisão conclusiva dos referidos processos de expropriação, que totalizam 427 milhares de euros.

As **imparidades acumuladas** de outras contas a receber são de 1.983 milhares de euros, cujo aumento, após análise efetuada à probabilidade de cobrança de saldos, foi de 121 milhares de euros (nota 9). Refira-se em relação à análise de probabilidade de cobranças, que é considerado que os valores devidos por Municípios, Autarquias e outras entidades públicas ou com participação direta ou indireta do Estado, têm probabilidade de recuperação total. Nestas situações encontra-se por receber 27.393 milhares de euros, dos quais 27.036 milhares de euros têm uma antiguidade de saldo superior a 720 dias.

Também os saldos por receber, e objeto de processo em contencioso, são considerados com probabilidade de recuperação total por terem por base operações devidamente contratualizadas ou legitimamente reembolsáveis. Estão nesta situação saldos que totalizam 787 milhares de euros. A exceção existe em relação a processos com três entidades e cujo saldo totaliza 1.392 milhares de euros reconhecidos na totalidade em imparidade, decomposto em 1.363 milhares de euros referentes à empresa O2, 22 milhares de euros da Aetur e 7 milhares de euros da Benaterras.

Por natureza de contas a receber, as imparidades em 31 de dezembro de 2014 estão decompostas da seguinte forma:

i.	Situações em processo de contencioso	1.392 milhares de euros
ii.	Situações de insolvência ou de entidades encerradas	126 milhares de euros
iii.	Situações cuja dívida vencida é superior a 720 dias	464 milhares de euros
	<b>Total de imparidades acumuladas:</b>	<b>1.983 milhares de euros</b>

### 5.10.3. Estado e outros entes públicos

Deste saldo, 4.224 milhares de euros é valor de IVA a recuperar de dezembro de 2014.

O restante saldo, 153 milhares de euros é valor devido pela Segurança Social (SS) à REFER, por esta ser entidade centralizadora e, como tal, substituir-se temporariamente à SS no pagamento aos trabalhadores por licenças/baixas médicas.

### 5.10.4. Acréscimos de rendimentos

São rendimentos operacionais que à data de encerramento de 2014 ainda não tinham sido objeto de faturação, destacando-se os montantes da energia de tração no valor de 1.712 milhares de euros (3.868 milhares de euros em 2013), a concessão de exploração da infraestrutura de telecomunicações com a REFER TELECOM, referente ao quarto trimestre de 2014, no valor de 962 milhares de euros (2.103 milhares de euros em 2013) e 909 milhares de euros referentes à renda de concessão devida pela REFER PATRIMÓNIO.

## 5.11 Caixa e Equivalentes de Caixa

Os componentes de **caixa e equivalentes de caixa** evidenciados na Demonstração dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 encontram-se reconciliados com os montantes apresentados nas rubricas da Demonstração da Posição Financeira.

Descrição	Notas	31-dez-14	31-dez-13
Outras aplicações		70 000	78 000
Depósitos bancários	3.	5 445	2 414
Numerário		24	21
<b>Caixa e Equivalentes na Demonstração da Posição Financeira</b>		<b>75 469</b>	<b>80 434</b>
Cheques em trânsito	5.13	- 11	- 6 822
<b>Caixa e Equivalentes na Demonstração dos Fluxos de Caixa</b>		<b>75 458</b>	<b>73 612</b>

O saldo evidenciado na rubrica de **outras aplicações** corresponde a aplicação financeira no IGCP, em rigoroso cumprimento do estabelecido no Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado (nota 3) e constituída no fim do período do relato.

## 5.12 Capital

O capital estatutário da REFER ascende a 1.486.000 milhares de euros. Em 2014, o capital estatutário da REFER foi reforçado em 1.034.800 milhares de euros, como se mostra de seguida, (2013: reforço do capital social em 21.000 milhares de euros).

Data dos aumentos de capital	Notas	Montante
março de 2014	a)	80 306
maio de 2014	b)	401 927
junho de 2014	a)	29 447
julho de 2014	a)	7 890
agosto de 2014	a)	6 948
setembro de 2014	a)	65 363
outubro de 2014	a)	49 790
novembro de 2014	b)	393 129
		<b>1 034 800</b>

- a) Aumentos em numerário
- b) Aumentos por conversão de créditos

Os aumentos de capital destinam-se na sua generalidade ao financiamento da atividade em investimento da infraestrutura de longa duração, o que implicou uma redução dos empréstimos canalizados para o financiamento desta atividade, com a consequente redução dos juros imputados à concessão no período em análise (Notas: 4, 4.4 e 13).

### 5.13 Empréstimos Obtidos

#### 5.13.1 Dívidas a Instituições de Crédito

O financiamento da Atividade de Gestão de Infraestrutura reparte-se em empréstimos correntes e não correntes como segue:

Descrição	Notas	31-dez-14	31-dez-13
<b>Empréstimos não correntes</b>			
Empréstimos obrigacionistas		497 375	1 096 461
Estado		638 577	370 954
	5.5	<b>1 135 952</b>	<b>1 467 414</b>
<b>Empréstimos correntes</b>			
Dívidas a instituições de crédito		19 948	26 759
Estado		1 382 858	719 548
	5.5	<b>1 402 806</b>	<b>746 306</b>
<b>Financiamentos obtidos</b>		<b>2 538 757</b>	<b>2 213 721</b>

Em 2014 a rubrica de **empréstimos correntes** inclui o montante de 20,9 milhões de euros (23,7 milhões de euros em 2013) referente a juros corridos e gastos a reconhecer de empréstimos afectos à Gestão de Infraestrutura, decorrente da mensuração destes empréstimos ao custo amortizado.

#### 5.13.2 Termos e prazos de reembolso dos empréstimos

Os prazos de reembolso dos empréstimos para financiamento de Gestão de Infraestrutura são os seguintes:



**Termos e prazos de reembolso dos empréstimos para financiamento de Gestão da Infraestrutura  
 31 de dezembro de 2014**

Designação	Data de assinatura	Montante	Capital em dívida	Amortização			Pagamento de Juros	Taxa de Juro
				Data inicial	Data final	Periodicidade		
<b>Sem Aval do Estado</b>								
REFER Eurobond 2005/2015 (1)	16-03-2005	600 000	600 000	16-03-2005	16-03-2015	Bullet	16-mar	4,00%
REFER Eurobond 2006/2021 (1)	30-11-2006	500 000	500 000	13-12-2006	13-12-2021	Bullet	13-jan	4,25%
Empréstimo estado português	15-02-2012	75 000	8 860	31-05-2013	30-11-2016	Semestral	31-Mai 30-Nov	1,83%
Empréstimo estado português	06-03-2012	198 400	148 800	31-05-2013	30-11-2016	Semestral	31-Mai 30-Nov	3,25%
Empréstimo estado português	26-06-2012	118 284	88 713	31-05-2013	30-11-2016	Semestral	31-Mai 30-Nov	2,74%
Empréstimo estado português	26-06-2012	152 436	114 327	31-05-2013	30-11-2016	Semestral	31-Mai 30-Nov	1,83%
Empréstimo Estado Português	03-10-2012	206 246	154 684	31-05-2014	30-11-2017	Semestral	31-Mai 30-Nov	1,76%
Empréstimo Estado Português	03-10-2012	49 960	37 470	31-05-2014	30-11-2017	Semestral	31-Mai 30-Nov	1,59%
Empréstimo Estado Português	24-05-2013	282 937	282 937	31-05-2015	30-11-2020	Semestral	31-Mai 30-Nov	2,10%
Empréstimo Estado Português	06-06-2013	21 723	21 723	31-05-2015	30-11-2020	Semestral	31-Mai 30-Nov	2,27%
Empréstimo Estado Português	03-09-2013	23 394	23 394	31-05-2015	30-11-2020	Semestral	31-Mai 30-Nov	2,35%
Empréstimo Estado Português	06-09-2013	102 488	102 488	31-05-2015	30-11-2020	Semestral	31-Mai 30-Nov	2,44%
Empréstimo Estado Português	30-09-2013	20 000	20 000	31-05-2015	30-11-2020	Semestral	31-Mai 30-Nov	2,15%
Empréstimo Estado Português	14-11-2013	37 000	37 000	31-05-2015	30-11-2020	Semestral	31-Mai 30-Nov	1,86%
Empréstimo Estado Português	27-11-2013	293 000	293 000	31-05-2015	30-11-2020	Semestral	31-Mai 30-Nov	1,88%
Empréstimo Estado Português	09-12-2013	24 000	24 000	31-05-2015	30-11-2020	Semestral	31-Mai 30-Nov	1,96%
Empréstimo Estado Português	05-05-2014	15 000	15 000	31-05-2015	30-11-2020	Semestral	31-Mai 30-Nov	2,43%
Empréstimo Estado Português	28-05-2014	15 000	15 000	31-05-2015	30-11-2020	Semestral	31-Mai 30-Nov	2,33%
Empréstimo Estado Português	30-06-2014	20 000	20 000	31-05-2015	30-11-2020	Semestral	31-Mai 30-Nov	2,22%
Empréstimo Estado Português	29-08-2014	14 000	14 000	31-05-2015	30-11-2020	Semestral	31-Mai 30-Nov	2,010%
<b>Total</b>			<b>2 521 397</b>					
<b>(1) Total considerando custo efetivo</b>			<b>2 518 667</b>					

**Termos e prazos de reembolso dos empréstimos para financiamento de Gestão da Infraestrutura**  
**31 de dezembro de 2013**

Designação	Data de assinatura	Montante	Capital em dívida	Amortização			Pagamento de Juros	Taxa de Juro
				Data inicial	Data final	Periodicidade		
<b>Sem Aval do Estado</b>								
REFER Eurobond 2005/2015 (1)	16-03-2005	600 000	600 000	16-03-2015		Bullet	16-mar	4,00%
REFER Eurobond 2006/2021 (1)	30-11-2006	500 000	500 000	13-12-2021		Bullet	13-jan	4,25%
Empréstimo estado português	26-06-2012	149 719	25 981	31-05-2013	30-11-2016	Semestral	31-Mai 30-Nov	1,83%
Empréstimo Estado Português	03-10-2012	206 246	206 246	31-05-2014	30-11-2017	Semestral	31-Mai 30-Nov	1,76%
Empréstimo Estado Português	03-10-2012	49 960	49 960	31-05-2014	30-11-2017	Semestral	31-Mai 30-Nov	1,59%
Empréstimo Estado Português	24-05-2013	282 937	282 937	31-05-2015	30-11-2020	Semestral	31-Mai 30-Nov	2,10%
Empréstimo Estado Português	06-06-2013	21 723	21 723	31-05-2015	30-11-2020	Semestral	31-Mai 30-Nov	2,27%
Empréstimo Estado Português	03-09-2013	23 394	23 394	31-05-2015	30-11-2020	Semestral	31-Mai 30-Nov	2,35%
Empréstimo Estado Português	06-09-2013	102 488	102 488	31-05-2015	30-11-2020	Semestral	31-Mai 30-Nov	2,44%
Empréstimo Estado Português	30-09-2013	20 000	20 000	31-05-2015	30-11-2020	Semestral	31-Mai 30-Nov	2,15%
Empréstimo Estado Português	14-11-2013	37 000	37 000	31-05-2015	30-11-2020	Semestral	31-Mai 30-Nov	1,86%
Empréstimo Estado Português	27-11-2013	293 000	293 000	31-05-2015	30-11-2020	Semestral	31-Mai 30-Nov	1,88%
Empréstimo Estado Português	09-12-2013	24 000	24 000	31-05-2015	30-11-2020	Semestral	31-Mai 30-Nov	1,96%
<b>Total</b>			<b>2 186 728</b>					
<b>(1) Total considerando custo efetivo</b>			<b>2 183 189</b>					

Apresenta-se de seguida o justo valor dos financiamentos a taxa fixa, em 31 de dezembro de 2014:

**Financiamentos a Taxa Fixa - Justo Valor**  
**31 de dezembro de 2014**

Designação	Valor nominal	Capital em dívida	Justo Valor	Taxa de juro
Eurobond 05/15	600 000	600 000	601 803	4,00%
Eurobond 06/21	500 000	500 000	517 429	4,25%
Empréstimo Estado Português	75 000	8 860	9 220	1,83%
Empréstimo Estado Português	198 400	148 800	154 414	3,25%
Empréstimo Estado Português	118 284	88 713	90 500	2,74%
Empréstimo Estado Português	152 436	114 327	115 934	1,83%
Empréstimo Estado Português	206 246	154 684	156 678	1,76%
Empréstimo Estado Português	49 960	37 470	37 847	1,59%
Empréstimo Estado Português	282 937	282 937	287 032	2,10%
Empréstimo Estado Português	21 723	21 723	22 151	2,27%
Empréstimo Estado Português	23 394	23 394	23 914	2,35%
Empréstimo Estado Português	102 488	102 488	100 894	2,44%
Empréstimo Estado Português	20 000	20 000	19 515	2,15%
Empréstimo Estado Português	37 000	37 000	35 780	1,86%
Empréstimo Estado Português	293 000	293 000	283 515	1,88%
Empréstimo Estado Português	24 000	24 000	23 281	1,96%
Empréstimo Estado Português	15 000	15 000	14 695	2,43%
Empréstimo Estado Português	15 000	15 000	14 689	2,33%
Empréstimo Estado Português	20 000	20 000	19 576	2,22%
Empréstimo Estado Português	14 000	14 000	13 691	2,01%
		<b>2 521 397</b>	<b>2 542 555</b>	

**5.14 Fornecedores e Outras Contas a Pagar**

Esta rubrica engloba os seguintes montantes:

Descrição	Notas	31-dez-14	31-dez-13
Fornecedores	5.14.1	17 841	21 466
Adiantamentos por conta de vendas	5.14.2	17 252	17 281
Acréscimos de gastos	5.14.3	15 320	16 480
Estado e outros entes públicos	5.14.4	4 465	3 432
Outras contas a pagar	5.14.5	3 430	1 515
Rendimentos a reconhecer	5.14.6	853	481
		<b>59 160</b>	<b>60 655</b>

**5.14.1 Fornecedores**

A decomposição da rubrica de **fornecedores** é a seguinte:

Fornecedores	Notas	31-dez-14	31-dez-13
Fornecedores - Gerais		8 587	11 693
Fornecedores - Empresas subsidiárias	16.2	3 250	3 325
Fornecedores - Outras entidades relacionadas	16.4	2 714	2 447
Fornecedores - Fact. em receção e conferência		2 620	3 539
Fornecedores - Retenção de garantias		670	461
		<b>17 841</b>	<b>21 466</b>

**5.14.2 Adiantamentos por conta de vendas**

Nesta rubrica destaca-se, com cerca de 93% (89% em 2013), o contrato de promessa de compra e venda assinado em 28/07/2000, sobre o direito de superfície de terreno de domínio público ferroviário em Gaia, Porto, e cuja escritura ainda não se concretizou por não estarem reunidas as condições de concretização da operação, continuando no entanto a receber-se valores referentes a este contrato cujo reforço em 2014 foi de 649 milhares de euros.

Esta rubrica inclui ainda valores já recebidos ao abrigo de protocolos com diversas entidades e em relação aos quais não estão cumpridos os condicionalismos para o reconhecimento do rédito relativo à venda dos bens em causa, nomeadamente a publicação dos despachos de desafetação de domínio público ferroviário.

### 5.14.3 Acréscimos de gastos

Os **acréscimos de gastos** incluem a responsabilidade com férias e subsídio de férias de 2014 devidos em 2015, representando 61% da rubrica (53% em 2013).

Regista também a comparticipação ao IMT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. pela taxa devida pela REFER ao regulador, referente aos anos de 2013 e 2014, no valor de 2.933 milhares de euros (1.466 milhares de euros em 2013).

### 5.14.4 Estado e outros entes públicos

A decomposição da rubrica de **estado e outros entes públicos** é a seguinte:

Estado e outros entes públicos	31-dez-14	31-dez-13
IVA	2 038	970
Contribuições para a segurança social e CGA	1 506	1 532
IRS	922	930
	<b>4 465</b>	<b>3 432</b>

Os saldos de IRS e Segurança Social são os correspondentes ao processamento dos vencimentos de dezembro de 2014, regularizados em janeiro de 2015. Em relação ao IVA, corresponde ao apuramento do mês de novembro, tendo sido igualmente regularizado em janeiro de 2015.

### 5.14.5 Outras contas a pagar

A decomposição das **outras contas a pagar** é a seguinte:

Outras contas a pagar	Notas	31-dez-14	31-dez-13
Outras contas a pagar - Diversos		2 014	1 513
Outras contas a pagar - Empresas subsidiárias	16.2	1 416	1
		<b>3 430</b>	<b>1 515</b>

Evidencia-se o aumento do valor devido às **Empresas subsidiárias**, comparativamente a 2013. Este aumento é justificado pela adesão, em março de 2014, ao Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), segundo o qual a tributação de IRC resulta da soma algébrica dos resultados positivos e negativos das empresas do Grupo.

#### 5.14.6 Rendimentos a reconhecer

Esta rubrica inclui 377 milhares de euros (641 milhares de euros em 2013) referentes ao valor a integrar na proporção das respetivas amortizações do estabelecimento industrial de creosotagem de travessas de madeira, integrada em ativo fixo tangível em 2007, cuja integração está prevista vir a ocorrer até 2027.

#### 5.15 Provisões

Os movimentos ocorrido nas **provisões** durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 foram os seguintes:

##### 31 de dezembro de 2014

Descrição	Saldo inicial	Aumento	Reversão/ Utilização	Saldo final
Processos judiciais em curso	21 040	5 421	- 2 149	24 312
Outras provisões	122		- 122	
	<b>21 162</b>	<b>5 421</b>	<b>- 2 271</b>	<b>24 312</b>

##### 31 de dezembro de 2013

Descrição	Saldo inicial	Aumento	Reversão/ Utilização	Saldo final
Processos judiciais em curso	12 889	15 495	- 7 344	21 040
Outras provisões		122		122
	<b>12 889</b>	<b>15 617</b>	<b>- 7 344</b>	<b>21 162</b>

Os movimentos ocorridos em **Processos judiciais em curso**, incluem os processos judiciais cíveis e os processos judiciais de relações de trabalho, que pelo seu desenvolvimento processual indiciam uma probabilidade de um desfecho desfavorável para a REFER, segundo a avaliação dos advogados que acompanham os respetivos processos. A confirmação, ou não da liquidação desta responsabilidade está dependente do desfecho judicial final de cada um dos processos.

A variação registada na rubrica **Outras provisões** resulta da aplicação da IFRS 11, no âmbito da qual a REFER identificou o investimento do AVEP (participação cedida à REFER, no âmbito da liquidação da RAVE) como sendo uma operação conjunta (nota 5.4), na qual a REFER responde solidária e ilimitadamente pelos créditos contraídos por aquele Agrupamento. Em 31 de dezembro de 2013 o valor de 122 milhares de euros respeitava à quota-parte das eventuais perdas a suportar pela REFER, caso o AVEP não consiga satisfazer as obrigações assumidas com outras entidades.

**5.16 Impostos sobre o rendimento**

Os valores a receber / (pagar) ao estado, no período 2014/2013 relativo ao **imposto sobre o rendimento** são:

Descrição	31-dez-14	31-dez-13
<b>IRC</b>		
IRC a recuperar		420
IRC a pagar	- 2 127	- 7 283

**Imposto reconhecido na Demonstração dos Resultados**

Imposto do exercício	31-dez-14	31-dez-13
<b>Correntes</b>		
IRC - Imposto corrente	- 9 960	- 7 656
<b>Impostos diferidos</b>		
Prejuízos fiscais a deduzir	35 029	13 879
<b>(Gastos) / Rendimentos de imposto do exercício</b>	<b>25 069</b>	<b>6 223</b>

**Imposto reconhecido na Demonstração do Rendimento Integral**

Rubricas	31-dez-14	31-dez-13
Diferenças de transição - impostos diferidos		- 26 260

A diferença de transição respeitava ao imposto a pagar em 2014 decorrente da variação patrimonial positiva a considerar relativa à alteração de normativo contabilístico em 2010, conforme legislação fiscal, que veio determinar que essas variações fossem tributadas em 5 anos (de 2010 a 2014).

### Reconciliação da taxa efetiva de imposto

Rubricas	Taxas	31-dez-14	Taxas	31-dez-13
Resultados antes de impostos (1)		114 134		95 359
Variações patrimoniais positivas (2)		- 86 206		- 86 206
<b>Taxa nominal de imposto (3) x [(1) + (2)]</b>	<b>24,5%</b>	<b>6 842</b>	<b>26,5%</b>	<b>2 426</b>
Provisões / Imparidades a acrescentar	-7,9%	- 9 061	-1,4%	- 1 363
Encargos financeiros não dedutíveis	-15,5%	- 17 694	-18,6%	- 17 712
Indemnizações a acrescentar	-0,2%	- 271	0,0%	- 3
Outros valores a acrescentar	-0,1%	- 168	-0,3%	- 279
Dividendos	1,8%	2 096	0,6%	583
Outros valores a deduzir	0,2%	242	0,3%	319
Prejuízos fiscais a deduzir	10,9%	12 451	11,9%	11 342
Derrama estadual	-3,7%	- 4 261	-3,0%	- 2 829
Tributações autónomas	-0,1%	- 137	-0,1%	- 138
Impostos diferidos	30,7%	35 029	14,6%	13 879
<b>(Gastos) / Rendimentos de impostos no exercício</b>	<b>22,0%</b>	<b>25 069</b>	<b>6,5%</b>	<b>6 223</b>
(Gastos) / Rendimentos por impostos correntes		- 9 960		- 7 656
(Gastos) / Rendimentos por impostos diferidos		35 029		13 879

### Movimentos ocorridos relativamente aos impostos diferidos

31 de dezembro de 2014

Diferenças temporárias	Saldo inicial	Efeito em resultados	Efeito em capitais próprios	Saldo final	Impostos diferidos na Demonstração da Posição Financeira	
					Ativos	Passivos
<b>Ativos</b>						
Prejuízos fiscais	13 879	8 454		22 333	22 333	
Indemnizações		315		315	315	
<b>Passivos</b>						
Diferenças de transição	- 26 260	26 260				
<b>Efeito líquido</b>	<b>- 12 381</b>	<b>35 029</b>		<b>22 648</b>	<b>22 648</b>	



31 de dezembro de 2013

Diferenças temporárias	Saldo inicial	Efeito em resultados	Efeito em capitais próprios	Saldo final	Impostos diferidos na Demonstração da Posição Financeira	
					Ativos	Passivos
<b>Ativos</b>						
Prejuízos fiscais		13 879		13 879	13 879	
<b>Passivos</b>						
Diferenças de transição			- 26 260	- 26 260		- 26 260
<b>Efeito líquido</b>		<b>13 879</b>	<b>- 26 260</b>	<b>- 12 381</b>	<b>13 879</b>	<b>- 26 260</b>

**Outras diferenças temporárias que não originaram impostos diferidos:**

Em 31 de dezembro de 2014 existem outras diferenças temporárias dedutíveis para as quais não são esperadas reversões em exercícios futuros, não originando, por isso, a constituição de impostos diferidos ativos. Salientam-se as imparidades existentes sobre subsidiárias, empréstimos, outras contas a receber e inventários (nota 9).

Os prejuízos fiscais passíveis de eventual dedução ao lucro tributável de exercícios futuros, de acordo com a legislação fiscal, são os seguintes:

Exercícios	Data limite de reporte	Montante	Base de impostos diferidos	Sem expectativa de recuperação
2009	2015	236 173	99 372	136 801
2011	2015	79 244		79 244
2012	2017	846	846	
2012*	2017	2 065	2 065	
2013*	2018	8 434	4 063	4 371
		<b>326 762</b>	<b>106 347</b>	<b>220 415</b>

(\*) Prejuízos fiscais provenientes das subsidiárias integrantes do RETGS (REFER PATRIMÓNIO E REFER ENGINEERING).

Os prejuízos fiscais reportáveis da REFER em 31 de dezembro de 2014 ascendem a 326.762 milhares de euros. De acordo com a estimativa efetuada pelo Conselho de Administração, os prejuízos fiscais passíveis de recuperação nesta data, considerando as perspetivas dos resultados e dos lucros tributáveis de exercícios futuros das empresas incluídas no RETGS, os efeitos decorrentes da operação de fusão entre a REFER e a EP – Estradas de Portugal, S.A. (Nota 21.), e as limitações determinadas pela legislação fiscal, ascendem a 106.347 milhares de euros, montante que serviu de base ao apuramento do **imposto diferido ativo**.

## 5.17 Outros Ativos financeiros

Os **outros ativos financeiros** respeitavam à proporção detida na RAVE pela REFER, sobre o ativo restante objeto de partilha aquando do encerramento da mesma, conforme distribuição aprovada na Assembleia Geral em 17 de janeiro de 2014 (nota 5.3), partilha esta efetuada em 2014.

## 6. Prestações de Serviços e Subsídios à Exploração

### 6.1 Prestações de Serviços

As prestações de serviços detalham-se da seguinte forma:

Descrição	Notas	31-dez-14	31-dez-13
Utilização de canais (Tarifas)		75 226	71 930
Concedente estado - Rédito ILD	14.	13 220	16 727
Energia de tração		5 074	5 302
Manobras/Estac. Material circulante		3 095	2 934
Capacidade pedida não utilizada		1 337	1 999
Terminais		285	
Atravessamentos		124	89
Melhoria de desempenho		114	78
Conservação de ramais particulares		65	64
Outros serviços		1 168	998
		<b>99 708</b>	<b>100 121</b>

As prestações de serviços correspondem às atividades e valores estabelecidos pelo Diretório de Rede, documento produzido em consonância com o Decreto-Lei nº 270/2003, de 28 de outubro (repblicado pelo Decreto-Lei nº 231/2007, de 14 de junho, e alterado pelo Decreto-Lei nº 151/2014, de 13 de outubro), e conforme o disposto no Regulamento 630/2011, de 5 de dezembro, publicado pela Unidade de Regulação Ferroviária do IMT e decorrentes da utilização da infraestrutura pelos operadores ferroviários, sendo a respetiva valorização efetuada por aplicação das tarifas de serviços essenciais, calculadas conforme metodologia inscrita nesse mesmo Regulamento 630/2011.

Da mesma forma, destacam-se os serviços adicionais prestados pela REFER a operadores ferroviários que o solicitem, nomeadamente a disponibilização de energia elétrica para tração, realização de manobras e estacionamento de material circulante.

Os montantes registados em **Concedente Estado – Rédito ILD** correspondem aos trabalhos internos imputados à atividade em investimento de Infraestruturas de Longa Duração (nota 14).

A rubrica **Terminais** engloba, entre outros, 281 milhares de euros, referente à prestação de serviços de movimentos expedidos e recebidos nos terminais faturados à CP CARGA. Este valor corresponde à faturação iniciada em 1 de dezembro de 2014, na sequência da integração dos terminais de mercadorias (nota 4.1.1.).

Os **outros serviços**, são o resultado dos serviços auxiliares prestados pela REFER a operadores ferroviários que o solicitem, designadamente o abastecimento de gasóleo e/ou água, o tratamento comercial de mercadorias, a limpeza de carruagens, o fornecimento de informações de natureza comercial, a disponibilização de instalações operacionais em estações e a disponibilização de espaços para instalação de equipamentos em áreas comuns das estações.

A faturação dos serviços essenciais, adicionais e auxiliares prestados é estabelecida mensalmente aos operadores CP, CP CARGA, Fertagus, Takargo e Comsa.

## 6.2 Subsídios à Exploração

Através da Resolução de Conselho de Ministros 52/2014, de 21 de agosto foram atribuídos 40.493 milhares de euros (2013: 43.700 milhares de euros), a título de indemnizações compensatórias.

## 7. Fornecimentos e Serviços Externos

A decomposição dos **fornecimentos e serviços externos** nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é a que segue:

Descrição	31-dez-14	31-dez-13
Subcontratos	65 612	63 336
Eletricidade	10 884	11 541
Trabalhos especializados	5 022	4 264
Vigilância e segurança	4 857	4 598
Limpeza, higiene e conforto	1 961	2 013
Rendas e alugueres	1 304	2 111
Combustíveis	909	934
Conservação e reparação	846	1 072
Seguros	689	703
Água	615	664
Licenças de software	599	813
Comunicações	592	763
Transportes de pessoal	540	629
Portagens	224	184
Outros inferiores a 200	801	777
<b>Fornecimentos e Serviços Externos</b>	<b>95 456</b>	<b>94 404</b>

## II.88

A rubrica de fornecimentos e serviços externos registou um acréscimo de cerca de 1% (mais 1.052 milhares de euros) face a 2013.

Os **subcontratos** referem-se essencialmente à subcontratação dos serviços de manutenção: i) de via no montante de 23.135 milhares de euros (22.170 milhares de euros em 2013), ii) de sinalização no valor de 14.390 milhares de euros (16.053 milhares de euros em 2013), iii) de telecomunicações que ascendem a 12.494 milhares de euros (12.097 milhares de euros em 2013) e iv) de catenária que totalizam 5.211 milhares de euros (4.622 milhares de euros em 2013).

A redução de gastos ocorrida na rubrica de licenças de software, resulta da opção de aquisição das licenças (buy out) mediante a celebração do contrato de EAS (Entreprise Agreement Subscription) com a Microsoft, conforme mencionado na nota 5.2.

### Locações operacionais

A rubrica de **rendas e alugueres** inclui 1.069 milhares de euros (1.210 milhares de euros em 2013) relativos ao custo com locações operacionais de viaturas e 187 milhares de euros (256 milhares de euros em 2013) com locações operacionais de equipamentos administrativos.

A REFER, à data a que se reporta a apresentação das contas, tinha ao seu serviço 226 viaturas (228 viaturas em 2013) e 191 equipamentos administrativos (os mesmos que em 2013), através de contratos de locação operacional.

Apresentamos de seguida o total dos pagamentos mínimos futuros da locação, não canceláveis, relativos a contratos de locação operacional que a REFER celebrou:

Descrição	Inferior a 1 ano	Entre 1 e 5 anos
<b>De acordo com contratos celebrados</b>		
Viaturas	628 950	196 811
Equipamentos	37 634	

## 8. Gastos com Pessoal

Os gastos com pessoal nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 repartem-se da seguinte forma:

Descrição	31-dez-14	31-dez-13
Remunerações do pessoal	59 452	66 070
Encargos sobre remunerações	13 610	15 162
Outros gastos com pessoal	3 480	3 775
Indemnizações	3 260	4 258
Seguros de acidentes de trabalho	661	530
Remunerações órgãos sociais	512	417
Gastos de ação social	435	347
	<b>81 409</b>	<b>90 559</b>

Os **gastos com pessoal** da REFER diminuíram aproximadamente 9.150 milhares de euros entre 2013 e 2014, o que equivale a um decréscimo de 10%. A diminuição do efetivo médio de 2.642 trabalhadores para 2.513 (menos 129 trabalhadores) contribuiu para esta tendência, porém deve ser tido em conta que em 2013 foram assumidos 5,2 milhões de euros de gastos com subsídios de férias a pagar nesse ano, não considerados em 2012, seguindo a política de remuneração dos trabalhadores do Estado e setor público empresarial, que estava em vigor à data do fecho de 2012, e que foi alterada no decorrer de 2013. A combinação destes dois fatores foi determinante para o decréscimo dos valores de remunerações com pessoal e respetivos encargos patronais em cerca de 8 milhões de euros.

Destaca-se, também, a diminuição significativa dos valores das compensações pagas no âmbito de rescisões por mútuo acordo, de 4.258 milhares de euros (109 pessoas) em 2013 para 3.260 milhares de euros (87 pessoas) em 2014.

Relevam-se, ainda, os encargos da REFER com estruturas representativas dos trabalhadores (informação a que se refere o Despacho do Secretário de Estado do Tesouro, de 25 de junho de 1980). Para os trabalhadores envolvidos a tempo inteiro – Dirigentes Sindicais e Comissão de Trabalhadores, foram determinados encargos para a estrutura representativa dos trabalhadores, nos exercícios de 2014 e 2013 nos montantes de 89 milhares de euros e 93 milhares de euros respetivamente.

A decomposição destes encargos é a seguinte:

Descrição	31-dez-14	31-dez-13
Retribuição mensal	53	55
Diuturnidades	5	6
Subsídios de férias e Subsídios de Natal	10	10
Contribuição Patronal	17	18
Outros	3	4
<b>Encargos com Estruturas Representativas dos Trabalhadores</b>	<b>89</b>	<b>93</b>

O número de trabalhadores envolvidos nestas estruturas foi o seguinte:

Descrição	31-dez-14	31-dez-13
<b>A tempo parcial (nº médio)</b>	<b>157</b>	<b>165</b>
Dirigentes sindicais	137	137
Comissão e Subcomissões	20	28
<b>A tempo inteiro</b>	<b>5</b>	<b>5</b>
Dirigentes sindicais	5	5
Comissão e Subcomissões		
<b>Nº de Trabalhadores envolvidos em Estruturas Representativas</b>	<b>162</b>	<b>170</b>

## 9. Imparidades

A decomposição da rubrica de **imparidades** é a seguinte:

### 31 de dezembro de 2014

Imparidades	Notas	Saldo inicial	Aumento	Reversões	Transferências	Saldo final
<b>Atividade de Gestão de Infraestrutura</b>						
Empréstimos	5.7	19 148	36 982			56 130
Inventários	5.8	351	141			492
Outras contas a receber	5.10.2	1 862	121			1 983
		<b>21 360</b>	<b>37 244</b>			<b>58 605</b>
<b>Atividade de ILD's</b>						
Concedente - Estado - Conta a R	4.1.5	305 200				305 200
Inventários	4.2	317		- 134		182
		<b>305 517</b>		<b>- 134</b>		<b>305 382</b>
		<b>326 877</b>	<b>37 244</b>	<b>- 134</b>		<b>363 987</b>

### 31 de dezembro de 2013

Imparidades	Notas	Saldo inicial	Aumento	Reversões	Transferências	Saldo final
<b>Atividade de Gestão de Infraestrutura</b>						
Empréstimos	5.7	14 055	5 093			19 148
Inventários	5.8	413		- 62		351
Outras contas a receber	5.10.2	2 183		- 322		1 862
		<b>16 651</b>	<b>5 093</b>	<b>- 384</b>		<b>21 360</b>
<b>Atividade de ILD's</b>						
Concedente - Estado - Conta a R	4.1.5	305 200				305 200
Inventários	4.2	275	42			317
		<b>305 475</b>	<b>42</b>			<b>305 517</b>
		<b>322 126</b>	<b>5 134</b>	<b>- 384</b>		<b>326 877</b>

## 10. Outros Gastos

A decomposição da rubrica de **outros gastos** é a seguinte:

Descrição	31-dez-14	31-dez-13
Dívidas incobráveis	5 154	
IMT	1 466	972
Impostos diretos e indiretos	842	388
Indemnizações	225	126
Quotizações	221	233
Donativos	166	139
Perdas em inventários	150	97
Gastos Operacionais < a 10	34	26
<b>Outros Gastos</b>	<b>8 259</b>	<b>1 982</b>

As **Dívidas incobráveis** respeitam fundamentalmente a gastos com renegociações contratuais com a CP (nota 5.10.1).

O valor registado na rubrica do **IMT** – Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P., inclui acertos da estimativa efetuada em anos anteriores referentes ao valor da taxa devida pela REFER ao regulador. Esta taxa é estabelecida segundo a alínea 2, do Despacho n.º12.596/2013, de 1 de outubro (nota 5.14.3).

Os **Impostos diretos e indiretos** compreendem fundamentalmente 420 milhares de euros respeitantes à regularização dos PEC (Pagamento Especial por Conta) liquidados entre 2003 e 2008, para os quais foi efetuado requerimento solicitando o reembolso, que apesar de ter sido provisoriamente deferido, a Autoridade Tributária e Aduaneira fazia depender a decisão final de inspeção à totalidade do período em causa (6 exercícios contabilísticos/fiscais), a suportar pela Empresa. Após a análise do custo / benefício dessa inspeção, foi decidido prescindir do reembolso do mesmo. Engloba ainda esta rubrica, imposto de selo e taxas diversas suportadas no ano de 2014.

As **Indemnizações** decorrem do ressarcimento de danos patrimoniais que ocorrem aquando da execução de obras pela REFER.

Quanto aos **Donativos**, destaca-se, o concedido à Fundação do Museu Nacional Ferroviário no montante de 129 milhares de euros (129 milhares de euros em 2013) ao abrigo de protocolo de apoio financeiro, enquadrado no EBF (Estatuto dos Benefícios Fiscais), e do qual resulta um benefício fiscal de 25.740 milhares de euros.



## 11. Outros Rendimentos

A decomposição da rubrica de **outros rendimentos** é a seguinte:

Descrição	Notas	31-dez-14	31-dez-13
Ganhos com empréstimos	5.3	25 634	
Concessões de utilização e licenças		6 515	5 717
Telecomunicações		3 424	3 023
Vendas diversas		2 747	10 237
Subsídios		346	233
Ganhos em investimentos não financeiros		234	177
Cedência de materiais e pessoal		203	1 220
Fundo conservação casa		75	84
Ganhos em inventários		73	43
Cadernos de encargos		53	19
Outros rendimentos < a 50		3 093	2 265
<b>Outros Rendimentos</b>		<b>42 395</b>	<b>23 018</b>

Os **ganhos com empréstimos** são respeitantes à aquisição dos empréstimos concedidos à GIL pela PARQUE EXPO 98, S.A. e METROPOLITANO DE LISBOA, S.A (notas 5.3 e 5.7).

As **concessões de utilização e licenças** inclui essencialmente a concessão de utilização de espaços comerciais, que contribui com cerca de 96% (95% em 2013).

O rendimento de **telecomunicações** é proveito do contrato de concessão de exploração da infraestrutura de telecomunicações, firmado com a REFER TELECOM, e com base nos valores previstos na 5ª adenda ao contrato, celebrada em 2013 com a REFER TELECOM. O contrato original data de 28 de fevereiro de 2001.

Por via do término do contrato celebrado com a Siderurgia Nacional as vendas de resíduos carril e outro material ferroso registaram um decréscimo significativo em 2014 ficando-se por 1.713 milhares de euros (9.742 milhares de euros em 2013) o que justifica a variação da rubrica de vendas diversas.

## 12. Ganhos / (Perdas) em Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos

Os **Ganhos / (Perdas) em Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos** para os períodos findos em 31 de dezembro apresentam-se como segue:

Descrição	Notas	31-dez-14	31-dez-13
(Imparidades) / Reversões	5.3/5.4	513	593
Ganhos em empresas subsidiárias	16.2	8 555	2 200
<b>Ganhos/(Perdas) em Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos</b>		<b>9 068</b>	<b>2 793</b>

As **imparidades** reconhecidas no exercício respeitam à reversão de imparidade na participação detida na REFER PATRIMÓNIO.

Os **ganhos em empresas subsidiárias** referem-se à distribuição de dividendos e resultados acumulados pela REFER TELECOM na sequência da aprovação da proposta de distribuição de resultados na assembleia-geral de 20 de março de 2014.

**13. Perdas e Ganhos Financeiros**

A decomposição da rubrica de **perdas e ganhos financeiros** é a seguinte:

Descrição	Notas	31-dez-14	31-dez-13
<b>Perdas Financeiras</b>			
<b>Juros Suportados:</b>			
Empréstimos		- 215 078	- 220 281
Instrumentos financeiros derivados		- 2 023	- 54 777
Outros juros suportados		- 19	- 55
<b>Variação de justo valor :</b>			
Instrumentos financeiros derivados	5.9	- 3 383	- 16 244
<b>Outras perdas financeiras</b>		- 6 463	- 6 508
		<b>- 226 966</b>	<b>- 297 865</b>
<b>Ganhos Financeiros</b>			
<b>Rendimentos títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras</b>		91	89
<b>Juros Obtidos</b>			
Instrumentos financeiros derivados		5 440	36 708
Juros obtidos-concedente Estado	4.1.4	148 231	156 857
<b>Variação de justo valor :</b>			
Instrumentos financeiros derivados	5.9		48 350
<b>Outros ganhos financeiros</b>			
		<b>154 879</b>	<b>242 005</b>
<b>Resultados Financeiros</b>		<b>- 72 087</b>	<b>- 55 860</b>

Os **juros suportados** respeitam à dívida afeta às **Atividades de Investimento e Gestão de Infraestrutura**. Inclui também os juros referentes à perna pagadora e prémio pago do único swap de taxa de juro vivo até 22 de janeiro de 2014, data em que se procedeu à sua liquidação antecipada (nota 5.9).

**As outras perdas financeiras** respeitam aos encargos com a taxa de aval do Estado Português, comissões bancárias e encargos associados às emissões de empréstimos obrigacionistas.

A rubrica de **juros obtidos** inclui os juros obtidos em instrumentos financeiros derivados decorrentes do único swap de taxa de juro vivo até 22 de janeiro de 2014 (perna recebedora e prémio recebido), outros juros auferidos em aplicações financeiras efetuadas junto do IGCP, e aos juros imputados ao concedente Estado (nota 4.1.4). As variações negativas no justo valor das operações de instrumentos financeiros derivados são relevadas em **Perdas Financeiras** e as variações positivas em **Ganhos Financeiros**. O efeito líquido negativo destas variações ascende a 3,4 milhões de euros no final de 2014 (32,1 milhões de euros positivos em 2013).

#### 14. Demonstração dos Resultados internos efetuados para a Atividade de Investimento em Infraestruturas de Longa Duração

Os trabalhos internos efetuados para a atividade de investimento em ILD's, que foram reconhecidos na Demonstração de Rendimento Integral, apresentam-se de seguida (nota 6.1).

Descrição	31-dez-14	31-dez-13
<b>Atividade em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração</b>		
Materiais para Investimento	1 984	3 288
Equipamento	4	10
Mão-de-Obra	377	353
Encargos de Estrutura	10 855	13 076
<b>Total Atividade em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração</b>	<b>13 220</b>	<b>16 727</b>

A redução verificada de 3.507 milhares de euros em 2014, comparativamente a 2013, decorre da diminuição da atividade, resultado da conjuntura económico-financeira e política de investimentos por parte do concedente e, por outro lado, da redução de gastos ocorrida em 2014 (nomeadamente Pessoal e outros FSE's) resultante do esforço contínuo que a REFER tem seguido de implementação de medidas de contração da despesa, seguindo as orientações das Tutelas.

#### 15. Remunerações dos membros dos Órgãos Sociais

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é regulada pelo Estatuto do Gestor Público publicado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 28 de março, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, conjugado com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, que aprova os critérios de determinação do vencimento dos gestores públicos e com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, que aprova as classificações atribuídas às empresas públicas que se encontram sob a tutela setorial de cada ministério.

**II.97**

No âmbito do quadro legal acima referido, por Despacho Conjunto dos Ministérios das Finanças e da Economia e do Emprego, datado de 29 de maio de 2013, foi fixado para o triénio 2012-2014 o estatuto remuneratório para os membros dos órgãos sociais da REFER.

Foi ainda cumprido o ponto 3 do despacho conjunto acima citado que determinou que *“nos termos do disposto no n.º 21 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, e no n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, durante a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira, as remunerações a auferir efetivamente pelos membros dos Órgãos Sociais não podem exceder os montantes atribuídos à data de 1 de março de 2012, data de entrada em vigor da Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, sem prejuízo do eventual exercício da opção pelo vencimento do lugar de origem nas novas nomeações.”*

À remuneração fixada conforme acima exposto foi efetuada a redução de 5% na remuneração fixa mensal líquida dos membros do Conselho de Administração, de acordo com o determinado no artigo 12.º, n.º 1 da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho e do artigo 256.º, n.º 2 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.

Foi também aplicada a redução remuneratória determinada no artigo 33.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que teve por base a remuneração total líquida apurada após a aplicação da redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Por efeito do Acórdão n.º 413/2014 do Tribunal Constitucional que declarou a inconstitucionalidade com força obrigatória geral das normas do artigo 33.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, foi cessada no final de maio de 2014 a aplicação da redução remuneratória acima identificada em obediência à alínea f) da decisão, na qual se determinava que aquela declaração da inconstitucionalidade só produzia efeitos a partir da data da decisão no referido Acórdão.

A partir de 13 de setembro de 2014 foi aplicada a redução remuneratória determinada no artigo 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, que teve por base a remuneração total líquida apurada após a aplicação da redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Foi cumprido o disposto no artigo 35.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e efetuado o pagamento do 13.º mês mensalmente, por duodécimos, aos membros do Conselho de Administração da REFER, E.P.E., tendo sido o seu valor apurado nos termos do disposto no n.º 2 da mesma disposição legal.

Foi igualmente cumprido o disposto no artigo 41.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, não tendo sido atribuídos prémios de gestão aos administradores da REFER.

Conselho de Administração	Cargo	Regime da Segurança Social	31 de dezembro de 2014		
			Remun. Principais	Remun. Acessórias	Desc. Patron. SS
Rui Lopes Loureiro	Presidente	Regime Normal	86	5	20
José Luís Ribeiro dos Santos	Vice Presidente	Regime Normal	80	3	19
José Rui Roque	Vogal	Regime Normal	74	4	18
Amílcar Álvaro de Oliveira Ferreira Monteiro	Vogal	Regime Normal	74	4	18
Alberto Manuel de Almeida Diogo	Vogal	Regime Normal	74	2	18
<b>Remunerações Atribuídas</b>			<b>389</b>	<b>18</b>	<b>92</b>

Conselho de Administração	Cargo	Regime da Segurança Social	31 de dezembro de 2013		
			Remun. Principais	Remun. Acessórias	Desc. Patron. SS
Rui Lopes Loureiro	Presidente	Regime Normal	84	5	17
José Luís Ribeiro dos Santos	Vice Presidente	Regime Normal	77	5	16
José Rui Roque	Vogal	Regime Normal	73	2	16
Amílcar Álvaro de Oliveira Ferreira Monteiro	Vogal	Regime Normal	73	3	16
Alberto Manuel de Almeida Diogo	Vogal	Regime Normal	73	2	17
<b>Remunerações Atribuídas</b>			<b>379</b>	<b>18</b>	<b>83</b>

O Conselho Fiscal nomeado por despacho dos Secretários de Estado do Tesouro e das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, de 29 de maio de 2013, manteve-se em funções no ano de 2014.

Após a renúncia do presidente do Conselho Fiscal apresentada em 17 de janeiro de 2014, foi nomeado, por despacho dos Secretários de Estado do Tesouro e das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, de 21 de julho de 2014, o Dr. José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco, como presidente do Conselho Fiscal.

As remunerações dos membros do Conselho Fiscal foram as que constam do despacho dos Secretários de Estado do Tesouro e das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, de 29 de maio de 2013.

Às remunerações fixadas no despacho acima referido foi aplicada a redução remuneratória determinada no artigo 33.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 dezembro.

Por efeito do Acórdão n.º 413/2014 do Tribunal Constitucional que declarou a inconstitucionalidade com força obrigatória geral das normas do artigo 33.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, foi cessada no final de maio de 2014 a aplicação da redução remuneratória acima identificada em obediência à alínea f) da decisão, na qual se determinava que aquela declaração da inconstitucionalidade só produzia efeitos a partir da data da decisão no referido Acórdão.

A partir de 13 de setembro de 2014 foi aplicada a redução remuneratória determinada no artigo 2.º da Lei n.º 75/2014 de 12 de setembro.

Os valores atribuídos ao Conselho Fiscal são os que se segue:

Conselho Fiscal	2014	
	Remun. Principais	Desc. Patron. SS
Dr. Pedro Manuel Mota Carecho Grilo	25	5
Dr. Pedro Miguel do Nascimento Ventura	9	
Dr. José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco	25	
<b>Remunerações Atribuídas</b>	<b>58</b>	<b>5</b>

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) nomeada por Despacho dos Secretários de Estado do Tesouro e das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, de 13 de novembro de 2013, procedeu à substituição do seu representante na REFER, com efeitos ao dia 1 de janeiro de 2014.

O despacho acima citado determinou que a remuneração anual ilíquida da SROC seria a constante do contrato de prestação de serviços a celebrar entre o Conselho de Administração da Empresa e o respetivo Revisor Oficial de Contas, com o limite máximo equivalente a 22,5% da quantia correspondente a 12 meses de remuneração global mensal ilíquida atribuída, nos termos legais, ao Presidente do Conselho de Administração da Empresa.

À remuneração fixada nos termos acima expostos foi aplicada a redução remuneratória determinada no artigo 33.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 dezembro.

Por efeito do Acórdão n.º 413/2014 do Tribunal Constitucional que declarou a inconstitucionalidade com força obrigatória geral das normas do artigo 33.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, foi cessada no final de maio de 2014 a aplicação da redução remuneratória acima identificada em obediência à alínea f) da decisão, na qual se determinava que aquela declaração da inconstitucionalidade só produzia efeitos a partir da data da decisão no referido Acórdão.



**II.101**

A partir de 13 de setembro de 2014 foi aplicada a redução remuneratória determinada no artigo 2.º da Lei n.º 75/2014 de 12 de setembro.

## 31 de dezembro de 2014

<b>Entidade</b>	<b>Valor Total</b>
Pedro Matos, Garcia Jr., P. Caiado & Associados, SROC	20

## 31 de dezembro de 2013

<b>Entidade</b>	<b>Valor Total</b>
Barbas, Martins, Mendonça & Associados, SROC	74

Os valores evidenciados a favor de P. Matos Silva, Garcia Jr., P. Caiado & Associados, SROC, Lda. assumem a forma de remuneração de trabalhos especializados e reportam aos honorários de Revisão Oficial de Contas e Auditoria Externa nas condições contratualizadas.

## 16. Divulgações com partes relacionadas

### 16.1 Resumo das entidades relacionadas

As entidades identificadas como partes relacionadas da REFER em 31 de dezembro de 2014 3 2013, no âmbito do disposto na IAS 24 – Partes Relacionadas, são as seguintes:

31 de dezembro de 2014

	Relação
<b>Empresas Subsidiárias</b>	
REFER ENGINEERING	REFER detém 98,43% capital
REFER PATRIMÓNIO	REFER detém 99,997% capital
REFER TELECOM	REFER detém 100% capital
GIL	REFER detém 100% capital
<b>Operações conjuntas</b>	
AVEP	REFER detém 50% capital
AIE, CFM4	REFER participa em 33,33%
<b>Outras entidades relacionadas</b>	
ESTRADAS DE PORTUGAL	Administração conjunta com REFER - Jan/2015
CP	Relação Domínio - Estado
CP CARGA	Relação Domínio - Estado

31 de dezembro de 2013

	Relação
<b>Empresas Subsidiárias</b>	
REFER ENGINEERING	REFER detém 98,43% capital
REFER PATRIMÓNIO	REFER detém 99,997% capital
REFER TELECOM	REFER detém 100% capital
<b>Empresas Associadas</b>	
GIL	REFER detém 33,65% capital
<b>Empreendimentos conjuntos</b>	
AVEP	REFER detém 50% capital
AIEE, CFM4	REFER participa em 33,33% (a)
<b>Outras entidades relacionadas</b>	
RAVE - EM LIQUIDAÇÃO	REFER detém 40% capital
CP	Relação Domínio - Estado
CP CARGA	Relação Domínio - Estado

A EP – Estradas de Portugal, S.A., figura em **Outras entidades relacionadas**, em 31 de dezembro de 2014, dado o processo de fusão em curso entre esta entidade e a REFER e na sequência de conselhos de administração comuns, compostos pelos mesmos sete administradores, a partir de 1 de janeiro de 2015, em consequência, e dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-lei nº 160/2014, de 29 de outubro, conforme nomeação pela Resolução do Conselho de Ministros nº 2/2015, de 31 de dezembro de 2014, no caso da REFER e pela deliberação social unânime no caso da EP, ambas com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2015 (Nota 21.).

**16.2 Saldos e transações com empresas subsidiárias**

Os saldos com empresas subsidiárias detalham-se da seguinte forma:

Empresa	Notas	31-dez-14	31-dez-13
<b>Saldos a receber</b>			
REFER PATRIMÓNIO		4 548	4 548
<b>ILD'S - Saldos a receber</b>	4.3	<b>4 548</b>	<b>4 548</b>
REFER PATRIMÓNIO		6 711	7 199
REFER TELECOM		371	57
REFER ENGINEERING		303	
<b>Clientes</b>	5.10.1	<b>7 385</b>	<b>7 256</b>
REFER PATRIMÓNIO		16	7
REFER ENGINEERING		58	
REFER TELECOM		214	
<b>Outros contas a receber</b>	5.10.2	<b>288</b>	<b>7</b>
		<b>12 220</b>	<b>11 811</b>
<b>Saldos a pagar</b>			
REFER PATRIMÓNIO		188	125
REFER TELECOM		3 750	68
<b>ILD's - Fornecedores e outras contas a pagar</b>		<b>3 939</b>	<b>193</b>
REFER TELECOM		2 590	2 843
REFER ENGINEERING		660	483
<b>Fornecedores</b>	5.14.1	<b>3 250</b>	<b>3 325</b>
RAVE - EM LIQUIDAÇÃO			1
REFER PATRIMÓNIO		1 416	
<b>Outros contas a pagar</b>	5.14.5	<b>1 416</b>	<b>1</b>
		<b>8 605</b>	<b>3 520</b>

## II.105

De seguida apresentam-se as transações ocorridas no período em análise com as empresas subsidiárias:

Empresa	Notas	31-dez-14	31-dez-13
<b>Investimentos, Forn. e Serviços e Outros Gastos</b>			
REFER TELECOM		18 570	24 741
REFER ENGINEERING		9 681	4 569
GIL		840	
REFER PATRIMÓNIO		- 37	64
		<b>29 053</b>	<b>29 375</b>
<b>Prestação de serviços e outros rendimentos</b>			
REFER PATRIMÓNIO		6 606	5 859
REFER TELECOM		4 126	3 266
REFER ENGINEERING		672	1 067
GIL		41	
		<b>11 444</b>	<b>10 192</b>
<b>Ganhos em subsidiárias</b>			
REFER TELECOM	12.	8 555	2 200
		<b>8 555</b>	<b>2 200</b>

### 16.3 Saldos e transações com empresas associadas

Os saldos com empresas associadas detalham-se da seguinte forma:

Empresa	Notas	31-dez-14	31-dez-13
<b>Saldos a receber</b>			
AVEP		44	
<b>Disponibilidades</b>		<b>44</b>	<b>0</b>
GIL			
<b>Empréstimos e contas a receber</b>	5.7	<b>0</b>	<b>0</b>
GIL			13
<b>Clientes</b>	5.10.1	<b>0</b>	<b>13</b>
AEE, CFM4		391	98
<b>Outros contas a receber</b>	5.10.2	<b>391</b>	<b>98</b>
		<b>436</b>	<b>111</b>
<b>Saldos a pagar</b>			
AVEP		9	
<b>Outros contas a pagar</b>		<b>9</b>	<b>0</b>
		<b>9</b>	<b>0</b>

As transações verificadas com empresas associadas, no período em análise, apresentam-se como segue:

<b>Empresa</b>	<b>31-dez-14</b>	<b>31-dez-13</b>
<b>Investimentos, Forn. e Serviços e Outros Gastos</b>		
AVEP	10	
GIL		841
	<b>10</b>	<b>841</b>
<b>Prestação de Serviços e Outros Rendimentos</b>		
GIL		41
	<b>0</b>	<b>41</b>

**16.4 Saldos e transações com outras entidades relacionadas**

Os saldos com outras entidades relacionadas detalham-se da seguinte forma:

Empresa	Notas	31-dez-14	31-dez-13
<b>Saldos a receber</b>			
CP CARGA		27 820	20 267
CP		15 253	146 161
<b>Clientes</b>	5.10.1	<b>43 073</b>	<b>166 428</b>
ESTRADAS DE PORTUGAL		103	
<b>Outras contas a receber</b>	5.10.2	<b>103</b>	<b>0</b>
		<b>43 176</b>	<b>166 428</b>
<b>Saldos a pagar</b>			
CP CARGA		- 41	
<b>ILD's - Fornecedores e outras contas a pagar</b>		<b>- 41</b>	<b>0</b>
CP		2 613	1 861
CP CARGA		100	587
<b>Fornecedores</b>	5.14.1	<b>2 714</b>	<b>2 447</b>
		<b>2 673</b>	<b>2 447</b>



As transações com outras entidades relacionadas ocorridas no período em análise, apresentam-se de seguida:

<b>Empresa</b>	<b>31-dez-14</b>	<b>31-dez-13</b>
<b>Investimentos, Forn. e Serviços e Outros Gastos</b>		
CP	a) 51 066	6 374
CP CARGA	b) 22 380	486
	<b>73 445</b>	<b>6 860</b>
<b>Prestação de Serviços e Outros Rendimentos</b>		
CP	67 191	67 424
CP CARGA	10 472	9 631
ESTRADAS DE PORTUGAL	98	
	<b>77 761</b>	<b>77 055</b>

a) O aumento ocorrido está relacionado com a aquisição do edifício da Fergráfica, no valor de 2.358 milhares de euros e dos Terminais de Mercadorias, no valor de 40.451 milhares de euros (nota 4.1.1).

b) O aumento deve-se essencialmente à avaliação do negócio dos terminais ferroviários, bem como aos respetivos equipamentos, no valor de 22.309 milhares de euros (nota 4.1.1).

### 16.5 Saldos e faturação emitida com entidades públicas

Os protocolos em vigor à data de 31 de dezembro de 2014, de montante mais significativo, são os seguintes:

Município	Descrição do Protocolo / Entidade relacionada	Faturação em 2014	Saldo em 31-12-2014
<b>Saldos a receber</b>			
Espinho	Intervenção em Espinho. Requalificação Urbana e rebaixamento de via.		620
Aveiro	Construção da Nova Estação de Aveiro - Interface Rodoviário, Requalificação Urbana da Zona Envolvente, Financiamento do Empreendimento		13 351
Viana do Castelo	Supressão de Passagens de Nível no Concelho de Viana do Castelo	21	1 783
Sintra	Colaboração Técnica e Financeira entre a REFER e o Município de Sintra para a construção do "Túnel de Aqualva"		393
Cascais	Requalificação e Dinamização do Modo Ferroviário Linha de Cascais – Troço Carcavelos/Estoril (Revisão)		2 801
Fundão	Infraestruturas Rodoferroviárias na Área Urbana do Fundão - 2º Aditamento		2 950
Coimbra	Encerramento definitivo das 21 passagens de nível no Concelho de Coimbra e respetivos caminhos de acesso	22	2 746
Ovar	Encerramento de 6 PNs no Concelho de Ovar, construção de 4 obras, e respetivos caminhos de acesso	9	1
		<b>52</b>	<b>24 644</b>

## 17. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

### 17.1 Normas emitidas aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2014

Normas	Descrição das normas	Impacto na REFER
IAS 27 - Demonstrações financeiras separadas (*)	A IAS 27(2008) foi revista, após a emissão da IFRS 10. Esta norma passou a tratar apenas dos requisitos de contabilização e divulgação para investimentos em participações financeiras quando uma entidade prepara demonstrações financeiras separadas.	Nota 5.3
IAS 28 - Investimentos em associadas e em empreendimentos conjuntos (*)	A norma prescreve o tratamento contabilístico em investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos com vista à aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP)	Nota 5.4
IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas (*)	Substitui e revoga a IAS 27(2008) e a SIC12, a principal alteração verifica-se na noção de controlo, existindo este quando: i) a entidade tem poder sobre a investida, ii) a entidade está exposta a resultados variáveis por via do seu relacionamento com a investida, e; iii) existe capacidade para usar o seu poder de forma a afetar os resultados da investida. Quanto aos princípios de consolidação os mesmos mantêm-se inalterados.	Aplicável às contas consolidadas
IFRS 11 - Acordos conjuntos (*)	Substitui e revoga a IAS 31 e a SIC 13, centrando-se nos direitos e obrigações dos acordos conjuntos em vez da sua fórmula legal. A norma diferencia os acordos conjuntos em: i) operações conjuntas (o investidor reconhece nas suas contas a sua quota parte de ativos, passivos, rendimentos e despesas) e ii) empreendimentos conjuntos (o investidor reconhece nas suas contas interesse em ativos líquidos com recurso ao MEP).	Nota 5.4
IFRS 12 - Divulgação de interesses em outras entidades (*)	A norma estabelece os requisitos de divulgação para todos os tipos de interesses em outras entidades.	Nota 5.4 / Nota 5.3
IFRIC 21 - Taxas	Trata a contabilização de taxas/contribuições impostas pelos governos, clarificando o momento em que as responsabilidades devem ser reconhecidas.	Não aplicável

(\*) Estas alterações, quando aplicáveis, são efetuadas em conjunto.

**17.2 Emendas com eficácia a partir de 1 de janeiro de 2014**

Normas	Descrição das normas	Impacto na REFER
IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas (*1)	A IFRS10 foi emendada a fim de refletir melhor o modelo de negócio das entidades de investimento. Exigindo que relativamente a essas entidades as mesmas passem a ser mensuradas ao justo valor por via de resultados em vez de serem consolidadas.	N.A
IFRS 12 - Divulgação de interesses em outras entidades (*1)	A IFRS12 foi emendada a fim de exigir uma divulgação específica sobre as entidades de investimento	N.A
IAS 27 - Demonstrações financeiras separadas (*1)	A IAS27 foi emendada de modo a eliminar a opção que era dada às entidades de investimento no sentido de mensurarem os seus investimentos em determinadas filiais pelo custo ou pelo justo valor nas suas demonstrações financeiras separadas	N.A
IAS 32 - Compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros	Clarifica-se o direito de uma entidade compensar ativos financeiros (AF) com passivos financeiros (PF).	N.A
IAS 36 - Imparidade de ativos	Esclarece que o âmbito das divulgações da informação sobre a quantia recuperável dos ativos quando essa se basear no justo valor menos os custos de alienação, se limita aos ativos depreciados.	N.A
IAS 39 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração	O objetivo das emendas é resolver as situações em que um derivado designado como instrumento de cobertura é objeto de novação entre uma contraparte e uma contraparte central por razões legais ou regulamentares. A solução prevista permite a continuação da contabilidade de cobertura independentemente da novação, o que anteriormente a esta emenda não seria possível.	N.A

(\*1) Estas emendas, quando aplicáveis, são efetuadas em conjunto.

**18. Compromissos de investimento**

O valor previsto para 2015 de Investimentos a efetuar em Infraestruturas de Longa Duração (ILD), no âmbito do domínio público ferroviário e demais investimentos que não integram as ILD (EAG - Estruturas de Apoio e de Gestão incluindo investimentos de funcionamento, estudos e outros ativos fixos) necessários ao desenvolvimento das atividades previstas, ascende a 93,3 milhões de euros.

Do total do investimento previsto 97% (90,4 milhões de euros) corresponde a investimentos em ILD e os restantes 3% (2,8 milhões de euros) correspondem a investimentos em EAG.

O valor de PIDDAC atribuído pelo Orçamento do Estado para 2015 é de 3,9 milhões de euros e respeita e visa a cobertura parcial do Programa de Investimentos mínimo na Rede Ferroviária Nacional.

Programas/Projectos	Estimativa 2015
<b>Investimento em ILD</b>	
<b>Inscritos no âmbito do PIDDAC</b>	<b>90 445 472</b>
Programa de Investimentos mínimo na Rede Ferroviária Nacional	90 445 472
<b>Não inscritos no âmbito do PIDDAC</b>	<b>0</b>
<b>Total Investimento em ILD</b>	<b>90 445 472</b>
<b>Total Investimento em EAG</b>	<b>2 821 099</b>
<b>Total Investimento REFER</b>	<b>93 266 571</b>

## 19. Garantias e avales

Em 31 de dezembro de 2014, os empréstimos que beneficiavam de aval do Estado totalizam 2.566.736 milhares de euros (2013: 2.644.497 milhares de euros).

O total de garantias bancárias recebidas de fornecedores ascendia a 106.107 milhares de euros (em 2013: 134.797 milhares de euros). Estas garantias visam garantir o bom e integral cumprimento dos contratos de construção a favor da REFER, em cumprimento da legislação específica para empreitadas de obras públicas.

Em relação a garantias bancárias recebidas de clientes/devedores, são no montante de 9.560 milhares de euros (em 2013: 10.464 milhares de euros).

As responsabilidades por garantias assumidas, em 31 de dezembro de 2014, totalizavam 5.045 milhares de euros (2013: 2.925 milhares de euros). Deste valor, 2.622 milhares de euros referem-se a garantias prestadas a entidades estatais e resultantes de acordos de execução de empreitadas realizadas ou a realizar pela REFER e 2.136 milhares de euros são garantias prestadas a tribunais no âmbito de processos em contencioso. Em 2014, e como consequência da integração dos terminais de mercadorias (nota 4.1.1.), foram prestadas garantias à Autoridade Tributária Aduaneira que totalizaram 280 milhares de euros, e que visam garantir as mercadorias em depósito temporário e armazém de exportação.

## 20. Contingências

### Contingências fiscais

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social) exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. O Conselho de Administração da Empresa, suportado nas informações dos seus assessores fiscais, entende que eventuais contingências fiscais não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014, considerando as provisões constituídas e as expectativas existentes nesta data.

### **Processos em tribunal**

No final do exercício de 2014, os processos judiciais em curso, referentes a expropriações, atingem o valor de 8.357 milhares de euros (em 2013: 7.419 milhares de euros), sendo que este valor não tem reflexo na da Demonstração da Posição Financeira.

Nestes casos, são efetuados depósitos à ordem do tribunal onde esteja a decorrer o processo, depósitos estes equivalentes ao valor arbitrado e que ficam à guarda da Caixa Geral de Depósitos, sendo que da sua resolução não resulta um encargo para a Empresa, mas sim para o concedente das infraestruturas ferroviárias.

Existem ainda outras ações relacionadas com acidentes ocorridos nas infraestruturas de que a Empresa é gestora e danos provocados em propriedades alheias e imputáveis à Empresa. Estas ações encontram-se cobertas pelo seguro de atividade da REFER. As contingências que possam advir dos processos a decorrerem no Tribunal do Trabalho, foram objeto de provisão, conforme nota 5.15..

### **Subsídios**

Os subsídios afetos à concessão foram atribuídos de acordo com as condições de elegibilidade aplicáveis às candidaturas respetivas, encontrando-se no entanto sujeitos a auditorias e eventual correção pelas entidades competentes. No caso das candidaturas a subsídios comunitários, estas correções poderão ocorrer durante um período de cinco anos a partir do pagamento do saldo. Tratando-se de subsídios afetos à atividade de investimento por conta do concedente, a devolução tem repercussão apenas na conta do concedente – valor a receber.

## **21. Eventos subsequentes**

Estão a decorrer os trabalhos prévios para a concretização da fusão entre a REFER e a EP – Estradas de Portugal, S.A. (EP), no seguimento do previsto do Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (PETI3+), aprovado na reunião do Conselho de Ministros de 3 de abril de 2014, com vista à criação de uma empresa de gestão de infraestruturas de transportes em Portugal, denominada Infraestruturas de Portugal.

Em consequência, e dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-lei nº 160/2014, de 29 de outubro, os atuais conselhos de administração da REFER e da EP são comuns, compostos pelos mesmos sete administradores, conforme nomeação pela Resolução do Conselho de Ministros nº 2/2015, de 31 de dezembro de 2014, no caso da REFER e pela deliberação social unânime no caso da EP, ambas com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2015.

Por Despacho Conjunto da Ministra de Estado e das Finanças e do Ministro da Economia, de 2 de março de 2015, no cumprimento do nº 2 do artigo 59º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, e do nº 2 do artigo 17º dos Estatutos da REFER, aprovados pelo Decreto-Lei nº 141/2008, de 22 de julho, foi determinado o aumento de capital estatutário da REFER, a subscrever pelo Estado, no montante de 700.000.000 de euros, a realizar em numerário, da seguinte forma:

- a. Até 9 de março de 2015, o montante de 685.000.000€; e
- b. Até 15 de abril de 2015, o montante de 15.000.000€

O aumento de capital estatutário previsto para março de 2015 foi efetuado em 12 de março de 2015.



Lisboa, 23 de março de 2015

## O Conselho de Administração

### Diretora Financeira

Maria do Carmo Duarte Ferreira

### Presidente

António Manuel Palma  
 Ramalho

### Vice - Presidente

José Luis Ribeiro dos  
 Santos

### Vogal

José Saturnino Sul  
 Serrano Gordo

### Técnica Oficial de Contas

Isabel Rasteiro Lopes

### Vogal

Alberto Manuel de  
 Almeida Diogo

### Vogal

Vanda Cristina Loureiro  
 Soares Nogueira

### Vogal

José Carlos de Abreu e  
 Couto Osório

### Vogal

Adriano Rafael de Sousa  
 Moreira



RELATÓRIO DE GESTÃO  
Demonstrações Financeiras  
Governo Societário  
e Sustentabilidade

**2014**

**PARTE III**  
RELATÓRIO DO GOVERNO  
SOCIETÁRIO

## PARTE III

# RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

Todos os relatórios da REFER encontram-se disponíveis em [www.refer.pt](http://www.refer.pt)

**Rede Ferroviária Nacional – REFER, EPE**

Estação de Santa Apolónia

1100-105 Lisboa

[www.refer.pt](http://www.refer.pt)

Capital Social: 1 486 000 000 euros

NIF: 503 933 813

## Índice

INTRODUÇÃO .....	3
I. MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS .....	4
II. ESTRUTURA DE CAPITAL .....	9
III. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS .....	9
IV. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES .....	12
A. MESA DA ASSEMBLEIA GERAL .....	12
B. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO .....	12
C. FISCALIZAÇÃO .....	23
D. REVISOR OFICIAL DE CONTAS .....	30
E. AUDITOR EXTERNO .....	31
V. ORGANIZAÇÃO INTERNA .....	32
VI. REMUNERAÇÕES .....	46
A. COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO .....	46
B. ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES .....	46
C. DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES .....	48
VII. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS .....	49
VIII. ANÁLISE SUSTENTÁVEL DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICO, SOCIAL E AMBIENTAL .....	55
IX. AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO .....	55

## INTRODUÇÃO

Nos termos do disposto no artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários e no Regulamento nº 5/2008, e enquanto entidade emitente de valores admitidos à negociação em mercado regulamentado, a REFER está obrigada à divulgação de informação anual sobre o governo da sociedade.

Por seu turno, o nº1 do artigo 54º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas públicas apresentarem anualmente relatório de boas práticas de governo societário.

De forma a dar cumprimento às obrigações legais e regulamentares acima referidas, a REFER preparou o presente relatório de governo societário que compreende as boas práticas de governo societário adotadas no ano de 2014.

## I. MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS

Pelo instituído no Decreto-Lei 104/97 de 29 de abril, foi criada a REFER, EP, que tem por objeto principal a prestação do serviço público de gestão da infraestrutura integrante da rede ferroviária nacional.

O Decreto-Lei n.º 141/2008, de 22 de julho, alterou e republicou o diploma que criou a Rede Ferroviária Nacional - REFER, EP e, os respetivos Estatutos, visando a sua adaptação ao novo regime jurídico do sector empresarial do Estado.

A REFER é uma entidade pública empresarial com personalidade jurídica, dotada de autonomia administrativa e financeira e de património próprio.

O objeto principal da REFER, consiste no serviço público de gestão da infraestrutura integrante da rede ferroviária nacional, desenvolvendo as atividades pertinentes ao seu objeto de acordo com os princípios de modernização e eficácia, de modo a assegurar o regular e contínuo fornecimento do serviço público, utilizando para o efeito os meios mais adequados à atividade ferroviária.

Tem como objeto principal o serviço público de gestão da infraestrutura integrante da rede ferroviária nacional, garantindo capacidade e disponibilidade da infraestrutura em condições de exploração fiáveis, com qualidade e segurança realizando, para o efeito, as ações e investimentos necessários no quadro de desenvolvimento da rede definido pelo Estado;

Incluem-se ainda no objeto:

- A construção, instalação e renovação da infraestrutura ferroviária compreendendo, designadamente, o respetivo estudo, planeamento e desenvolvimento;
- O comando e controlo da circulação;
- A promoção, coordenação, desenvolvimento e controlo de todas as atividades relacionadas com a infraestrutura ferroviária;
- As demais atribuições que lhe sejam cometidas por lei.

A Rede Ferroviária Nacional - REFER, EP, é transformada em Entidade Pública Empresarial com a designação Rede Ferroviária Nacional - REFER, EPE **com personalidade jurídica, dotada de autonomia administrativa e financeira e de património próprio, estando sujeita à tutela dos ministros responsáveis pela área das finanças e pelo setor dos transportes.**

A REFER tem como Missão:

**Proporcionar ao país uma rede ferroviária segura e eficiente, orientada por critérios de sustentabilidade e para a coesão social e territorial do país, otimizando a utilização dos ativos materiais, tecnológicos e humanos à sua disposição.**

E como Visão:

**“A REFER será uma referência internacional na gestão eficaz e sustentável da infraestrutura ferroviária”.**

Considerando as linhas orientadoras para o triénio 2014-2016 enunciadas no Plano de Atividades para 2014, o Conselho de Administração da REFER definiu os seguintes objetivos de referência:

- Aumentar os rendimentos operacionais;
- Reduzir os gastos operacionais;
- Assegurar a sustentabilidade financeira da Empresa;
- Assegurar a manutenção de adequados padrões de qualidade, fiabilidade e segurança.

A REFER elabora o seu **Plano**, o qual define os objetivos estratégicos:

#### **Desempenho financeiro**

- Alcançar o equilíbrio operacional
- Garantir a cobertura sustentável dos investimentos e cumprir o seu planeamento

#### **Mercado**

- Oferecer novos produtos e serviços, diversificar mercados e apostar na internacionalização
- Aumentar a quota de mercado e melhorar os níveis de serviço
- Garantir a segurança e fiabilidade da rede

#### **Atitude e inovação**

- Realizar o programa de desenvolvimento das competências-chave para a sustentabilidade
- Aumentar o nível de incorporação da inovação nos processos
- 

#### **Gestão e processos internos**

- Implementar o modelo de serviços partilhados
- Implementar o Sistema de Gestão Integrado
- Implementar o modelo de Controlo de Gestão



O Plano de Atividades e Orçamentos fixa os objetivos operacionais e metas associados, para o período de um ano, que concorrem para o alcance dos objetivos de médio prazo, bem como identifica as principais atividades a desenvolver para os alcançar. Foi elaborado considerando as orientações do Plano Estratégico dos Transportes 2011 -2015, o documento de Estratégia Orçamental 2012-2016.

De referir a existência de fatores chave que determinam os resultados da empresa, nomeadamente, a definição da tarifa base, a atribuição de indemnizações compensatórias, o financiamento ao investimento e ainda transações não recorrentes, entre outros.

O quadro seguinte evidencia de forma resumida a performance dos objetivos que integram o Plano de Atividades da REFER, nomeadamente os desvios percentuais registados face às metas propostas:



Pilares	Objetivo Plano	Objetivos Corporativos	Indicador	Real 2014	Meta 2014	Desvio (%)
Desempenho Financeiro	1 - Alcançar o equilíbrio operacional	Reduzir os gastos operacionais	Gastos Operacionais (M€)	233,7	192,2	22%
			Efetivo a cargo (n.º)	2.512	2.536	-1%
		Aumentar a rentabilidade do capital humano	Human Capital ROI (%)	50	70	-20 p.p.
		Aumentar rendimentos core	Rendimentos core (M€) <u>(sem indemnizações compensatórias)</u>	86,5	84,1	3%
			Comboio.km (milhões)	36,9	35,2	5%
		Assegurar e levados níveis de rendimentos não core	Rendimentos não core (M€)	51,5	20,3	154%
	Diminuir stock atual da DLG	Valor do Stock da DLG (M€)	30,4	26,8	14%	
	2 - Aumentar a cobertura sustentável dos investimentos e cumprir o seu planeamento	Assegurar a execução dos investimentos programados	Taxa de execução financeira do investimento ILD (%)	133	90	43 p.p.
		Maximizar a obtenção de financiamento não remunerado	Taxa de cobertura das necessidades de financiamento do investimento ILD (%)	-25,0	100,0	-125 p.p.
		Assegurar os prazos de contratação de empreitadas, de locação ou aquisição de bens móveis e de prestação de serviços	Processos que cumprem o prazo acordado e em dias úteis por tipologia de processo (%)	85	85	0 p.p.
Melhorar o modelos de gestão dos projetos de investimento		Grau de realização física do investimento (%)	n.d	100	n.d	
		% do montante celebrado/ previsto de adicionais face ao preço contratual	8,9	10	-1 p.p.	

Pilares	Objetivo Plano	Objetivos Corporativos	Indicador	Real 2014	Meta 2014	Desvio (%)
Mercado	3 - Oferecer novos produtos e serviços, diversificar mercados e apostar na internacionalização	Aumentar volume de negócios internacional do Grupo REFER	Volume de negócios internacional do Grupo REFER (M€) (obtidos nos 5 mercados estratégicos)	1,1	6,3	-82%
		Promover a imagem do Grupo REFER, reforçando a divulgação das suas competências, serviços e dimensões de negócio.	Visitas web (n.º)	435.059	364.527	19%
			Media report (%)	109	100	9 p.p.
	4 - Aumentar quota de mercado e melhorar os níveis de serviço	Reforçar ação de prospeção e viabilização de negócios de transporte ferroviário de mercadorias	Negócios concretizados (n.º)	23	16 <small>Nota: Objetivo ajustado de 6 para 16.</small>	44%
		Assegurar elevados níveis de pontualidade	Fiabilidade do Serviço (%)	97,96	96,99	0,97 p.p.
			Atraso médio global REFER (minutos/comboio)	0,65	0,69	-6%
	5 - Garantir a segurança e fiabilidade da rede	Assegurar elevados níveis de segurança ferroviária da RFN	Índice de acidentes significativos	1.344	1.017	32%
			Acidentes em PN (n.º)	26	29	-10%
		Melhorar o nível de disp. e fiabilidade da rede	Qualidade de via - QN3 (%)	6,3	8,34	-24%
			Velocidade média Eixo Braga - Faro (km/h)	147	162	-9%
Cumprir o plano de manutenção preventiva condicionada		Taxa de execução das ações do plano de manutenção preventiva condicionada (%)	80	80	0 p.p.	
Atitude e Inovação	6 - Desenvolver competências-chave para a sustentabilidade	Reforçar a formação e desenvolver competências	Horas de Formação por Colaborador (n.º)	27,90	23,30	20%
		Garantir o cumprimento do plano de formação aprovado	Colaboradores previstos no Plano de Formação que frequentaram a ação prevista (%)	97	70	27 p.p.
	7 - Aumentar o nível de incorporação da inovação nos processos	Reforçar o desenvolvimento de conhecimento e competências	Gastos em atividades de Investigação Desenvolvimento Inovação (M€)	214,52	221,00	-3%
			Financiamento Obtido (M€)	346,38	303,3	14%
			Melhorias relevantes introduzidas ou planeadas no período (n.º)	n.d.	n.d.	-
			Impacto financeiro das melhorias (M€)	n.d.	n.d.	-
	Gestão e Processos Internos	8 - Implementar o modelo de serviços partilhados	Implementar/ Consolidar o modelo de serviços partilhados	Service Level Agreement (SLA): a definir com o cliente para cada tipologia de serviço: Serviços Financeiros / Recursos Humanos / Logística Serviços Jurídicos	78% dos SLA propostos foram cumpridos.	
Índice de satisfação do cliente			Índice de satisfação média = 3,01 - Satisfação por empresa: 2,81 (RP); 3,00 (RE); 3,01 (RT) e 3,03 (REFER); - Satisfação por fornecedor: 2,87 (DLG); 3,03 (DEF e DAI) e 3,26 (DCH).			
9 - Implementar o Sistema de Gestão Integrado		Implementar o Sistema de Gestão Integrado	Desvio face ao planeado (meses) (Plano de implementação)	0 (Dez.14)	0 (Dez.14)	0
		Cumprir a obrigatoriedade legal de reduzir o impacto sonoro da ferrovia nas populações – aumentar a cobertura da rede por planos de ação (ISO 14001)	Cobertura das Grandes Infraestruturas Ferroviárias (GIF) por Mapas Estratégicos de Ruído (MER)	78	100	-22 p.p.
Produção da 1.ª versão dos Planos de Redução para GIF			39	39	0 p.p.	
10 - Implementar o modelo de Controlo de Gestão	Implementar/ Consolidar o modelo de Controlo de Gestão	Desvio face ao planeado (meses) (Plano de implementação)	0 (25.03.14)	0 (31.03.14)	-	
		Documentos de reporte disponibilizados dentro do calendário definido (%)	100	100	0	

De entre os indicadores referir que na definição e atingimento dos objetivos definidos existem fatores determinantes para o resultado da empresa, nomeadamente,

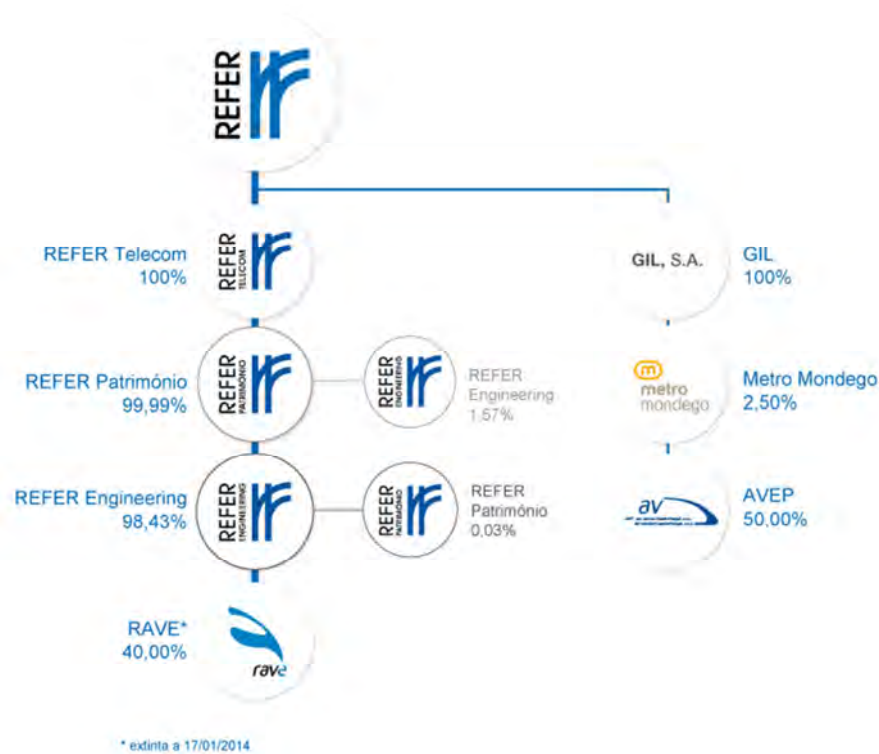
## II. ESTRUTURA DE CAPITAL

A Rede Ferroviária Nacional - REFER, EPE, constituída pelo Decreto-Lei nº 104/97, de 29 de abril é uma entidade pública empresarial, dotada de autonomia administrativa e financeira e de património próprio. Encontra-se sujeita à tutela do Ministério de Estado e das Finanças e Ministério da Economia, o seu capital social tem a forma jurídica de “Capital Estatutário”, integralmente detido pelo Estado Português, não sendo assim expresso por ações ou qualquer outro tipo de títulos.

Em 31 de dezembro de 2014 o seu capital estatutário é de 1 486 000 000 euros.

## III. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS

A REFER detém participação nas seguintes empresas:



Em 23 de dezembro de 2014, a REFER adquiriu por 2 euros, o capital remanescente da GIL- Gare Intermodal de Lisboa, S.A. (GIL) (até esta data a participação detida era de 33,65%) e os empréstimos contraídos por esta junto à PARQUE EXPO e METROPOLITANO DE LISBOA, no montante de 25.634 milhares de euros.

Esta operação resultou do cumprimento do Despacho da Senhora Secretária de Estado do Tesouro, de 17 de outubro de 2014, do Despacho do Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações de 27 de novembro de 2014 e do Despacho do Senhor Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia de 3 de dezembro de 2014.

A REFER detém, em parceria com outras entidades, não relevadas no organograma, acima apresentado, as seguintes participações:

**Acordo de Associadas da PSAT- Associação para a Promoção da Segurança de Ativos Técnicos** entre EDP- Distribuição de ENERGIA, SA, PT-Comunicações SA, EDP - Renováveis Portugal, SA, EPAL- Empresa Pública de Águas Livres, SA, REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, SA e a REFER, EPE. Esta associação tem

como objeto a promoção da segurança de ativos técnicos. O esforço financeiro de participação traduz-se no pagamento de uma quota mensal.

**AEIE CORREDOR FERROVIÁRIO DE MERCADORIAS N.º4 (CFM4)** – constituído pelos gestores das infraestruturas ferroviárias de Portugal (REFER), Espanha (ADIF) e de França (RFF) e Alemanha (DB Netz).

A missão do Atlantic Corridor assenta, num primeiro plano, na rentabilização da infraestrutura ferroviária existente, sem investimento adicional, através de uma gestão centralizada da atribuição de capacidade, da gestão de tráfego e do relacionamento com os clientes.

Complementarmente, o Atlantic Corridor assume-se também como plataforma privilegiada para a coordenação dos investimentos na infraestrutura ferroviária em Portugal, Espanha, França Alemanha, no sentido de serem ultrapassadas barreiras técnicas e operacionais, promovendo a interoperabilidade e, conseqüentemente, fomentando uma maior competitividade do transporte ferroviário de mercadorias.

Os membros dos órgãos de administração e fiscalização não detêm qualquer participação no capital da empresa.

## IV. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

### A. MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Não aplicável.

### B. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

Determinam os Estatutos da REFER, publicados através do decreto-lei nº 104/97, de 29 de abril, e republicados pelo decreto-lei nº 141/2008, de 22 de julho, que a administração da REFER, EPE, é exercida por um Conselho de Administração. A fiscalização é exercida por um Conselho Fiscal e por um Revisor Oficial de Contas ou por uma sociedade de revisores oficiais de contas que não seja membro daquele órgão.

O **Conselho de Administração** é composto por cinco a sete membros, nomeados e exonerados nos termos previstos no Estatuto do Gestor Público.

O mandato dos membros do conselho de administração tem a duração de três anos, sendo renovável dentro dos limites previstos no Estatuto do Gestor Público, por iguais períodos, permanecendo aqueles no exercício das suas funções até efetiva substituição ou declaração da cessação das mesmas.

O **Conselho Fiscal** é constituído por três membros efetivos e por um suplente, sendo um deles presidente.

Os membros do conselho fiscal são designados por despacho conjunto dos ministros responsáveis pela área das finanças e pelo sector dos transportes, por períodos de três anos, sendo estes renováveis até ao máximo de três vezes.

O **Revisor Oficial de Contas** é designado por despacho conjunto dos ministros responsáveis pela área das finanças e pelo sector dos transportes, tendo o mandato a duração de três anos, renovável por uma única vez.

Decorrido um período mínimo de dois anos sobre o termo do prazo da renovação, pode voltar a ser designado o mesmo revisor oficial de contas.

Os membros do Conselho de Administração, em exercício no ano de 2014, foram eleitos em agosto de 2012, para o triénio 2012/2014, tendo o mesmo a seguinte composição:

#### Conselho de Administração - Mandato 1

Mandato	Cargo	Nome	Designação Legal da atual Nomeação	Nº Mandatos exercidos na sociedade
Início / Fim				
2012/2014	Presidente do Conselho de Administração	Rui Lopes Loureiro	Resolução	1
2012/2014	Vice-Presidente do Conselho de Administração	José Luís Ribeiro dos Santos	Resolução	1
2012/2014	Vogal do Conselho de Administração	Alberto Manuel de Almeida Diogo	Resolução	1
2012/2014	Vogal do Conselho de Administração	José Rui Roque	Resolução	1
2012/2014	Vogal do Conselho de Administração	Amílcar Alvaro de Oliveira Ferreira Monteiro	Resolução	1

Os elementos do Conselho de Administração são membros executivos do mesmo.

Os **elementos curriculares** dos membros do Conselho de Administração são os seguintes:

#### **Administradores Executivos**

##### **Presidente do Conselho de Administração - Rui Lopes Loureiro**

Data de Nascimento: 1951

#### **Formação Académica:**

1987: Mestrado em Engenharia Eletrotécnica e Computadores pelo Instituto Superior Técnico;

1976: Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica - Telecomunicações e Eletrónica pelo Instituto Superior Técnico;

1974: Pós-graduado em Engenharia Eletrotécnica pelo Instituto Industrial de Lisboa (atual ISEL);

1974: Diplomado em Engenharia Eletromecânica pelo Instituto Industrial de Lisboa (atual ISEL).

#### **Atividade Profissional:**

ISQ – Reabilitação, SA (empresa de direito Angolano)

- Julho 2010 a agosto de 2012: Administrador residente (Luanda) e CEO;

ISQ – Instituto de Soldadura e Qualidade

- Julho 2010 a agosto de 2012: Assessor da Administração para o mercado Angolano;
- Fevereiro de 2009 a junho de 2010: Gestor do projeto de construção e arranque da estação de compressão de GNL a instalar no Carregado;

EGD – Engenharia, Gestão e Desenvolvimento, Lda.

- Fevereiro de 2007 a dezembro de 2010: Diretor de Projetos;

SIREME – Sociedade Industrial de Reparações e Manutenção de Equipamentos, Lda.

- Janeiro de 2006 a janeiro de 2007: Diretor-geral;
- Maio de 2004 a dezembro de 2005: Consultor para a área de Organização de Produção;

GOM – Gestão e Operações Metalomecânicas, SA.

- Janeiro de 2004 a maio de 2006: Administrador com os pelouros de Operações e Sistemas;

SOREFAME – Sociedades Reunidas de Fabricações Metálicas, SA/ADtranz — ABB Daimler - Benz Transportation, SA/Bombardier Transportation Portugal, SA

- Dezembro de 2001 a março 2004: Diretor dos Serviços Técnicos na Bombardier Transportation Portugal, SA;
- Junho de 1999 a novembro de 2001: Diretor nacional da Unidade de Negócio/Produção de Metros Pesados na ADtranz — ABB Daimler -Benz Transportation, SA;
- Junho de 1997 a junho de 1999: Diretor dos Projetos Urbanos (Metros de Lisboa e Porto) na ADtranz — ABB Daimler -Benz Transportation, SA;
- Maio de 1996 a junho de 1997: Diretor do Projeto do Metropolitano de Lisboa na ADtranz — ABB Daimler -Benz Transportation, SA;
- Janeiro de 1993 a abril de 1996: Chefe do Grupo de Sistemas/Responsável de I&D da Divisão de Estudos Avançados na ADtranz — ABB Daimler -Benz Transportation, SA.;
- Junho de 1990 a junho de 1995: Coordenador Internacional do Projeto Comunitário BRITE/EURAM - TRINCOL - Advanced Design of Crash Fail-Safe Train Structures Under Service and Impact Conditions na SOREFAME — Sociedades Reunidas de Fabricações Metálicas, SA;

1990 a 1992: chefe do Departamento de Eletricidade e Eletrónica da Direção de Investigação na SOREFAME — Sociedades Reunidas de Fabricações Metálicas, SA;

1983 a 1990: Chefe do Serviço do Laboratório de Eletricidade e Eletrónica da Direção de Investigação e Desenvolvimento na SOREFAME — Sociedades Reunidas de Fabricações Metálicas, SA;

1979 a 1983: Especialista da Direção de Investigação e Desenvolvimento, na área de Eletricidade e Eletrónica na SOREFAME — Sociedades Reunidas de Fabricações Metálicas, SA;

1976 a 1979: Responsável do Serviço do Gabinete Técnico de Manutenção na SOREFAME — Sociedades Reunidas de Fabricações Metálicas, SA;

1973 a 1976: Responsável da Secção de Manutenção de Máquinas Ferramentas na SOREFAME — Sociedades Reunidas de Fabricações Metálicas, SA;



### **Outras Atividades Profissionais:**

Junho de 1991 a dezembro 2010: Professor convidado do IST – Departamento de Engenharia Mecânica;

2004 a 2007: Professor convidado da Universidade Católica; responsável pela disciplina de Material Rolante do curso de Pós-Graduação em Engenharia Ferroviária;

Desde setembro 2007: Professor profissionalizado do ensino secundário no grupo 550 (Tecnologias de Informação e Comunicação).

### **Vice-Presidente do CA - José Luís Ribeiro dos Santos**

Data de Nascimento: 1958

#### **Formação académica:**

Licenciado em Engenharia Civil – Especialidade Vias de Comunicação pelo Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

#### **Atividade Profissional:**

Ideias Intemporais Consultores, Lda.

- Desde janeiro de 2012: Gestor, tendo como principais atividades e responsabilidades a Consultadoria no âmbito da engenharia civil;

LMI - Lena Internacional e Lena Engenharia e Construções SGPS

- Março 2007 a dezembro 2011: Administrador, tendo como principais atividades e responsabilidades a Consultadoria no âmbito da engenharia civil;

Construtora Abrantina, SA.

- Agosto de 2009 a maio de 2011: Presidente do Conselho de Administração;

EP – Estradas de Portugal, SA.

- Janeiro 2006 a janeiro 2007: Assessor do Conselho de Administração;

RAVE – Rede de Alta Velocidade, SA.

- Janeiro de 2004 a dezembro de 2005: Administrador, tendo como principais atividades e responsabilidades o Ambiente, Planeamento, Gestão Contratual e Gestão das verbas aplicadas aos empreendimentos;

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

- Outubro 2003 a dezembro de 2003: Deputado;

IEP – Instituto de Estradas de Portugal

- Novembro de 2002 a setembro de 2003: Presidente do Conselho de Administração;

ISQ – Instituto de Soldadura e Qualidade

- 1997 a 1999: Administrador Executivo;

TRANSGÁS, SA.

- 1994 a 1997: Administrador Executivo;

GOVERNO CIVIL DE SANTARÉM

- 1991 a 1994: Governador Civil de Santarém;

JAE – Junta Autónoma de Estradas

- 1986 a 1991: Diretor Adjunto das Estradas do Distrito de Santarém;
- Até 1986: Técnico Responsável pela Construção de Estradas e Pontes do Distrito de Santarém.

#### **Outras Atividades Profissionais:**

Consultor como profissional liberal.

#### **Vogal do CA - Alberto Manuel de Almeida Diogo**

Data de Nascimento: 1964

#### **Formação académica:**

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas, em 1989, pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa.

#### **Atividade Profissional:**

REFER – Rede Ferroviária Nacional, EPE

- Setembro de 2009 a agosto de 2012: Diretor Coordenador de Economia e Finanças;
- Outubro de 2003 a setembro de 2009: Diretor de Economia e Finanças;
- Janeiro de 2003 a outubro de 2003: Responsável pelo Núcleo de Estudos Económicos na Direção de Economia e Finanças;
- Junho de 2002 a janeiro de 2003: Responsável pelo Núcleo de Controlo de Gestão na Direção de Economia e Finanças;
- Dezembro de 2001 a maio de 2002: Adjunto do Diretor de Economia e Finanças;

EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, SA.

- Maio de 2001 a novembro de 2001: Diretor do Gabinete de Controlo de Gestão;
- 1996 a 2001: Responsável pelo Planeamento e Controlo de Gestão na Direção Financeira;
- 1993 a 1996: Responsável Área de Contabilidade do Grupo Oficial do Entroncamento;

### **Vogal do CA - José Rui Roque**

Data de Nascimento: 1959

#### **Formação académica:**

1995: Pós Graduação em Análise e Investimento Imobiliário pelo ISCTE;

1993: Pós-graduação em Ciências Europeias pela Universidade Católica Portuguesa;

1985: Licenciatura em Gestão e Administração de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa.

#### **Atividade Profissional:**

RTP – Rádio e Televisão de Portugal, SA.

- Setembro 2007 a agosto de 2012: Especialista tendo desempenhado funções na Direção de Engenharia de Infraestruturas; Direção de Património Contabilidade e Finanças e Direção de Sistemas de Informação;

SIMTEJO – Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, SA.

- Novembro de 2004 a setembro de 2007: Administrador executivo com os pelouros da Gestão Financeira e Recursos Humanos;

EMEL - Empresa Municipal de Estacionamento de Lisboa, EM

- Junho de 2002 a novembro de 2004: Diretor Financeiro e Administrativo;

RDP - Radiodifusão Portuguesa, EP

- Outubro de 1988 a junho de 2002: Especialista, tendo desempenhado funções de Chefe de Departamento Financeiro; Assessor do Diretor Financeiro; Diretor Financeiro e Coordenador do Gabinete de Auditoria Interna;

MUNDINTER, SA.

- Novembro de 1987 a abril de 1988: Especialista;

PINTO e ORISIA, Lda.

- Janeiro de 1982 a abril de 1985: Colaborador;

#### **Outras Atividades Profissionais:**

- 2002: Formador do Instituto de Formação Bancária.

### **Vogal do CA - Amílcar Álvaro de Oliveira Ferreira Monteiro**

Data de Nascimento: 1954

#### **Formação académica:**

2001: Curso Geral de Gestão, Faculdade de Economia, Universidade Nova de Lisboa;

1981: Licenciatura em Engenharia Civil pelo Instituto Superior Técnico.

**Atividade Profissional:**

FERCONSULT, SA

- 2010 a 2012: Assessor do Conselho de Administração;
- 2007 a 2010: Vogal do Conselho de Administração;
- 2005 a 2007: Assessor do Conselho de Administração e Assessor do Diretor Geral e Diretor da Área de Coordenação e Fiscalização de Obras;

EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA

- 2003 a 2005: Vogal do Conselho de Administração;

MARMA – Manutenção e Gestão de Equipamentos e Infraestruturas, Lda.

- 2002 a 2003: Gerente;

CONSULGAL, SA

- 2002 a 2003: Diretor de Desenvolvimento de Novos Negócios;

DHV SGPS, SA e DHV CEM – Construção, Exploração e Manutenção, Lda.

- 1998 a 2002: Vice-presidente e Gerente respetivamente;

FBO Consultores, SA

- 1994 a 2001: *Business Unit Manager*;

SISÁQUA - Consultores de Saneamento Básico, Lda.

- 1992 a 1994: Gerente;

MOTTCONSULT – Consultores de Engenharia, Lda.

- 1992 a 1994: Diretor de Projetos;

CONSULGAL - Organização e Gestão de Projetos Industriais, Lda.

- 1988 a 1994: Engenheiro no Departamento de Estudos e Diretor do Departamento de Estudos;

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

- 1986 a 1988: Coordenador dos investimentos de infraestruturas marítimas e portuárias na Direcção-Geral de Portos;

GABINETE DA ÁREA DE SINES

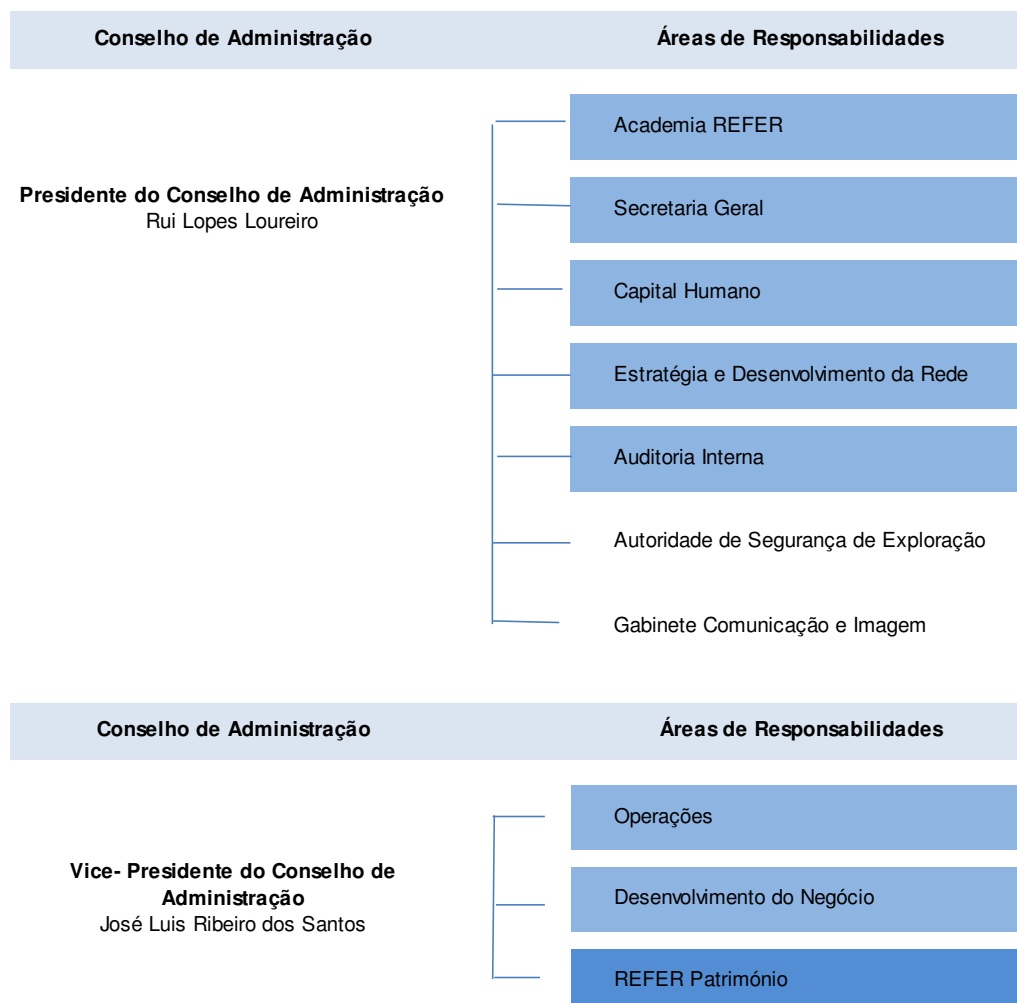
- 1985 a 1986: Chefe de Divisão da Direcção de Planeamento e Administração do Património;
- 1980 a 1985: Engenheiro Fiscal na Direcção dos Serviços de Fiscalização e Obras.

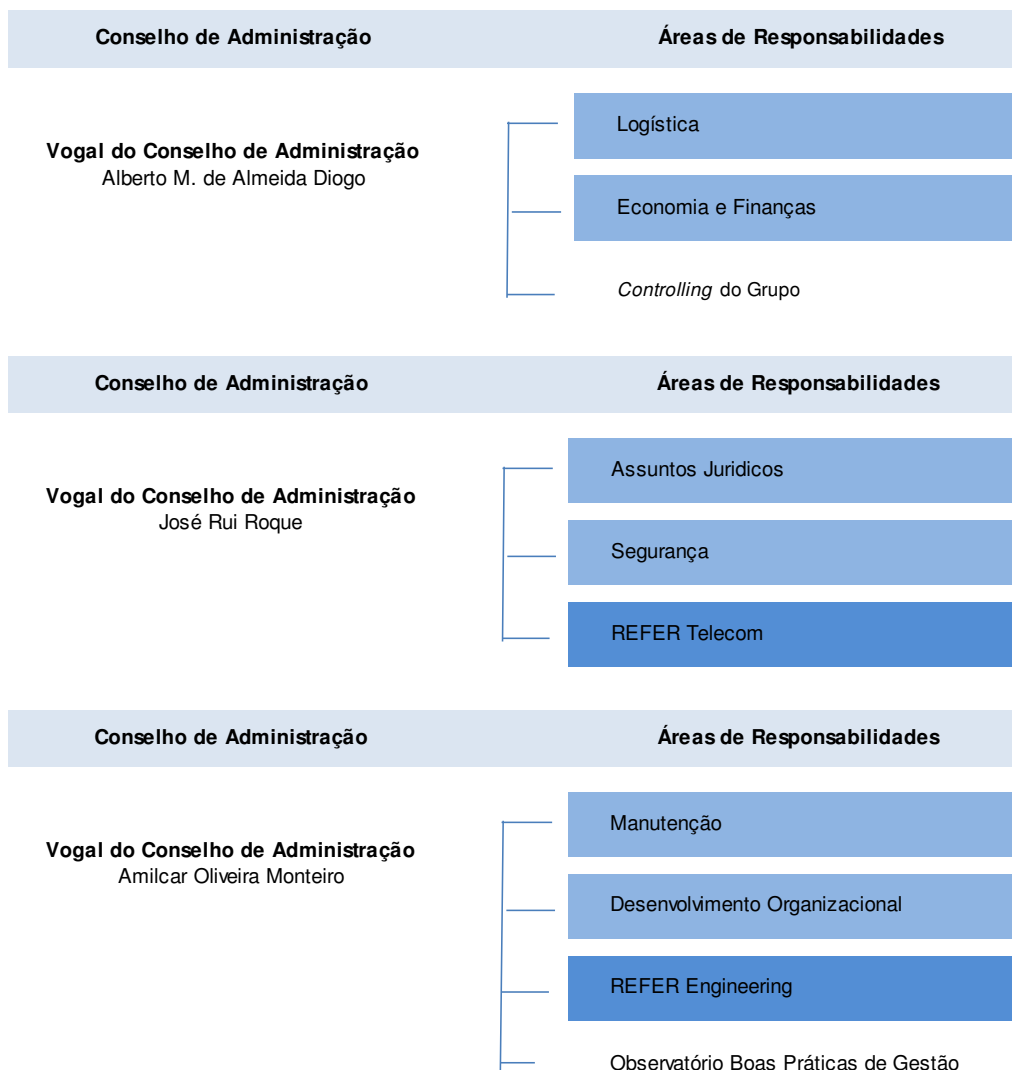
Cada membro do Conselho de Administração apresentou à IGF declaração de participações patrimoniais de quaisquer participações patrimoniais, assim como quaisquer relações que mantenham com os fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

As referidas declarações são apresentadas ao acionista a título particular através de mensagem enviada à DGTF.

### Funções e responsabilidades do Conselho de Administração

A cada elemento do Conselho de Administração estão atribuídas as seguintes áreas:





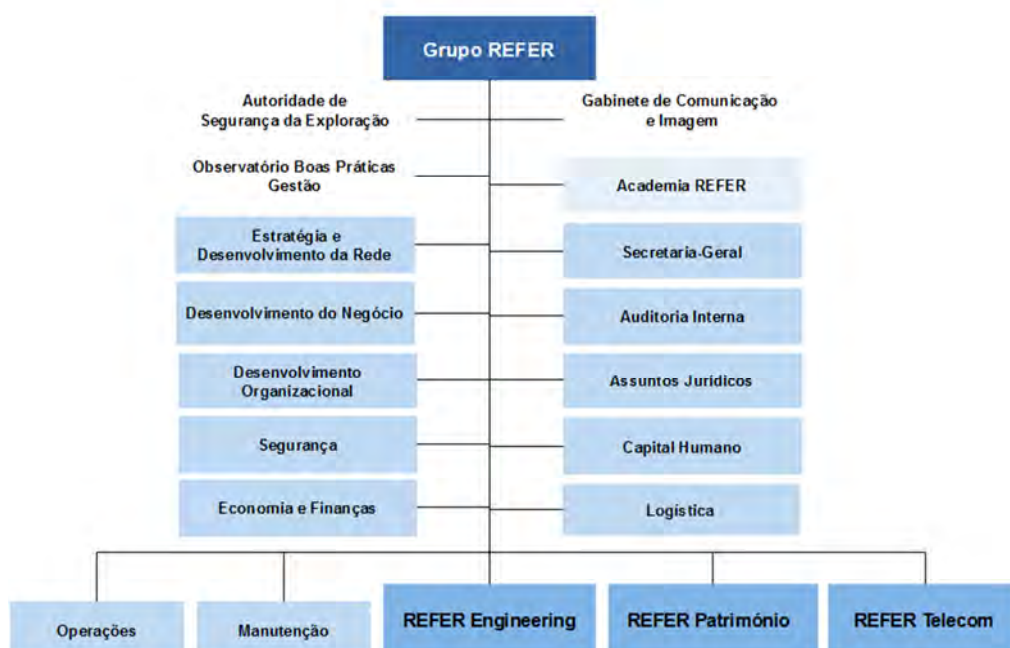
Ao Conselho de Administração compete, em geral, o exercício de todos os poderes necessários para assegurar a gestão e o desenvolvimento da empresa e a administração do seu património, sem prejuízo dos poderes da tutela.

O Conselho de Administração, no âmbito das suas competências, delibera sobre:

- Os objetivos, estratégias e políticas de gestão da empresa;
- Os planos de atividades e os planos de investimentos e financeiros anuais e plurianuais e os orçamentos anuais, submetendo-os à aprovação do ministro das Finanças e do ministro da tutela;
- Apresentação ao ministro das Finanças e ao ministro da tutela, até 31 de março de cada ano, dos documentos de prestação de contas anuais, acompanhados do parecer do Conselho Fiscal referentes ao exercício económico findo em 31 de dezembro do ano anterior;

- Gestão dos negócios da empresa e das operações relativas à prossecução do respetivo objeto;
- Contração de empréstimos ou outras formas de financiamento, desde que previstos nos planos de investimentos e financiamentos aprovados podendo, para o efeito, constituir garantias, ónus ou encargos sobre bens e direitos do domínio privado da empresa;
- Requisição às autoridades competentes de providências de expropriação por utilidade pública, ocupação de terrenos, implantação de traçados e estabelecimento de limitações ao uso de prédios ou de zonas de proteção e de exercício de servidões administrativas;
- A organização técnico-administrativo da empresa e as normas de funcionamento interno, bem como as relativas ao pessoal, sem prejuízo dos direitos emergentes das convenções coletivas de trabalho;
- Designação e exoneração dos responsáveis da estrutura orgânica da empresa;
- A participação da empresa no capital de outras empresas ou sociedades;
- Gestão dos principais Riscos.

A REFER apresenta a seguinte estrutura organizacional:



O Conselho de Administração, ao abrigo do disposto designadamente no nº 1 e nas alíneas l) e q) do nº 2, do artigo 6.º dos Estatutos da REFER, aprovados pelo Decreto-Lei nº 104/97, de 29 de abril, alterados e republicados pelo Decreto-Lei nº 141/2008, de 22 de julho, delegou nos Diretores as competências, relativas à prática dos atos necessários à prossecução das atribuições das respetivas Direções, pelas Deliberações nº 04/R/2013 e 09/R/2013.

Em 2014 o Conselho de Administração efetuou 51 reuniões com periodicidade semanal. Os seus membros participaram nas reuniões com o seguinte grau de assiduidade anual:

Cargo	Nome	Grau de assiduidade
Presidente do Conselho de Administração	Rui Lopes Loureiro	82%
Vice-Presidente do Conselho de Administração	José Luís Ribeiro dos Santos	86%
Vogal do Conselho de Administração	Alberto Manuel de Almeida Diogo	96%
Vogal do Conselho de Administração	José Rui Roque	88%
Vogal do Conselho de Administração	Amílcar Álvaro de Oliveira Ferreira Monteiro	84%

As ausências verificadas ficaram a dever-se a deslocações ao estrangeiro no âmbito do processo de internacionalização do Grupo ou a períodos de férias.

Os membros do Conselho de Administração da REFER, em 31 de dezembro de 2014, faziam parte dos Conselhos de Administração das empresas do grupo:



Nome	Cargo REFER	Empresa	Cargo
Rui Lopes Loureiro	Presidente	REFER Telecom	Presidente
		REFER Património	Presidente
		REFER Engineering	Presidente
José Rui Roque	Vogal	REFER Telecom	Vogal
		REFER Património	Vogal
Amílcar Alvaro Monteiro	Vogal	REFER Engineering	Vogal
José Luis Ribeiro dos Santos	Vogal	REFER Telecom	Vogal
		REFER Património	Vogal
Alberto M. de Almeida Diogo	Vogal	REFER Engineering	Vogal

Nos termos do regime jurídico do sector público empresarial (RJSPE), aprovado através do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e do Estatuto do Gestor Público (EGP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro, o Estado, enquanto acionista da Rede Ferroviária Nacional - REFER, E.P.E. define as orientações estratégicas específicas dirigidas ao Conselho de Administração da sociedade, para o mandato 2012-2014, enquadradas no quadro das orientações gerais do setor.

### C. FISCALIZAÇÃO

Determinam os estatutos da empresa que a fiscalização seja exercida por um conselho fiscal e por um revisor oficial de contas ou por uma sociedade de revisores oficiais de contas que não seja membro daquele órgão.

“Os órgãos de fiscalização são responsáveis pelo controlo da legalidade, da regularidade e da boa gestão financeira e patrimonial da empresa.”

#### Conselho Fiscal

“Compete ao Conselho Fiscal, sem prejuízo das demais competências que lhe sejam atribuídas por lei:

- a) Fiscalizar a gestão e o cumprimento das normas reguladoras da atividade da empresa, tendo em vista nomeadamente, a realização dos objetivos fixados nos orçamentos anuais;
- b) Emitir pareceres sobre os documentos de prestação de contas da empresa, designadamente de resultados, da conta de exploração e dos restantes elementos a apresentar anualmente pelo Conselho de Administração, bem como o relatório anual do referido conselho;
- c) Pronunciar-se sobre qualquer assunto de interesse para a empresa que seja submetido à sua apreciação pelo Conselho de Administração;
- d) Dar conhecimento aos órgãos competentes das irregularidades que apurar na gestão da empresa;
- e) Pronunciar-se sobre a legalidade e conveniência dos atos do Conselho de Administração nos casos em que a lei exigir a sua aprovação ou concordância.”

O Conselho Fiscal apresenta a seguinte composição:

#### Conselho Fiscal

Mandato	Cargo	Nome	Designação Legal da atual Nomeação	Nº Mandatos exercidos na sociedade
Início / Fim				
2012/2014	Presidente do Conselho Fiscal *	Carlos António Lopes Pereira	Despacho Conjunto	1
2012/2014	Vogal Efetivo	Pedro Miguel do Nascimento Ventura	Despacho Conjunto	1
2012/2014	Vogal Efetivo	Pedro Manuel Mota C. Grilo	Despacho Conjunto	1
2012/2014	Vogal Suplente	Maria Isabel Louro Caria Alcobia	Despacho Conjunto	1

\* renunciou ao cargo em janeiro 2014

#### Conselho Fiscal

Mandato	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado (mensal)
			Forma	Data	
2014	Presidente do Conselho Fiscal **	José Emílio Coutinho Garrido Castel - Branco	Despacho Conjunto	21-jul-2014	1.602,37 €
2012/2014	Vogal Efetivo	Pedro Miguel do Nascimento Ventura	Despacho Conjunto	29-mai-2013	1.201,78 €
2012/2014	Vogal Efetivo	Pedro Manuel Mota C. Grilo	Despacho Conjunto	29-mai-2013	1.201,78 €
2012/2014	Vogal Suplente	Maria Isabel Louro Caria Alcobia	Despacho Conjunto	29-mai-2013	1.201,78 €

\*\* nomeado em 21 de julho de 2014 para completar o mandato em curso 2012-2014 em substituição de Carlos António Lopes Pereira

Nome	Remuneração Anual		
	Bruta	Redução (Lei OE)	Valor após Reduções
Carlos António Lopes Pereira *	-	-	-
José Emílio Coutinho Garrido Castel - Branco	9.347,15 €	624,92 €	8.722,23 €
Pedro Miguel do Nascimento Ventura	26.789,89 €	2.245,89 €	24.544,00 €
Pedro Manuel Mota C. Grilo	26.789,89 €	2.038,93 €	24.750,96 €
Maria Isabel Louro Caria Alcobia **	-	-	-

\* renunciou ao cargo em janeiro 2014

\* vogal suplente, não auferiu remuneração

Os elementos curriculares dos membros do Conselho Fiscal são os seguintes:

**Presidente Conselho Fiscal - José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco**

Data de Nascimento: 1961

**Formação académica:**

1979 a 1984: Licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, na área de Técnicas Quantitativas e Métodos de Planeamento;

2006: Curso de alta direção em Administração Pública, INA;

2011: Curso Golden Master ISEG.

**Atividade Profissional:**

1985 a 1991: Atividade desenvolvida na Direção Geral do Tesouro, detendo a categoria de assessor principal do Tesouro;

1991 a 2001: Diretor da Tesouraria Central do Estado e Subdiretor – Geral do Tesouro;

2001 a 2002: Chefe do Gabinete do Ministro das Finanças do XIV Governo Constitucional;

2002 a 2005: Subdiretor - Geral do Tesouro;

2005 a 2007: Diretor Geral do Tesouro e Finanças;

2007: Administrador da Sagestamo;

2007 a 2010: Vogal do Conselho Fiscal da Caixa Geral de Depósitos;

2007 a 2010: Administrador da PARPÚBLICA - Participações do Estado (SGPS),

S.A.;

2008 a 2010 : Administrador não executivo do Conselho de Administração da Capitalpor, SGPS, S.A.

2007 a 2008: Administrador não executivo dos Conselhos de Administração da Sage secur, SA, empresas do Grupo Parpública

2010 a 2012: Administrador da EP – Estradas de Portugal, S.A.;

Presidente do Conselho Fiscal da Carris/Metropolitano de Lisboa

Presidente do Conselho Fiscal da REFER, S.A.

Coordenador do Gabinete de Apoio ao Setor Empresarial e às Parcerias e Concessões (GASEPC) da Direção Geral do Tesouro e Finanças desde Agosto de 2012

**Outra Informação Relevante:**

Presidente da mesa da Assembleia Geral da Parpública - Participações do Estado (SGPS), S.A.

Presidente da mesa da Assembleia Geral da Parvalorem, da Parups e da Parparticipadas, S.A.

Presidente da Comissão de Vencimentos da REN, S.A.

Membro da Comissão de Vencimentos da EDP, S.A.

Presidente da Comissão de Vencimentos do Fundo Margueira

**Vogal do Conselho Fiscal - Pedro Manuel Mota Carecho Grilo**

Data de Nascimento: 1966

**Formação académica:**

1997 e 1999: Conclusão da Parte Escolar do MBA da Universidade Nova de Lisboa;

1984 a 1989: Licenciatura em Economia na Universidade Católica Portuguesa;

1983: Realização do “First Certificate”.

**Atividade Profissional:**

- 2004 - Técnico Superior da Divisão de Garantias e Empréstimos;
- 1996 a 2004 – Técnico Superior da Divisão de Coordenação Orçamental e Bonificações;
- 1992 a 1996 – Técnico Superior da área da Dívida Pública da DGTF;
- 1992 - Técnico Superior do Gabinete de Estudos da DGFT;
- 1992 - Ingresso na Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF);
  
- 1989 a 1990 – Estágio na área da concessão de crédito do Banco de Fomento e Exterior.

**Vogal do Conselho Fiscal - Pedro Miguel Nascimento Ventura**

Data de Nascimento: 1970

**Formação académica:**

1997 - Licenciatura em Direito, pela Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões

1998 - Curso de Especialização em Ciências Jurídico-Económicas pela Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões

2000 - Estágio Advocacia concluído – Ordem dos Advogados

2001 - CENFOP - O regime de Contratação Pública

2002 - Conferforum - Regime Jurídico de Emprego na Administração Pública

2003 - Global Estratégias – Consultoria formação e *e-Learning* – Workshop de resolução de dúvidas – “o Novo Código Laboral”

2004 – Instituto Nacional da Administração – Seminário de Alta Direção

2008 - Centro de Estudos e de Formação Profissional - Código dos Contratos Públicos – O Novo Regime da Contratação Pública

2008 - Instituto Nacional da Administração, I.P. - O Novo Regime da Contratação Pública

**Atividade Profissional:**

**INSTITUTO PORTUGUÊS DA DROGA E TOXICODEPENDÊNCIA**

Janeiro de 2000 - Junho de 2002 - Assessor Jurídico

Prestação de serviços de assessoria jurídica, designadamente:

- Elaboração de diplomas legais relativos ao financiamento estatal de associações sem fins lucrativos relacionadas com as áreas de atribuição do IPDT;
- Negociação e elaboração de contratos e protocolos de parceria;
- Negociação e elaboração de protocolos nacionais e internacionais;
- Elaboração de regulamentos internos e propostas ministeriais;
- Preparação de cadernos de encargos e programas de concursos públicos;
- Elaboração de contratos, assim como o acompanhamento jurídico dos respetivos júris e comissões relativas ao regime jurídico de realização de

- despesas públicas com locação e aquisição de bens e serviços;
- Acompanhamento de processos administrativos referentes a recursos hierárquicos e contenciosos, bem como a instrução de processos de natureza disciplinar.

Julho de 2002 - Julho de 2004 - Responsável do Gabinete de Estudos Jurídicos no Instituto da Droga e da Toxicodependência, IP

#### MINISTÉRIO DA SEGURANÇA SOCIAL, DA FAMÍLIA E DA CRIANÇA

Agosto de 2004 - Março de 2005 - Adjunto do Ministro - Gabinete do Ministro da Segurança Social, da Família e da Criança.

#### INSTITUTO PORTUGUÊS DA DROGA E TOXICODPENDÊNCIA

Abril de 2005 - Dezembro de 2005 - Responsável do Gabinete Jurídico, equiparado a Diretor de Serviços.

#### CIG – PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Desde Janeiro de 2006 - Assessor jurídico na CIG - Presidência do Conselho de Ministros, mediante contrato de cedência ocasional, posteriormente mediante o regime de mobilidade interna, tendo ingressado no mapa de pessoal através de procedimento concursal interno.

#### MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Desde Agosto de 2011 - Ministério das Finanças - Subdiretor-Geral do Tesouro e Finanças

#### PARPÚBLICA, SGPS

Desde novembro de 2011 - Administrador.

#### CTT – CORREIOS DE PORTUGAL, SA.

Agosto 2013 – Novembro 2013 - Presidente da Mesa da Assembleia Geral

#### REFER – REDE FERROVIARIA NACIONAL, EPE

Desde Maio de 2013 - Vogal do Conselho Fiscal

### **Caracterização do Conselho Fiscal**

Durante o período a que se reporta o presente relatório, e até à presente data, o Conselho Fiscal (CF) acompanhou a atividade da empresa, quer através da leitura das atas das reuniões do Conselho de Administração, quer através de reuniões com

a Administração e demais responsáveis dos serviços, nas quais foram abordados assuntos com interesse para a Sociedade, tendo sido prestados os esclarecimentos e informações solicitados.

O CF realizou várias reuniões entre os seus membros e entre estes e os representantes da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (“SROC”) e dirigentes da REFER, tendo emitido diversos documentos em cumprimento das suas obrigações estatutárias e por aplicação do Decreto-Lei nº 133/2014, dos quais se salientam os seguintes:

- Emissão de Parecer sobre o Relatório e Contas Consolidadas e Separadas da REFER de 2013;
- Emissão de Parecer sobre o Orçamento de 2015;
- Emissão de Parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento de 2014-2016;
- Emissão de Pareceres trimestrais sobre o Relatório de Monitorização do Plano de Atividades e Orçamento de 2014.

Em 2014 o Conselho Fiscal efetuou 10 reuniões. Os seus membros participaram nas reuniões com o seguinte grau de assiduidade:

Nº reuniões	Local de Realização	Intervenientes na reunião	Ausências dos membros do Conselho Fiscal
2	Sede da REFER, E.P.E.	Dr. Carlos Pereira Dr. Pedro Ventura Dr. Pedro Grilo	Não houve nenhuma ausência
4	Sede da REFER, E.P.E.	Dr. Pedro Ventura Dr. Pedro Grilo	O Dr. Carlos Pereira não esteve presente por ter deixado de pertencer a este Conselho Fiscal.
4	Sede da REFER, E.P.E.	Dr. José Castel-Branco Dr. Pedro Ventura Dr. Pedro Grilo	Não houve nenhuma ausência

Os elementos do Conselho Fiscal exercem, complementarmente, os seguintes cargos:

**José Emílio Castel - Branco:**

- Presidente do Conselho Fiscal da Carris e Metro de Lisboa,
- Presidente da mesa da Assembleia Geral da Parvalorem, Parups e Parparticipadas;
- Técnico superior da DGTF

**Pedro Ventura:**

- Subdiretor-Geral do Tesouro e Finanças;
- Vogal do Conselho de Administração da Parpública

**Pedro Grilo:**

- Técnico superior da DGTf
- Secretário da Mesa da Assembleia Geral da APSS

No que concerne aos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo, o Conselho Fiscal apresenta a proposta de manutenção do ROC da Sociedade, assim como recomendação para a contratação autonomizada de auditores externos.

**D. REVISOR OFICIAL DE CONTAS**

Por despacho conjunto da Senhora Secretária de Estado do Tesouro e Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações foi nomeada a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas P. Matos, Garcia Jr., P. Caiado e Associados, Lda (SROC nº44), representada pelo seu sócio João Paulo Raimundo Henriques (ROC nº 851). Para Revisor Oficial de Contas suplente foi nomeada a Sociedade Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, (SROC nº 116).

**Revisor Oficial de Contas**

Mandato Início / Fim	Cargo	Identificação SROC/ROC Nome	Designação		Remuneração (€) Limite Fixado	Nº Mandatos exercidos na sociedade
			Doc	Data		
2012/2014	SROC	Sociedade P. Matos Silva, Garcia Jr., P. Caiado & Associados, SROC Lda, SROC n.º 44, representada pelo seu sócio João Paulo Raimundo Henriques Ferreira, ROC nº 851	Despacho Conjunto	#####	19.510,20 €	1

SROC – Inscrita na CMVM com o nº 1054

“Compete ao Revisor Oficial de Contas o dever de proceder a todos os exames e verificações necessários à revisão e certificação legal de contas, bem como exercer as seguintes funções:

- a) Verificar da regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
- b) Verificar, quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie de bens ou valores pertencentes à empresa ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- c) Verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas;
- d) Verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela empresa conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados.



Trimestralmente, o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas devem enviar aos ministros responsáveis pela área das finanças e pelo sector dos transportes um relatório sucinto que refira os controlos efetuados e as anomalias detetadas, assim como os desvios verificados em relação aos orçamentos e respetivas causas

Por Despacho da Secretária de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, foi fixado para o triénio 2012-2014 que a remuneração anual ilíquida será a constante do contrato de prestação de serviços a celebrar entre o Conselho de Administração da empresa e o respetivo Revisor Oficial de Contas, com o limite máximo equivalente a 22,5% da quantia correspondente a 12 meses de remuneração global mensal ilíquida atribuída, nos termos legais, ao Presidente do Conselho de Administração da empresa.

Ao valor mensal determinado será aplicada a redução prevista no n.º 1 e na alínea o) do n.º9 do artigo 27.º da lei n.º66-B/2012 de 31 dezembro.

Mandato	Cargo	Nome	Remuneração Anual	
			Fixada (€)	Bruto (€)
2012/2014	SROC	Sociedade P. Matos Silva, Garcia Jr.. P. Caiado & Associados, SROC Lda, SROC n.º 44, representada pelo seu sócio João Paulo Raimundo Henriques Ferreira, ROC n.º 851	19.510,20 €	19.510,20 €

O montante acima referido respeita a trabalhos de auditoria e certificação legal das contas separadas e consolidadas, bem como das contas de regulação a submeter ao IMT relativas ao exercício de 2014.

## E. AUDITOR EXTERNO

As contas separadas e consolidadas de 2014 foram auditadas pela Sociedade P. Matos Silva, Garcia Jr.. P. Caiado & Associados, SROC, Lda., registada na CMVM com o n.º 1054.

Remuneração paga à SROC (após redução Lei OE)	€
Valor dos serviços de revisão de contas	17.692,35 €
Valor dos serviços de consultoria fiscal	0,00 €
Valor de outros serviços que não revisão de contas	0,00 €
<b>Total pago pela empresa à SROC</b>	<b>17.692,35 €</b>

Por entidades que integrem o grupo	€
Valor dos serviços de revisão de contas	0,00 €
Valor dos serviços de consultoria fiscal	0,00 €
Valor de outros serviços que não revisão de contas	0,00 €
<b>Total pago pelas entidades do grupo à SROC</b>	<b>0,00 €</b>

## V. ORGANIZAÇÃO INTERNA

### A. ESTATUTOS E COMUNICAÇÕES

Em 2008 os Estatutos da REFER foram republicados, através do Decreto-Lei n.º 141/2008, de 22 de julho, o qual entrou em vigor em 23 de julho. Este Decreto-Lei vem alterar e republicar o diploma que criou a Rede Ferroviária Nacional - REFER, EP, e os respetivos Estatutos, visando a sua adaptação ao novo regime jurídico do sector empresarial do Estado.

Os estatutos da REFER resultam de ato legislativo através de decreto-lei publicado em Diário da República, devendo os projetos de alteração ser devidamente fundamentados e aprovados pelo titular da função acionista.

Mantendo a preocupação com as questões ligadas à corrupção, fraude e atos conexos, a REFER criou o Observatório para as Boas Práticas de Gestão (Deliberação nº 09/RF/2014 de 17 de junho) e promoveu a revisão e atualização do Código de Ética e Conduta, em vigor desde 2006.

O **Observatório** surgiu com a missão específica e totalmente dedicada à observação e acompanhamento das práticas anticorrupção. Tem como finalidade promover a adoção de boas práticas de gestão, elaborando diretrizes, princípios e metodologias

para identificação, mitigação e monitorização da prática de corrupção e infrações conexas no seio do Grupo REFER.

Compete-lhe, ainda:

- a) Acompanhar as principais decisões de gestão, verificando se estão de acordo com as melhores práticas adotadas pela organização ou por entidades oficiais externas;
- b) Acompanhar a implementação das recomendações de auditorias internas ou externas;
- c) Acompanhar as práticas relacionadas com contratação externa de bens e serviços (ex. seleção e avaliação de fornecedores), propondo as melhorias necessárias para que os normativos existentes sejam mais eficazes;
- d) Promover o detalhe das práticas constantes no Código de Ética e Conduta, cobrindo o maior número de situações a que os colaboradores podem estar sujeitos na atividade da empresa;
- e) Propor e acompanhar a aplicação de mecanismos de gestão e acompanhamento de situações com real ou potencial conflito de interesses;
- f) Garantir que os riscos relacionados com corrupção e má conduta fazem parte dos riscos geridos no quadro da gestão por processos implementada no Grupo e promover a melhoria continua dessa prática;
- g) Garantir o registo das diligências anticorrupção que forem desenvolvidas;
- h) Prestar informação, regular ou pontual, às entidades oficiais sobre questões relacionadas com a matéria da corrupção e de como a mesma é tratada na empresa;
- i) Reunir e divulgar o conhecimento atualizado das melhores práticas de gestão e promover o *benchmarking* com outras organizações nacionais e internacionais (incluindo do Setor Empresarial do Estado).

## B. CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS

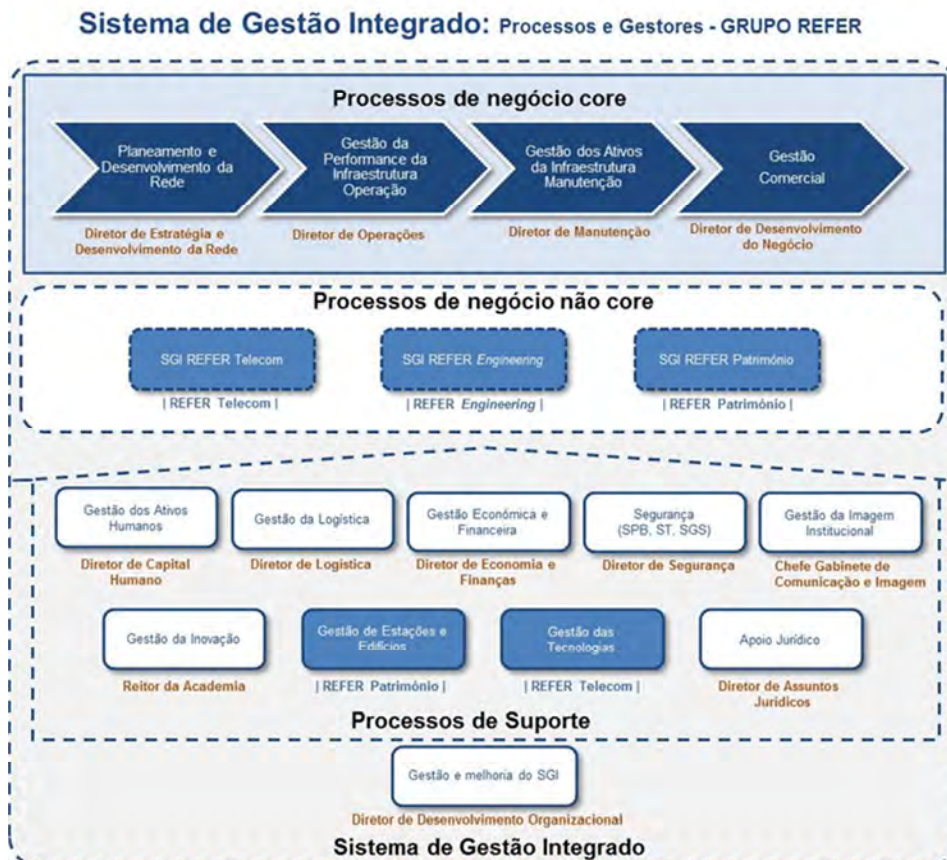
Durante o ano de 2014 foi dado seguimento à implementação do conjunto de medidas relevantes que vieram reforçar e demonstrar a importância que a REFER tem atribuído aos mecanismos de controlo interno e à gestão de riscos.

Destacam-se duas dessas medidas: a revisão do Plano do Grupo 2014-16, dando origem ao Plano do Grupo 2015-17 e a consolidação do modelo organizacional que, de forma alinhada, dão suporte aos objetivos estratégicos planeados.

No Plano do Grupo constam dois objetivos diretamente relacionados com esta questão:

- Implementação de um sistema de gestão integrado (SGI).
- Implementação de um sistema de controlo de gestão.

## Sistema de Gestão Integrado



No âmbito do SIGI, foram consolidados os principais processos do Grupo (macro processos) e revistos os respetivos parâmetros: indicadores de desempenho, riscos, atividades, entradas, saídas, responsabilidades.

Naquele modelo organizacional, não só foi consolidado o processo cuja finalidade é a implementação, gestão e melhoria do SIGI, como se realizaram as auditorias internas a todos os macroprocessos da REFER (segundo o referencial internacional ISO 9001), criando-se de igual forma uma dinâmica sistemática para a análise das causas dos desvios encontrados, definição de ações corretivas e conseqüentemente uma melhoria do desempenho dos processos.

Tal dinâmica possibilitou a realização de uma auditoria de 3ª parte, realizada por um organismo independente e acreditado pelo IPAC (Instituto Português de Certificação), onde a equipa auditora constatou que o SIGI da REFER está implementado e cumpre com os requisitos da norma ISO 9001, no âmbito das atividades de Gestão da Infraestrutura Ferroviária.

O controlo do desempenho dos processos foi assegurado com a participação dos gestores de macroprocesso, delegados do SGI e *controllers*, durante as RCP (reuniões de controlo dos processos) quadrimestrais realizadas em 2014.

Paralelamente, o portal interno da empresa foi reestruturado para possibilitar a associação dos normativos internos (manuais, procedimentos, instruções) aos macroprocessos, facilitando assim a procura da documentação relevante. A revisão desta regulação interna encontra-se em curso.

Com a implementação do SGI, iniciou-se uma nova abordagem à gestão de riscos, com a identificação dos riscos por macroprocesso e respetiva classificação quanto a impacto e probabilidade de ocorrência.

Esta abordagem foi aprofundada e amadurecida em 2014, visando assim a aplicação generalizada do modelo previsto suportado por modelos internacionalmente reconhecidos, nomeadamente, a norma ISO 31000.

É com base neste trabalho que se continuará a dar resposta à Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção, de 1 de julho de 2009, que veio impor às entidades públicas a elaboração de um plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas e de um relatório anual sobre a execução do mesmo plano.

### **Controlo de gestão**

Para além de ser um dos dez objetivos do Grupo, a implementação de um modelo de controlo de gestão foi suportada na organização pela criação de uma unidade orgânica específica – Controlo de Gestão, integrada na Direção de Economia e Finanças, a qual integra um grupo de *controllers*.

O trabalho dos *controllers* inclui a elaboração e controlo dos orçamentos de gastos (exploração e investimento) e rendimentos, realização do controlo financeiro dos contratos e projetos, produção de informação de *reporting*, entre outras atividades, realizadas em estreita articulação com os diretores e delegados dos processos. Esta articulação contribuiu, de forma muito positiva, para a recolha e análise periódica dos resultados dos indicadores dos processos que posteriormente foram discutidos nas referidas reuniões de controlo de processos.

Este modelo introduziu e garantiu uma prática sistemática e mais aprofundada de controlo de gestão e conseqüente desempenho da organização.

Foram implementados mecanismos de divulgação de informação financeira, nomeadamente a emissão de reportes setoriais e corporativos mensais com a monitorização do Plano de Atividades e Orçamentos, a monitorização (trimestral) dos indicadores do Plano de Atividades e Orçamentos para reporte às tutelas, o acompanhamento de transações não usuais e o acompanhamento de transações que tenham sido realizadas fora das condições de mercado.

A Auditoria Interna é um instrumento de apoio à gestão da empresa, que fornece análises, apreciações e recomendações relativas às atividades da organização.

Neste particular e, no que toca especificamente à tipologia e âmbito das ações de auditoria promovidas pela Direção de Auditoria Interna, destacam-se as seguintes:

- a) Auditorias de gestão / operacionais, no âmbito das quais é efetuada:
  - (i) A verificação de conformidade entre atividades/processos desenvolvidos pelas diversas unidades orgânicas da Empresa e o planeado/normalizado, e
  - (ii) A avaliação dos processos, com base nos 3 “E” (economia, eficiência e eficácia);
  
- b) Auditorias de carácter inspetivo, na sequência de solicitações diretas do Conselho de Administração, as quais consistem primordialmente na averiguação de factos / diagnóstico.

Pelo exposto, e no âmbito da prossecução da referida Missão, considera-se que a atividade/relatórios desta Direção contribuem para o cumprimento dos princípios de boa governação e fortalecem a estrutura de controlo interno e a gestão do risco.

### **Risco Financeiro**

A atividade da REFER está exposta a fatores de risco de carácter financeiro, como sejam, o risco de crédito, o risco de liquidez, o risco de taxa de juro e risco de capital.

Estes riscos são geridos pela Direção de Economia e Finanças atendendo às políticas de mitigação dos riscos definidas pelo Conselho de Administração.

#### Risco de crédito

O risco de crédito está associado ao risco de uma entidade falhar no cumprimento das suas obrigações contratuais resultando numa perda financeira para a REFER. Este tipo de risco é incorrido pela REFER no decorrer das suas atividades operacional e financeira.

A nível operacional, os principais clientes da REFER são a CP, a Fertagus, a Takargo e a CP CARGA. O risco de crédito resultante da atividade operacional está essencialmente relacionado com o incumprimento no pagamento à REFER das responsabilidades assumidas por aquelas entidades decorrentes dos serviços prestados pela REFER. A CP é a contraparte principal tratando-se do operador exclusivo de passageiros em toda a rede com exceção da travessia da Ponte 25 de Abril que é operada pela Fertagus. Assim, apesar do risco de crédito estar fortemente concentrado na CP, o mesmo é mitigado pela natureza jurídica daquela entidade, dado tratar-se igualmente duma empresa pertencente ao Setor Público Empresarial

com capital detido a 100% pelo Estado Português. Os ajustamentos de imparidade para outras contas a receber são calculados considerando o perfil de risco da contraparte e a sua condição financeira.

Relativamente ao risco de crédito associado à atividade financeira, a REFER detém uma exposição ao setor bancário nacional traduzida pelos saldos em depósitos à ordem e, até janeiro de 2014, uma exposição ao setor bancário internacional através dos instrumentos financeiros derivados contratados. Até à data, a REFER não incorreu em qualquer imparidade resultante do não cumprimento das obrigações contratuais celebradas com entidades financeiras sendo que, e em relação a instrumentos financeiros derivados, este risco é inexistente, uma vez que foram integralmente liquidados os contratos desta natureza à data de emissão das demonstrações financeiras separadas o consolidadas do exercício de 2014.

#### Risco de Liquidez

Este tipo de risco mede-se pela capacidade de obtenção de recursos financeiros para fazer face às responsabilidades assumidas com os diferentes agentes económicos que interagem com a empresa, como sejam os fornecedores, os bancos, o mercado de capitais e outros relacionados. Este risco é medido pela liquidez à disposição da empresa para fazer face aquelas responsabilidades bem como à capacidade de geração de cash-flow decorrente da sua atividade.

Considerando a natureza jurídica da REFER, a capacidade de atuar sobre este risco é limitada. No entanto, a REFER procura minimizar a probabilidade de incumprimento dos seus compromissos através de uma gestão rigorosa e planeada da sua atividade. Uma gestão prudente do risco de liquidez implica a manutenção de um nível adequado de caixa e equivalentes de caixa para fazer face às responsabilidades assumidas. Com a integração da REFER no perímetro de consolidação do Estado, a empresa passou a ser financiada directamente pelo Estado português a partir de 2011, pelo que o risco de liquidez da REFER baixou consideravelmente.

#### Risco de taxa de juro

Em Janeiro de 2014, a REFER terminou antecipadamente a única operação swap que detinha em carteira. Anteriormente, as contrapartes da REFER nos contratos derivados eram instituições financeiras nacionais e internacionais de rating e credibilidade elevadas. As operações foram enquadradas em contratos ISDA, de acordo com as normas internacionais. O principal objetivo da gestão de risco de taxa de juro foi a proteção relativamente a movimentos de subida de taxa de juro, na medida em que as receitas da REFER são imunes a essa variável e, assim, inviabilizam uma cobertura natural.

#### Gestão do risco de capital

O objetivo da REFER em relação à gestão do risco de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da Demonstração da Posição Financeira, é salvaguardar a continuidade das operações da Empresa.

Após a análise das necessidades financeiras para o investimento e para a atividade operacional, do volume previsto de participações do Estado e subsídios comunitários, é definido o plano de financiamento da REFER que tem vindo nos últimos anos a permitir fortalecer a sua estrutura de capital.

Em 2014 foram realizados aumentos de capital no montante de 1.034,8 milhões de euros, dos quais 795 milhões de euros por conversão de serviço de dívida referente a empréstimos do Estado e 239,7 milhões de euros por entradas em numerário, ascendendo o capital estatutário a 1.486 milhões de euros em 31 de dezembro de 2014.

### **Risco da Operação**

Os principais riscos associados são as perturbações na segurança da operação e perturbações na circulação ferroviária, cujas principais fontes de riscos são:

- Falhas no cumprimento da regulamentação de exploração;
- Erro na programação das ordens de serviço; Avarias nos equipamentos da infraestrutura (sinalização, via, catenária, etc.) ou nos equipamentos de comando e controle;
- Atraso/Perturbação na publicação dos horários
- Falha no fornecimento de dados da operação

Após a avaliação do grau de risco foram identificadas medidas de mitigação, destacando-se, entre outras, a realização de ações de formação e sensibilização dos colaboradores e operadores ferroviários, repositório de dados de análise (ODS) e indicadores e desenvolvimento de aplicação informática eSGO (sistema de gestão de ocorrência).

### **Risco jurídico**

Está associado à deficiente instrução do processo; incumprimento de prazos; extravio de documentos; prova fragilizada.

As fontes de riscos associadas são:

- Causas externas e internas à direção de assuntos jurídicos;
- Extravio de documentos;
- Dificuldade na obtenção de prova.

Para mitigar os riscos acima, foram definidas as seguintes ações de mitigação: criação de mecanismos de controlo do tipo check-list, ação de sensibilização interna, criação de procedimento interno que garanta o registo e distribuição imediata do



documento, criação de procedimento interno para fixação e controlo dos prazos recorrendo ao sistema de alerta SAP.

## C. REGULAMENTOS E CÓDIGOS

No âmbito da sua atividade a REFER rege-se pelos seguintes regulamentos:

- **Constituição da República Portuguesa - VII Revisão Constitucional** no seu art.º 84 consagra as linhas férreas nacionais como Domínio Público.
- **Lei n.º 10/90, de 17 de março** - com as alterações introduzidas pela Lei n.º 3-B/2000, de 4 de abril, Decreto-lei n.º 380/2007, de 13 de novembro e Decreto-Lei 43/2008, de 10 de março, aprova a lei de bases do sistema de transportes terrestres.
- **Decreto-Lei nº 104/97, de 29 de abril** cria a REFER, E.P., foi alterado e republicado, pelo Decreto-Lei 141/2008, de 22 de julho, visando a sua adaptação ao novo regime jurídico do sector empresarial do Estado. Assim, a Rede Ferroviária Nacional, REFER EP é transformada em entidade pública empresarial com a designação Rede Ferroviária Nacional, REFER, EPE. Este diploma foi, ainda, alterado pelo Decreto-Lei n.º 394/98, de 15 de dezembro, Decreto-Lei n.º 270/03, de 28 de outubro, Decreto-Lei n.º 95/2008, de 6 de junho.
- **Decreto-Lei n.º 270/2003, de 28 de outubro**, que define as condições de prestação dos serviços de transporte ferroviário e de gestão da infraestrutura ferroviária, com as alterações do Decreto-Lei n.º 146/2004, de 17 de junho, Decreto-Lei n.º 231/2007, de 14 de junho, Decreto-Lei n.º 20/2010, de 24 de março, Decreto-Lei n.º 62/2010, de 9 de junho, Decreto-Lei n.º 27/2011, de 17 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 151/2014, de 13 de outubro.
- **Decreto-Lei n.º 276/2003, de 4 de novembro**, com as alterações do Decreto-Lei n.º 29-A/ 2011, de 1 de março, estabelece o novo regime jurídico dos bens do domínio público ferroviário, incluindo as regras sobre a sua utilização, desafetação, permuta e, bem assim como, as regras aplicáveis às relações dos proprietários confinantes e população em geral com aqueles bens.
- **Decreto-Lei n.º 568/99, de 23 de dezembro** consagra o Regulamento de Passagens de Nível, foi alterado pelo Decreto-Lei 24/2005, de 26 de janeiro e Decreto-Lei 77/2008, de 29 de abril.
- **Código dos Valores Mobiliários**, bem como os **Regulamentos da CMVM nº 5/2008** no que se refere a deveres de informação enquanto emitente de valores mobiliários e **11/2005** que se refere à adoção das IFRS.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2007, de 7 de maio**, define, a Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas.
- **Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro - com as alterações da Lei n.º 31/2008, de 17 de julho** aprova o regime da responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas.

- **Decreto-lei nº 71/2007, de 27 de março** - aprova o novo estatuto do **Gestor Público**, o qual foi modificado pela **Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro** e pelo **Decreto-Lei nº 8/12 de 18 janeiro**.
- **Decreto-Lei n.º 280/2007, de 27 de agosto** – estabelece o regime jurídico do património imobiliário público. Foi alterado pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Decreto-Lei n.º 36/2013, de 11 de março, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.
- **Decreto-Lei 18/2008, de 29 de janeiro** e legislação complementar - aprova o Código dos Contratos Públicos, que estabelece a disciplina aplicável à contratação pública e o regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo. Este diploma foi alterado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, Decreto-Lei n.º 223/2009, de 11 de setembro, Decreto-Lei n.º 278/2009, 2 de outubro, Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho.
- **Lei nº. 98/97, de 26 de agosto, alterada pelas Lei nº. 35/2007, de 13 de agosto, Lei nº. 3-B/2010 de 28 de abril, Lei nº. 61/2011, de 7 de dezembro e Lei nº. 2/2011, de 6 de janeiro** - Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008** - aprova o Programa Pagar a Tempo e Horas que tem como objetivo reduzir significativamente os prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços praticados por entidades públicas.
- **Decreto-Lei n.º 58/2008, de 26 de março** - estabelece o regime jurídico aplicável ao contrato de transporte ferroviário de passageiros e bagagens, volumes portáteis, animais de companhia, velocípedes e outros bens.
- **Decreto-Lei nº 143-A-2008, de 25 julho** - estabelece os termos a que deve obedecer a apresentação e receção de propostas, candidaturas e soluções no âmbito do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.
- **Portaria n.º 701-D/2008, de 29 de julho**, aprova o modelo de dados estatísticos a remeter pelas entidades adjudicantes à Agência Nacional de Compras Públicas, EPE, ou ao Instituto da Construção e do Imobiliário, IP, consoante o caso, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 472.º do Código dos Contratos Públicos.
- **Portaria n.º 959/2009, de 21 de agosto** - é aprovado o formulário de caderno de encargos relativo aos contratos de empreitada de obras públicas.
- **Resolução Conselho Ministros nº1/2011 de 4 janeiro** - estabelece a aplicação das normas de redução remuneratória nas empresas públicas de capital exclusiva ou maioritariamente público.
- **Lei nº 22/2011, de 20 de maio** – na redação dada pela lei 52/2011, de 13 de outubro, procede à quinta alteração à Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada pela Lei nº 91/2001, conferindo nova redação ao

artigo 2º., nos termos do qual se considera a REFER, EPE integrada no Setor Público Administrativo como Fundo e Serviço Autónomo.

- **Lei nº 52/2011, de 13 de outubro** - procede à sexta alteração à lei do enquadramento orçamental, aprovada pela Lei nº 91/2001, de 20 de agosto e determina a apresentação da estratégia e dos procedimentos a adotar até 2015 em matéria de enquadramento orçamental.
- **Resolução do Conselho de Ministros nº 45/2011, de 10 de novembro** - define o plano estratégico dos transportes.
- **Regulamento nº 630/2011 de 12 de dezembro o qual** estabelece o regime de tarifação para a rede ferroviária nacional.
- **Lei nº 64-A/2011, de 30 de dezembro** - aprova as Grandes Opções do Plano para 2012-2015.
- **Lei nº 64-C/2011, de 30 de dezembro** - aprova a estratégia e os procedimentos a adotar no âmbito da lei de enquadramento orçamental, bem como a calendarização para a respetiva implementação até 2015.
- **Lei n.º 8/2012, de 21 fevereiro, com as alterações da Lei n.º 20/2012, de 14 de maio, Lei n.º 64/2012, de 20 de dezembro e Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro** - aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas.
- **Decreto-Lei n.º 107/2012, de 18 de maio, com as alterações da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro** - regula o dever de informação e a emissão de parecer prévio relativos à aquisição de bens e à prestação de serviços no domínio das tecnologias de informação e comunicação.
- **Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, com as alterações da Lei n.º 64/2012, de 20 de dezembro, Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro** - estabelece os procedimentos necessários à aplicação da Lei n.º 8/2012 e à operacionalização da prestação de informação.
- **Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto, alterado pelo artigo 179º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro** - institui um regime excecional e temporário de libertação das cauções prestadas para garantia da execução de contratos de empreitada de obras públicas.
- **Decreto-Lei n.º 236/2012, de 31 de outubro, alterado pelos Decretos-Lei 44/2014, de 20 de março e Decreto-Lei 77/2014, de 14 de maio** - aprova a orgânica do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP.
- **Resolução do Conselho de Ministros nº. 3/2012, de 9 de janeiro** - revoga os contratos de *Regime Transitório de Financiamento da Prestação de Serviço Público*, celebrados em 24 de março de 2011 entre o Estado e a REFER.
- **Resolução do Conselho de Ministros nº. 16/2012, de 14 de fevereiro** - aprova os critérios de determinação do vencimento dos gestores públicos.
- **Resolução do Conselho de Ministros nº. 36/2012, de 26 de março - com as alterações da RCM 97/2012 de 21 de novembro, RCM 45/2013, de 19 de julho e RCM 48/2013, de 29 de julho** - aprova classificações atribuídas, nos termos das RCM nº 16/2012 e 18/2012, às empresas públicas que se encontram sob a

tutela sectorial de cada ministério, sendo atribuída à REFER a classificação “A” e às subsidiárias a classificação “C”.

- **Decreto-Lei nº62/2013 de 10 de maio**, o qual estabelece medidas contra o atraso nos pagamentos.
- **Lei nº. 61/2013, de 23 de Agosto**, que estabelece o regime aplicável aos grafitos, afixações, picotagem e outras formas de alteração das características originais de superfícies exteriores de edifícios, pavimentos, passeios, muros e outras infraestruturas, designando a entidade competente para a gestão do património a instrução dos respetivos processos de contra ordenação
- **Decreto-Lei nº. 133/2013, de 3 de outubro, alterada pela Lei nº. 75-A/2014, de 30 de setembro** - estabelece os princípios e regras aplicáveis ao setor público empresarial.
- **Decreto-Lei nº. 78/2014, de 14 de maio, com a Retificação nº. 33/2014, de 2 de julho** - Aprova os Estatutos da Autoridade de Mobilidade e dos Transportes.
- **Resolução de Conselho de Ministros 2/2015, de 12 de Janeiro** - Designa os membros do Conselho de Administração da REFER, EPE.

## Código de Ética e Conduta

O Código de Ética e de Conduta REFER, aprovado no final de 2006, permitiu dar a conhecer de forma inequívoca o conjunto dos valores preconizados, vividos e exigidos pela Empresa, fomentando relações crescentes de confiança mútua com os seus colaboradores, clientes, fornecedores, entidades públicas e, de uma forma geral, com todas as comunidades a quem a REFER presta, direta ou indiretamente, os seus serviços.

O Código de Ética foi divulgado por todos os colaboradores e fornecedores da REFER e, desde 2008, a Comissão de Ética que tem a seu cargo a implementação e acompanhamento do Código, bem como a sua interpretação e o esclarecimento de dúvidas ou casos omissos, decidiu criar um novo canal de comunicação com os colaboradores através de uma área no portal da empresa dedicada especialmente à ética. Para além do próprio texto do Código de Ética e de Conduta, podem-se encontrar casos práticos que pretendem motivar a reflexão e o apontar de soluções para situações com que os colaboradores se podem deparar no exercício da sua atividade.

Tudo isto contribui para aumentar a cultura de responsabilidade e de integridade que caracteriza a atuação da REFER, baseada nos princípios éticos do rigor, transparência, honestidade e isenção na prossecução da sua missão de proporcionar ao mercado uma infraestrutura de transporte competitiva, gerindo e desenvolvendo uma rede ferroviária eficiente e segura, no respeito pelo meio ambiente.

Atualmente, e dado o tempo decorrido, a REFER encontra-se em fase de revisão do seu Código de Ética e de Conduta, através de uma equipa interna criada para o efeito.

A REFER gere o risco mediante a sua identificação e análise metódica e sistemática, avaliando a necessidade de implementar alterações dentro da organização. O elemento essencial na gestão do risco é a identificação e análise do risco, ou seja, a capacidade de aferir sobre a possibilidade de determinado evento ocorrer e provocar um resultado irregular.

Anualmente a REFER elabora o seu Plano de Prevenção de Riscos, incluindo Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, o qual, estabelece orientações sobre a prevenção de riscos de gestão, caracteriza os critérios de classificação de risco e identifica funções e responsabilidades.

Após a identificação dos factos que configurem risco de gestão, incluindo riscos de corrupção e de natureza similar, procede-se ao reconhecimento das medidas de prevenção implementadas, tendo em consideração os princípios da integridade institucional, da disciplina, da responsabilidade e transparência, inerentes à otimização dos recursos próprios da governação ética e da gestão por objetivos.

Os responsáveis máximos adstritos a direções com responsabilidades corporativas e operacionais remetem o resultado das suas análises para a Comissão de Supervisão da Gestão de Riscos ou para o Conselho de Administração.

Esta Comissão, em conjunto com os responsáveis máximos de cada Direção, procede à análise, revisão e consolidação das tabelas de cada direção, de forma a identificar a arquitetura, ou seja, princípios, estrutura e processo, implementada (ou a ser implementada) na instituição para gerir os riscos com eficiência e eficácia.

O plano é, Plano de Prevenção de Riscos é submetido à aprovação do Conselho de Administração da REFER e posteriormente remetido ao Conselho de Prevenção da Corrupção, bem como aos órgãos de superintendência, tutela e controlo.

O Conselho de Administração procede ao controlo periódico e regular do cumprimento das regras estabelecidas pelo Plano e avalia o grau de exequibilidade do mesmo, designadamente, tendo reuniões semanais com os responsáveis pelas diversas direções da empresa.

## D. DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO

As empresas públicas estão obrigadas a divulgar /reportar informação do modo como foi prosseguida a sua missão, atingidos os seus objetivos, do cumprimento da política de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável (art.º 48º do decreto-lei nº 133/2013), nomeadamente:

- Prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades, mesmo nos casos em que assumam organização de grupo;
- Grau de execução dos objetivos fixados, justificação dos desvios verificados e indicação de medidas de correção aplicadas ou a aplicar;
- Planos de atividades e orçamento, anuais e plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento;
- Orçamento anual e plurianual;
- Documentos anuais de prestação de contas;
- Relatórios trimestrais de execução orçamental acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização.

A REFER submete a apreciação do seu acionista o plano de atividades e orçamentos efetuando trimestralmente uma avaliação do atingimento dos objetivos ali propostos. Complementarmente a avaliação financeira da sua atividade (relatório e contas) é submetida a apreciação do acionista e da tutela setorial.

Toda a informação prestada ao acionista é enviada de forma desmaterializada através da plataforma SIRIEF, da plataforma SOE (Ministério das Finanças). Também a tutela setorial – Ministério da Economia – dispõe de uma plataforma na qual a REFER disponibiliza informação de caráter financeiro assim como indicadores de atividade (SOR).

No sítio do Setor Empresarial do Estado está divulgada toda a informação institucional da REFER (modelo de órgãos sociais e de governo, esforço financeiro público, informação financeira, síntese de atividade, entre outros).

A REFER disponibiliza através do seu sítio assim como através do sítio da CMVM informação ao público em geral.

## E. Sítio da Internet

Informação a constar no Sítio da internet da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Existência de Site	√			<a href="http://www.refer.pt">www.refer.pt</a>
Historial, Visão, Missão e Estratégia	√			
Estatutos	√			
Sede da Empresa		√		
Organigrama	√			
<b>Órgãos Sociais e Modelo de Governo:</b>				
Identificação dos órgãos sociais assim como dos seus elementos curriculares	√			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	√			
Identificação de comissões existentes na sociedade	√			
Identificar sistemas de controlo de riscos	√			
Remuneração dos órgãos sociais	√			Informação disponibilizada através da divulgação do relatório e contas
Regulamentos Internos e Externos	√			
Transacções fora das condições de mercado	√			
Transacções relevantes com entidades relacionadas	√			
<b>Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental</b>	√			
<b>Código de Ética</b>	√			
<b>Obrigações de Serviço público</b>	√			informação disponibilizada através da divulgação do relatório e contas
<b>Modelo de Financiamento e apoios financeiros do Estado</b>	√			
<b>Relatório e Contas</b>	√			
<b>Provedor do cliente</b>	√			

## F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral

Determina o Decreto-Lei nº 167/2008 de 26 de agosto que o estado impõe obrigações específicas de serviço público a certas entidades públicas ou privadas.

Para que essas entidades possam cumprir eficazmente a missão confiada pelo Estado mostra -se, normalmente, necessário que este lhe atribua uma compensação financeira destinada a assegurar a cobertura dos custos específicos resultantes do cumprimento das obrigações de serviço público não cobertos pelas receitas normais dessas atividades. As condicionantes orçamentais impõem, porém, a implementação pelo Estado de medidas rigorosas ao nível de contenção da despesa pública, exigindo que a atribuição de compensações financeiras às entidades que asseguram a prestação de serviços de interesse geral obedeça a critérios de economia, eficiência e eficácia.

A prestação do serviço de interesse geral deve ser confiada à entidade em causa mediante **contrato** celebrado com o Estado, através do ministro responsável pela área das finanças e do ministro que tenha a responsabilidade pelo sector em que se insere a entidade, sem prejuízo da observância do regime sobre contratação pública quando aplicável.

Sendo a REFER uma empresa à qual lhe foi atribuída a prestação de um serviço público, foi em 2013, proposta à tutela financeira, uma minuta de contrato regulador da referida prestação do serviço público. Neste âmbito foi proposto um conjunto de indicadores de performance financeira e de nível de serviço assim como o modelo de financiamento. Dado o processo de fusão, entre a REFER e a E.P., em curso espera-se que a proposta de indicadores seja objeto de revisão e que a assinatura do contrato de prestação de serviço público venha a ocorrer a breve trecho.

## VI. REMUNERAÇÕES

### A. COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO

A determinação da remuneração dos órgãos sociais compete ao ministro responsável pela área das finanças e pelo sector dos transportes.

A empresa definiu procedimentos com vista à prevenção da existência de conflito de interesses. As despesas incorridas por cada elemento do Conselho de Administração são aprovadas por dois elementos do mesmo.

### B. ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é regulada pelo Estatuto do Gestor Público publicado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 28 de março, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro; conjugado com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro que aprova os critérios de determinação do vencimento dos gestores públicos e com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, que aprova as classificações atribuídas às empresas públicas que se encontram sob a tutela sectorial de cada ministério (foi atribuída à REFER, EPE a classificação correspondente ao nível A).

O Estado, enquanto acionista da Rede Ferroviária Nacional - REFER, E.P.E. define os parâmetros de eficiência da gestão, os objetivos específicos e os valores das



componentes remuneratórias consideradas, bem como os prémios de gestão passíveis de atribuição no final do exercício ou do mandato.

Tendo em vista dar cumprimento à legislação supra referida, a DGTF enviou a 12 de dezembro de 2012 um ofício à REFER a solicitar o envio, aquela Direção, de proposta de indicadores de natureza financeira, devidamente quantificados, para os exercícios de 2012, 2013 e 2014. A REFER enviou proposta de indicadores a 3 de janeiro de 2013, tendo a DGTF solicitado, em 14 de março de 2013, a marcação de uma reunião para, entre outros assuntos, se definir os procedimentos necessários para a celebração do contrato de gestão com a Administração.

A 21 de março de 2013 a DGTF enviou minuta de contrato a celebrar entre a Administração e o Estado português.

A REFER enviou, em 13 de maio de 2013, para a DGTF a minuta de contrato de gestão incorporando proposta de alterações, não tendo recebido qualquer resposta à proposta de alterações, pelo que o contrato de gestão 2012-2014 não foi formalizado.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração não apresenta componente variável, sendo a sua estrutura a seguinte:

Membro do CA (nome)	EGP			
	Fixado	Classificação	Valores mensais Bruto €	
	S/N	A/B/C	Remuneração Base	Despesas representação
Rui Lopes Loureiro	sim	A	5.722,74 €	1.503,26 €
José Luís Ribeiro dos Santos	sim	A	5.150,47 €	1.534,53 €
Alberto Manuel de Almeida Diogo	sim	A	4.578,19 €	1.728,81 €
José Rui Roque	sim	A	4.578,19 €	1.728,81 €
Amílcar Álvaro de Oliveira Ferreira Monteiro	sim	A	4.578,19 €	1.728,81 €

A remuneração dos membros do conselho fiscal e do revisor oficial de contas é fixada por despacho conjunto dos ministros responsáveis pela área das finanças e pelo sector dos transportes

## C. DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES

O Conselho de Administração auferiu, em 2014, a seguinte remuneração:

Nome	Remuneração Anual (€)						Bruta Após Reduções
	Variável	Fixa *	Outra (Subs Deslocação)	Redução Lei 12-A/2010	Redução (Lei OE)	Redução Anos Anteriores	
Rui Lopes Loureiro	n.a.	98.157,02 €	3.819,14 €	4.907,81 €	7.024,97 €	n.a.	90.043,38 €
José Luís Ribeiro dos Santos	n.a.	90.520,87 €	1.754,20 €	4.526,04 €	6.488,11 €	n.a.	81.260,92 €
Alberto Manuel de Almeida Diogo	n.a.	84.840,31 €	210,50 €	4.241,94 €	6.099,92 €	n.a.	74.708,95 €
José Rui Roque	n.a.	84.840,31 €	2.034,83 €	4.241,94 €	6.099,92 €	n.a.	76.533,28 €
Amílcar Alvaro de Oliveira Ferreira Monteiro	n.a.	84.840,31 €	2.596,23 €	4.241,94 €	6.099,92 €	n.a.	77.094,68 €

\* Remuneração + Despesas de Representação

Apesar de exercerem funções de administração em outras empresas do Grupo, os elementos do Conselho de Administração não recebem remuneração por acumulação de funções.

O Conselho de Fiscal auferiu, em 2014, a seguinte remuneração:

Nome	Remuneração Anual		
	Bruta	Redução (Lei OE)	Valor após Reduções
Carlos António Lopes Pereira *	-	-	-
José Emílio Coutinho Garrido Castel - Branco	9.347,15 €	624,92 €	8.722,23 €
Pedro Miguel do Nascimento Ventura	26.789,89 €	2.245,89 €	24.544,00 €
Pedro Manuel Mota C. Grilo	26.789,89 €	2.038,93 €	24.750,96 €
Maria Isabel Louro Caria Alcobia **	-	-	-

\* renunciou ao cargo em janeiro 2014

\*\* vogal suplente, não auferiu remuneração

## VII. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS

As entidades identificadas como partes relacionadas da REFER em 31 de dezembro de 2014, são as seguintes:

31 de dezembro de 2014

	Relação
<b>Empresas Subsidiárias</b>	
REFER ENGINEERING	REFER detém 98,43% capital
REFER PATRIMÔNIO	REFER detém 99,997% capital
REFER TELECOM	REFER detém 100% capital
GIL	REFER detém 100% capital
<b>Operações conjuntas</b>	
AVEP	REFER detém 50% capital
AEIE, CFM4	REFER participa em 33,33%
<b>Outras entidades relacionadas</b>	
ESTRADAS DE PORTUGAL	Administração conjunta com REFER - Jan/2015
CP	Relação Domínio - Estado
CP CARGA	Relação Domínio - Estado

A EP – Estradas de Portugal, S.A., figura em Outras entidades relacionadas, em 31 de dezembro de 2014, dado o processo de fusão em curso entre esta entidade e a REFER e na sequência da nomeação de conselhos de administração comuns, compostos pelos mesmos sete administradores, a partir de 1 de janeiro de 2015, em consequência, e dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-lei nº 160/2014, de 29 de outubro, conforme nomeação pela Resolução do Conselho de Ministros nº 2/2015, de 31 de dezembro de 2014, no caso da REFER e pela deliberação social unânime no caso da EP, ambas com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2015

Foram as seguintes as transações ocorridas no período em análise com as empresas subsidiárias:

milhares de euros

Empresa	Descrição da Transacção	Montante
REFER TELECOM	Investimentos e Fornec e Serviços e Outros Gastos	- 18 570
	Prestação de Serviços e Outros Rendimentos	4 126
	Outros Ganhos	8 555
	<b>Total</b>	<b>- 5 889</b>
REFER Engineering	Investimentos e Fornec e Serviços e Outros Gastos	- 9 681
	Prestação de Serviços e Outros Rendimentos	672
	<b>Total</b>	<b>- 9 009</b>
REFER Património	Investimentos e Fornec e Serviços e Outros Gastos	- 37
	Prestação de Serviços e Outros Rendimentos	6 606
	<b>Total</b>	<b>6 643</b>
GIL	Investimentos e Fornec e Serviços e Outros Gastos	- 840
	Prestação de Serviços e Outros Rendimentos	41
	<b>Total</b>	<b>- 799</b>

As transações ocorridas, no período em análise, com as empresas associadas foram:

milhares de euros

Empresa	Descrição da Transacção	Montante
AVEP	Investimentos e Fornec e Serviços e Outros Gastos	- 10
	<b>Total</b>	<b>- 10</b>

Os saldos com outras entidades relacionadas detalham-se da seguinte forma:

milhares de euros

Empresa	Descrição da Transacção	Montante
CP	Investimentos e Fornec e Serviços e Outros Gastos	- 51 066
	Prestação de Serviços e Outros Rendimentos	67 191
	<b>Total</b>	<b>16 125</b>
CP Carga	Investimentos e Fornec e Serviços e Outros Gastos	- 22 380
	Prestação de Serviços e Outros Rendimentos	10 472
	<b>Total</b>	<b>- 11 908</b>
Estradas de Portugal	Investimentos e Fornec e Serviços e Outros Gastos	
	Prestação de Serviços e Outros Rendimentos	98
	<b>Total</b>	<b>98</b>

### INFORMAÇÃO SOBRE OUTRAS TRANSAÇÕES

A partir de 30 de julho de 2008 a REFER, EPE passou a estar abrangida pelo novo Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro. O CCP, ao regular a matéria da contratação pública, efetua a transposição das diretivas comunitárias n.º 2004/17 e 2004/18 (ambas do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de março de 2004), definindo as regras até agora dispersas pelos seguintes diplomas:

- a) Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de março (empreitadas de obras públicas);
- b) Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (aquisições de bens e serviços);
- c) Decreto-Lei n.º 223/2001, de 9 de agosto (empreitadas e aquisições no âmbito dos sectores especiais);
- d) Vários outros diplomas e preceitos avulsos relativos à contratação pública.

Em 2011 o Conselho de Administração deliberou sobre a constituição de um Grupo de Trabalho permanente para a Contratação Pública o qual tem por objetivo, nomeadamente, proceder à atualização do Manual Interno de Contratação e dos documentos tipo quer decorrentes de alterações legislativas quer de alterações que melhor se adequem às finalidades da Empresa.

A relação das transações efetuadas em 2014, que ocorreram fora das condições de mercado, é:

## CONTRATOS QUE NÃO OCORRERAM EM CONDIÇÕES DE MERCADO - AJUSTE DIRETO DE VALOR SUPERIOR A 50 MIL EUROS

Processo	Objeto	Tipo de Contrato	Tipo de Processo	Fornecedor	Data de assinatura	Preço Contratual (€)
5010018322	LBA-Taludes km69+920 ao 82+950-GCFCSO	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	REFER Engineering, S.A.	2015-01-09	442.443
5010014188	Empreitada Túnel do Coval	Empreitadas	Ajuste Directo	TECNASOL-FGE Fundações Geotecnia	2015-03-18	198.378
5010018876	Nova ligação ferroviária ÉvN-Evas/Caia2	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	REFER Engineering, S.A.	2015-03-16	528.000
5010019752	LO-Estab. Talude PK 35,880 LE	Empreitadas	Ajuste Directo	CARVISOUTO-Escavações	2015-03-04	144.460
5010013533	Minho-Projeto eletrificação Níne-Valença	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	REFER Engineering, S.A.	2015-01-23	1.999.999
5010019026	Manutenção Cívil CMLisboa - 1º sem 2015	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	CADIMARTE - Construções, Lda	2015-02-19	239.960
5010018274	Subst. Apar. /Reabilt. Viaduto de Sines	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	REFER Engineering, S.A.	2015-01-27	124.091
5010018319	Aq. Grades, cróssimas e contra-carris	Acordo em Quantidade	Ajuste Directo	Futrifer-Indústrias Ferroviárias	2015-02-24	169.800
5010016184	LBB-km 26.295 a 62.375-Est Contenção	Empreitadas	Ajuste Directo	SCOPLANO-Soc.de Construções	2015-01-28	84.651
5010020419	Protocolo Levantamento Linha Évora	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	Município de Estremoz	2015-03-02	198.794
5010019021	M. CCiv.e BTens. CMSet. e Tunes-1º sem 15	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	Visacasa - Serv. Assist. Manut	2015-03-04	249.941
5010017861	levanta/ topográfico aos Túneis da REDE	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	REFER Engineering, S.A.	2015-03-04	248.500
5010018197	L.Norte - Est. Taludes - km 147	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	REFER Engineering, S.A.	2015-01-27	146.742
5010016174	LO-Fig Foz - Benef EP, edif contíguo	Empreitadas	Ajuste Directo	CONSTRUCENTRO - Construções	2015-01-28	247.839
5010019237	V.H. Janeiro 2015	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	Grupo 8-Vigilância Prev Electr	2015-01-15	361.233
5010019028	Manutenção BTensão CMLisboa - 1º sem 201	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	Visacasa - Serv. Assist. Manut	2015-03-04	239.997
5010016494	RL - Beneficiação inst CMC-MN	Empreitadas	Ajuste Directo	CADIMARTE - Construções, Lda	2015-02-13	118.000
5010018333	Sub.tab.metálico PI PK 160+432 L.Sines	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	REFER Engineering, S.A	2015-02-03	59.838
5010018635	RT.Tomar. Benef plataformas	Empreitadas	Ajuste Directo	CARVISOUTO-Escavações	2015-03-05	79.946
5010017963	Análise de Impactes Económicos	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	VTM. Cons. de Engenharia, Lda.	2015-01-22	74.800
5010018529	Projeto estabilização encosta Quebradas	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	REFER Engineering, S.A.	2015-02-19	84.213
5010016592	L.Alg-Cacela-Alteamento das plataformas	Empreitadas	Ajuste Directo	Rodrigues & Neves SA.	2015-01-15	139.838
5010017319	Inst. FO Campolide-C.F.Coima	Empreitadas	Ajuste Directo	PDT - Proj. Telecomunicações,	2015-01-22	125.705
5010016776	L.Alent-Const vedações	Empreitadas	Ajuste Directo	Santavares - Empreiteiros, Lda	2015-01-15	170.656
5010020412	RNE - Quota RNE Membership 2015	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	Rail Net Europe	2015-03-05	50.103
5010018515	Aq. Isoladores Cerisol	Acordo em Quantidade	Ajuste Directo	Cerisol - Isoladores Ceramicos	2015-02-19	54.057
5010019175	Aq. Cabo tipo VAV/XAV e SPGU	Acordo em Quantidade	Ajuste Directo	CABELTE-Cabos Elét e Telefónic	2015-03-13	54.902

Processo	Objeto	Tipo de Contrato	Tipo de Processo	Fornecedor	Data de assinatura	Preço Contratual (€)
5010019175	Aq. Cabo tipo VAV/XAV e SPGU	Acordo em Quantidade	Ajuste Directo	General Cable Cel Cat, Energia	2015-02-24	67.265
5010019178	Aq. Material sistema Convel	Acordo em Quantidade	Ajuste Directo	Bombardier Transportation Port	2015-01-05	165.479
5010015268	L.Douro – Km 46,065 a 103,050 DET	Empreitadas	Ajuste Directo	Maranhão - Soc de Construções	2015-01-15	119.865
5010018516	Aq. Cabo de cobre e cabo de bronze	Acordo em Quantidade	Ajuste Directo	FUTRIMETAL-Ind e Com de Prod M	2015-01-30	111.336
5010019019	M. BTensão CMEntronc. e Coimb.-1º sem 15	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	HELENOS, SA	2015-03-05	94.613
5010019030	M. CCivil CMEntronc. e Coimb.-1º Sem 15	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	CADIMARTE- Construções, Lda	2015-02-19	279.923
5010016807	LCint-Reabi muro contenção adj EstChelas	Empreitadas	Ajuste Directo	Nortejuvil-Sociedade de Constr	2015-01-22	55.823
5010015910	Projeto Modernização Meleças/Caldas LO	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	REFER Engineering, S.A.	2015-01-22	4.850.000
5010019309	Projeto de Estabilização do talude km263	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	REFER Engineering, S.A.	2015-01-22	127.371
5010019024	Manutenção BTensão CMForto - 1º sem 2015	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	AFAMUS	2015-03-13	159.996
5010017341	Inst. FO Sº Tirso-Guimarães e Nne-Braga	Empreitadas	Ajuste Directo	Conecticabo - Instalação	2015-01-22	118.365
5010020476	GIL-Regularização Repartição Custos-2015	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	GIL - Gare Intermodal de Lisboa	2015-02-10	807.544
5010020299	Fatura dos EIM	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	EIM-European Rail Infrastructures	2015-03-16	69.425
5010017766	5ª Adenda-SIP Correções e Melhorias	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	THALES PORTUGAL, SA	2015-03-04	191.203
5010018980	Linha Norte - Projeto PSP ao 315+616	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	REFER Engineering, S.A.	2015-02-18	58.469

O quadro seguinte apresenta a lista de fornecedores cujos fornecimentos à REFER, ultrapassaram, em 2014, um milhão de euros:

	[euros]
<b>Empresa</b>	<b>Valores Facturados em 2014</b>
Refer Telecom Serv Telecomun	21 843 617
Mota - Engil, Engenhar e Construção	14 258 014
EDP Comercial	11 784 353
THALES PORTUGAL, SA	8 747 388
Somafel - Eng.Obras Ferroviárias	7 599 545
Fergrupo - Const Tecnicas Ferr	6 513 385
Siemens, SA	5 920 313
Grupo 8-Vigilância Prev Electr	5 743 556
CP-Comboios de Portugal, E.P.E	5 657 344
Neopul - Soc Estudos Construções	4 638 828
REFER ENGINEERING, SA	4 619 717
Siemens,S.A.	3 712 330
Endesa Energia, S.A.	3 504 544
Futrifer-Indústrias Ferroviári	2 600 582
João Mata Lda	2 195 723
FUTRIMETAL-Ind e Com de Prod M	1 841 955
ArcelorMittal España, S.A.	1 674 224
GSET - Global, Serv. e Engenh	1 659 730
PorsolRail - Engenh., Construções	1 167 386
Petróleos de Portugal-Petrogal	1 161 157
CADIMARTE - Construções, Lda	1 056 290
GIL - Gare Intermodal de Lisbo	1 032 772
Microsoft Ireland Operations L	1 026 801

Nota: Valores com IVA incluído



## VIII. ANÁLISE SUSTENTÁVEL DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICO, SOCIAL E AMBIENTAL

Informação detalhada ver relatório de sustentabilidade 2014.

## IX. AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

A REFER cumpre as regras e obrigações de divulgação sobre as práticas de governo societário nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários aplicável às entidades emitentes de valores mobiliários no mercado regulamentado, assim como, no que lhe é aplicável o definido nas instruções enviadas pela DGTF através do seu ofício nº 1212 e respetivo aditamento.

De acordo com essas instruções deverá ser aferido no presente capítulo o cumprimento das recomendações relativas à estrutura e prática do governo societário e identificar as medidas tomadas nesse âmbito.

Em 2014 a REFER não recebeu qualquer recomendação no âmbito do artigo 54º do DL 133/2013 de 3 de outubro.



RELATÓRIO DE GESTÃO  
Demonstrações Financeiras  
Governo Societário  
e Sustentabilidade

**2014**

**PARTE IV**  
RELATÓRIO DE  
SUSTENTABILIDADE

# PARTE IV

## RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

Todos os relatórios da REFER se encontram disponíveis em [www.refer.pt](http://www.refer.pt).

**Rede Ferroviária Nacional – REFER, EPE**

Estação de Santa Apolónia

1100-105 Lisboa

[www.refer.pt](http://www.refer.pt)

Capital Social: 1.486.000.000 euros

NIF: 503 933 813

## Índice

1.	Enquadramento Global do Relatório.....	6
1.1.	Enquadramento e âmbito do Relatório de Sustentabilidade .....	6
1.2.	Requisitos e metodologia de elaboração do Relatório de Sustentabilidade .....	6
2.	Sobre a REFER e o Negócio Ferroviário.....	8
2.1.	A Empresa.....	8
2.2.	O Grupo REFER .....	11
2.3.	Os Principais Agentes no Setor Ferroviário Nacional.....	13
2.4.	Síntese do Contexto, a Estratégia de Gestão e Modelo de Organização .....	16
2.4.1.	O Contexto Externo e Principais Orientações Tutelares .....	16
2.4.2.	A Estratégia de Gestão .....	19
2.4.3.	O Modelo de Organização .....	23
2.4.4.	O Sistema de Gestão Integrado - SGI .....	24
2.4.5.	Valores Partilhados e Ética empresarial .....	25
2.5.	Inovação e Formação .....	26
2.6.	Desenvolvimento organizacional .....	28
2.7.	Gestão do Risco e Controlo Interno.....	28
2.8.	A Gestão da Marca e a Imagem do Grupo .....	29
2.9.	Informação ao Público .....	32
3.	Síntese do Ponto de Situação e Estratégia de Curto/Médio Prazo .....	34
3.1.	Vertente Económica.....	34
3.1.1.	Operações.....	34
3.1.2.	Manutenção.....	35
3.1.3.	Desenvolvimento da Rede e Investimento .....	37
3.1.4.	Contratação e Logística .....	39
3.1.5.	Análise Financeira.....	40
3.1.6.	Segurança da Infraestrutura .....	42
3.2.	Vertente Social (interna) .....	48
3.2.1.	Emprego.....	48
3.2.2.	Diálogo Social .....	51
3.2.3.	Desenvolvimento do Capital Humano.....	53
3.2.4.	Formação .....	54
3.2.5.	Segurança no Trabalho.....	57
3.2.6.	Diversidade e Oportunidade .....	59
3.2.7.	Ações de Melhoria do Clima Social .....	60
3.3.	Vertente Social (externa) .....	62
3.3.1.	Iniciativas e Apoio a Associações do Setor Ferroviário .....	62
3.3.2.	Iniciativas e Apoio a Associações da Sociedade Civil.....	62
3.4.	Vertente Ambiental.....	68
3.4.1.	Principais áreas de desenvolvimento .....	68
3.4.2.	Especialidades Transversais e Apoio Operacional.....	70
3.4.3.	Biodiversidade.....	76
3.4.4.	Consumo de Recursos.....	77
3.4.5.	Emissões, efluentes e resíduos .....	78
3.4.6.	Ruído.....	79
4.	Principais Indicadores .....	81
4.1.	Vertente Económica.....	81
4.1.1.	Operações.....	81
4.1.2.	Manutenção.....	82
4.1.3.	Desenvolvimento da Rede e Investimento .....	82
4.1.4.	Análise Financeira.....	83
4.1.5.	Gestão da Imagem do Grupo.....	86

4.1.6.	Informação ao Público .....	87
4.1.7.	Segurança da Infraestrutura .....	87
4.2.	Vertente Social (interna) .....	89
4.2.1.	Emprego.....	89
4.2.2.	Diálogo Social .....	93
4.2.3.	Formação .....	94
	Inovação.....	95
4.2.4.	Segurança no Trabalho.....	95
4.2.5.	Diversidade e Oportunidade .....	95
4.3.	Vertente Social (externa) .....	96
4.3.1.	Iniciativas e Apoio a Associações do Setor Ferroviário .....	96
4.3.2.	Iniciativas e Apoio a Associações da Sociedade Civil.....	96
4.4.	Vertente Ambiental.....	97
4.4.1.	Especialidades Transversais e Apoio Operacional.....	97
4.4.2.	Consumo de Recursos.....	104
4.4.3.	Emissões, efluentes e resíduos .....	106
4.4.4.	Ruído.....	107

## Índice de Quadros

Quadro 1 – Redação da Missão da REFER .....	20
Quadro 2 – Redação da Visão da REFER .....	20
Quadro 3 – Valores do Grupo REFER (Plano de Atividades 2015-2017) .....	25
Quadro 4 – Índice de Incidência – Dados da OIT e UIC .....	58
Quadro 5 – Índice de Incidência – GEP e MSSS .....	59
Quadro 6 – Evolução da utilização da Rede por tipo de Serviço .....	81
Quadro 7 – Evolução dos Índices de Qualidade da Via Larga .....	82
Quadro 8 – Evolução dos Gastos Operacionais .....	84
Quadro 9 – Evolução das Receitas .....	85
Quadro 10 – Evolução da Tarifa de Utilização por segmento .....	86
Quadro 11 – Evolução dos rendimentos não core por natureza de serviço .....	86
Quadro 12 – Visitas no Website .....	86
Quadro 13 – Respostas a Jornalistas, Notícias Geradas e Comunicados de Imprensa .....	87
Quadro 14 – Reclamações e distribuição por tempo de resposta .....	87
Quadro 15 – Acidentes Significativos por milhão de c.km .....	87
Quadro 16 – Composição de PN por tipo .....	88
Quadro 17 – Turnover 2008 a 2014 .....	90
Quadro 18 – Evolução da idade média .....	91
Quadro 19 – Processo de Mobilidade em Quantidades .....	93
Quadro 20 – Síntese dos Principais Indicadores de Atividade .....	94
Quadro 21 – Síntese dos Principais Indicadores de Atividade .....	95
Quadro 22 – Síntese dos Principais Indicadores de Atividade .....	95
Quadro 23 – Síntese dos Principais dados ao Nível da Segurança no Trabalho .....	95
Quadro 24 – Rácio M/F – VB por Categoria Profissional .....	96
Quadro 25 – Prestações de Serviço alvo de Acompanhamento Ambiental .....	97
Quadro 26 – Empreitadas alvo de Acompanhamento Ambiental .....	98
Quadro 27 – Programa de Auditorias de 2.ª Parte .....	101
Quadro 28 – Ações de Monitorização Ambiental realizadas .....	103
Quadro 29 – Encaminhamento de Resíduos Valorizáveis .....	106
Quadro 30 – Reaplicação de Materiais Para Uso Diferente do Original .....	106
Quadro 31 – GIF e respetiva cobertura com MER .....	107
Quadro 32 – Planos de Redução de Ruído – Ponto de Situação .....	108
Quadro 33 – Reclamações de ruído, desde 2003 por linha .....	108
Quadro 34 – Reclamações de ruído desde 2003 por concelho .....	109
Quadro 35 – Reclamações de ruído, desde 2003 por tipo de ruído .....	109
Quadro 36 – Medidas de Redução de Ruído (até 31/12/2014)* .....	109

## Índice de Figuras

Figura 1 – Participações REFER .....	13
Figura 2 – Representação dos principais agentes no mercado ferroviário nacional.....	14
Figura 3 – Representação das 5 fases do Modelo de Planeamento da Fusão.....	19
Figura 4 – Representação dos Objetivos Estratégicos do Grupo (Plano 2015-2017) .....	21
Figura 5 – Organograma da REFER .....	23
Figura 6 – Mapa de processos do Grupo REFER .....	24
Figura 7 – Ecopista do ramal do Montijo. ....	72
Figura 8 (a) – Cais coberto de Peso da Régua .....	74
Figura 8 (b) – Estação de Sendim .....	74
Figura 8 (c) – Estação de Castelo de Vide .....	74
Figura 9 (a) – Integração Paisagística – Ponte internacional de Valença.....	75
Figura 9 (b) – Integração Paisagística –Linha do Douro (construção de um falso túnel) .....	76
Figura 9 (c) – Integração Paisagística – Taludes na linha do Norte.....	76
Figura 10 – Evolução do índice de Pontualidade .....	81
Figura 11 – Síntese do Orçamento de Investimentos ILD e EAG .....	83
Figura 12 – Demonstração de resultados.....	84
Figura 13 – Evolução dos Rendimentos da Tarifa de Utilização .....	85
Figura 14 – Evolução do número de PN e ações desenvolvidas .....	88
Figura 15 – Sinistralidade em PN – Acidentes e consequências nos últimos 15 anos.....	89
Figura 16 – Evolução do Efetivo na REFER.....	90
Figura 17 – Saída de Pessoas da REFER por motivo em 2014 .....	90
Figura 18 – Evolução da Estrutura Etária .....	91
Figura 19 – Evolução da Estrutura de Antiguidades .....	92
Figura 20 – Evolução dos Níveis de Qualificação do Pessoal REFER .....	92
Figura 21 – Distribuição dos Colaboradores REFER .....	93
Figura 22 – Taxa de Sindicalização.....	94
Figura 23 – Distribuição - Pessoal Sindicalizado.....	94
Figura 24 – Rácio Homens/Mulheres - REFER .....	96
Figura 25 – Constatações - Programas de Auditorias de Ambiente .....	102
Figura 26 – Ecopistas e Ciclovias em Utilização .....	103
Figura 27 – Evolução do Consumo de Travessas.....	104
Figura 28 – Evolução do Consumo de Carril.....	104
Figura 29 – Evolução do Consumo de Produtos de Deservagem .....	105
Figura 30 – Evolução do Consumo Energético Direto.....	105

## 1. Enquadramento Global do Relatório

### 1.1. Enquadramento e âmbito do Relatório de Sustentabilidade

*O RS é parte integrante do Relatório de Gestão complementando a sua informação*

O presente documento constitui o Relatório de Sustentabilidade (RS) da REFER, e pretende relatar os aspetos relevantes registados durante o ano de 2014 neste domínio.

O Relatório de Sustentabilidade é parte integrante do Relatório de Gestão para o ano mencionado, pretendendo-se dar visibilidade a práticas particulares de gestão adotadas e dentro do conceito de sustentabilidade.

O propósito essencial deste relatório é sistematizar e sintetizar a informação relevante para as partes interessadas internas e externas à empresa, permitindo-lhes compreender as diferentes dimensões essenciais à gestão da empresa.

Este documento invoca alguns conteúdos que surgem melhor desenvolvidos em capítulos próprios no Relatório de Gestão.

*O âmbito do RS incide sobre a empresa mãe do Grupo*

Cada uma das empresas do grupo REFER deve produzir o seu relatório de gestão de forma individualizada, pelo que o presente RS diz respeito à empresa mãe do Grupo e reporta ao ano civil de 2014.

Quando os dados sejam apresentados consolidados ao nível do Grupo REFER tal será indicado.

Relativamente ao perímetro da atividade, há a destacar a alteração ocorrida a 1 de dezembro de 2014, com a transferência efetiva dos Terminais de Mercadorias e respetiva gestão para a esfera da REFER. Esta alteração teve o seu impacto mais relevante sobre os indicadores de Investimentos de Longa Duração e obrigou a organização a preparar-se para integrar esta nova atividade com um carácter operacional e distinto daquele que é a sua matriz habitual.

### 1.2. Requisitos e metodologia de elaboração do Relatório de Sustentabilidade

*RS uma prática contínua com 9 anos*

A elaboração do RS da REFER decorre de uma prática continuada desde o ano de 2005, altura em que, pelo Despacho n.º 26 811/2004 de 24 de dezembro, se determinou que as empresas da tutela dos transportes deveriam passar a incluir o relatório de sustentabilidade no contexto dos respetivos relatórios de gestão.



### A oportunidade para revelar aspetos relevantes da gestão

O relatório de sustentabilidade, parte integrante do relatório de gestão, constitui uma oportunidade para revelar uma parte da gestão, que muitas vezes não é evidente e que é geradora de uma mais-valia importante para a sociedade em geral.

Isto é tão mais importante numa empresa como a REFER, em que o serviço público é parte intrínseca da sua missão.

### Inspirada na metodologia GRI

Desde 2005 a REFER tem procurado desenvolver os seus RS, considerando as orientações do Global Reporting Initiative (GRI).

Contudo, aplica a metodologia de uma forma adaptada à sua realidade, designadamente, à sua cultura de gestão e contexto.

Um dos aspetos que importa realçar é que a identificação dos temas relevantes para o relatório, assenta numa reflexão interna das equipas que mais diretamente contribuem para o mesmo.

### A forma como se encontra estruturada a informação

O RS 2014 está estruturado de forma a ir de encontro à metodologia essencial do GRI pelo que:

- a) no segundo capítulo, identifica-se o objeto e o âmbito do relatório, apresenta-se uma síntese da informação relevante sobre o contexto de gestão da REFER, sendo de referir que é dado algum desenvolvimento ao mesmo por causa da mudança de paradigma na gestão da empresa por força das determinações do Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (PETI 3+);
- b) no terceiro capítulo apresenta-se informação que retrata os principais domínios relevantes no quadro da sustentabilidade, revelando um ponto de situação sintético e uma perspetiva das principais linhas de trabalho no curto prazo;
- c) no quarto e último capítulo, são apresentados os indicadores de desempenho disponíveis, sempre que permitam revelar uma tendência.

Em complemento ao referido na alínea c), ao longo do texto são apresentados outros dados numéricos relevantes que são realçados. Quando tais dados não possuam informação que permita constituir uma série temporal, são apenas apontados no 3.º capítulo.

É importante referir que a revisão do modelo de gestão e controlo introduzido em 2013 e consolidado com a implementação do Sistema de Gestão Integrado ao longo de 2014, permitiu identificar um novo quadro de indicadores, que será retratado na medida do aplicável a este contexto em particular.

### Em 2014 coloca-se o foco no trabalho efetuado ao nível do SGI, na reorganização do sector prevista no PETI 3+ e nos aspetos sociais internos e externos

O presente relatório coloca especial ênfase em:

- a) dar conta da evolução registada ao nível da estratégia e modelo de organização e governação do grupo REFER, com especial ênfase na estruturação do SGI, como ferramenta de apoio à gestão, que foi alvo de um processo de certificação, alcançado com sucesso no final de 2014;
- b) enquadrar os desenvolvimentos que decorrem do PETI 3+, quer ao nível da reorganização do sector dos transportes terrestres, quer na estratégia de desenvolvimento da rede;
- c) persistir na preocupação de dar visibilidade à dimensão social interna e externa.

## 2. Sobre a REFER e o Negócio Ferroviário

### 2.1. A Empresa

#### *A empresa que gere a infraestrutura ferroviária e os bens do Domínio Ferroviário*

A Rede Ferroviária Nacional — REFER, E. P.E (adiante designada por REFER) é a empresa pública criada em 1997 (por via do DL n.º 104/97 de 29 de Abril) para assegurar a gestão da rede ferroviária assim como dos bens que integram o Domínio Público Ferroviário (DPF) designadamente, toda a componente da infraestrutura ferroviária, o património edificado e os terrenos associados.

Fazem parte das atividades da REFER operar e manter a infraestrutura, assim como, a concretização dos investimentos, por delegação do Estado Português.

Com efeito a REFER tem como único acionista o Estado Português, tendo como tutelas diretas o Ministério da Economia e o Ministério das Finanças.

Até 1997 competia à empresa Caminhos de Ferro de Portugal (CP) a gestão integrada das infraestruturas ferroviárias mencionadas assim como a operação do material circulante.

Com a alteração de modelo preconizado nessa altura, a operação dos comboios foi segregada da componente de gestão da infraestrutura, ficando a REFER com a responsabilidade por esta última, destacando-se na sua missão o comando da circulação e a gestão da capacidade da rede.

Esta alteração de modelo resultou das novas diretrizes europeias, que no essencial visavam estabelecer a base para o surgimento de um mercado europeu concorrencial e interoperável na operação ferroviária.

Como referido anteriormente, o perímetro de atividade desenvolvida na REFER modificou-se no final do ano de 2014, passando a empresa a ser responsável pela gestão dos Terminais de Mercadorias anteriormente confiados à CP Carga.

Como tal, passa a ter no âmbito da sua oferta, desde 1 de dezembro de 2014, a disponibilização destes espaços aos operadores logísticos na interface rodoferroviária, assegurando todo o trabalho inerente à gestão (administrativa e operacional) das cargas contentorizadas.

### O Negócio Ferroviário

Pelo serviço público de gestão da infraestrutura ferroviária, é conferido à REFER o direito de cobrar tarifas devidas pela utilização desta infraestrutura.

A metodologia a aplicar na determinação das tarifas está inscrita no Regulamento nº 630/2011, de 12 de dezembro, publicado pelo Instituto da Mobilidade e Transportes (IMT).

Esta atividade assegura o relacionamento comercial com as empresas de transporte ferroviário e o mercado em geral.

Para tal, em cumprimento das disposições do Decreto-Lei nº 270/2003, republicado pelo Decreto-Lei nº 151/2014, de 13 de outubro, a REFER publica anualmente o Diretório da Rede, que visa fornecer às empresas de transporte ferroviário a informação essencial de que necessitam para o acesso e utilização da infraestrutura ferroviária nacional.

O Diretório da Rede é um documento, onde constam as características da rede ferroviária nacional (RFN), as condições gerais de acesso, e outros serviços conexos com a atividade ferroviária prestados pela REFER aos operadores ferroviários. Neste documento são igualmente divulgados os princípios de tarifação e o tarifário, apresentando, quanto a este, a metodologia e as regras aplicadas.

Assim, o Diretório da Rede contém a relação das regras gerais, prazos, procedimentos e critérios relativos aos regimes de tarifação e de repartição da capacidade, incluindo também outras informações necessárias para viabilizar a candidatura à utilização da infraestrutura.

### Os Serviços Ferroviários proporcionados pela REFER

A REFER disponibiliza aos operadores os seguintes serviços:

**Serviços Essenciais** - compreendem todas as prestações necessárias ao efetivo exercício do direito de acesso à infraestrutura, sendo que de importa destacar neste âmbito as atividades de Comando da Circulação e da Gestão da Capacidade da Rede.

**Serviços Adicionais** - serviços que podem ser prestados pela REFER, nomeadamente: Disponibilização de energia elétrica para tração nos termos previstos na legislação aplicável; Manobras; Estacionamento de material circulante; e Contratos especiais relativos a transportes excecionais.

**Serviços Auxiliares** - serviços que a REFER pode prestar nas instalações identificadas, nomeadamente: Fornecimento de informações de natureza comercial; Disponibilização de instalações operacionais em estações; Disponibilização de espaços para instalação de equipamentos em áreas comuns das estações; Fornecimento de mão-de-obra para atividades operacionais dos Operadores (abastecimento de gasóleo e outros); Acesso à rede de telecomunicações (nos termos constantes de documento específico, que será facultado aos interessados mediante solicitação); Instrução de processos de autorização de circulação na rede ferroviária nacional; e Realização de estudos de capacidade ou de viabilidade de cenários de oferta.

**A Gestão dos Terminais de Mercadorias** – desde o dia 1 de dezembro de 2014, a REFER assumiu a gestão operacional e comercial do conjunto dos 14 terminais transferidos da CP Carga, dando cumprimento ao estabelecido no Despacho Conjunto da Secretaria de Estado

do Tesouro e da Secretaria de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, de 23 de abril de 2014. Destas infraestruturas merecem destaque os terminais da Bobadela e de Leixões, no que toca à atividade logística de transporte de carga contentorizada e o terminal de Loulé, pela sua importância estratégica na cadeia de abastecimento de jet-fuel ao aeroporto de Faro.

**A Atividade Internacional** – Seguindo a estratégia de sustentabilidade, a REFER tem vindo a procurar novos mercados para potenciar o seu conhecimento e recursos, obtendo novas fontes de receita para a empresa, enquadrando-se neste âmbito a disponibilização do seu know-how específico nas diferentes dimensões do negócio, planeamento, engenharia de projeto e manutenção.

#### Síntese dos Principais Indicadores de Serviço

A Rede Ferroviária é hoje composta por cerca de **2.544 km de linhas em exploração** de um **total de 3.619 km** (incluindo linhas exploradas, não exploradas e concessionadas).

É uma rede predominantemente em via larga (bitola ibérica) sendo apenas **112 km em via estreita** (bitola-métrica). A **extensão eletrificada é de 1.630 km** incidindo apenas nos trechos em via larga.

O principal indicador de nível de serviço é dado em km percorridos em comboio, abreviadamente, Comboio.km, ou, CK

Deste modo, em 2014 a REFER proporcionou a circulação de **36,9 milhões de CK**, mantendo um **índice de pontualidade** global de **85%**.

#### A manutenção da Rede Ferroviária Nacional

A concretização das operações está muito dependente da manutenção dos ativos da infraestrutura.

Para esse efeito são realizadas, de forma constante, ações de manutenção nas especialidades de via, catenária, sinalização, telecomunicações, baixa tensão, construção civil, apenas para identificar as mais expressivas em termos de volume de trabalho.

Trata-se de um trabalho perene e essencial para o ciclo de vida dos ativos, desenvolvendo-se em três níveis, a saber:

- **Manutenção Preventiva Sistemática (MPS)** - atividade de inspeção e execução baseada em roteiros de ações pré-definidas, calendarizadas num plano anual e adaptadas à especificidade de cada equipamento;
- **Manutenção Preventiva Condicionada (MPC)** - atividade de execução programada no tempo, de modo a garantir a reposição da funcionalidade e aptidão dos equipamentos, após a deteção de anomalias no decurso de ações de MPS;
- **Manutenção Corretiva (MC)** - atividade de execução desencadeada em função de necessidade imediata de reparação de falha. Pelas suas características esta intervenção não é sujeita a planeamento.

#### O Investimento no Desenvolvimento da Rede

O investimento na REFER, tal como noutras empresas, é uma atividade primordial para:

- a) substituir ativos que chegaram ao fim da sua vida útil ou
- b) incrementar o desempenho do sistema, melhorando a especificação técnica das linhas existentes ou criando novas ligações.

Faz parte da missão da REFER propor os investimentos que se enquadrem nas políticas e estratégias de investimento público definidas pela sua tutela, bem como, desenvolver e executar os investimentos previamente aprovados.

O PETI 3+ constitui, desde abril de 2014, o instrumento de orientação para a programação dos investimentos da REFER no horizonte temporal 2014-2020.

## 2.2. O Grupo REFER

*O Grupo REFER é um espelho das suas diferentes áreas de competência e do seu mercado*

O trabalho que é desenvolvido de forma perene na empresa, vai mais além das atividades que permitem o cumprimento do seu objeto essencial.

A necessidade de desenvolvimento de competências particulares e adaptadas ao seu negócio, significa que a REFER detém na sua matriz, as diferentes especialidades técnicas necessárias à operação da infraestrutura.

Por isso na empresa destaca-se uma forte componente de engenharia ferroviária (reunindo valências singulares neste domínio) de telecomunicações e de gestão de património.

Assim, na empresa mãe do grupo agregam-se atualmente as funções essenciais à operação, designadamente, a gestão da capacidade, o comando da circulação e a manutenção. Reúnem-se ainda os serviços partilhados suporte da atividade de gestão das empresas do grupo.

Todavia, o grupo REFER completa-se com 3 empresas que pela sua especificidade se inserem em nichos de mercado complementares à empresa mãe.

Sendo instrumentais para a satisfação das necessidades ferroviárias, o propósito da sua criação visa também o aproveitamento e rentabilização de ativos não totalmente utilizados pela atividade ferroviária. Essas empresas são:

- a) A **REFER Engineering S.A.** – em fevereiro de 2013, foi alterada a denominação da Ferbritas para REFER Engineering tendo como objeto a prestação de serviços de consultoria e realização de estudos e projetos de engenharia.

Exerce atividades nas áreas de transportes, logística e outras, cobrindo a conceção, desenvolvimento, gestão, manutenção e exploração das respetivas infraestruturas; a prestação de serviços de consultoria e de assistência técnica; o exercício das atividades de cartografia, topografia, cadastro e expropriações; a prestação de serviços de gestão integrada de empreendimentos e de fiscalização; a prestação de serviços na área da gestão da qualidade, ambiente e segurança.

- b) A **REFER Património S.A.** - Administração e Gestão Imobiliária S.A. – tem como missão a gestão do património imobiliário a cargo da REFER, assegurando a sua eficiente utilização, valorização e rentabilização, em consonância com os objetivos de gestão da infraestrutura ferroviária.

Realiza atividades no domínio da valorização, rentabilização e requalificação do património imobiliário não afeto à exploração ferroviária, na criação e atualização do cadastro do Domínio Público Ferroviário (DPF), assim como, na gestão, manutenção e administração corrente das estações, dos empreendimentos imobiliários e do restante património não afeto à exploração.

Estes serviços têm um forte impacto no utente, quer ele seja o passageiro ferroviário, um concessionário ou o utilizador do património desativado e requalificado, por exemplo, uma ecopista.

- c) **REFER TELECOM – Serviços de Telecomunicações, S.A.** – tem como objeto o estabelecimento, gestão e exploração de infraestruturas, sistemas de telecomunicações e sistemas de informação ao serviço do Grupo REFER.

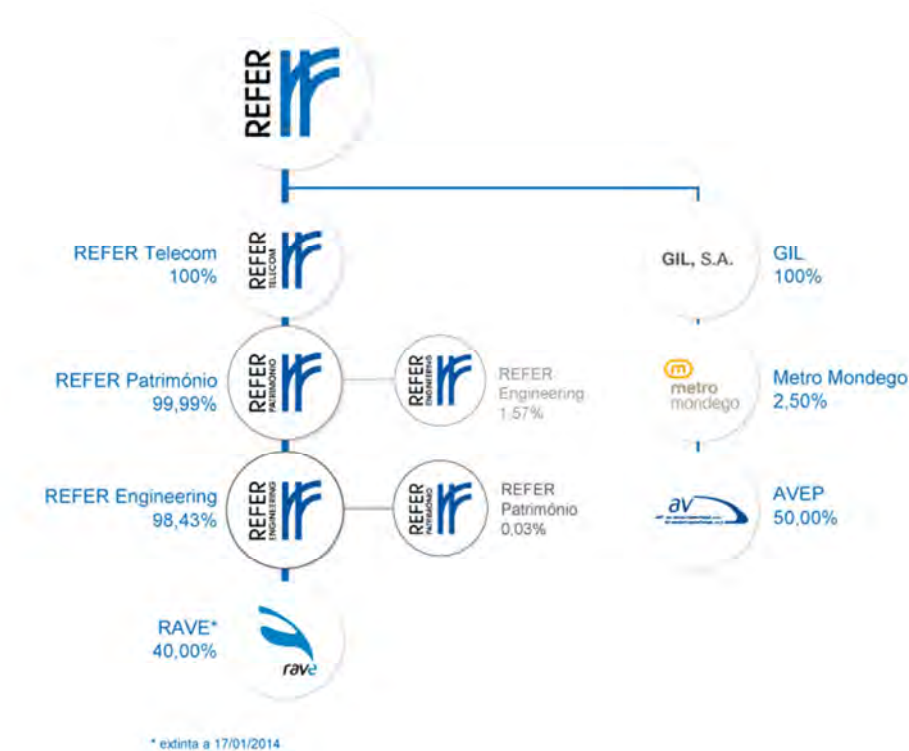
A sua missão consiste em assegurar a gestão eficaz da infraestrutura de telecomunicações concessionada pela REFER garantindo-lhe a excelência na prestação de um conjunto alargado de serviços e a vanguarda do que mais moderno se faz na área das TIC (Tecnologias de Informação e Comunicações) bem como a obtenção de mais-valias junto do mercado em geral.

Como se referiu, para além da prestação de serviços de Telecomunicações Ferroviárias, a REFER Telecom presta também o apoio ao Grupo no que diz respeito à gestão e desenvolvimento dos sistemas de informação que suportam a sua atividade.

Paralelamente à atividade direcionada para o Grupo REFER, a REFER Telecom tem assegurado também o fornecimento de infraestrutura de fibra ótica e instalações de suporte aos operadores de telecomunicações.

A REFER Telecom está licenciada pela Autoridade Nacional de Telecomunicações (ANACOM) como Prestador de Serviço Fixo Telefónico como Operador de Redes Públicas no Território Nacional e registada enquanto Prestador de Serviços de Transmissão de Dados e Serviços Internet. Em 2009 a REFER Telecom passou também a ser Operador de serviços de voz através da Internet (VoIP) de uso nómada e Operador autorizado a operar o Sistema GSM-R nas faixas de frequências de 876 – 880 MHz e 921 – 925 MHz.

Figura 1 – Participações REFER



### 2.3. Os Principais Agentes no Setor Ferroviário Nacional

O modelo ferroviário Português assenta essencialmente em três grupos de entidades, designadamente, as entidades tutelares sectoriais, o gestor de infraestrutura ferroviária e os operadores.

Acresce naturalmente o papel do estado que além de ser o acionista da empresa determina um conjunto de políticas relevantes, com impacto relevante a diferentes níveis como sejam a gestão de pessoas e os investimentos.

#### A entidade reguladora

O Instituto de Mobilidade e dos Transportes, I.P. (IMT) é a entidade tutelar com a competência na regulação do setor ferroviário.

Por sua vez, o Gabinete de Investigação de Segurança e de Acidentes Ferroviários (GISAF) é a entidade que tem por missão a investigação de acidentes ferroviários, sendo independente do regulador, operadores e gestor de infraestrutura.

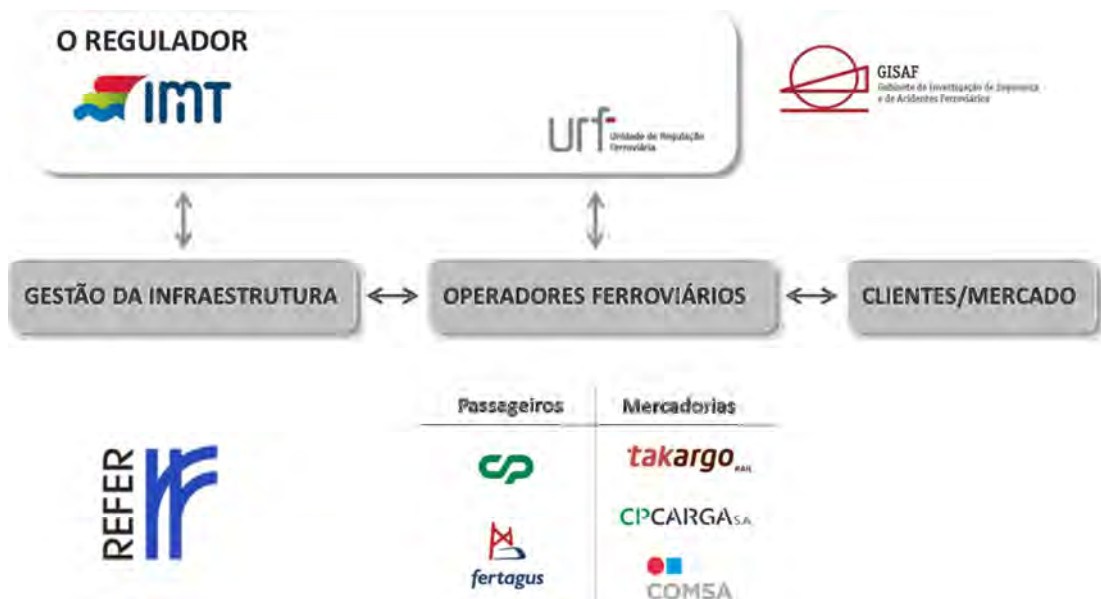
Os operadores ferroviários - principais clientes das operações da REFER

Como se referiu, a REFER é a entidade que tem por missão essencial a gestão da Rede Ferroviária Nacional e os operadores são os seus clientes diretos no que diz respeito à componente estritamente ferroviária.

No que diz respeito aos operadores, estes dividem-se segundo o seu nicho particular de mercado, ou seja, o transporte de passageiros e o transporte de mercadorias.

Presentemente, há duas empresas a assegurar o transporte de passageiros na rede nacional que são a Comboios de Portugal E.P.E e a Fertagus S.A. No setor das mercadorias destaca-se a empresa CP Carga (do grupo CP), a Takargo e a Comsa sendo estas duas últimas, empresas do setor privado.

Figura 2 – Representação dos principais agentes no mercado ferroviário nacional



A representação anterior é uma simplificação, no sentido em que reflete a componente de serviços essenciais ferroviários que constitui o cerne da missão da REFER.

A CP - Comboios de Portugal é o operador que mais impacto tem na atividade da REFER, constituindo cerca de 79% no total de Ck utilizados na infraestrutura.

Na realidade o mercado do Grupo REFER é mais vasto como se viu, posicionando-se as empresas do grupo em nichos específicos nos mercados de engenharia, das telecomunicações e da gestão patrimonial (incluindo a componente de gestão das estações e respetivos comerciais).

Nesse sentido, os clientes diretos daquelas empresas são mais diversos (empresas de engenharia, entidades promotoras de obras públicas nacionais e internacionais, operadores de telecomunicações, empresas que exploram áreas comerciais) sendo que, é importante



realçar que os clientes finais dos operadores de transporte de passageiros e dos espaços comerciais nas estações, são também os clientes mais relevantes da REFER Património que tutela a gestão das Estações integrantes no Domínio Ferroviário.

Com a integração dos Terminais Ferroviários na esfera de gestão da REFER alarga-se também o leque de clientes diretos da empresa. Deste modo, passam a integrar este universo as empresas que procuram a interface rodoferroviário para movimentação de cargas contentorizadas.

#### Os Fornecedores

Importa também destacar o conjunto das principais empresas que são parceiras da REFER na prossecução da sua missão.

Presentemente, o maior volume de trabalho que a REFER contrata no mercado para garantir as suas operações resulta da necessidade de manter a infraestrutura ferroviária.

Esta progressiva contratação externa dos trabalhos de manutenção constitui, há muito, uma das grandes alterações de paradigma na gestão do caminho-de-ferro em Portugal.

Assim, são parte importante neste desiderato as **empresas que asseguram a manutenção** dos sistemas de sinalização, telecomunicações, via e catenária. Acrescem as empresas que asseguram as operações de manutenção de sistemas de baixa tensão, construção civil (cuja ação incide essencialmente no parque de edifícios ao serviço das operações) subestações, deservagem da via, aparelhos de mudança de via, ascensores e tapetes rolantes para destacar as mais relevantes.

Destacam-se ainda as **empresas de obras públicas** que são parceiros na concretização das empreitadas necessárias à modernização e manutenção da infraestrutura e equipamentos ferroviários. Estas empresas têm uma composição diversa em termos da sua dimensão, que reflete ainda a diversidade de investimentos que são realizados de forma corrente na REFER.

Por fim, há que destacar as **empresas fornecedoras de bens e equipamentos** algumas das quais a produzir bens de utilização muito exclusiva ao caminho-de-ferro, como sejam travessas (de betão ou de madeira), carril e balastro para designar os materiais que representam o maior volume de fornecimentos à empresa.

Um dos objetivos traçados pela REFER no contexto da sua estratégia de internacionalização, tem também em conta a possibilidade de estabelecer parcerias com os seus fornecedores, facilitando a internacionalização dos seus negócios ou contribuir para a sua consolidação além-fronteiras. Pretende-se fomentar uma relação simbiótica que contribua para melhorar as condições de sustentabilidades dos diferentes negócios, alargando o horizonte de mercado.

## 2.4. Síntese do Contexto, a Estratégia de Gestão e Modelo de Organização

### 2.4.1. O Contexto Externo e Principais Orientações Tutelares

#### O Programa de Assistência

Em 2014 concluiu-se com êxito o programa de assistência financeira concedido ao Estado Português.

Contudo, é reconhecida a necessidade de continuar o caminho de ajustamento e reformas iniciado com este programa, consolidando o percurso de equilíbrio e sustentabilidade das contas públicas.

Mantem-se, portanto, a necessidade de um controlo da despesa do Estado, continuando a exigir-se o mesmo alinhamento às empresas que integram o perímetro de consolidação orçamental do Estado, como é o caso da REFER.

No domínio interno a expressão desse alinhamento surge com o Plano 2015-2017 da REFER, que volta a reforçar a ideia central da sustentabilidade como um objetivo essencial para a viabilização da empresa.

#### A REFER em linha com o País

Considerando a sua natureza de empresa pública a gestão da REFER está, naturalmente, alinhada com as políticas nacionais nas suas diferentes dimensões.

A sua atividade está também balizada pelas diretrizes enunciadas no Orçamento do Estado, com as inerentes repercussões ao nível da gestão das pessoas, do investimento e da manutenção.

Para além de atuar no lado da despesa, desde 2013 a REFER adotou uma postura mais ativa na procura de novas fontes de receita, de modo a conseguir alcançar o almejado equilíbrio operacional. Este foi um dos aspetos mais evidentes do Plano 2014-2016 e que foi reiterado no Plano 2015-2014.

O ano de 2014 começou a evidenciar alguns resultados dessa estratégia dando sinais encorajadores que se pretendem consolidar e potenciar.

#### O Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas – PETI 3+

O **PETI 3+ - Horizonte 2014-2020** é apresentado pelo Governo a 3 de abril de 2014, surgindo na sequência do trabalho efetuado no âmbito do Plano Estratégico dos Transportes — Mobilidade Sustentável – 2011-2015 (aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros 45/2011, de 10 de Novembro) e do Grupo de Trabalho com a missão de produzir as recomendações ao Governo relativamente ao investimento em Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado (GTIEVA) designado pelo Despacho n.º 11215-A/2013 de 29 de agosto de 2013 da Secretaria de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações.

O PETI 3+ surge alinhado com as principais estratégias inscritas nos documentos que o antecederam e constitui a orientação essencial para o setor dos transportes no horizonte identificado.

Nas orientações do PETI 3+ há a destacar:

- a) a estratégia delineada para os investimentos nas redes de infraestruturas de transporte, apresentadas numa lógica integrada, assente num diálogo entre as entidades representativas do setor e evidenciando a prioridade num conjunto relevante de investimentos na rede ferroviária;
- b) o modelo proposto para a gestão da rede rodoviária e rede ferroviária.

No PETI 3+ os investimentos estão enquadrados em 5 eixos de desenvolvimento. Aos eixos mencionados acresce um adicional que diz, especificamente, respeito ao transporte público de passageiros, onde também constam investimentos no setor ferroviário.

Um aspeto muito relevante para a REFER, é o reconhecimento explícito do estudo de um novo modelo contemplando a gestão conjunta das infraestruturas de transporte rodoviário e ferroviário. Com efeito, o PETI 3+ consagra a fusão das Estradas de Portugal (EP) com a REFER.

De acordo com o PETI 3+, com a fusão pretendem-se alcançar os seguintes objetivos principais:

- a) uma visão integrada da gestão das duas infraestruturas, melhorando o planeamento e organização das redes, viabilizando ainda a rentabilização de recursos;
- b) uma redução dos encargos de funcionamento por via de sinergias importantes ao nível operacional;
- c) potenciar as receitas não "core".

As projeções financeiras das duas empresas permitem concluir, que em conjunto são sustentáveis do ponto de vista das suas operações, gerando receitas que excedem os seus encargos operacionais. O propósito essencial é garantir que a futura empresa não depende do Estado para financiar a sua operação, aliviando o seu peso no Orçamento do Estado.

Sem prejuízo disso, face aos encargos assumidos pelas empresas no passado recente, esta é uma realidade que só será possível a médio prazo e na medida em que seja possível gerar a confiança das entidades financiadoras.

Por último, importa destacar que o plano explicita ainda a transferência dos Terminais de Mercadorias para a esfera da gestão da REFER com o propósito de pôr em prática o princípio do livre acesso a estas infraestruturas por todos os operadores. Do mesmo modo recomenda o estudo da transferência da gestão de outros equipamentos tais como os postos de abastecimento de gasóleo e básculas.

#### *O arranque do Processo de Fusão REFER/EP com a nomeação da Comissão de Planeamento*

Na sequência do PETI 3+ foi designada a 6 de agosto de 2014 a Comissão de Planeamento com o objetivo de ‘... assegurar... a preparação dos trâmites necessários ao processo de fusão...’ da REFER e EP - Estradas de Portugal, SA (conforme Despacho 10145-A/2014).

Neste despacho consagra-se a designação da futura empresa, resultante da fusão pretendida que se passará a chamar **Infraestruturas de Portugal**.

Os trabalhos a desenvolver pela Comissão de Planeamento foram sistematizados nos seguintes pontos principais:

- Definição da modalidade jurídica da fusão e do modelo de governo da futura empresa Infraestruturas de Portugal;
- Redação dos estatutos da futura empresa, em linha com as orientações do acionista;
- Definição do plano estratégico (incluindo plano de negócios)... para o triénio 2015-2017;
- Definição da estratégia de sustentabilidade financeira;
- Desenho do modelo organizacional, incluindo uma unidade de gestão de mudança;
- Definição do plano "quick wins";
- Definição da estratégia de integração de sistemas de informação e dos sistemas operacionais interoperáveis;

A Comissão de Planeamento designada integrou, maioritariamente, elementos do Conselho de Administração das duas empresas, tendo sido definida a seguinte composição:

- Dr. António Manuel Palma Ramalho (Coordenador) – Presidente do Conselho de Administração da EP;
- Dr. José Serrano Gordo – Vice-Presidente do Conselho de Administração da EP;
- Eng.º José Luís Ribeiro dos Santos – Vice-Presidente do Conselho de Administração da REFER;
- Dr. Alberto Manuel de Almeida Diogo – Vogal do Conselho de Administração da EP;
- Dra. Vanda Cristina Loureiro Soares Nogueira – Vogal do Conselho de Administração da EP;
- Dr. José Carlos de Abreu e Couto Osório.

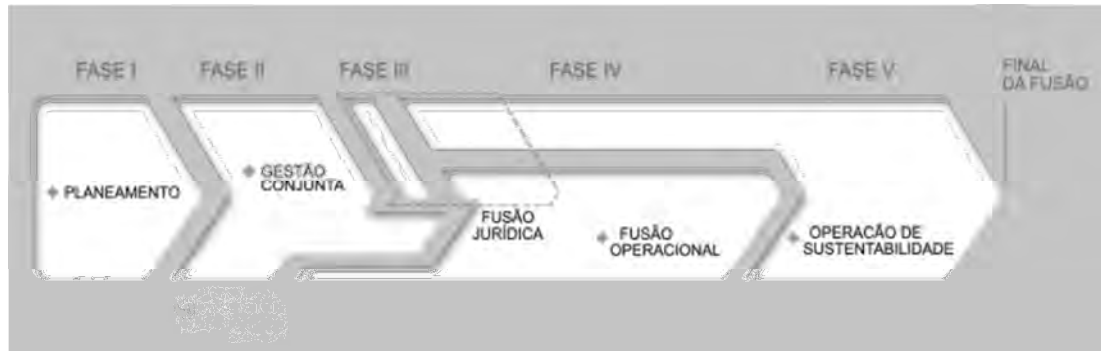
#### O Modelo de Planeamento da Fusão REFER/EP

Em dezembro de 2014 foi apresentado o modelo de planeamento do processo de fusão em curso.

A fase de planeamento envolveu uma recolha exaustiva de informação junto das empresas num trabalho coordenado pela Comissão e envolvendo elementos chave das duas empresas.

O modelo de planeamento compreende 5 fases representadas na figura, que se intercalam em determinados momentos do processo.

Figura 3 – Representação das 5 fases do Modelo de Planeamento da Fusão



#### A Fase II - Gestão conjunta REFER e EP

A Resolução 2/2015 dá nota da aprovação a 31 de dezembro de 2014, do novo Conselho de Administração da REFER e cuja composição é comum ao Conselho de Administração da EP nomeado, na mesma data, dando assim início à fase 2 do modelo em causa.

O Conselho de Administração assume as suas funções no dia 1 de janeiro de 2015 com a seguinte composição:

- Dr. António Manuel Palma Ramalho - Presidente do Conselho de Administração;
- Eng.º José Luís Ribeiro dos Santos – Vice-Presidente do Conselho de Administração;
- Dr. José Serrano Gordo – Vogal do Conselho de Administração;
- Dr. Alberto Manuel de Almeida Diogo – Vogal do Conselho de Administração;
- Dra. Vanda Cristina Loureiro Soares Nogueira – Vogal do Conselho de Administração;
- Dr. José Carlos de Abreu e Couto Osório – Vogal do Conselho de Administração;
- Dr. Adriano Rafael de Sousa Moreira – Vogal do Conselho de Administração;

#### **2.4.2.A Estratégia de Gestão**

##### A Sustentabilidade é o ponto central do Plano do Grupo REFER

No Plano de 2015-2017 (cuja elaboração ficou concluída em junho de 2014) mantém-se a ideia chave do Plano 2014-2016, que elege a sustentabilidade como o cerne da estratégia de gestão da empresa.

O balanço da atividade realizada no âmbito do plano 2014-2016, revela que as principais transformações foram implementadas, notando-se progressos nos objetivos e metas fixados.

Todavia, destacou-se a necessidade de desenvolver e consolidar mudanças em curso e ajustar estratégias nalgumas áreas. A gestão das pessoas, dos ativos, do conhecimento e da inovação, tal como a internacionalização, são temas que surgem no Plano 2015-2017 com relevância acrescida.

No que diz respeito ao contexto externo, o Plano manteve atuais os pressupostos anteriores e apresenta novos desafios.

Como objetivo essencial, destaca-se a necessidade de se alcançar a sustentabilidade nas operações da REFER, eliminando os défices crónicos que contribuíram, em parte, para o endividamento conhecido.

Mais uma vez coloca-se a tónica no esforço de redução de custos, mas também no empenho em encontrar novas fontes de receita.

Consolida-se a necessidade de favorecer e dinamizar uma cultura de empreendedorismo, procurando novos mercados, estabelecendo parcerias para rentabilizar as suas competências, desenvolvendo novos produtos e rentabilizando os que foram por si implementados com sucesso.

*A Missão e Visão da REFER são revistas – sustentabilidade, coesão e internacionalização*

A missão da REFER foi revista em 2013 de modo a tornar evidente as preocupações inerentes à estratégia, mas também para destacar aspetos relevantes e desde sempre associados ao projeto de empresa, como sejam a coesão social e territorial.

**Quadro 1 – Redação da Missão da REFER**

Missão	
Formulação Atual	Redação Anterior
Proporcionar ao mercado uma rede ferroviária segura e eficiente, orientada por critérios de sustentabilidade e para a coesão social e territorial do país, otimizando a utilização dos ativos materiais, tecnológicos e humanos à sua disposição.	<i>Proporcionar ao mercado uma infraestrutura de transporte competitiva, gerindo e desenvolvendo uma rede ferroviária eficiente e segura, respeitando o meio ambiente.</i>

Concomitantemente, foi efetuada a revisão da visão, por forma a dar visibilidade à opção estratégica da empresa e a preocupação em considerar um horizonte mais alargado de mercado quer em termos de produtos quer em termos geográficos.

**Quadro 2 – Redação da Visão da REFER**

Visão	
Formulação Atual	Redação Anterior
O Grupo REFER será uma referência internacional na gestão eficaz e sustentável da infraestrutura ferroviária e na prestação de serviços associados.	<i>A REFER será uma referência europeia na gestão da infraestrutura ferroviária</i>

*O Foco Estratégico da Gestão*

Os objetivos do Grupo orientam-se em torno de quatro pilares cada qual com objetivos estratégicos associados, organizados em torno do foco essencial da sustentabilidade.

Figura 4 – Representação dos Objetivos Estratégicos do Grupo (Plano 2015-2017)



Cada um dos **10 objetivos estratégicos** foi desenvolvido no Plano 2015-2017 com a redação das metas específicas que se pretendem alcançar no horizonte do plano.

O posicionamento e um novo olhar para o mercado

Toda a atividade do Grupo é focada no mercado e orientada para os clientes, com um empenho permanente na preservação, reforço e ampliação do negócio.

A estratégia passa pelo tratamento diferenciado dos negócios core e não core e dos mercados nacional e internacional.

A atividade não core, seja no plano nacional ou internacional, deve permitir rentabilizar a capacidade excedente sem comprometer a missão principal e a realização dos investimentos programados para a rede ferroviária.

### O mercado Internacional – 2014 em revista

O ano de 2014 foi um ano de aprofundamento da forma de atuar de todo o Grupo REFER, desde logo pela aprovação, em maio, do **Plano Estratégico de Desenvolvimento do Negócio Internacional do Grupo REFER**, que serviu de quadro orientador para o Grupo na procura de novos mercados, consagrando um conjunto de princípios de atuação coerentes e estruturados.

Em traços gerais, este Plano Estratégico define os mercados de atuação; estabelece os serviços e competências do Grupo com potencial comercial internacional; privilegia uma atuação com apoio institucional; favorece o estabelecimento de parcerias com empresas já implantadas nos mercados e com atividade complementar; e promove o conceito de “cluster” ferroviário de modo a abranger toda a cadeia de valor.

Neste contexto, destacam-se os principais desenvolvimentos em 2014:

- **Ação Comercial** - Foram realizados vários contactos com as instituições e empresas públicas com responsabilidades na gestão das infraestruturas ferroviárias dos mercados alvo e com a maioria das empresas portuguesas do setor que desenvolvem atividade internacional, procurando por esta via apresentar o novo posicionamento comercial do Grupo. Ao nível da projeção pública do Grupo REFER, destaca-se a presença com stand na FILDA – Feira Internacional de Angola, em julho, e na FACIM – Feira Internacional de Maputo em Agosto;
- **Visitas Técnicas e Missões Empresariais** - No início de junho, uma delegação do Grupo REFER promoveu e realizou um conjunto de reuniões em Brasília e Salvador da Bahia no Brasil, tendo em vista o estabelecimento de parcerias comerciais com aquele mercado. Em outubro/novembro, o Grupo REFER integrou a missão empresarial a Cuba, organizada pela AICEP.
- **Parcerias** - Foram celebradas várias parcerias, por intermédio de protocolos de cooperação comercial, com empresas portuguesas já implantadas nos mercados e que complementam a atividade do Grupo REFER, numa lógica de agregar valor ao produto a apresentar ao mercado. Hoje, o Grupo trabalha regularmente com estas empresas parceiras na identificação de oportunidades de negócio e na apresentação de propostas comerciais conjuntas.
- **Propostas e Projetos** – Em 2014, o Grupo aumentou de forma gradual a resposta a convites e a concursos que foram sendo lançados nos mercados alvo, com destaque para Moçambique.

Neste contexto, destaca-se, em 2014, a adjudicação ao consórcio REFER Engineering / ECM / PROMAN do "**Projeto de reabilitação, modernização e expansão do sistema ferroviário da Linha de Ressano Garcia, Portos de Maputo e Matola e Gare de Mercadorias**", promovido pelos CFM - Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique.

Dando continuidade ao trabalho iniciado em 2013, a REFER Engineering, em parceria com a empresa PROFICO, tem vindo a realizar diversos **estudos e projetos para a empresa extratora brasileira VALE**, que detém concessões para a extração de carvão nas minas de Moatize (província de Tete), em Moçambique.



### 2.4.3.O Modelo de Organização

#### O Modelo de Organização

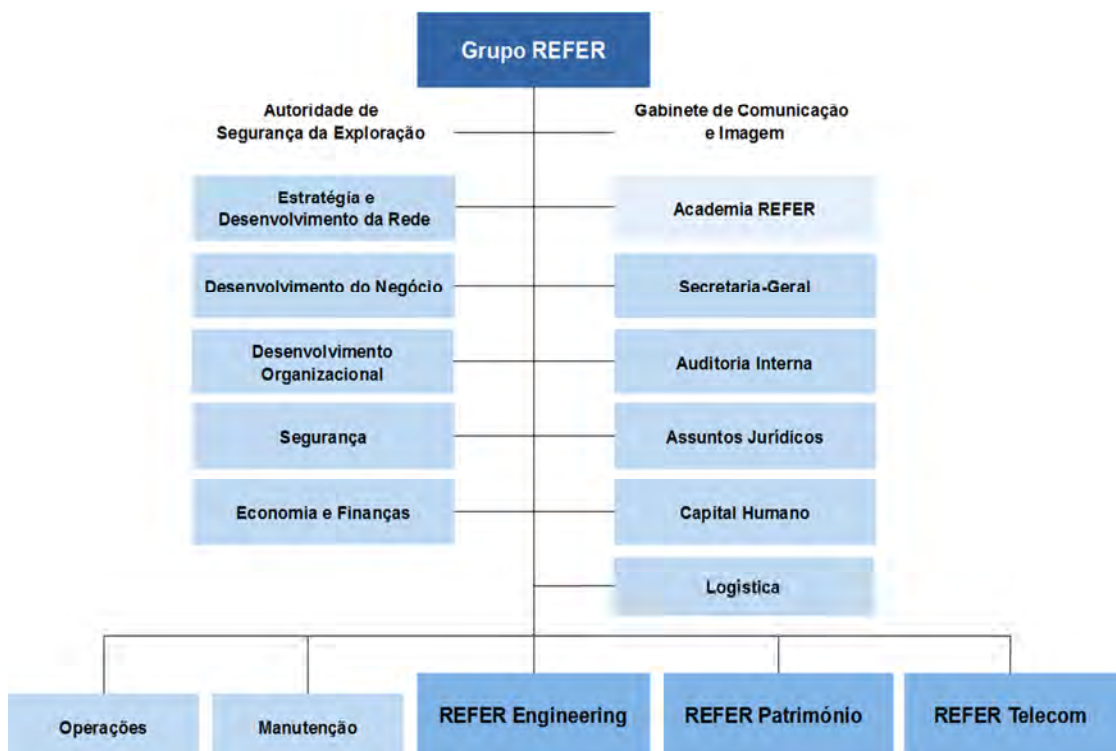
O modelo de Organização não sofreu alterações em 2014 tendo sido implementado em Abril de 2013. O modelo desenhado teve como principal propósito:

- Uma organização mais simples e mais horizontal;
- Novos perfis de liderança;
- Novo modelo de controlo de gestão;
- Concentração orgânica da gestão da infraestrutura ferroviária, do negócio, e das áreas de suporte;
- Gestão por processos e com integração de sistemas.

Ao nível da concentração orgânica, as opções organizativas adotadas foram:

- a centralização, na empresa mãe, dos processos de desenvolvimento – da organização, do negócio, da infraestrutura/RFN– para permitir explorar sinergias, complementaridades e garantir intervenções convergentes para os mesmos objetivos estratégicos;
- a partilha de serviços de suporte, para permitir reduzir redundâncias, obter economias de escala, elevar capacidades e libertar as empresas participadas de atividades que as desfocalizam do seu core.

**Figura 5 – Organograma da REFER**



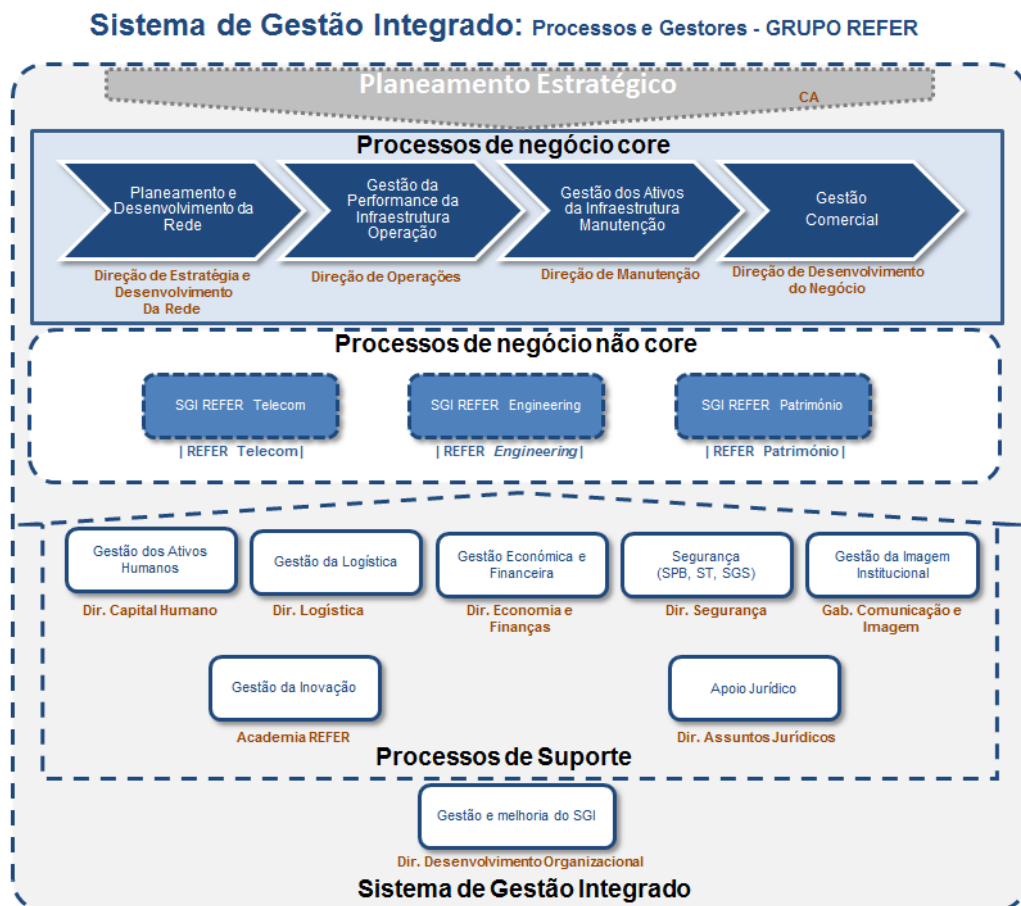
Este modelo orgânico “único” facilita a adoção de uma gestão por processos a disciplinar do Sistema de Gestão Integrado (SGI) comum para o Grupo

#### 2.4.4.O Sistema de Gestão Integrado - SGI

No âmbito do SGI, foram consolidados os principais processos do Grupo (macro processos) e revistos os respetivos parâmetros: indicadores de desempenho, riscos, atividades, entradas, saídas, responsabilidades.

Naquele modelo organizacional, não só foi consolidado o processo cuja finalidade é a implementação, gestão e melhoria do SGI, como se realizaram as auditorias internas a todos os macroprocessos da REFER (segundo o referencial internacional ISO 9001), criando-se de igual forma uma dinâmica sistemática para a análise das causas dos desvios encontrados, definição da ações corretivas e consequentemente uma melhoria do desempenho dos processos.

Figura 6 – Mapa de processos do Grupo REFER



Tal dinâmica possibilitou a realização de uma auditoria de 3ª parte, realizada por um organismo independente e acreditado pelo IPAC (Instituto Portuguesa de Certificação), onde a equipa auditora constatou que **o SGI da REFER está implementado e cumpre com os requisitos da referida norma**, no âmbito das atividades de Gestão da Infraestrutura Ferroviária.

O controlo do desempenho dos processos foi assegurado com a participação dos gestores de macroprocesso, delegados do SGI e controllers, durante as RCP (reuniões de controlo

dos processos) quadrimestrais realizadas em 2014, onde foram apresentados os resultados dos indicadores e analisadas e discutidas as ações de recuperação.

Paralelamente, o portal interno da empresa foi reestruturado para possibilitar a associação dos normativos internos (manuais, procedimentos, instruções) aos macroprocessos, facilitando assim a procura da documentação relevante. A revisão desta regulação interna encontra-se em curso.

Com a implementação do SGI, iniciou-se uma nova abordagem à gestão de riscos, com a identificação dos riscos por macroprocesso e respetiva classificação quanto a impacto e probabilidade de ocorrência.

Esta abordagem foi amadurecida em 2014, visando assim a aplicação generalizada do modelo previsto suportados por modelos internacionalmente reconhecidos, nomeadamente, a norma ISO 31000.

Tem sido com base nesse trabalho que se continuará a dar resposta à Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção de 1 de julho de 2009, que veio impor às entidades públicas a elaboração de um plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas e de um relatório anual sobre a execução do mesmo plano.

## 2.4.5. Valores Partilhados e Ética empresarial

### Valores Partilhados

No decurso da alteração da estratégia de gestão ocorrida em 2013, foi necessário adequar os valores essenciais do grupo encontrando-se uma formulação sucinta e objetiva.

**Quadro 3 – Valores do Grupo REFER (Plano de Atividades 2015-2017)**

<b>Compromisso</b>	Com os clientes, colaboradores e toda a comunidade influenciada pela atividade ferroviária, procurando fazer sempre melhor com os meios e recursos disponíveis, para oferecer continuamente soluções que satisfaçam as necessidades de quem utiliza o serviço ferroviário, respeitando a sociedade e o meio ambiente.
<b>Excelência e inovação</b>	Investir, continuamente, na excelência para assegurar um desempenho eficaz com elevados níveis de profissionalismo e competência e na inovação das práticas e dos serviços, procurando metodologias inovadoras que potenciem a produtividade e competitividade para responder aos desafios diários.
<b>Responsabilidade</b>	Rigor na governação dos meios e do património ferroviário assente em elevados padrões de ética e integridade visando a transparência, a prestação de contas aos contribuintes, a sustentabilidade económica e o reforço da coesão social e territorial.
<b>Segurança</b>	Os critérios de segurança sobrepõem-se aos outros critérios de gestão, nas decisões do dia-a-dia.
<b>Identidade</b>	Marcar a diferença, tornando o Grupo REFER uno e único, promovendo e preservando a sua cultura.

### Ética

O Código de ética constitui um espelho dos valores partilhados por uma organização.

A REFER foi pioneira na elaboração e implementação de um Código de Ética e de Conduta que configurasse um referencial válido sobre os princípios que orientam e constituem a sua base de atuação.

O código de Ética e de Conduta pode ser consultado em [www.refer.pt](http://www.refer.pt).

Qualquer pessoa ou entidade pode dirigir-se à Comissão de Ética através do endereço eletrónico [1comissao.etica@refer.pt](mailto:1comissao.etica@refer.pt)

#### Igualdade de Género

A REFER adotou em 2009 um Plano para a Igualdade decorrente da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007 relativa aos Princípios do Bom Governo das Empresas do Setor Empresarial do Estado.

Em 2012 a publicação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, tornou obrigatória para as entidades do setor empresarial do Estado a adoção de planos de igualdade, sendo que determinou igualmente a elaboração de diagnósticos da situação nas empresas.

Durante 2014, a REFER garantiu a continuidade de práticas que promovem uma política de igualdade e não discriminação com base no género, bem como medidas específicas que permitem contribuir para a conciliação entre trabalho, família e vida pessoal.

#### Prevenção de Conflitos de Interesses

A observância do regime de incompatibilidades e impedimentos dos gestores públicos, assim como a comunicação de todas as participações e interesses patrimoniais que o gestor detenha na empresa em que exerce funções, é assegurada através da entrega de Declaração de Incompatibilidade à Procuradoria-geral da República.

Assim, os elementos do Conselho de Administração entregaram as declarações previstas no n.º 8 e 9 do Art.º 22º do Estatuto do Gestor Público e na Lei n.º 4/83.

As despesas realizadas por cada elemento do Conselho de Administração são aprovadas pelos restantes elementos do Conselho.

A este propósito é possível encontrar informação mais detalhada no Relatório de Governo da Sociedade, parte integrante do Relatório de Gestão tal como o RS.

## **2.5. Inovação e Formação**

Para além da implementação efetiva do novo modelo de gestão, a sustentabilidade do Grupo resultará de uma combinação entre a sustentabilidade organizacional, a inovação e a gestão do conhecimento organizacional, assegurando-se em simultaneamente o registo sistemático, a partilha e disseminação, colocando-o ao seu serviço e do mercado ferroviário.

A Academia é responsável pela estruturação de uma ação articulada ao nível da inovação, criando foco e sinergias nesta área tão relevante para alcançar eficiência na gestão do sistema ferroviário através do desenvolvimento de uma Agenda Estratégica para a inovação. Conforme é desenvolvido nos parágrafos seguintes, este instrumento constituirá a sede própria para alavancar os projetos internos, com potencial para a criação de novos

serviços ou produtos que possam ser postos ao serviço do mercado natural da REFER e empresas do grupo.

A Academia assegura também a formação necessária às pessoas na prossecução das atividades da REFER e mudança organizacional, especialmente em domínios do conhecimento considerados chave do ponto de vista da sustentabilidade, designadamente na engenharia ferroviária e tecnologias, liderança e gestão.

As atividades de formação e investigação serão asseguradas num quadro orçamental autossustentável. Pretende-se que este desígnio seja conseguido progressivamente pela gradual internalização de serviços de formação atualmente contratados no exterior. Os programas formativos bem como as atividades de investigação serão enquadradas nos atuais sistemas de financiamento e programas competitivos de incentivos à formação e investigação, nacionais e europeus.

Complementarmente a Academia REFER mantém a visão de se posicionar como um fornecedor de excelência no domínio da prestação de serviços de formação e consultoria de gestão de recursos humanos, nos mercados nacional e internacional, através de uma aposta na comercialização externa destes produtos e serviços.

No que respeita às áreas de inovação e conhecimento, destacam-se em 2015 as seguintes iniciativas:

1 - **Implementação da Agenda Estratégica de Investigação e Inovação do Grupo REFER:** após análise seletiva multicritério realizada sobre os projetos constantes da Agenda, foram selecionados **12 para implementação a curto/médio prazo**, ocorrendo em 2015 o arranque dos que vierem a ser considerados prioritários e conformes ao enquadramento orçamental proposto para esta atividade, conforme metodologia aprovada.

2 - **Implementação da Plataforma Ferroviária Portuguesa (PFP):** está definido como objetivo para 2015 a formalização da PFP enquanto veículo de estabelecimento de parcerias ativas e objetivas para o incremento quantitativo e qualitativo em projetos de I&D e promoção da internacionalização do know-how ferroviário nacional. Esta ação tem contado com o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia, Direção Geral das Atividades Económicas e AICEP, bem como de vários parceiros nacionais do sistema científico, industrial e tecnológico, pretendendo-se constituir um cluster com massa crítica nacional capaz de desenvolver novos projetos inovadores na área ferroviária, captar financiamento para estas ações e promover a sua comercialização a nível internacional.

3 - **Participação no Shift2Rail JU através do Consórcio Europeu EUROOC:** ocorre em 2015 o desenvolvimento da organização interna do EUROOC bem como a negociação com a Comissão Europeia dos acordos de participação e temáticas a desenvolver por este Consórcio no Shift2Rail JU; a REFER no papel de Líder do Consórcio irá garantir a inclusão no programa do Shift2Rail dos temas identificados na Agenda REFER, a participação no mesmo do Grupo REFER e dos parceiros nacionais nomeadamente a Plataforma Ferroviária Portuguesa.

4 - **Plataforma de Gestão do Conhecimento da REFER / MOCHO:** esta Plataforma encontra-se atualmente em período de teste, com recurso a um universo de cerca de 50 quadros utilizadores do Grupo REFER, obtendo-se assim um interface mais amigável e com claras melhorias de funcionamento. Está definido como objetivo para 2015 a conquista e

motivação do maior número de colaboradores possíveis para esta Plataforma, pelo que será promovida uma divulgação extensa junto dos colaboradores do Grupo REFER dos seus objetivos e da sua utilização enquanto fonte de acesso ao conhecimento bem como identificação dos especialistas da empresa nas várias vertentes de conhecimento e negócio.

#### **5 - Implementação das Especificações Técnicas de Interoperabilidade e Certificação**

**CE:** em colaboração com a DGAE e IMT está a ser realizado o acompanhamento e suporte técnico da posição nacional relativa ao 4º Pacote Ferroviário, nomeadamente a promoção e implementação na Rede Ferroviária Nacional das Especificações Técnicas para a Interoperabilidade Ferroviária, de aplicação obrigatória por transposição para a legislação através do 3º e 4º Pacote Ferroviário.

Em 2015 para além da coordenação pela REFER do grupo de trabalho de implementação das Especificações Técnicas de Interoperabilidade (ETI) criado pelo IMT onde participam todos os atores nacionais ferroviários serão criados e implementados procedimentos internos para agilizar o processo obrigatório de certificação CE nos projetos de construção ou modernização de linhas ferroviárias, nas fases de projeto e construção.

### **2.6. Desenvolvimento organizacional**

Tendo como propósito contribuir para a sustentabilidade das empresas do Grupo, a política de desenvolvimento organizacional foi orientada para as seguintes prioridades:

- a melhoria das práticas de gestão;
- a eficiência do modelo orgânico;
- o relacionamento da atividade produtiva com o ambiente.

A ação convergente destes fatores, articulada em todas as empresas, tem vindo a alavancar um Grupo REFER mais eficiente, melhor preparado para dar resposta aos desafios antecipados para o triénio e melhor integrado na comunidade.

A componente humana do desenvolvimento organizacional será gerida no sentido de contribuir, enquanto instrumento, para a consolidação e coesão do Grupo, fator crítico de sucesso para a sustentabilidade.

Esta gestão unificada tem vindo a envolver a definição de valores, políticas e linhas de orientação comuns para o desenvolvimento, a renovação de quadros, as remunerações e incentivos, a avaliação de desempenho e a mobilidade interna.

### **2.7. Gestão do Risco e Controlo Interno**

Durante o ano de 2014 foi adotado um conjunto de medidas relevantes que visam reforçar e demonstrar a importância que a REFER atribui aos mecanismos de controlo interno e à gestão de riscos.

O **Plano do Grupo 2015-17** e o novo modelo organizacional que dá suporte aos objetivos estratégicos planeados, são parte essencial neste desiderato.

Como se verificou anteriormente no Plano do Grupo constam dois objetivos diretamente relacionados com esta questão:

- Implementação de um sistema de gestão integrado;
- Implementação de um sistema de controlo de gestão.

#### A Gestão de riscos no Sistema de Gestão Integrado

Com a implementação e consolidação do SGI, iniciou-se uma nova abordagem à gestão de riscos, com a identificação dos riscos por macroprocesso e respetiva avaliação quanto a impacto e probabilidade de ocorrência.

Esta abordagem foi amadurecida em 2014, e possibilitou a aplicação do modelo previsto e modelos internacionalmente reconhecidos, nomeadamente, na norma ISO 31000.

Será com base nesse trabalho que se continuará a dar resposta à Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção de 1 de julho de 2009, que veio impor às entidades públicas a elaboração de um plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas e de um relatório anual sobre a execução do mesmo plano.

#### Controlo de gestão

Para além de ser um dos dez objetivos do Grupo, a implementação de um modelo de controlo de gestão foi suportada na organização pela criação de uma unidade orgânica específica, integrada na Direção de Economia e Finanças e pela designação de Controlo de Gestão.

O trabalho dos *controllers* inclui a elaboração e controlo dos orçamentos de gastos (exploração e investimento) e rendimentos, realização do controlo financeiro dos contratos e projetos, produção de informação de *reporting*, entre outras atividades, realizadas em estreita articulação com os Delegados dos processos. Esta articulação contribuiu, de forma muito positiva, para a recolha e análise periódica dos resultados dos indicadores dos processos que posteriormente foram discutidos nas referidas RCP.

Este modelo introduziu e garantiu uma prática sistemática e mais aprofundada de controlo de gestão e conseqüente desempenho da organização.

## **2.8. A Gestão da Marca e a Imagem do Grupo**

#### Uniformização da Imagem Corporativa

A criação da identidade conjunta e coesa, harmonizadora de valores e objetivos comuns a todas as empresas que compõem o Grupo REFER, contribuiu para o desenvolvimento da relação e divulgação dos seus serviços e competências, reforçando, assim, o posicionamento estratégico estabelecido - Grupo REFER, parceiro de referência nos diferentes domínios de especialidade ferroviária.

#### Comunicação de marca

Destacam-se de seguida as ações e suportes mais relevantes para a promoção e reforço da notoriedade da marca e projeção pública do grupo REFER:

### Presença em feiras/eventos nacionais

- SIL - Salão Imobiliário de Lisboa – Conceção e produção de conteúdos audiovisuais;
- 10th UIC World Security Congress – Coorganização do congresso que decorreu em Lisboa.

### Presença em feiras/eventos internacionais

- FILDA – Feira Internacional de Angola - Conceção e produção de stand | organização da presença;
- FACIM – Feira Internacional de Maputo - Conceção e produção de stand | organização da presença.

### Suportes de comunicação

Visando a estratégia de internacionalização do grupo REFER, foram desenvolvidos alguns suportes de comunicação para divulgação junto dos mercado alvo definidos, nomeadamente em feiras e eventos internacionais.

- Filme de especialidade técnica – Engenharia Ferroviária | Manutenção Ferroviária;
- Filme de especialidade técnica – Telecomunicações Ferroviárias.
- Dando cumprimento às obrigações dos beneficiários relativamente a medidas de informação e publicidade destinadas ao público, previstas no Art.º 8 do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, foi produzido:
- Vídeo documental relativo a projetos financiados pelo Fundo de Coesão no âmbito do Programa Operacional Valorização do Território POVT.

### Publicidade Institucional

A publicidade institucional, enquanto componente da comunicação empresarial, é uma das ferramentas estratégicas adotadas para veicular a missão do Grupo REFER - proporcionar ao mercado uma rede ferroviária segura e eficiente, orientada por critérios de sustentabilidade e divulgar as suas atividades de serviço público.

No ano 2014 a REFER centrou esta atividade na sensibilização para a promoção de valores como a segurança e a valorização do seu património. A estratégia adotada, dentro de uma ótica de otimização dos recursos financeiros, no que respeita à colocação de publicidade institucional nos diferentes órgãos de comunicação, teve como objetivos:

- Promover a imagem do Grupo REFER, reforçando a divulgação das suas competências, serviços e dimensões de negócio;
- Reforçar a imagem, a notoriedade e a projeção pública do Grupo REFER, melhorando a perceção social do carácter único e específico da atividade da empresa;
- Sensibilizar para a problemática da segurança ferroviária e divulgar ações da REFER com impacto nas populações;
- Divulgação de concursos públicos para empreitadas e outros serviços.
- Para o efeito foram desenvolvidos:
- Anúncio relativo à conclusão dos trabalhos de reforço da Ponte de Valença, publicado na Transportes em Revista, publicação especializada em transportes;



- Campanha de sensibilização e segurança em passagens de nível – no âmbito da campanha “Pare Escute, Olhe” e da celebração do Dia Internacional para a Segurança em Passagens de Nível, assinalado no dia 3 de junho de 2014, foram desenvolvidas ações publicitárias em vários órgãos de imprensa nacional e regional, tendo igualmente, durante o mês de dezembro, sido realizada uma campanha de igual teor em alguns órgãos de imprensa regional.

#### Campanha “Pare Escute e Olhe”

Durante o ano de 2014, foi dada continuidade à campanha de sensibilização e segurança “Pare Escute Olhe” nomeadamente através da dinamização da página dedicada à temática no website REFER e no Facebook e ainda da presença regular de mensagens pedagógicas no Diário de Notícias com quem se mantém parceria, desde 2009, de disponibilização de espaço a título gratuito para a veiculação de mensagens sobre segurança em PN.

No dia 3 de junho, Dia Internacional para a Segurança em Passagens de Nível, foram realizadas várias ações de sensibilização e informação em passagens de nível, de diferentes linhas e com particulares problemáticas associadas (Miramar; Coimbra B; Vila Franca de Xira; Rocha do Conde d'Óbidos em Lisboa e Faro), acompanhadas de divulgação mediática, com publicação de anúncios na imprensa nacional e regional (Diário de Notícias; Diário do Minho; Diário de Aveiro, Diário do Sul; Jornal do Fundão; Gazeta das Caldas; Mirante e Destak).

Para assinalar a data, a REFER em cooperação com a UIC, levou a cabo uma Conferência, com oradores nacionais e internacionais, onde se procurou dar uma visão alargada das diferentes perspetivas e dimensões em torno das PN: a utilização do sistema GPS como auxiliar de segurança; a cooperação com as forças de segurança; o papel da sociedade civil e das autarquias; a fiscalização como elemento dissuasor ou a importância das campanhas de comunicação e tratamento mediático da matéria.

Em dezembro, foi ainda concretizada a Campanha de Natal, com a publicação de anúncios de imprensa, tendo, a nível regional, sido privilegiada aquela em cuja área de influência se tinham concretizado ações de supressão e/ou automatização. Atendendo às especiais condições que decorrem da parceria com o Diário de Notícias e o Destak foram também estes jornais incluídos na seleção de meios onde foram publicados anúncios.

#### Gestão dos canais externos online

No ano 2014 o website REFER teve **304 977 visitas**, mais 75 000 que em igual período no ano anterior, o que representa um **crescimento de 32,7%**, ultrapassando a meta assumida, de 2,5%, para o ano em análise.

Neste domínio e de modo a que a comunicação online refletisse a estratégia definida para o Grupo REFER, de divulgação dos seus serviços e competências, foram desenvolvidos os websites das quatro empresas do Grupo e publicados os websites de três das quatro empresas – REFER Património, REFER Telecom e REFER Engineering.

No âmbito do processo de fusão entre a REFER e a EP, a colocação online do site da REFER ficou suspensa dado o processo de fusão das empresas em curso por forma a integrar as competências de ambas as entidades.

### Exploração de direitos de imagem

Dando continuidade ao processo de desenvolvimento de promoção e visibilidade da marca REFER, estabeleceram-se e reforçaram-se os canais de contacto com as diversas produtoras e estações de televisão, procurando acolher em espaços ferroviários iniciativas e filmagens que promovam e projetem o caminho-de-ferro, o seu património material e imaterial, garantindo-lhe retorno de imagem e viabilizando a presença mediática que de outro modo nos estaria inacessível, chegando assim a um vasto e diversificado público.

### TV Corporativa

No dia em que celebrou o seu 17º aniversário a REFER lançou, na Estação de Porto - São Bento, o projeto de instalação de televisão corporativa em estações ferroviárias.

Abrangendo as estações de São Bento, Campanhã, Coimbra, Coimbra B, Gare do Oriente, Santa Apolónia, Rossio, Cais do Sodré e Faro, o projeto tem como principais objetivos:

- Aproximar a empresa dos utilizadores dos espaços ferroviários;
- Disponibilizar informações úteis aos passageiros e atenuar o tempo de espera.

Dispondo de meios próprios esta é também uma forma do Grupo REFER se reposicionar em termos de comunicação, tirando partido das novas tecnologias.

A fase experimental do projeto baseou-se na edição e emissão de conteúdos produzidos internamente na Comunicação e Imagem, de cariz institucional, informativo e pedagógico.

Foram também divulgados conteúdos cedidos por entidades parceiras ou públicas (ex. proteção civil - incêndios, Parques de Sintra, Porto Cartoon, etc).

Destacam-se informações sobre a ferrovia, a atividade e serviços da REFER, a rede ferroviária (estações, obras, ecopistas), segurança (passagens de nível), história do caminho-de-ferro e património ferroviário.

## **2.9. Informação ao Público**

Presente em grande parte do território nacional e desenvolvendo uma atividade que interfere direta e indiretamente com a população, a REFER, no sentido de esclarecer a opinião pública, é questionada de forma regular pela comunicação social e outras entidades.

### Comunicação Social

No ano de 2014 assegurou-se a preparação de conteúdos para a elaboração de cinco artigos de fundo de carácter técnico publicados na imprensa especializada e **resposta a 123 questões colocadas por jornalistas** (149 em 2013) as quais originaram **4.027 notícias** (4.643 em 2013) relativas à atividade da REFER, sujeitas a análise e divulgação diária junto do público interno.

Promoveu-se o envio de **46 comunicados de imprensa** divulgando as principais intervenções, projetos e parcerias, assegurando de forma pró-ativa a divulgação da informação sobre a empresa e sua atividade.

## Gestão de Pedidos de Informação e Reclamações

### Pedidos de informação

Ao longo do ano 2014 foi elaborada **resposta a 812 pedidos de informação de cidadãos** e entidades várias, colocados através dos canais de contacto existentes.

### Gestão de reclamações

O tratamento e monitorização das reclamações podem constituir-se como ferramentas relevantes de gestão, ao assegurar um processo de melhoria contínua no contexto de um mercado cada vez mais exigente.

Potenciam a definição de ações internas de aperfeiçoamento, que contribuem para o desenvolvimento das atividades que compõem o modelo de gestão da empresa. Deste modo, a análise das reclamações apresentadas, o estabelecimento de circuitos internos de comunicação e o retorno da informação sobre o tratamento dado à demonstração de insatisfação ou queixa, são aspetos que destacam a importância dos clientes, e contribuem para a melhoria contínua do desempenho da REFER.

As reclamações permitem o conhecimento de ocorrências, possibilitando a implementação de ações corretivas ou preventivas, tendo em vista a melhoria do serviço, na ótica da satisfação do cliente.

Em 2014 foram **rececionadas 1.343 reclamações**, com um **tempo médio de resposta de 3,72 dias**.

As situações, a nível nacional, que geraram maior volume de reclamações (85% do total), estão relacionadas com as seguintes temáticas:

- Conservação;
- Sanitários;
- Segurança;
- Sistema de Informação ao Público (SIP);
- Limpeza.

## 3. Síntese do Ponto de Situação e Estratégia de Curto/Médio Prazo

### 3.1. Vertente Económica

#### 3.1.1. Operações

##### Síntese do Ponto de Situação

A REFER foi responsável pela gestão de **37 milhões de CK** Operacionais, valor superior em **1%** quando comparado com 2013.

O transporte de passageiros foi de **30 milhões de CK** o que representa um aumento de 0,4 milhões de CK, aproximadamente 1,3% face a 2013.

No segmento de transporte de mercadorias verificou-se um aumento em 0,6 milhões de CK (num **total de 6 milhões de CK**) que representam um acréscimo de 10,6% face a 2013, contrariando a quebra que se havia assistido ainda em 2012.

Em 2014 o **índice de pontualidade global** situou-se nos **85%**, mantendo-se ao nível do ano anterior. Este foi o valor que também se verificou ao nível do transporte de passageiros. Ainda que sem impacto no índice global, registou-se um agravamento ao nível do índice de pontualidade do transporte de mercadorias que desceu de 75% em 2013 para 72% em 2014

##### Estratégia de Curto e Médio Prazo

A REFER prosseguirá os seus esforços no sentido de procurar captar mais clientes e aumentar a utilização da rede ferroviária nacional.

A concretização da estratégia de investimento, com enfoque no aumento da cobertura da rede pelos mais modernos sistemas de sinalização e telecomunicações permitirá melhorar índices de pontualidade, de segurança e fiabilidade, que contribuirão para a atratividade do modo ferroviário.

O investimento na eletrificação da rede gerará ganhos em diferentes níveis, com especial impacto na operação e gestão do parque de material circulante, designadamente, pela maior economia dos comboios elétricos e possibilidade de harmonização e flexibilização do referido parque com ganhos ao nível dos processos de manutenção. Estes dois fatores que contribuirão para a redução dos custos dos operadores tornando o transporte ferroviário mais competitivo.

Importa realçar a importância de materializar os investimentos em novas ligações, assim como, os previstos para os três troços da Linha do Norte ainda não modernizados e proceder à eliminação de alguns estrangulamentos que subsistem na rede.

Do mesmo modo a empresa reforçará a sua ação em captar novos clientes no mercado internacional dando corpo ao trabalho já desencadeado ao longo de 2014.

### 3.1.2. Manutenção

#### *Síntese do Ponto de Situação*

A atividade da manutenção é primordial para o desempenho da missão essencial da empresa, garantindo a disponibilidade da via e eliminando os constrangimentos que possam colocar perturbações à circulação, resultando em afrouxamentos e consequente perda de capacidade.

Fator fundamental no planeamento da manutenção é a atividade de inspeção que permite aferir o nível de qualidade da via e planear as intervenções a realizar. É um propósito da REFER prosseguir a estratégia de internalização deste processo assegurando com meios próprios.

Apresenta-se de seguida informação que visa destacar alguns aspetos mais relevantes da atividade de manutenção, bem como da atividade inspetiva realizada em 2014.

#### **A concretização das atividades de manutenção**

No final do ano de 2014 foi garantida a execução do Plano de Manutenção Preventiva e Sistemática (MPS) em cerca de 90% face ao planeado, enquanto o Plano de Manutenção Preventiva Condicionada (MPC) foi executado em 80%.

#### **Inspeção da geometria de via – Campanhas de Inspeção na Rede Ferroviária Nacional**

Durante o ano de 2014 foram realizadas duas campanhas à rede geral, e uma campanha intercalar. A primeira campanha à rede geral, via larga, decorreu durante a segunda quinzena de abril e a primeira de maio. A inspeção à via estreita, Linhas do Tua e Vouga, foi efetuada durante o mês de junho.

As duas campanhas de inspeção à rede geral, totalizaram cerca de 3170 km de via inspecionada em cada campanha. A inspeção à rede de via larga, foi realizada com o veículo EM-120 e resultou na inspeção de cerca de **3060 quilómetros de via-férrea** em cada campanha (as campanhas intercalares são espaçadas de 6 meses, incidindo num universo menor de linhas mas de maior exigência de uso, abrangendo um total de 1900 km de via).

Deste trabalho importa realçar a confirmação da tendência da melhoria dos índices de qualidade da via, designadamente ao nível do indicador **QN3** (traduz os troços de via que carecem de uma ação de manutenção a curto prazo) que atingiu o valor de **6,3%**.

#### **Estratégia de Manutenção da Sinalização Eletrónica**

Sem prejuízo dos processos de melhoria que resultam da avaliação dos contratos de manutenção nas diferentes especialidades, destaca-se ainda a **Estratégia de Manutenção da Sinalização Eletrónica** concebida em 2014. Neste contexto importa destacar que para o ano em análise:

- Foram celebrados ou preparados novos contratos de manutenção com os fornecedores das várias tecnologias existentes, na perspetiva de uma possível

abertura ao mercado para a execução de algumas tarefas de manutenção consideradas não críticas, num prazo de dois anos.

- Foram celebrados contratos de manutenção de 1ª linha, e de assistência técnica;
- Foi ministrada formação tecnológica, a colaboradores da REFER, com os fornecedores Thales Portugal SA para os sistemas de sinalização ESTW L90P e PIPC, e com a SIEMENS SA para os sistemas SSI e Westlock.
- Foi ainda lançado idêntico procedimento de consulta à Bombardier SA, para o Sistema de Controlo de Velocidade – CONVEL.

### **Plano de Gestão de Ativos**

Um dos objetivos estratégicos assumidos pela área da Manutenção no contexto do Plano de Gestão apresentado em novembro de 2013, passava pelo desenvolvimento de um **Plano de Gestão de Ativos na REFER**, integrador das componentes de Manutenção e Renovação, com potencial para a incorporação de Investimentos de Modernização.

A filosofia da gestão de ativos pretendida, com referencial assente na ISO55000, tem como principal objetivo dotar a empresa de uma ferramenta que permita uma visão estruturada e de abrangência temporal suficiente, para potenciar a antecipação das ações que terão de ser planeadas sobre a infraestrutura, tendo em especial atenção o custo do ciclo de vida dos ativos (LCC – Life Cycle Cost).

Enquanto elemento central da atividade de manutenção, elaborou-se o Plano de Gestão de Ativos da infraestrutura para o período 2015-34, composto por um Plano Operacional de Manutenção para desenvolvimento no curto prazo (3 anos) e um Plano de Manutenção de Longo Prazo (17 anos).

### **Certificação ERM**

Em 2013 foi constituído um Grupo de Trabalho com o objetivo de definir o Sistema de Gestão de Manutenção de Vagões de acordo com as especificações do Regulamento (EU) N.º 445/2011 da Comissão de 10 de Maio de 2011. O trabalho desenvolvido tinha por objetivo a Certificação nas 3 seguintes funções, previstas no regulamento:

- Função Gestão;
- Função Gestão da Manutenção;
- Função Gestão de Manutenção de Frota

Na segunda semana de Dezembro de 2014 realizou-se a auditoria para verificação da Implementação do Plano de Ação estabelecido pela REFER para correção das não conformidades identificadas. A avaliação efetuada pela APNCF à revisão do processo apresentado pela REFER foi positiva, tendo no dia 17.12.2014 sido emitido o Certificado com o N.º IVA 503 933 813.

### **Estratégia de Curto e Médio Prazo**

Para o ano de 2015 pretende-se garantir a execução do Plano de Manutenção Preventiva e Sistemática e do Plano de Manutenção Preventiva Condicionada em linha com o ocorrido em 2014

Pretende-se ainda assegurar um nível de qualidade no indicador QN 3, menor ou igual ao do ano de 2014.

Pretende-se ainda adjudicar os novos contratos de Prestação de Serviços nas especialidades de Construção Civil e Baixa Tensão.

### 3.1.3. Desenvolvimento da Rede e Investimento

#### Síntese do Ponto de Situação

O ano de 2014 foi marcado pela divulgação pelo Governo do Plano Estratégico dos Transportes PETI 3+ Horizonte 2014-2020, o qual veio estabelecer, designadamente, os investimentos prioritários em matéria de infraestruturas de transportes no horizonte temporal do atual Quadro Comunitário de Apoio.

Conjuntamente com a publicação das linhas programáticas do Portugal 2020, o maior impacte resultante da publicação do PETI 3+ refletiu-se nos trabalhos em curso de elaboração da **Estratégia de Desenvolvimento da Rede Ferroviária Nacional – Horizonte 2014-2050** e do **Programa de Investimentos na Rede Ferroviária Nacional - Horizonte 2014-2020**.

Ainda no âmbito dos trabalhos iniciados com a publicação do PETI 3+, importa destacar o estabelecimento de **parceria com a área de planeamento da CP** para o desenvolvimento de Análises Custo-Benefício (ACB) conjuntas, para suporte a decisão e preparação de candidatura a cofinanciamento comunitário dos investimentos PETI 3+.

Para apoio à tomada de decisão, foram ainda realizadas **avaliações preliminares de intervenção na infraestrutura**, tanto para traçados novos como para resolução de restrições existentes na rede ferroviária nacional, das quais se destaca a efetuada ao **corredor Aveiro – Vilar Formoso / Linha da Beira Alta**.

No âmbito da Política Comum de Transportes, a REFER deu os seus contributos em vários documentos relevantes, nomeadamente nos referentes à RTE-T, Corredor Atlântico, e ao Quarto Pacote Ferroviário.

Ainda no quadro da implementação de um sistema ferroviário europeu sem constrangimentos e barreiras a REFER participou no Grupo de Trabalho Técnico, promovido pelo IMT, com vista à definição de uma estratégia conjunta (gestor da infraestrutura + operadores) de **implementação/migração para o sistema europeu de gestão de tráfego ferroviário (ERTMS)**.

Iniciou-se a **preparação do normativo técnico para o 3º carril**, como uma das soluções para assegurar a interoperabilidade ao nível da bitola, quer ao nível ibérico quer europeu.

Em conjunto com a AIFF - Associação para a Competitividade da Indústria da Fileira Florestal a REFER integrou **Grupo de Trabalho para o estudo sobre o transporte ferroviário de produtos florestais**, criado a pedido da Secretaria de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, cujas conclusões deverão ser apresentadas no primeiro trimestre de 2015.

O projeto **MIT-EXPRESS** para análise de processos de estratégia e de tomadas de decisão de grandes projetos ferroviários, iniciado em 2011 e realizado pelo Instituto Superior Técnico, a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra e o Massachusetts Institute of Technology (MIT) com o apoio da REFER foi dado como concluído em 2014. Os resultados atingidos e as linhas de investigação exploradas foram apresentados ao Grupo REFER, tendo-se considerado o conhecimento produzido válido, aplicável e de interesse para a missão da REFER, principalmente a nível estratégico.

Em 2014, o volume global de investimento, a custos técnicos, realizado pela REFER cifrou-se nos **102,7 milhões de euros**, a que corresponde **uma taxa de realização de 132%** face ao valor previsto para o período, **77,6 milhões de euros**.

No ano de 2014 registou-se um volume de investimento, em Infraestruturas de Longa Duração (ILD's) (custos técnicos), de **99,9 milhões de euros**, correspondendo a **uma taxa de realização de 133%**.

Dos 99,9 milhões de euros, **62,8 milhões** correspondem à **transferência da titularidade dos Terminais Ferroviários de mercadorias**, anteriormente sob a gestão da CP Carga, para a REFER, conforme despacho Conjunto dos Secretários de Estado do Tesouro e das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, de 23 de abril de 2014 e **3,0 milhões** dizem respeito à transferência de ativos de fibra ótica e GSM-R da REFER Telecom para a REFER.

Das intervenções em ILD's realiza-se

- a **automatização de 23 passagens de nível** e a **supressão de 7** ao longo da Rede Ferroviária Nacional (4,5 milhões de euros), com destaque para as Linhas do Minho, Oeste e Algarve
- a construção da nova **Estação Técnica** para cruzamento de comboios com 750 metros de comprimento, ao km **118+500**, da Linha do Sul (4 milhões de euros)
- a **renovação integral das linhas 5, 9 e 10 na Estação do Entroncamento** (1,1 milhões de euros) e
- a **substituição de fixações RNP por NABLA e de carris defeituosos** - 1ª Fase, na **Linha de Vendas Novas** (1 milhão de euros).

#### Estratégia de Curto e Médio Prazo

Com a aprovação do PETI 3+ prosseguem as diligências no sentido de consolidar os projetos abrangidos, de modo a poder reunir condições para a sua concretização, aproveitando as linhas de financiamento que possam surgir.

O processo de fusão da REFER com as Estradas de Portugal tem como propósito fomentar uma análise integrada às soluções viárias, encontrando as melhores soluções em cada modo, pelo que esse é um trabalho que deverá ser realizado no curto prazo.



### 3.1.4. Contratação e Logística

#### Contratação

A REFER mantém a sua prática de contratação nos termos da disciplina do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro.

Os processos de contratação assentam num procedimento harmonizado ao nível da empresa sustentados numa aplicação designada por e-contratos.

A contratação desencadeia-se com a elaboração de um documento de fundamentação da iniciativa (cujo modelo foi revisto em 2014, para melhor sistematizar toda a informação relevante ao processo de contratação) que está na base de cada processo. Nele se fornecem as explicações necessárias à decisão de contratação, especificando os objetivos a atingir e a informação relevante para a gestão administrativa e legal do processo.

Em momento posterior são constituídas Mesas Técnicas onde se reúnem as especialidades relevantes aos processos de contratação, garantindo a adequada adaptação dos documentos de suporte aos concursos. Estas equipas são coordenadas por um representante da área de contratação da empresa e têm como presença obrigatória um representante da unidade orgânica que promove o processo. As equipas são mantidas até ao final do processo de contratação. O processo é ainda sujeito ao acompanhamento próximo do ponto de vista jurídico para garantir a sua conformidade com os requisitos legais vigentes.

As minutas em vigor para os processos de contratação (aprovadas em 2011) têm vindo a ser sujeitas a revisões introduzindo melhorias sempre que surja matéria relevante. Tal pode ocorrer por força dos requisitos intrínsecos aos processos de contratação, assim como, pela necessidade de proceder à alteração de especificações por qualquer uma das áreas técnicas que tem nos documentos tipo especificações particulares. Estas alterações são sujeitas à supervisão da área Jurídica e da Contratação.

2014 marca o primeiro ano completo em que a Contratação funcionou na lógica de serviços partilhados ao Grupo REFER. Tal constituiu um desafio à organização pelo volume de processos que passaram a ser geridos centralmente. Foram concluídos em 2014 **3700 processos de contratação** de natureza diversa. Cerca de 3373 destes correspondem à aquisição de materiais técnico-ferroviários, outros bens móveis e prestações de serviços de menor expressão financeira. A contratação de empreitadas, prestação de serviços associadas às empreitadas e grandes prestações de serviços designadamente, processos de contratação de manutenção (nas suas diferentes especialidades) segurança e limpeza, completam o total.

Há razão para afirmar que esta estratégia tem resultados positivos, quer pela harmonização de práticas, quer pelo facto de ser possível ter um quadro completo dos processos de contratação no grupo, permitindo gerir o processo nas suas múltiplas dimensões e de forma transversal.

A propósito da eficiência do processo é ainda oportuno realçar que concluído um ano de trabalho, se verifica um acréscimo de 32% no número de processos de contratação concluídos por colaborador com funções específicas nesta área. Para isso contribui a melhoria da informação do processo e criação das necessárias rotinas.

Por fim, importa realçar que se consolidou o trabalho que sustenta os processos de a contratação intergrupo que disciplina o processo de prestação de serviços de parte a parte.

#### Logística

Prosseguiram em 2014 os esforços no quadro da definição e afinação de procedimentos de planeamento e distribuição de materiais, no sentido de introduzir maior racionalidade no processo de abastecimento de materiais à empresa, com o objetivo central de diminuir os stocks de materiais, ajustando-os às necessidades.

Verificou-se em 2014 uma tendência de redução dos stocks, tendo sido estabelecido o objetivo de reduzir o valor real em 5% face ao ano de 2013. A provisão dos materiais para a empreitada do troço Alfarelos/Pampilhosa (a iniciar em 2015) explica o acréscimo em 14%.

O prosseguimento do trabalho da provisão e armazenamento de materiais teve também como preocupação disciplinar o processo de logística inversa, em particular na gestão de materiais usados, considerando que na REFER a gestão destes materiais assume uma expressão muito relevante e que importa manter, pela racionalidade económica e boa prática ambiental associada à reutilização de materiais.

No que concerne, especificamente, ao processo de gestão de materiais importa destacar a criação de um normativo referente à Receção técnica de Materiais e Equipamentos Ferroviários (RME), tendo como principal função a redefinição das regras a utilizar na verificação técnica, para fins de aceitação, dos materiais e equipamentos adquiridos pela REFER.

Paralelamente foi criada uma equipa de engenharia de materiais para, em apoio direto à área da Logística, desenvolver um projeto de reformulação de especificações técnicas. O objetivo é a criação de especificações técnicas normalizadas dos materiais identificados como prioritários, correspondendo a 20% das nomenclaturas. No final do ano, estavam **registadas 18 especificações aprovadas** referentes a material de via, onde se incluem travessas, fixações e componentes de aparelhos de via.

### **3.1.5. Análise Financeira**

#### Síntese do Ponto de Situação

A concretização do objetivo estratégico de alcançar o equilíbrio do resultado operacional, permanece um objetivo essencial na estratégia de sustentabilidade da empresa.

A REFER persevera em identificar medidas que visem o controlo dos gastos afetos à atividade de gestão de infraestrutura, salvaguardando as condições de operação em segurança.

Manteve-se em 2014 a tónica no objetivo de aumentar as receitas próprias, dando seguimento à estratégia delineada em 2013, com particular ênfase na aposta em melhorar os rendimento dos ativos da empresa e o conseqüente aumento das receitas não core.

Em 2014 os **rendimentos operacionais totalizaram 191,7 milhões de euros** (uma subida de 13%) enquanto os **gastos operacionais atingiram o valor de 233,7 milhões de euros** (um acréscimo de 12%).

Face ao ano de 2014, o **resultado operacional** da REFER registou um **agravamento de cerca de 2,5 milhões de euros**.

Verifica-se que a maior fatia deste agravamento se deve à constituição de imparidades e outros gastos, pelo que, considerando o **EBITDA** o saldo em 2014 foi **positivo na ordem dos 1,4 milhões de euros**.

#### **Gastos com Pessoal**

Os **gastos com os colaboradores** da empresa apresentaram um decréscimo de cerca de **9 milhões** de euros (menos 10%) face a igual período de 2013, para o qual contribuiu a redução do efetivo.

#### **Fornecimentos e serviços Externos**

A rubrica de **Fornecimentos e Serviços Externos** registou um valor de **95,5 milhões de euros**, o que corresponde a um incremento de **1 milhão de euros** face a 2013. Neste aumento destaca-se o valor registado em serviços de engenharia nomeadamente a celebração de um contrato com a REFER Engineering no valor de 1,8 milhões de euros.

Nesta rubrica destacam-se ainda os subcontratos, no valor total de **65,6 milhões de euros** (um acréscimo de 4% relativo a 2013) onde pesam essencialmente os contratos de manutenção, nomeadamente nas especialidades de via, sinalização, telecomunicações, catenária, representando **84% do total de gastos com subcontratação**.

#### **Frota Automóvel**

O parque automóvel sob gestão da REFER continuou a ser gerido de acordo com as efetivas necessidades ao nível de atividade, tendo-se reforçado a solução de Aluguer Operacional de Veículos (AOV).

No ano de 2014 registou uma **redução de custos na ordem dos 4%** e uma **redução do número de viaturas de 353 para 339 viaturas**.

#### **Estratégia de Curto e Médio Prazo**

A estratégia do setor ferroviário terá de ir no sentido que vem sendo percorrido, isto é, da redução dos seus gastos operacionais e, no curto prazo, na garantia da cobertura integral dos seus investimentos, maximizando o financiamento por via da participação comunitária e o recurso a receitas próprias.

Sem prejuízo disso, a estratégia de reorganização do setor dos transportes terrestres, tal como prevista no PETI 3+ visa a criação de uma nova empresa que, entre outras, proporcionará economias de escala que permitirão convergir mais rapidamente o propósito estratégico delineado pela REFER. Esta nova empresa terá ainda condições para, mais rapidamente, criar uma conjuntura mais favorável no acesso aos mercados financeiros.

### 3.1.6. Segurança da Infraestrutura

A segurança é um valor essencial na gestão da REFER, constituindo um fator diferenciador da sua oferta relativamente aos demais modos de transporte terrestre.

Esta preocupação essencial tem reflexo na sua estratégia de investimento, designadamente, no que respeita à progressiva maior cobertura da rede pelo sistema Convel e também na implementação dos mais recentes sistemas de telecomunicações, garantindo níveis intrínsecos de segurança maiores na exploração.

A segurança na REFER assume as seguintes dimensões essenciais:

- Segurança da Exploração Ferroviária;
- Gestão de Emergências;
- Segurança Pessoas e Bens;
- Supressão de Passagens de Nível e Gestão de Trespassing.

Acresce a dimensão de Segurança no Trabalho, sendo esta dimensão abordada no presente relatório, no contexto da dimensão Social Interna.

Neste subcapítulo o critério adotado é o de olhar para aqueles aspetos de segurança que são essenciais na perspetiva do negócio e sua continuidade, mas também na interação da infraestrutura com o meio que a rodeia, com especial incidência na vertente dos atravessamentos à ferrovia.

#### Segurança da Exploração Ferroviária

A atividade desenvolvida pela REFER no âmbito da Segurança da Exploração Ferroviária é suportada pela aprovação do Sistema de Gestão de Segurança (Declaração de Aprovação do Sistema de Gestão de Segurança n.º 01/2012) de acordo com o Art.º 66-G do Decreto-Lei n.º 231/2007, de 14 de junho, consubstanciada:

- na aplicação da Diretiva 2004/49/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004, relativa à segurança dos caminhos-de-ferro da Comunidade;
- na aplicação do Regulamento (UE) n.º 1078/2012 da Comissão, de 16 de novembro de 2012, que estabelece um Método Comum de Segurança para a atividade de monitorização a aplicar pela REFER, subsequentemente à obtenção da Autorização de Segurança "Parte A" n.º PT 21 2012 0001 e "Parte B" n.º PT 22 2012 0001, válida até 31 de agosto de 2017, que permite exercer a atividade de gestão da infraestrutura ferroviária, com vista à gestão eficaz da segurança do sistema ferroviário durante as atividades de exploração e manutenção e, quando necessário, ao melhoramento do sistema de gestão.

Neste domínio e indo ao encontro da missão da REFER como entidade gestora de uma infraestrutura ferroviária fiável e segura, destacam-se as seguintes atividades:

- Dinamização e **desenvolvimento das políticas da segurança ferroviária** enquanto instrumento para a melhoria do desempenho das atividades de gestão da infraestrutura, promovendo um relacionamento próximo com os clientes internos ao Grupo e com as entidades externas à REFER;

- Criação e **divulgação de indicadores na valência da segurança da exploração ferroviária**, com periodicidade diária e bimestral, promovendo a análise e o acompanhamento dos desvios, com o objetivo de atuar nas causas e assim manter sob controlo os adequados níveis de segurança das infraestruturas e das operações ferroviárias;
- Dinamização, coordenação e monitorização dos **processos inerentes às investigações a acidentes e incidentes em âmbito ferroviário**;
- Elaboração de **procedimentos e normativos de suporte** às **atividades críticas do ponto de vista da segurança ferroviária**;
- Produção de **pareceres de carácter regulamentar, técnico**, normativo e relativos à segurança ferroviária (intervenção de terceiros na proximidade do caminho-de-ferro e condições técnicas para documentos de procedimentos de contratação);
- **Determinação e a avaliação dos riscos**, aplicando do método comum de segurança, e realização de inspeções (pedonais, a bordo de comboios e de veículos afetos à manutenção, verificação da execução de trabalhos em vias interditas e acompanhamento do controlo comando da circulação) e auditorias aos processos inerentes à segurança da exploração ferroviária, por forma a identificar situações de risco e respetivas medidas mitigadoras, atendendo ao objetivo da minimização de incidentes/acidentes;
- **Gestão e monitorização do Sistema de Gestão de Manutenção de Vagões (certificação obtida em dezembro de 2014 por um período de 5 anos)**;
- Dinamização de **processos de Autorização de Entrada em Serviço**, salvaguardando as condições técnicas e procedimentais inerentes à conceção, construção, colocação em serviço, readaptação, renovação, operação e manutenção dos elementos que constituem o sistema ferroviário;
- Dinamização e coordenação da **certificação de segurança relativa a material circulante** (circulação em via aberta à exploração e em vias interditas à circulação) e produção dos documentos de circulação de veículos, garantindo a coerência nos processos e a compatibilidade entre os vários componentes da infraestrutura ferroviária;
- **Suporte às atividades desenvolvidas pela Autoridade de Segurança da Exploração** no âmbito da tramitação dos processos de Autorização Especial de Circulação;

O indicador relativo aos **acidentes significativos por milhão de comboio-quilómetro atingiu um valor de 1,344** no final do ano de 2014 (tendo registado um valor de 1,323 em 2013). Este dado é provisório uma vez que à data de elaboração do presente documento, decorre o acerto do mesmo com os registos das Empresas de Transporte Ferroviário, processo este supervisionado pelo IMT.

Em 2015 pretende-se manter os níveis de segurança da Rede Ferroviária Nacional, tendo como meta a melhoria (face a 2014) do indicador relativo ao número de acidentes significativos por milhão de comboio-quilómetro.

#### Gestão de Emergências

Tem sido dado continuidade ao trabalho que visa assegurar a existência de planos de segurança, garantindo a continuidade do negócio em situação de contingência.

Como parte da atividade, destaca-se a realização de simulacros/exercícios para teste de procedimentos de emergência, desenvolvimento de procedimentos/planeamento de emergência e Ações de avaliação das condições de Segurança Contra Incêndio em Edifícios (SCIE), cujas atividades se identificam seguidamente:

- No âmbito da Gestão da Emergência, e no que se refere ao planeamento dos procedimentos para a gestão da emergência da exploração da Rede Ferroviária Nacional, foi finalizado o Plano de Emergência Geral (IET nº 96) que estabelece as normas e procedimentos a adotar em situações de emergência garantindo a eficiente articulação entre o Gestor da Infraestrutura e as Empresas de Transporte Ferroviário;
- Com vista a dar cumprimento ao DL 220/2008, e de acordo com o trabalho desenvolvido em articulação com a Autoridade Nacional de Proteção Civil, foram desenvolvidos diversos Planos de Segurança (Medidas de Autoproteção) para edifícios sob gestão do Grupo REFER;
- A fim de assegurar o teste aos procedimentos de emergência existentes, garantindo a continuidade do negócio em situação de contingência, realizaram-se simulacros/exercícios com abrangência ao território nacional, mais concretamente:
  - Simulacro “Stª Comba Dão 2014”
  - Simulacro “Nine14”
  - Simulacro “Souretrain14”
  - Simulacro “Leiria14”
  - Simulacro (CPX) Ponte 25 de Abril
  - Exercício evacuação Estação de Braga
  - Exercício de evacuação Centro de Manutenção de Setúbal
  - Exercício de evacuação Rossio

Com vista a dar cumprimento aos DL 188/2009 e 184/2012, foi implementado o programa de Desfibrilhação Automática Externa (DAE) na REFER, tendo sido iniciado nas estações de São Bento e Cais do Sodré.

Pretende-se continuar a prática adotada na realização periódica de simulacros/exercícios melhorando a capacidade de reação face a situações de emergência.

A repetição de estes exercícios permitirá melhorar a articulação entre os diversos órgãos da REFER, assim como com Entidades Públicas de Socorro, promovendo a melhoria das condições de SCIE de edifícios/recintos sob gestão REFER

#### Proteção da infraestrutura – Segurança Pessoas e Bens

Relativamente à proteção da infraestrutura ferroviária, assegurando a sua integridade, e segurança das pessoas utilizadoras dos espaços ferroviários (estação e zonas comerciais), a Segurança de Pessoas e Bens, tem sido promovido um conjunto de estratégias e ações concretas que visam manter a integridade e disponibilidade do património gerido pelo Grupo, tentando reduzir os atentados e o seu impacto financeiro e operacional na atividade.

Este trabalho assenta na identificação e análise de vulnerabilidades, realizado em articulação com as unidades orgânicas relevantes na empresa, designadamente, com as áreas funcionais responsáveis pela gestão do património, manutenção e operações, de que resultaram 56 relatórios de avaliação.

Na salvaguarda da disponibilidade do património foram executadas as ações relativas a 9 desocupações coercivas de espaços ou edifícios integrantes do Domínio Público Ferroviário, 4 dos quais de estabelecimentos comerciais ocupados por concessionários em litígio com a REFER.

Na promoção de melhores condições de segurança, foi reforçada a capacidade operacional da Central de Segurança, que passou a dispor de **supervisão 24 horas por dia**, bem como de mais um posto de operação (o terceiro). Complementarmente, foi **alargada a cobertura do sistema de videovigilância**, com **reforços na linha de Cascais**, na **estação de Braga** e com a **integração da estação do Oriente**. Na Central de Segurança, reflexo da sua atividade e mais-valia do sistema de videovigilância gerido, foram rececionados e tratados **625 pedidos de imagens de videovigilância** provenientes de entidades policiais e judiciais.

Desde setembro, o Departamento de Segurança de Pessoas e Bens, na tentativa de melhor promover a articulação com as Forças de Segurança e de libertar outros órgãos da empresa, nomeadamente a Manutenção e Operações, para as suas atribuições core, assumiu a responsabilidade de formalizar as queixas-crime perante a GNR e a PSP. Desta mudança estratégica, resultou a apresentação de **99 queixas-crime**.

Não negando a influência, neste caso positiva, de fatores exógenos à estratégia implementada, no ano de 2014 constatou-se a descida do número de ocorrências lesivas do património ferroviário e com impacto (efetivo ou potencial) na exploração ferroviária, tendo-se registado **113 situações de furto** com impacto na exploração ferroviária, quando em 2013 se haviam registado 133 e **24 situações de dano** (doloso) com impacto na exploração ferroviária, quando em 2013 se haviam registado 42.

#### Atravessamentos e Passagens de Nível

Tem sido prosseguido o desenvolvimento e implementação de estratégia para a redução da sinistralidade, quer nos atravessamentos de nível da via-férrea no universo das linhas com exploração ferroviária, quer na que resulta da violação do canal ferroviário por terceiros, definindo objetivos e fixando metas.

No final de 2014 existiam **856 passagens de nível** (menos 14 do que em 2013) e **379 atravessamentos de nível em estação** (menos 31 do que em 2013).

Para a prossecução do objetivo enunciado desenvolveram-se um conjunto de atividades que se destacam de seguida.

#### **Ações em PN Plano de Supressão e Reclassificação de PN**

A REFER está obrigada à concretização do Plano de Supressão e Reclassificação de Passagens de Nível (PN) nos termos do art.º 2º do Decreto-Lei nº 568/99 de 23 de dezembro. A sua materialização está atribuída à REFER, às autarquias e às Estradas de Portugal, tendo sido executadas em 2014, 43 ações, com a seguinte distribuição:

- Passagens de nível **suprimidas: 15** (um acréscimo face às 8 de 2013)
- Passagens de nível **reclassificadas: 28** (um acréscimo de 4 face a 2013);

A REFER realizou 42 destas ações (98%), sendo a restante concretizada no âmbito de parceria com esta empresa.

Face ao planeado (13 supressões e 33 reclassificações) foi alcançada uma taxa de concretização de 93% (em 2013 tal taxa foi de 67%).

### Mitigação do Risco em PN

Para o alcançar dos objetivos definidos de redução da sinistralidade, em complemento das ações de supressão e reclassificação, é importante a adoção de outras medidas de menor custo e prazo de concretização que, atuando em fatores identificados, conduzam à minimização do risco nos atravessamentos ao caminho-de-ferro.

Neste âmbito, foram concretizadas **14 ações** em 2014, incluindo a criação de zonas de atravessamento específico para peões, a beneficiação de pavimentos ou dos acessos imediatos a eliminação de restrição ferroviária por reparação de semaforização rodoviária, ou a beneficiação de visibilidades.

Tendo em vista a avaliação de fatores de risco e a consequente apresentação de propostas de medidas mitigadoras desses riscos, deu-se continuidade às peritagens técnicas em PN na sequência de acidentes, ou de outras PN que, mesmo sem registo de acidentes, revelaram fatores de risco passíveis de mitigação, com **15 ações** efetuadas em 2014.

### Ações Estratégicas em PN

No âmbito das ações que, pelo seu carácter inovador ou por permitirem um planeamento mais sustentado dos investimentos nos próximos anos, contribuem decisivamente para a redução na sinistralidade, foram desenvolvidas em 2014:

➤ Acordos de Protocolo com Entidades Externas

Para a programação e desenvolvimento sustentado dos Planos de Supressão e Reclassificação de Passagens de Nível, bem como de mitigação do risco, tem sido objetivo promover acordos técnicos/financeiros para as PN e atravessamentos em estação, com as respetivas Câmaras Municipais.

Neste âmbito, em 2014 foram celebração acordos de protocolo com as Câmaras Municipais de Baião, Faro e Oeiras.

➤ Avaliação do Risco em PN

Na área de avaliação do risco em PN, fundamental para o cumprimento dos objetivos traçados para a sinistralidade, deu-se continuidade em 2014 à avaliação do risco em Passagens de Nível com recurso a software específico - que permite determinar para cada PN os fatores e índice global de risco, bem como o impacto no mesmo das possíveis intervenções, assim como a consequente hierarquização segundo o risco.

➤ Caracterização das PN

Em cumprimento do Regulamento de Passagens de Nível (Decreto-Lei nº 568/99), procedeu-se em 2014 à **recolha dos dados de 176 PN**, incluindo características físicas, de utilização e da envolvente.



### Regularização Contratual das PN Particulares

As licenças que vigoravam para as PN Particulares resultavam na sua generalidade de contratos celebrados ainda nos anos 1980 ou início de 1990, verificando-se que já não correspondiam em grande parte à realidade no terreno, em face da alteração da titularidade das parcelas servidas (venda ou sucessão), ou do seu uso.

Em sequência, e após a alteração em 2011 das anuidades e garantias devidas nas licenças das PN Particulares – para melhor refletirem o risco associado ao atravessamento - deu-se continuidade em 2014 ao processo de regularização contratual das PN Particulares existentes, com a celebração de **15 licenças**.

### Ações de Sensibilização para a Segurança em PN

Durante o ano de 2014 foi dada continuidade à campanha de sensibilização e segurança “Pare, Escute, Olhe”.

No dia 3 de junho, Dia Internacional para a Segurança em Passagens de Nível, para além de várias ações de sensibilização e informação em passagens de nível, realizou-se uma Conferência com oradores nacionais e internacionais, organizada pela REFER em cooperação com a UIC.

Promoveu-se ainda em dezembro uma Campanha de Natal, com anúncios na imprensa.

### Sinistralidade em PN

Em 2014 **ocorreram 26 acidentes em PN**, (menos um do que o registado em 2013) sendo **19** colisões (menos 5 que em 2013) e **7** colhidas (mais 4 do que em 2013) de que resultaram 4 mortos, 5 feridos graves e 4 feridos ligeiros. Registaram-se menos 6 mortes e 3 feridos ligeiros do que em 2013, tendo o número de feridos graves sido idêntico ao desse ano.

Verifica-se que a política de supressão e melhoria das condições de segurança nas PN tem contribuído para a redução continuada da sinistralidade, salientando-se que, em resultado, se antecipou em 2011, e consolidou em 2012, 2013 e 2014, a meta definida para 2015 nas orientações estratégicas para o setor ferroviário, de redução da sinistralidade em 60% face a 2005 (isto é, menos de 29 acidentes).

### Atravessamentos de Nível em Estação (ATV)

Tendo em vista a redução da sinistralidade nos atravessamentos de nível em estação (ATV) e a redução dos seus custos globais de manutenção, deu-se continuidade em 2014 às ações de racionalização e de mitigação do risco neste tipo de atravessamentos, com **intervenção em ATV de 36 estações ou apeadeiros** (mais 11 do que em 2013) de que resultou a supressão de **31** ATV e a mitigação do risco de **47**.

### Atravessamentos em locais não autorizados (“Trespassing”)

Dando sequência à estratégia de intervenção para a melhoria da segurança por redução dos atravessamentos (e circulações) em locais não autorizados, vulgo “trespassing”, procedeu-se em 2014 à **vedação de 18 locais** de “trespassing”.

### Objetivos e Perspetivas para 2015

Para atingir este objetivo, prevê-se **até ao final de 2020 a supressão de 106 PN e o upgrade (incluindo automatizações) de 136**, com um investimento de 75,9 milhões de euros.

Com enquadramento neste compromisso e visando a redução da sinistralidade nas várias tipologias de atravessamentos à via-férrea, em 2015 será realizado um conjunto de ações em Passagens de Nível (PN), Atravessamentos em Estação (ATV), Atravessamentos em Locais Não Autorizados “Trespassing” e “Suicídios”, compreendendo intervenções diretas em locais de risco (supressão, reclassificação ou mitigação do risco), auxiliadas pela campanha “Pare Escute Olhe” e com envolvimento em iniciativas de carácter institucional e formativo como o “Dia Internacional para a Segurança em Passagens de Nível”, que se celebrará, em 2015, no dia 3 de junho.

### 3.2. Vertente Social (interna)

Apesar de a REFER ter completado **17 anos de existência em 2014**, as suas origens remontam à criação do caminho-de-ferro em Portugal.

Os seus colaboradores são detentores de um *know-how* centenário e único no país, razão pela qual o Capital Humano é um dos principais ativos estratégicos da empresa.

Neste sentido, a Política de Recursos Humanos tem como objetivo maximizar a valorização, desenvolvimento profissional e motivação dos colaboradores, de forma alinhada com os objetivos estratégicos da organização.

Complementarmente, a REFER tem zelado por proporcionar aos seus colaboradores condições progressivamente melhores para o exercício das suas funções, salvaguardando os requisitos de segurança do trabalho.

#### 3.2.1. Emprego

##### Evolução do Efetivo

Durante o ano de 2014 continuou a verificar-se a tendência de redução do efetivo médio da REFER.

Esta tendência ocorre desde há uma década a esta parte, resultado de uma constante adaptação e modernização da empresa perante os vários desafios com que se tem deparado ao longo dos últimos anos.

A diminuição do efetivo em 2014 não foi tão significativa como a que tem ocorrido num passado recente. Neste período a REFER contou com uma média de **2.533 colaboradores a cargo, menos 154** que no ano transato.

Em Dezembro estavam na empresa **2.512** pessoas, o que representa um novo mínimo histórico ao nível da dimensão do efetivo da empresa.

### Saídas

Em 2014 ocorreram **54 saídas (foram 115 em 2013)** da REFER, das quais **40** foram motivadas por **Rescisões por Mútuo Acordo (RMA)**.

Estes dados revelam o esforço efetuado pela REFER no sentido de ajustar o seu efetivo às necessidades financeiras e operacionais do negócio.

As 40 RMA assinadas durante o ano permitirão à REFER uma poupança anual a rondar os 2,5 milhões de euros e terão um prazo de retorno médio de 17 meses.

### Turnover (Taxa de Rotação)

O 'Turnover' traduz a rotação de pessoal numa organização, isto é, a relação entre entradas e saídas de trabalhadores de uma empresa, fornecendo informação sobre a percentagem de substituições de colaboradores antigos por novos e desta forma perceber qual a capacidade que a empresa tem para manter os seus colaboradores.

Verifica-se que em 2014 o rácio entre as saídas e o efetivo médio foi inferior em **2,3%** face ao verificado no ano anterior. As cessações de contrato representaram **2,1%** (comparando com 4,4% em 2013) do seu efetivo médio e a taxa de rotação fixou-se nos 1,5% em 2014 (tendo sido de 2,7% em 2013).

### Estrutura Etária e de Antiguidade

A idade média do universo de colaboradores da REFER em 2013 situava-se nos **47,9 anos** de idade. Depois de um ligeiro recuo no ano de 2011, verifica-se que a idade média tem vindo a aumentar progressivamente.

No que diz respeito à estrutura etária do pessoal da REFER, constata-se que existe uma **predominância de colaboradores com idades** compreendidas entre os **46 e 55 anos (43,4%)**.

Uma análise mais cuidada permite concluir que desde 2011 existe uma tendência de envelhecimento gradual no efetivo da REFER. Esta evolução tem origem nas sucessivas Leis do Orçamento do Estado, que impedem as entidades do Setor Empresarial do Estado de contratar novos trabalhadores e, conseqüentemente, de renovar o seu efetivo.

O envelhecimento do capital humano da REFER tem paralelo no aumento da antiguidade média. Verifica-se um aumento superior a 6% nos colaboradores com mais de 25 anos de antiguidade (42,6%). Por compensação houve uma redução na faixa de colaboradores que têm entre 21 e 25 anos de antiguidade sensivelmente pela mesma ordem de grandeza. Estes dois níveis de antiguidade representam 55% do número total de trabalhadores.

### Qualificações Profissionais

Historicamente o grupo de colaboradores classificado como "profissionais qualificados" representa cerca de **45% do pessoal da REFER**. Contudo é notório que ao longo dos anos existe uma tendência no aumento das qualificações dos trabalhadores da REFER.

Ao contrário dos "profissionais qualificados", que têm mantido o seu peso ao longo dos anos, existe uma clara redução dos "**profissionais não qualificados**" de 40% para **16%**.

No sentido contrário encarregados e chefes de equipa duplicaram o seu peso e os quadros superiores quase que quadruplicaram desde 1999. Esta tendência é justificada pela concretização das políticas de modernização e automatização da atividade ferroviária, que deram lugar à necessidade de recrutamento de técnicos altamente qualificados, e permitiram a saída de pessoal operacional, tradicionalmente com níveis de habilitação significativamente inferiores.

Para o futuro há que considerar que existem vários colaboradores que concluíram as respetivas licenciaturas, aguardando a passagem para a carreira técnica, inviabilizada nos últimos anos por imposições legais.

Neste momento, estes trabalhadores continuam a exercer funções nas suas categorias de origem, sendo classificados como “profissionais qualificados”.

#### Mobilidade 2014

Em 2014, à semelhança do que tem acontecido nos últimos anos, foi dada continuidade ao processo de ajustamento do efetivo, mantendo-se a predominância da saída de colaboradores com elevados níveis de antiguidade e com competências relevantes no que à experiência profissional nas diferentes especialidades técnicas diz respeito, sendo crítico assegurar o preenchimento desses postos de trabalho com recurso a processos de mobilidade interna.

Neste esforço de adequação dos recursos humanos às necessidades do negócio, devem ser salientadas as dificuldades acrescidas resultantes do desfavorável enquadramento legal e financeiro. Não obstante, foi possível preencher de uma forma célere aqueles postos de trabalho considerados críticos.

No âmbito destes processos destaca-se a reorientação funcional de trabalhadores ocorrida entre as áreas de Circulação e Manutenção, canalizando o excedente de recursos humanos da primeira área, para fazer face às carências verificadas nesta última. Tal resulta da evolução da exploração ferroviária com a implementação de modelos de funcionamento, que privilegiam o recurso a sistemas tecnologicamente mais avançados na área da Circulação, originando a extinção de postos de trabalho.

A avaliação do perfil de competências técnicas e comportamentais dos colaboradores foi o garante do melhor ajustamento do efetivo às necessidades verificadas.

Ao longo do ano de 2014, foram geridos **292 processos de mobilidade interna**.

#### Distribuição Territorial

Cerca de **70% dos trabalhadores** da REFER estão sediados **em Lisboa e no centro**. Apenas **8%** dos colaboradores se encontram a **Sul de Lisboa**.

Este facto explica-se porque é neste distrito onde se concentra a maior parte dos órgãos corporativos da empresa e onde existe maior volume de tráfego ferroviário.

#### Estágios Emprego "Impulso Jovem"

No âmbito do programa dos Estágios Emprego "Impulso Jovem" (em colaboração com o IEFPP – Portaria n.º 204-B/2013 de 18 de junho) – que teve início no segundo semestre de

2013 - foram admitidos, ao longo de 2014, 53 estagiários no Grupo, 39 dos quais na REFER.

A avaliação do impacto dos jovens estagiários na atividade da empresa foi francamente positiva para ambas as partes, uma vez que a REFER pôde reforçar algumas áreas da empresa, aliviando a carga de trabalho para alguns trabalhadores, contando para este efeito com um grupo de colaboradores extremamente empenhado. Por seu turno os jovens estagiários adquiriram competências, relevantes para o seu futuro, e experiência profissional que os valorizará no atual mercado de trabalho.

No ano de 2015, o desafio surgirá da fusão entre Grupo REFER e as Estradas de Portugal. Esta fusão implicará uma reengenharia orgânica e processual que culminará, inevitavelmente, em significativas movimentações de recursos humanos, de caráter funcional e geográfico.

Também a integração e contacto com novas atividades e funções específicas de cada uma das empresas exigirá dos trabalhadores elevados níveis de adaptação e aprendizagem, que se traduzirá obrigatoriamente num desenvolvimento e valorização do Capital Humano da nova empresa.

### 3.2.2. Diálogo Social

Em sede do diálogo social (DLS) promove-se a articulação entre a Empresa e as organizações representativas dos trabalhadores ao serviço da Empresa, com vista à obtenção de consensos entre as partes, não só através da negociação coletiva como também de reuniões com as referidas organizações sempre que tal se mostre necessário.

#### Sindicalização

A REFER, no seguimento da tradicional prática ferroviária, mantém uma taxa de sindicalização bastante elevada, sendo que as organizações representativas dos trabalhadores ao serviço da Empresa desempenham papéis bastante ativos na mediação de questões entre os seus associados e a Empresa.

As matérias controversas são reportadas quer por forma escrita, quer telefonicamente, sendo todas objeto de adequado tratamento. Sempre que tal se mostra necessário, são realizadas reuniões, para que as diversas questões possam ser debatidas presencialmente, visando chegar mais facilmente a plataformas de entendimento.

Através da taxa de sindicalização é possível aferir a relevância que os sindicatos detêm no setor ferroviário. Em 2014, os números apontam para um total de **1.599 colaboradores sindicalizados**, o que representa **64% dos trabalhadores** da REFER.

Os colaboradores são representados por **22 organismos sindicais**, dos quais 20 estão ligados ao setor ferroviário, destacando-se que as duas principais federações sindicais nacionais abrangem quase 60% do pessoal sindicalizado da REFER.

#### Paz Social

Apesar da elevada percentagem de trabalhadores sindicalizados e do grande número de organizações sindicais que os representam, a zela por manter um bom relacionamento com

todas as Organizações Representativas dos Trabalhadores (ORT) e com a Comissão de Trabalhadores.

Embora em 2014 se tenham mantido as disposições legislativas que resultam numa revisão em baixa do rendimento dos trabalhadores, foi efetuada uma gestão do clima social com o objetivo de procurar evitar ou minimizar o impacto das **4 greves decretadas** (em 2013 contabilizaram-se 16) pelos sindicatos procurando salvaguardar a normal circulação ferroviária.

Em 2015, perseverará o trabalho na manutenção e melhoria contínua do diálogo e clima de paz social na e com as OTS, privilegiando a adoção de soluções consensuais,

No âmbito das condições de trabalho, será concluído em 2014 o levantamento, já iniciado em finais de 2013, das condições nos locais de trabalho e instalações sociais em toda a rede ferroviária.

#### Benefícios Sociais

Durante o ano de 2014, a REFER manteve o plano de benefícios sociais que tem vigorado na empresa nos últimos anos, e que visa proporcionar aos seus trabalhadores um conjunto de apoios em áreas sociais importantes como a saúde, educação, cultura e desporto.

#### Área da Saúde

É importante referir que a REFER é uma empresa com uma assinalável dispersão geográfica dos seus trabalhadores, com um tipo de atividade operacional com relevante desgaste físico.

Neste sentido, um benefício como o seguro de saúde surge com um papel reforçado, na medida em que possibilita um acesso facilitado a cuidados de saúde em qualquer ponto do país.

Deste modo os colaboradores da empresa beneficiam dos seguintes seguros:

- Seguro de Saúde - Aplicável a qualquer trabalhador da Empresa, com cobertura de 90% das despesas de saúde de qualquer especialidade médica realizadas na ampla rede definida. Para além disso, todas as consultas realizadas fora da rede convencionada (qualquer médico, clínica ou hospital) beneficiam também de uma comparticipação de 50%. Sublinha-se que também os familiares poderão beneficiar deste seguro, ficando neste caso o prémio do agregado familiar a cargo do trabalhador;
- Seguro de Acidentes Pessoais - Cobre qualquer tipo de riscos profissionais e extra profissionais de invalidez permanente ou morte, com indemnização de quinze mil euros para estes casos.

#### Área da Educação

A empresa apoia os seus trabalhadores na fase de pré-escolaridade dos seus filhos e incentiva as boas classificações durante todo o ensino secundário e superior.

- Subsídio de Pré-Escolaridade - Atribuído mensalmente a filhos e equiparados dos trabalhadores, dos 4 meses aos 6 anos, e que frequentam creches, jardim-de-

- infância ou amas reconhecidas pela segurança social. O valor/criança destes subsídios varia entre os 50€ e 89€, tendo sido atribuído a **274 beneficiários**;
- Bolsa de Estudo - Atribuída aos filhos e equiparados dos trabalhadores que consigam obter uma média igual ou superiores a 14 valores entre o 9º ano de escolaridade e o final do ensino superior, este benefício abrangeu **170 alunos**;

Como complemento destes apoios sociais à escolaridade, a REFER passou a conceder passe de estudante aos filhos dos trabalhadores que deles necessitem. Em 2014 foram atribuídos cerca de **267 passes escolares**.

### Área de Concessões de Viagem

Os trabalhadores ao serviço da REFER mantiveram o direito a viajar através de transporte ferroviário, sem custos, nas suas viagens de serviço e no percurso de casa/trabalho.

Trata-se de um benefício de extrema relevância no âmbito da atividade profissional dos trabalhadores da REFER, uma vez que aquela exige, na maior parte das situações, deslocações frequentes por toda a rede ferroviária.

### 3.2.3. Desenvolvimento do Capital Humano

O ano de 2014 ficou marcado pela implementação do novo Sistema de Gestão do Desempenho e Potencial (SGDP) em todo o Grupo REFER, em modo experimental.

Espera-se que o novo SGDP confira uma maior objetividade e justiça à análise do desempenho dos trabalhadores, dando lugar à identificação de oportunidades de melhoria para cada um deles, bem como à identificação do talento existente na organização, e respetivo reconhecimento e recompensa.

Neste contexto, o SGDP tem o seu funcionamento apoiado em duas vertentes fundamentais: Gestão de Competências e Gestão por Objetivos.

#### Gestão de Competências

A identificação e monitorização das competências críticas necessárias ao correto desempenho de todas as funções da Empresa, é um trabalho fundamental com vista à concretização do objetivo corporativo de desenvolvimento de competências-chave, previsto no Plano 2014-2016 do Grupo REFER.

Em 2014, a DCH desenvolveu um trabalho aprofundado de construção de perfis de competências junto das várias direções da Empresa. Este trabalho realizou-se em toda a extensão do Grupo REFER, e resultou na criação de 42 perfis funcionais baseados em 6 competências comportamentais, 4 competências de gestão e 65 Competências técnicas.

Ao longo do ano a DCH promoveu diversas reuniões com os responsáveis da Empresa no sentido de construir, melhorar e aproximar os perfis funcionais à realidade operacional de cada área, deixando em aberto melhorias futuras que poderão decorrer de reorganizações funcionais, ou de alterações de prioridades em relação àquilo que é crítico no desempenho de cada função.

O modelo de gestão de competências do Grupo REFER entrou assim em funcionamento em 2014, esperando-se que os primeiros resultados práticos comecem a surgir no primeiro trimestre de 2015.

#### Gestão por Objetivos

A definição, monitorização e avaliação do cumprimento de objetivos, é a novidade mais significativa do novo SGDP. Pretende-se com esta gestão alinhar as expectativas e ações de cada indivíduo com os objetivos das respetivas equipas e, conseqüentemente, com a concretização dos objetivos corporativos da REFER.

Em 2014, foram definidos objetivos corporativos, de equipa e individuais para todos trabalhadores, pela primeira vez na história da REFER. Esta tarefa foi feita em duas fases, com a definição de objetivos na REFER a decorrer no primeiro semestre e nas restantes empresas do Grupo na segunda metade do ano.

Neste âmbito, foi criada uma estrutura base de construção dos objetivos a definir por todas as direções, alinhada com a estrutura utilizada no Plano de Atividades da Empresa, que garante não só o alinhamento estratégico dos mesmos, mas também que cada objetivo seja SMART. Cada objetivo é composto por uma descrição, um indicador de medição do resultado, uma fórmula de cálculo, uma meta a atingir e um alinhamento estratégico obrigatório.

Tendo em conta as diferentes características de cada órgão, não só ao nível das suas atividades específicas, mas também das características dos seus intervenientes, este trabalho exigiu uma grande proximidade à estrutura da empresa, tendo sido realizadas diversas reuniões de apoio aos Gestores do Desempenho.

À semelhança do que se passará ao nível da Gestão de Competências, o primeiro trimestre de 2015 ficará marcado pela análise dos resultados dos objetivos traçados para o ano de 2014.

Da combinação dos resultados obtidos por cada trabalhador na análise de competências e de objetivos, resultará a respetiva nota da análise do desempenho global.

Neste contexto, o Grupo REFER terá informação relevante sobre cada trabalhador, podendo direcioná-lo para a correção dos seus pontos a melhorar e para a potenciação os seus pontos fortes. O SGDP dará lugar a uma gestão mais eficaz da formação, baseada na identificação de “Gap” de Competências, na elaboração de Planos Individuais de Desenvolvimento e na construção Planos de Sucessão. Esta gestão estruturada e criteriosa do desenvolvimento de cada trabalhador, adaptada à realidade do setor ferroviário, permitirá uma gestão do talento orientada para a melhoria contínua, que se traduzirá num contributo decisivo para concretização dos objetivos que a Empresa se propôs atingir.

#### **3.2.4. Formação**

A formação na REFER está especialmente vocacionada para a promoção da melhoria do desempenho individual e organizacional através do desenvolvimento e consolidação das competências associadas ao negócio e aos domínios do conhecimento de suporte ao mesmo, bem como do desenvolvimento de competências transversais que promovam, junto



dos colaboradores do Grupo, a apetência por uma cultura de inovação, eficácia e compromisso com os objetivos organizacionais.

A Academia REFER coordena a elaboração do Plano de Formação do Grupo REFER dando corpo à estratégia definida para o desenvolvimento profissional e pessoal dos colaboradores. Compete à área de Formação da Academia REFER a responsabilidade pelo planeamento, execução, acompanhamento e garantia da qualidade da formação prevista.

#### Síntese da principal atividade desenvolvida em 2014

Ao longo do ano de 2014 destaca-se a execução do plano de formação.

#### **Execução do Plano de Formação de 2014**

Em 2014 foram asseguradas para a totalidade dos colaboradores do Grupo REFER, **1.250 ações de formação**, que envolveram **7.212 formandos** e representaram um volume de formação total de **86.468 horas**.

O volume de formação *per capita* situou-se nas **28,9 horas de formação por colaborador**.

Note-se que o volume de formação relativo a colaboradores das empresas afiliadas do grupo REFER corresponde sensivelmente a 15% do volume total.

Globalmente, face a 2013 registou-se um **crescimento do volume de formação de 49,1%**. Relativamente ao planeado, o aumento significativo do número de ações e formandos envolvidos fica a dever-se essencialmente à realização de um conjunto de ações que, embora não tendo sido previstas, se revelaram necessárias no âmbito das opções estratégicas delineadas para o Grupo REFER, como por exemplo as ações de sensibilização relativamente ao Sistema de Gestão Integrado no âmbito dos vários macro processos e processos internos, e igualmente as ações de sensibilização para as questões da Segurança.

Estas ações, em número bastante elevado e envolvendo um número significativo de formandos são no entanto ações de curta duração. Com repercussão mais significativa ao nível do volume de formação, salientamos a Formação Avançada para Quadros com a introdução do **1º Programa Avançado de Gestão e Liderança - PAGL**, programa estruturante que visa a melhoria das competências de Gestão e Liderança dos Quadros REFER e que se traduz em mais de 5.000 horas de formação.

A aposta na formação interna manteve-se ao longo deste 2º ano de atividade, traduzindo-se numa economia considerável de custos, ao nível da formação global e da formação técnica e técnico-ferroviária. Considera-se que os custos mais relevantes da formação que é assegurada internamente são os que decorrem da disponibilidade de formandos e formadores. Durante 2014 dinamizou-se a Bolsa de Formadores internos, dispondo-se atualmente de **193 formadores qualificados**, representando um incremento de 18% face a 2013.

A **formação** realizada apenas **com recursos internos** correspondeu a **58.053 horas de formação, envolvendo 5.535 formandos**, respetivamente 67% e 77% do volume total de horas e de formandos registado, representando um acréscimo de cerca de 12.500 horas de volume de formação face ao total realizado em 2013. A formação contratada ao exterior incidiu essencialmente nas áreas da Liderança e Gestão, nomeadamente, na Gestão de

Projetos, Programa Avançado de Gestão e Liderança, Qualidade e Formação em Desenvolvimento Pessoal.

Relativamente ao índice de qualidade da formação realizada situou-se em **3,4** (Bom, numa escala de 1 a 4), correspondendo este indicador ao nível de satisfação global percebida tanto no que diz respeito à avaliação dos formandos, quanto à dos formadores, em todas as áreas e domínios do conhecimento.

Na sequência de um projeto-piloto desenvolvido em 2014, estarão criadas as condições para em 2015 integrar a avaliação do impacto da formação na melhoria do desempenho individual e das equipas, no indicador global da qualidade da formação realizada.

Verificou-se um decréscimo do volume global da formação face ao ano anterior, devido essencialmente ao processo de reestruturação organizacional e criação da Academia, circunstâncias que não possibilitaram um desenvolvimento mais regular das atividades afetas à formação.

#### **Certificação enquanto entidade formadora**

Em resultado do forte investimento efetuado pela **Área de Formação da Academia**, a REFER obteve em 2014 a **certificação DGERT** como entidade formadora, reconhecendo-se por esta via que possui a estrutura e organização internas, os meios e recursos adequados ao desenvolvimento da atividade formativa, bem como os processos formativos e mecanismos de avaliação dos resultados da atividade adequados e que traduzem práticas de gestão conformes aos referenciais de qualidade exigidos.

A obtenção do reconhecimento pela DGERT, em alinhamento com a estratégia e objetivos definidos pelo Grupo REFER para o período 2015-2017, em especial no que diz respeito ao desenvolvimento de competências chave por parte dos colaboradores da empresa, à internacionalização do Grupo e, à diversificação da atividade relativamente ao seu negócio core, confere à empresa a possibilidade de ministrar formação devidamente credenciada para entidades externas, posicionando desta forma a Academia como um centro de resultados gerador de receita adicional.

Para além desta certificação, o processo de Gestão da Formação também se mostrou em conformidade com a ISO 9001 conforme a certificação obtida pela empresa no âmbito do SGI.

#### *As orientações do Plano de Formação de 2015*

As orientações estratégicas subjacentes à atividade de formação e desenvolvimento no Grupo REFER, assentam em 4 eixos fundamentais de atuação:

- Eficiência e Sustentabilidade, promovendo através do desenvolvimento das competências chave dos colaboradores, nomeadamente daqueles que estão de forma mais direta ligados às áreas de negócio "core", a melhoria da eficiência das atividades e processos internos, a orientação do serviço ao cliente e a redução dos custos operacionais;
- Produtividade e Desempenho, promovendo através da aquisição e reforço dos conhecimentos, desenvolvimento e consolidação das competências e saberes-fazer, a

melhoria da produtividade e do desempenho individual e das equipas e reforçando por esta via, a competitividade da Empresa;

- Gestão do conhecimento, criando e reforçando práticas, mecanismos e instrumentos através da formação e aprendizagem organizacional para promover a retenção e a partilha e disseminação do conhecimento interno específico, potenciando a vantagem competitiva do Grupo REFER no setor em que opera;
- Melhoria dos indicadores de qualidade e segurança da atividade através do alinhamento de comportamentos e atitudes que maximizem os padrões de serviço público prestado pelo Grupo REFER, a confiança dos clientes e as condições de segurança num contexto de forte dinâmica organizacional.

#### Objetivos operacionais

Os objetivos operacionais definidos traduzem-se para 2015 na necessidade de consolidação de práticas e procedimentos de gestão e em metas e referenciais mais exigentes no que diz respeito à atividade formativa realizada em 2013 e 2014:

- Promover a formação profissional e o desenvolvimento de competências profissionais e pessoais, de forma transversal e equitativa no grupo REFER, tendo como referência, para 2015, uma média de 30h de formação por colaborador;
- Reforçar e desenvolver competências nas áreas chave do negócio e reforçar a capacidade de liderança/gestão internas;
- Manter a certificação como entidade formadora, assegurando a manutenção do reconhecimento da qualidade da formação que ministramos e do nosso processo formativo e a visibilidade da Empresa enquanto entidade formadora com know-how específico, no mercado nacional e internacional;
- Promover a qualificação e o correto dimensionamento da Bolsa de Formadores internos, de forma a responder às necessidades de forma inovadora e eficaz;
- Promover a eficácia e eficiência da cadeia de processos e procedimentos e da logística associada à atividade formativa;
- Desenvolver um orçamento economicamente sustentável na área da formação, através da diminuição dos custos de contratualização de serviços externos de formação e da aposta em metodologias inovadoras que potenciem a economia de custos e a obtenção de incentivos externos;
- Promover a comercialização de produtos e serviços de formação e consultoria de gestão de recursos humanos nos mercados nacional e internacional.

Ao longo de 2015 a REFER continuará a colaborar em planos de aprendizagem específicos, designadamente em programas de estágios profissionais e curriculares, em articulação com instituições de ensino superior e com o Instituto de Emprego e Formação Profissional.

#### **3.2.5. Segurança no Trabalho**

No âmbito das atividades e objetivos da Segurança do Trabalho e numa atuação próxima com a Gestão da Emergência, desenvolvem-se as estratégias e ações com vista a promover a segurança dos trabalhadores do Grupo REFER, assim como, a cooperação com as entidades externas que desenvolvem atividades ou que colaborem no socorro.

Durante o ano de 2014 há destacar as seguintes atividades:

- Análise e Avaliação de Riscos, com fim à publicação das Fichas de Análise de Risco, e definição de medidas de prevenção para a realização das atividades, no âmbito da segurança do trabalho;
- Conceção e desenvolvimento de ações de formação no âmbito da segurança do trabalho e gestão da emergência;
- Análise e contributos dos documentos a patentear a concurso e elaboração do instrumento de gestão de segurança aplicável;
- Assunção das funções de Coordenação de Segurança de Projeto e em Obra e também para as Prestações de Serviço de Manutenção da Infraestrutura Ferroviária, de âmbito nacional;
- Acompanhamento da execução das medidas de prevenção através da realização de ações de avaliação (inspeções e auditorias), promovendo a sua eficiência e operacionalidade, no âmbito da segurança do trabalho e gestão da emergência;
- Campanhas/ações de sensibilização para o reforço da cultura de segurança na organização (Desafio inter-brigadas e projeto de Reportar, Analisar e Prevenir);

No âmbito da Segurança do Trabalho, no ano de 2014 e no que se refere à Sinistralidade Laboral, o **Índice de Incidência** (II) foi de **44,17**, um valor inferior ao ocorrido em 2013 (foi de 47,69).

Constata-se que, apesar da diminuição em 2014 do número de acidentes de trabalho (**111**) face ao ocorrido em 2013 (foi de 126), o número de dias perdidos por acidente de trabalho em 2014 (**23,74**) aumentou relativamente ao ano anterior (foi de 20,57).

Da análise efetuada ao tipo e natureza do acidente de trabalho, verificou-se que os acidentes ocorridos em 2014 e nos dois anos transatos, são na sua generalidade, pouco graves.

Considera-se assim que o número médio de dias perdidos em 2014, por acidente de trabalho, não aumentou diretamente, nem pela sua gravidade, nem pelo número de acidentes ocorridos.

Complementarmente, e como forma de analisar os valores que expressam de forma absoluta a sinistralidade na empresa, apresenta-se o II com base nos dados da OIT e UIC (Organização Internacional do Trabalho e International Union of Railways), para os anos em análise.

#### Quadro 4 – Índice de Incidência – Dados da OIT e UIC

Ano	N.º de trabalhadores	II
2012	2784	32,33
2013	2642	47,69
2014	2513	44,17

Índice de Incidência (II) = (N.º Acidentes no Local de Trabalho)/(N.º Médio de Trabalhadores)×1.000

Comparando ainda com os últimos dados do Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP) do Ministério da Solidariedade Social (MSSS), ou seja:

### Quadro 5 – Índice de Incidência – GEP e MSSS

Índice de Incidência dos AT (por 1000 trabalhadores) - Total Nacional	52,02
Nº Médio de Dias Perdidos - Total Nacional	28,26
Índice de Incidência dos AT (por 1000 trabalhadores) - Setor Construção	91,84
Nº Médio de Dias Perdidos Setor Construção	32,94

Tendo como referência a média nacional, verifica-se que em 2012 o número de dias perdidos na REFER foi superior a esse valor, contudo essa tendência foi invertida a partir de 2013.

Relativamente aos valores nacionais do setor da construção, constata-se ainda que os valores obtidos nos 3 anos em referência são todos inferiores aos valores nacionais desse setor.

No que se refere ao Índice de Incidência constata-se que os valores obtidos na REFER são também inferiores, relativamente, quer aos totais nacionais, quer aos totais nacionais do setor da construção.

O aumento do número de dias de dias perdidos não se deve à natureza do acidente em si, mas sim a fatores externos ao próprio acidente. Segundo a análise da REFER os fatores externos são do âmbito social e motivacional, ou seja, são fatores pouco influenciáveis por medidas preventivas que venham a ser definidas e implementadas no âmbito da segurança do trabalho.

Para 2015, no âmbito da segurança do trabalho, a REFER zelará pela manutenção da tendência de diminuição do Índice de Incidência, relativamente ao ano de 2014. Para o cumprimento deste objetivo, para além das atividades técnicas de segurança do trabalho que têm vindo a ser desenvolvidas, serão promovidos projetos adicionais no sentido de reforçar a cultura de segurança na organização.

### 3.2.6. Diversidade e Oportunidade

#### Igualdade entre Homens e Mulheres

Historicamente o sector ferroviário sempre foi marcado pelo elevado peso da população masculina nos seus quadros.

Este facto deve-se sobretudo à natureza da atividade desenvolvida nas áreas operacionais, onde está concentrada a maioria dos colaboradores da REFER, marcada pela elevada exigência física e exposição a condições de risco.

Na última década o rácio Homens / Mulheres ficou ainda mais desequilibrado tendo em conta o elevado número de rescisões por mútuo acordo realizadas na categoria com maior presença feminina, Guarda de Passagem de Nível.

Verifica-se um ligeiro aumento do **rácio de Homens/Mulheres** no total de colaboradores da REFER em 2014 (5,14) que se têm refletido ao longo dos anos.

Porém, a REFER tem pautado a sua atuação pelo tratamento semelhante dos colaboradores de ambos os sexos. Realça-se que entre 1999 e 2014 o **rácio de chefias Homens / Mulheres** baixou de 4,07 para **1,83**.

Adicionalmente verifica-se que não existem desvios significativos no que diz respeito às diferenças de Vencimentos Base (VB) entre Homens/Mulheres e que em duas das categorias profissionais em que as mulheres têm maior representação, a sua remuneração base média é superior à dos seus colegas do sexo masculino (Assistentes de Gestão e Técnicos).

### 3.2.7. Ações de Melhoria do Clima Social

Os objetivos das ações desenvolvidas nesta área visam, fundamentalmente, coordenar e controlar a política de conteúdos ao nível da intranet, em colaboração com as restantes áreas da empresa diretamente corresponsáveis, manter uma informação regular e atempada a todos os colaboradores sobre os assuntos que se relacionem com a vida da empresa, por meio de suportes de comunicação escritos, eletrónicos, audiovisuais, ou outros, dos quais se destacam:

#### InREFER - informação ao serviço do clima social

Com o propósito de assegurar informação regular e atempada a todos os colaboradores do Grupo, contribuindo assim para uma melhoria do clima social da Empresa, foi divulgada e publicada, no portal interno do Grupo, a newsletter eletrónica InREFER.

Com periodicidade mensal e uma linha editorial orientada para a divulgação dos principais projetos e iniciativas do Grupo e do setor ferroviário, incluindo rubricas de entrevistas a colaboradores do Grupo, promove a proximidade e coesão, tendo registado um número crescente de visualizações, com uma **média mensal de 3760 visualizações**.

No ano **2014 a InREFER teve 45 112 visualizações** (12 edições – de janeiro a dezembro).

#### Dinamização do Portal do Grupo REFER

Foi efetuada uma análise e divulgação interna da informação relevante sobre a atividade ferroviária, veiculada nos media.

No período entre janeiro e dezembro de 2014 foram **publicadas cerca de 240 notícias**, tendo o Portal recebido, por parte de **3 013 utilizadores, 16 432 visitas**.

#### Eventos e iniciativas coletivas

Neste domínio, a empresa promove regularmente iniciativas que permitem aproximar os seus colaboradores (ou filhos) mantendo o espírito de grupo (festa de natal, de aniversário) e também proporciona o acesso facilitado a serviços úteis sem que daí decorram custos para a empresa.

- **17.º aniversário da Empresa** – Compreendeu a homenagem aos colaboradores que completaram 25 ou 40 anos de ferrovia, numa cerimónia que teve lugar na Estação de São Bento;

- **Iniciativa “Grupo REFER de portas abertas”** – Foi promovida a primeira edição desta iniciativa, que decorreu nos meses de julho, agosto e setembro, com a abertura dos dois Centros de Comando Operacional - Porto e Lisboa - ao público interno e aos seus familiares, contando com a presença de cerca de 90 participantes;
- **Eventos de Natal** – em 2014 este evento compreendeu a realização de celebrações simbólicas apenas para entrega dos alfinetes de prata e ouro (25 e 40 anos de antiguidade respetivamente) e manteve-se a entrega de um pequeno brinquedo às crianças (filhos de trabalhadores), por serem práticas habituais e com um significado afetivo importante;
- **Campos de Férias REFER** – Há já alguns anos que a REFER proporciona aos filhos dos seus trabalhadores, dos 6 aos 16 anos, a possibilidade de usufruírem de colónias de férias na páscoa e verão, o que constitui já um marco importante para os respetivos períodos de férias escolares. Este benefício é suportado por ambas as partes através de uma modalidade de copagamento, sendo que nos casos dos trabalhadores com menores recursos a empresa assume um encargo superior;
- **“Os Jardins da Nossa Estação”** – de forma a promover a iniciativa, planeada para 2015, foram divulgadas, mensalmente, as boas práticas desenvolvidas por colaboradores do Grupo, designadamente daqueles que trabalham nas estações ferroviárias quanto à conservação dos espaços externos das mesmas;
- **Cultura e Lazer** - Também há a destacar o retorno proporcionado aos colaboradores do Grupo REFER, como resultado de parcerias estabelecidas com entidades na área de cultura e lazer, traduzido na disponibilização, através de passatempos, de um total de 500 convites para diversos eventos e iniciativas, nomeadamente:
  - Festivais e concertos
    - Festival Vodafone Mexefest, Lisboa;
    - Banda James, Porto e Lisboa;
    - Festival de Curtas Metragens de Faro;
    - Festival “MAR-Marionetas” de Espinho;
  - Teatro
    - Musical “Festa das Bruxas”, Teatro Independente de Oeiras;
  - Exposições
    - Amadora BD;
    - Parques de Sintra;
  - Provas desportivas
    - Douro Vinhateiro;
    - City Race;
  - Visitas
    - Parques de Sintra;
    - Comboio Histórico;
    - Comboio Presidencial;
  - Cinema
    - Railway man;
- **Descontos e Parcerias** – Foram mantidos protocolos com diversas entidades dos mais distintos setores como combustíveis, telecomunicações, hotelaria, produtos bancários, ginásios, farmácias, teatros entre outros, sem custos para a empresa, e que permitem o acesso a produtos e serviços com descontos e/ou facilidades.

### 3.3. Vertente Social (externa)

#### 3.3.1. Iniciativas e Apoio a Associações do Setor Ferroviário

A REFER apoia algumas atividades específicas, de caráter social, cultural e desportivo, levadas a cabo por entidades de cariz ferroviário. Em 2014, foram concedidos apoios, distribuídos pelas seguintes entidades:

- Associação de Lares Ferroviários
- SANGFER
- Clube Ferroviário de Portugal
- FERROFER
- Clube Ferroviário de Vendas Novas
- Clube de Lazer, Aventura e Competição.

Em 2015, espera-se aumentar o número de parcerias, e da respetiva qualidade, por forma a proporcionar a todos os trabalhadores o maior número possível de benefícios, nas mais variadas áreas.

#### 3.3.2. Iniciativas e Apoio a Associações da Sociedade Civil

##### O Património Ferroviário ao Serviço das Comunidades

Com o objetivo de promover a ligação das comunidades ao caminho-de-ferro e a projetos de caráter humanitário, social e cultural, a REFER dinamizou, participou e apoiou diversas ações em espaços ferroviários, dos quais se destacam:

##### **Banco Alimentar Contra a Fome**

A REFER associou-se uma vez mais ao Banco Alimentar (BA) Contra a Fome, participando nas duas campanhas anuais de recolha de alimentos, nas lojas Pingo Doce das Estações Ferroviárias de Santa Apolónia e Cais do Sodré.

Para a sua concretização, contou com o voluntarismo de colaboradores das diversas empresas do Grupo.

O Grupo REFER apoia permanentemente o BA, através da cedência de instalações em Lisboa, Caldas da Rainha, Évora e Covilhã.

A REFER apoia ainda o BA através da entrega de arquivos em papel que sejam considerados resíduo, no âmbito da Campanha Papel por Alimentos.

##### **Liga Portuguesa Contra a Fome**

A REFER apoiou a Liga Nacional contra a Fome na sua Campanha de Natal, permitindo a interação com o público no átrio da Estação de São Bento, com venda produtos artesanais e distribuição de informação desta ONG ao nível da ação social.



### Raríssimas

Com a colaboração da REFER a RARÍSSIMAS – Associação Nacional de Deficiências Mentais e Raras – promoveu a realização de uma exposição fotográfica contra a discriminação dos doentes raros, na rede de mupis disponíveis em algumas estações ferroviárias.

Para esta ação foi efetuado um cartaz com várias fotografias de jovens com doenças raras, com o objetivo de sensibilizar a população para a problemática, promovendo valores de cidadania.

Segundo a organização, a exposição foi um sucesso, com cerca de 12 000 partilhas via facebook da Raríssimas.

### Amnistia Internacional

Através da cedência de espaços para a concretização de ações de sensibilização pública, a REFER apoiou a Amnistia Internacional.

A agenda de ações englobou uma série de atividades ligadas às artes performativas e musicais.

### AMI

No âmbito das comemorações do Dia Internacional do Voluntário, que se celebra a 5 de dezembro, a Estação do Rossio acolheu, pelo terceiro ano consecutivo, a iniciativa promovida pela AMI “Há várias formas de abraçar”.

### Campanha de sensibilização contra o Tráfico de Seres Humanos

A REFER apoiou a campanha anual de sensibilização contra o Tráfico de Seres Humanos, lançada por ocasião do Dia Europeu contra o Tráfico de Seres Humanos, 17 de outubro, pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

### Lisbon V-Day

Em 2014 a Estação do Rossio acolheu o evento “Lisbon V-day”, o qual faz parte da campanha global “One Billion Rising for Justice” pelo fim de todos os tipos de violência contra mulheres.

A REFER associou-se a esta iniciativa, que decorreu em simultâneo em diversas cidades do mundo.

### Dia Mundial da Poesia

No Dia Mundial da Poesia a REFER acolheu, nas Estações de Coimbra e Coimbra B, uma intervenção denominada “Poemas falados no Comboio”, com 2 grupos de alunos da escola de Teatro do Colégio São Teotónio - “Bom dia, sabe que hoje é Dia Mundial da Poesia? Posso ler-lhe/dizer-lhe um poema?”

### **Dia Mundial do Teatro**

Para comemorar o Dia Mundial do Teatro a REFER apoiou o Teatrão para permanência de uma cabina em madeira, na Estação de Coimbra B, onde estiveram expostos flyers e cartazes dos espetáculos e uma cadeira e uns auscultadores onde as pessoas podiam ouvir excertos gravados das peças em exibição.

### **Dia do Cante Alentejano**

No âmbito da candidatura do Cante Alentejano a Património Imaterial da Humanidade, a REFER acolheu, nas Estações do Cais do Sodré e Rossio, atuações de dois grupos corais.

### **“Parlamento de Porta Aberta”**

A REFER associou-se à iniciativa “Parlamento de Porta Aberta”, possibilitando a afixação de cartazes na rede de mupis das estações da Grande Lisboa.

### Sustentabilidade ambiental

Participou na iniciativa “**De Bicicleta para o Trabalho**”, no âmbito do Dia Europeu sem Carros, e apoiou uma iniciativa, ligada à Semana Europeia de Prevenção de Resíduos, promovida pela Câmara Municipal da Amadora.

### Iniciativas de carácter social em Estações

A REFER procedeu à análise e acompanhamento de vários processos de disponibilização de espaços nas estações ferroviárias para iniciativas de carácter social, promovidas por instituições de solidariedade tais como: Cais, Casa Pia, Liga Portuguesa Contra o Cancro, entre outros.

Neste domínio, a REFER apoiou ainda as iniciativas Arca de Natal, na Estação de São Bento, e ações de colheita de sangue, promovidas pelo Instituto Português do Sangue e da Transplantação, em colaboração e articulação com o Grupo Ferroviário de Dadores de Sangue (SANGFER), que decorreram em diversas estações ferroviárias.

### Parcerias para a promoção do Caminho-de-ferro

Com o objetivo de fortalecer o papel do caminho-de-ferro na sociedade e de atrair novos públicos para os espaços ferroviários, através da criação de valores emocionais, a REFER aposta na arte, cultura, ciência e desporto, destacando-se em 2014 as seguintes iniciativas:

### **Lumina 2014 – O Festival da Luz**

A REFER apoiou, pelo segundo ano consecutivo, o Lumina, espetáculo de luz, esculturas e instalações luminosas, que decorreu na vila de Cascais, designadamente na estação ferroviária.

### **Ciência Viva no Verão**

À semelhança de anos anteriores, os Centros de Comando Operacional (CCO) foram integrados no Programa Ciência Viva no Verão, que tem por missão a promoção da cultura científica e tecnológica, permitindo ao cidadão conhecer de perto vários domínios da ciência

e seu impacto na vida quotidiana. Esta iniciativa correspondeu a 6 visitas aos CCO do Porto e Lisboa.

#### **Lisboa Open House**

No âmbito da terceira edição desta iniciativa, que tem como objetivo proporcionar ao grande público acesso a locais habitualmente inacessíveis, foram realizadas oito visitas ao Centro de Comando Operacional (CCO) de Lisboa durante um fim de semana.

#### **Festival Amadora BD**

No âmbito da 25ª edição do Festival Internacional de Banda Desenhada, a REFER acolheu nas estações do Rossio, Santa Apolónia, Sete Rios, Cais do Sodré, Reboleira e Amadora quiosques para divulgação e promoção desta iniciativa, tendo ainda cedido, para o mesmo efeito, espaço na sua rede de mupis.

#### **Festival Vodafone Mexefest**

A música trouxe pelo terceiro ano consecutivo vida à Estação do Rossio, um dos palcos principais do Festival Vodafone Mexefest.

#### **Tango na Rua**

Iniciativa promovida pela Tango na Rua que realizou milongas (bailes de tango argentino) em diversas estações ferroviárias, nomeadamente: Rossio, Roma Areeiro, Santa Apolónia e Cais do Sodré.

#### **9º Festival MAR-Marionetas**

A REFER apoiou novamente o MAR-Marionetas, Festival de Marionetas de Espinho, proporcionando na Estação de São Bento pequenas atuações relacionadas com esta arte.

#### **16º Porto Cartoon World Festival**

Em junho de 2014, no âmbito do 16º Porto Cartoon World Festival, a REFER apoiou, como tem vindo a ser hábito, o Museu Nacional da Imprensa, autorizando a realização da Festa da Caricatura na Estação de São Bento.

A iniciativa consistiu na presença de 10 caricaturistas/cartunistas, nacionais e estrangeiros, no átrio da Estação, para fazerem um 'boneco humorístico' a quem quisesse posar.

#### **Exposição de pintura sobre a obra de José Saramago**

A REFER apoiou a Câmara Municipal da Trofa – Divisão de Cultura, Turismo, Desporto e Juventude e a APTUR – Associação Portuguesa de Turismologia, acolhendo na Estação da Trofa a exposição de 33 quadros, de autoria de Agostinho Santos, sobre a obra de José Saramago.

#### **Concerto James**

A REFER acolheu, na emblemática Estação de São Bento, um mini-concerto inédito, de entrada gratuita, da banda britânica James.

O mini-concerto decorreu no átrio da estação portuense, o qual ficou completamente lotado (cerca de 3 mil e quinhentos os que assistiram à atuação).

Entre músicas, o vocalista Tim Booth interagiu com o público, cantou no meio da multidão e aproveitou para elogiar a beleza da estação.

### **Lisboa na Rua**

No âmbito da iniciativa “Lisboa na Rua” e da parceria estabelecida entre a REFER e a EGEAC (empresa municipal encarregada da animação cultural), realizou-se na Estação do Rossio o concerto da Brussels Jazz Orchestra.

### **Parques de Sintra**

A REFER firmou uma parceria com a Parques de Sintra, a qual trouxe exposições fotográficas itinerantes sobre Sintra a estações ferroviárias em várias capitais de distrito.

As exposições são mostras culturais que já foram visitadas por milhares de pessoas noutros locais, e refletem imagens do que é classificado como Património Mundial da Humanidade pela UNESCO: os palácios de Sintra.

### **125 anos da Linha de Cascais**

A 30 de setembro de 2014 fez 125 anos que era inaugurado o Ramal de Cascais, com a abertura à exploração pública, do troço entre Pedrouços e Cascais.

A REFER colaborou com a CP e a Fundação do Museu Ferroviário na promoção desta efeméride. O evento consistiu na viagem do Comboio Presidencial que percorreu os 25 quilómetros que unem Cascais ao Cais de Sodré.

Para além destas iniciativas, os espaços ferroviários acolheram concertos, performances, exposições, bem como outros eventos de cariz cultural e artístico.

Em resultado das parcerias estabelecidas e apoios concedidos, assegurou-se a inclusão da marca REFER, acrescentando-lhe visibilidade e notoriedade, nos meios e suportes de divulgação dos eventos.

### **Parcerias para a valorização do Património Ferroviário**

#### **Visitas guiadas às Estações do Rossio e de São Bento**

Com o objetivo de dar a conhecer o seu património azulejar, gerando assim valor para a comunidade que o visita, a REFER associou-se uma vez mais à “Festa no Chiado”, inserida na iniciativa Portas Abertas, da responsabilidade do Centro Nacional de Cultura, com uma visita guiada à Estação do Rossio, e à “Festa na Baixa”, promovida pelo Centro Nacional de Cultura do Porto, com uma visita guiada à Estação de São Bento, denominada “ Estação de São Bento – particularidades de um espaço”.

#### **Arte Comunitária/Intervenções artísticas**

Em outubro de 2014 o Apeadeiro do Cavaco, na linha do Vouga, foi alvo de uma intervenção artística desenvolvida por 17 alunos e um professor da turma do 4º ano da

Escola do Cavaco, juntamente com técnicos do Centro de Recursos Educativos da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira.

Este trabalho, elaborado no decurso do projeto educativo municipal designado Assembleia de Crianças - que se destina a crianças do 1º ciclo, tendo como principal objetivo o pensamento crítico e criativo, o melhoramento e a intervenção, quer seja de caráter social, político e/ou artístico, contou com o apoio da REFER.

Com o objetivo de envolver os jovens na requalificação de um espaço no bairro da Tapada das Mercês, em Sintra e em prol de toda a comunidade, a Dinamo - Associação de Dinamização Sócio-Cultural juvenil, promoveu, também em outubro de 2014, a realização de uma intervenção artística na Estação das Mercês integrada no projeto de sensibilização "Dinamiza-te".

A ação consistiu na limpeza e pintura de algumas paredes, tendo contado com o apoio do graffiter profissional Nuno Nomen e com a colaboração de jovens voluntários.

Estas intervenções contribuem para:

- Dignificar os espaços ferroviários, transformando os em mostras de arte pública;
- Promover uma reflexão sobre o conceito de espaço público e do papel de cada cidadão na sua preservação;
- Motivar a interação e o respeito por espaços que a todos pertencem.

### SOS Azulejo

Dada a enorme relevância do património azulejar e do risco a que algum do seu património está sujeito, a REFER e o SOS AZULEJO iniciaram uma importante colaboração em diversas frentes.

Um dos principais resultados desta colaboração consistiu no início do inventário, por parte da REFER, dos azulejos de todas as suas estações e apeadeiros detentoras de património azulejar. Este inventário, que inclui registos fotográficos dos azulejos em causa, constitui uma pedra basilar da segurança dos mesmos: com efeito, se forem furtados, as suas imagens fotográficas serão prontamente difundidas na Internet pelo SOS AZULEJO e impossibilitarão uma circulação não detetada nos circuitos comerciais, já que se trata de azulejos únicos e portanto facilmente identificáveis, permitindo a persecução criminal de gatunos e, também, dos recetadores.

Neste âmbito, foram elaboradas placas informativas que dão conta desse processo, dissuadindo o furto de azulejos e a sua recetação. Acresce, também, um importante aviso contra atos de vandalismo. Estas placas serão aplicadas em todas as estações e apeadeiros da REFER com património azulejar.

A título simbólico realizou-se, no dia 16 de dezembro, em cerimónia pública, o descerramento da referida placa na Estação de Campolide, em Lisboa, que contou com a presença de representantes da REFER e do SOS AZULEJO e seus parceiros, e ainda do artista plástico Andreas Stöcklein e da viúva de Eduardo Nery, ambos com obras artísticas azulejares patentes naquela estação.

### 3.4. Vertente Ambiental

#### 3.4.1. Principais áreas de desenvolvimento

A empresa prossegue com a implementação de um conjunto de práticas no domínio ambiental, à luz do Compromisso de Gestão que foi firmado no âmbito do processo do SGI, assim como da Política Ambiental (de 30 de agosto de 2007).

Nesse sentido, o trabalho manteve-se fiel aos principais eixos de trabalho, a saber;

- a) no apoio operacional (desde sempre uma prioridade, pelo que representam no serviço ao cliente interno e como instrumento para a sensibilização da empresa para o tema) com especial ênfase para a área de manutenção, investimento e logística;
- b) no desenvolvimento de áreas de especialidade essenciais, como sejam a gestão do ruído, a gestão de resíduos e temas como a conservação da natureza;
- c) na estruturação de uma abordagem sistémica ao ambiente, integrada com o desenvolvimento do Sistema de Gestão Integrado da REFER.

#### Apoio Operacional

No domínio do apoio operacional à área da Manutenção manteve-se a prioridade no **acompanhamento dos contratos de Prestação de Serviços**, prestando o apoio à gestão dos contratos assegurando a fiscalização dos requisitos contratuais.

Destaque-se ainda a **implementação do Programa Anual de Auditorias**, que em 2014 voltou a incidir exclusivamente sobre tais prestações de serviços.

É por via destas Prestações de Serviço que a empresa garante a manutenção essencial da infraestrutura ferroviária e, conseqüentemente, o acompanhamento garantido é fundamental para assegurar o controlo operacional das atividades.

Sem prejuízo do apoio que a área de Ambiente do Grupo presta na programação dos investimentos, a REFER Engineering, assegurou a supervisão ambiental dos projetos por si desenvolvidos, bem como das empreitadas em que coordena a fiscalização.

Merece destacar o apoio que começou a ser prestado aos Terminais de Contentores que transitaram da CP Carga para a REFER. Nesse sentido, a partir de 1 de dezembro a REFER assumiu também a gestão dos aspetos ambientais associados às atividades desenvolvidas em tais terminais.

O reforço do acompanhamento das atividades em desenvolvimento na REFER é um objetivo constante e renovado anualmente. A fusão da EP com a REFER permite antecipar que possam surgir melhorias no serviço a este nível, quer pelo reforço de competências, quer pelas sinergias que possam vir a ser obtidas.

#### Áreas de Especialidade

No que diz respeito à **Gestão do Ruído** prosseguiram as diligências tendo em vista consolidar ou produzir os Planos de Ação, que serão o instrumento essencial na materialização da estratégia em curso nesta área.

Foi concluído o mapeamento de mais um troço da 2.<sup>a</sup> fase, abrangendo o troço Ovar/Vila Nova de Gaia da Linha do Norte e Ermesinde/Lousado da Linha do Minho.

Tem sido traçado um caminho progressivo nesta matéria pela REFER, sendo que a nova dinâmica adotada após 2013 permite antecipar que o diagnóstico das Linhas com mais de 30.000 marchas por ano ficará concluído em final de 2015.

Do ponto de vista da **Gestão de Resíduos**, devem destacar-se os esforços efetuados no sentido de consolidar a revisão ao normativo interno nesta matéria, tendo sido concluída a componente devida à gestão de resíduos. No final do ano de 2014, mantinha-se em processo de consolidação a componente devida à gestão de materiais usados, que é essencial para que o processo seja concluído.

Ainda no domínio das áreas de especialidade, é importante realçar o prosseguimento dos trabalhos no quadro da **Cátedra REFER Biodiversidade**, com resultados consolidados ao longo de 2014, altura em que foi aprovado o prolongamento deste trabalho desde junho de 2015 até junho de 2017.

A informação recolhida no âmbito da Cátedra tem vindo a comprovar os resultados iniciais, atestando que há uma realidade distinta no caminho de ferro, quando comparada com outras infraestruturas lineares. Confirma ainda que há muito pouco conhecimento específico aplicado ao comboio.

Para o ano de 2015 destacam-se os seguintes objetivos:

- No domínio do ruído – concluir os Mapas Estratégicos de Ruído da 2.<sup>a</sup> fase, objetivo que não foi alcançado já em 2014 devido aos procedimentos de contratação. Todos os trabalhos ou processos de contratação estavam em curso no final do ano. Este foi um objetivo incluído no quadro do Plano de Atividades Corporativo.

A prossecução deste objetivo significará que no final do primeiro semestre de 2016 a REFER tem condições para ter na sua posse uma estimativa sobre o quadro global das intervenções que necessita de desenvolver para promover a adaptação da RFN aos requisitos nacionais em matéria do ruído.

- No domínio da Gestão de Resíduos e da Conservação da Natureza e Biodiversidade, será dada continuidade ao trabalho em curso em 2014.
- No que concerne à Cátedra REFER Biodiversidade, o ano de 2015 permitirá a apresentação dos resultados obtidos com os primeiros 3 anos de trabalho.

### **Abordagem Sistémica ao Ambiente**

Como resultado do diagnóstico (concluído em final de 2012) levado a cabo no estágio inicial do projeto de implementação do SGI da REFER, concluiu-se pela necessidade de progredir na sistematização de muita informação já existente na empresa e a adoção de uma abordagem sistémica, para a qual o SGI se revela como o veículo ideal.

Nesse sentido, ao longo de 2014 consolidou-se o levantamento e sistematização das atividades desenvolvidas na empresa. Definiu-se a metodologia para a construção da matriz de Aspetos Ambientais Significativos, que começou a ganhar expressão.

Espera-se que no final do primeiro trimestre de 2015 fique consolidada a Matriz de Aspetos Ambientais Significativos, permitindo avançar para outras fases de estruturação do Sistema de Gestão Ambiental, de forma concertada com o SGI.

### **3.4.2. Especialidades Transversais e Apoio Operacional**

#### Avaliação Ambiental Prévia

Em 2014 há a destacar o trabalho de programação dos investimentos da REFER, em particular os que surgem no âmbito do PETI 3+. No quadro deste trabalho foram feitos esforços no sentido de constituir e completar, na medida do estágio de desenvolvimento de cada projeto, os processos de licenciamento ambiental respetivos.

Merece ainda destaque a elaboração pela REFER da Proposta de Definição de Âmbito para a ligação ferroviária ao Terminal de Contentores da Trafaria, num projeto que não teve seguimento.

No quadro dos projetos sujeitos ao regime de Avaliação de Impacte Ambiental no passado, foram efetuadas diligências junto da tutela da REFER e da tutela Ambiental, no sentido de clarificar a aplicação do novo Regime Jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental às Declarações de Impacte Ambiental emitidas. Sem prejuízo, manteve-se a metodologia em curso de procurar manter válidas as Declarações de Impacte Ambiental (DIA) de projetos que foram sujeitos ao regime da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA). Esta prática aplicou-se aos projetos de Alta Velocidade (com o objetivo essencial de dotar a REFER com um instrumento válido para incluir os canais aprovados, nos Planos Diretores Municipais em revisão) e da rede convencional.

Assegurou-se, por fim, o acompanhamento das 6 propostas de candidatura a financiamento comunitário envolvendo a Linha do Norte (nos troços Santana-Cartaxo/Entroncamento, Alfarelos/Pampilhosa e Ovar (Válega)/Gaia) a Linha do Leste, Linha do Algarve e ainda a 1.<sup>a</sup> fase das ações compreendidas na Modernização da Linha do Minho.

#### Acompanhamento Operacional na área da Manutenção/Exploração

##### **Atividade de Fiscalização**

Dando continuidade aos trabalhos de acompanhamento da implementação dos requisitos ambientais estabelecidos nos cadernos de encargos, no ano de 2014, **60 contratos de prestações de serviços de manutenção** e **81 empreitadas** contaram com fiscalização permanente da área ambiente.

Dentre as prestações de serviços constam as especialidades de construção civil, baixa tensão, via e catenária, sinalização, manutenção de elevadores e escadas rolantes, passagens de nível, deservagem química, energia de tração e de aparelhos de mudança de via.

As empreitadas em 2014 traduziram-se essencialmente na área da manutenção, designadamente nas especialidades de construção civil, via, geotecnia e estruturas especiais (pontes e túneis).



Em 2014, dos 60 contratos de prestação de serviços de manutenção, foram auditados na área ambiente **28 contratos**. Dos resultados obtidos, à semelhança de 2013, verifica-se uma maior incidência de falhas ao nível do controlo operacional – gestão de resíduos/materiais usados (31%) e formação (14%). Face aos resultados de 2013, com vista à melhoria de desempenho em futuros contratos, foram desenvolvidos modelos para clarificação de registos no âmbito dos sistemas de gestão ambiental a implementar e integrados em 2014 nos documentos de concurso tipo..

Com o intuito de formar, sensibilizar e dar competência aos colaboradores da REFER sobre as boas práticas ambientais, requisitos legais e contratuais aplicados à atividade da empresa, em 2014 foram realizadas as ações de formação integradas no plano de formação anual da REFER, designadamente, Plano de Prevenção e Gestão dos Resíduos de Construção e de Demolição, Ambiente – Noções Gerais, Requisitos de Ambiente e Gestão de contratos – Vertente de Ambiente.

Paralelamente procedeu-se ao levantamento de necessidades, tendo sido planeados e realizados dois ciclos de formação, designadamente, Legislação Ambiental Nacional e Gestão de Resíduos e PPGRCD. O 1.º ciclo de formação abrangeu dois grupos de formandos, em Lisboa e Porto e o 2.º ciclo de formação contemplou seis sessões de formação pelos três Centros de Manutenção da Gestão Operacional Sul. No conjunto as ações extra plano de formação abrangeram 117 colaboradores da REFER.

Por fim, foram garantidas as ações inscritas nos planos de reconversão das carreiras na REFER, coordenado pela Academia REFER, ministrando-se o módulo de ambiente, ao longo do ano de 2014.

Complementa-se igualmente o apoio à área de manutenção na devida articulação no processo de autorização de poda e corte de árvores, junto do órgão central, com a análise prévia da necessidade de pedido de autorização junto de organismos competentes, realizada localmente.

#### **Diagnóstico Ambiental na área da manutenção/exploração**

Em 2014 importa destacar a articulação da metodologia de acompanhamento ambiental com a REFET Telecom, num modelo idêntico ao adotado com os órgãos operacionais de Manutenção, abrangendo o apoio da preparação de elementos para o lançamento de procedimentos contratuais e acompanhamento e fecho devido de Empreitadas e Prestações de Serviços.

Prosseguiu-se igualmente, no âmbito do diagnóstico ambiental, à identificação de passivos REFER e resíduos produzidos por equipas internas, salientando-se o levantamento dos resíduos existentes nas Instalações da REFER – Estação de Campolide, estimando-se um passivo de 2,40 toneladas de resíduos perigosos.

Acrescenta-se a identificação de necessidades ao nível de apoio e sistematização metodológica, no que respeita, à gestão dos sobrantes/ resíduos verdes e material lenhoso, bem como, da gestão dos resíduos dos produtos fitofarmacêuticos, no âmbito das atividades realizadas por equipas internas, encontrando-se em curso o seu desenvolvimento e implementação.

### Monitorização Ambiental

Decorrente do procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental do projeto da Variante de Alcácer, no ano de 2014 foi dada continuidade ao programa de monitorização da fauna na fase de exploração.

Em fase de construção, foram monitorizadas a qualidade das águas superficiais do rio Minho por motivo da empreitada de reforço e reabilitação das fundações da ponte Internacional de Valença e a qualidades das águas residuais no âmbito de trabalhos da prestação de serviços de manutenção de via e catenária (lote 1) bem como da empreitada de drenagem, impermeabilização e consolidação da abóboda e hasteais entre os pontos métricos 1635 e 1650 do túnel do Rossio na linha de Sintra; foi ainda efetuado o acompanhamento arqueológico das empreitadas de Alçamento de Plataformas na estação de Santarém, de Construção de sistema de drenagem de águas residuais na estação de Coimbra e de impermeabilização e consolidação da abóboda e hasteais entre os pontos métricos 1635 e 1650 do túnel do Rossio na linha de Sintra -B.

### Recuperação Ambiental

#### **Reabilitação do Património Desativado - Ecopistas/Ciclovias**

Cerca de 1.000 km do canal desativado na rede ferroviária nacional são elegíveis para o Plano Nacional de Ecopistas, a atual rede de Ecopistas/Ciclovias contratualizadas atinge os 458 km.

No âmbito da 13ª edição da Semana Europeia da Mobilidade, a Câmara Municipal de Palmela concretizou dia 21 setembro de 2014 a abertura da ecopista que vem alargar a rede municipal de percursos cicláveis e potenciar a criação de um novo espaço de lazer.

Com uma extensão de 1,6 quilómetros, a ecopista ocupa o espaço do antigo ramal ferroviário do Montijo, desativado desde 1984, e pode ser percorrida a pé ou de bicicleta. Sendo que a segunda fase desta intervenção é a ligação da ecopista ao concelho do Montijo.

**Figura 7 – Ecopista do ramal do Montijo.**



Antes\_Ramal do Montijo



Depois\_Ramal do Montijo

A Câmara Municipal de Monção inaugurou em 2014 a ligação da Ecopista do Minho até ao centro histórico da vila, com entrada pelas Portas de Salvaterra. Esta ecopista foi inaugurada no dia 14 de Novembro de 2004 e em 2009, foi classificada como a quarta melhor ecopista da Europa no IV Encontro de Vias Verdes da Europa.

Este ano foram também celebrados novos contratos com o Município de Trofa e de Estremoz tendo em vista a requalificação dos canais ferroviários desativados da Linha do Minho e do antigo Ramal de Portalegre.

No caso de Trofa o objetivo é a requalificação da Linha do Minho, entre o Km 21,300 e o Km 23,700, que ficou liberto com a construção da Variante da Trofa, entre S. Romão e Lousado, incluindo a área da antiga Estação da Trofa.

A requalificação do antigo canal da linha de caminho de ferro permitirá efetivar uma ecopista (ligação entre os Parques Nossa Sra. das Dores e Dr. Lima Carneiro até à via de acesso ao Parque das Azenhas, um Parque Ribeirinho), que ficará a fazer parte da rede de percursos pedonais e cicláveis do município de Trofa.

### **Recuperação de património Edificado**

No ano de 2014 foi concluída a recuperação do edificado da estação ferroviária de Marvão Beirã para equipamento hoteleiro e continuam em curso as ações de recuperação do seguinte património edificado:

- Cais Coberto de Peso da Régua, classificado pelo IGESPAR, área coberta de 1.258,58 m<sup>2</sup>, volume global de investimento estimado (projeto no âmbito de candidatura ao QREN – parceria para a regeneração urbana);

**Figura 8 (a) – Cais coberto de Peso da Régua**



- Estação de Sendim (recuperação de edifício e painel de azulejos do edifício da estação ferroviária, do antigo cais coberto e da antiga casa de função);

**Figura 8 (b) – Estação de Sendim**



- Estação de Castelo de Vide (recuperação e reconversão da antiga estação - estação ferroviária, antigas instalações sanitárias e cais coberto - para Hostel Ecológico);

**Figura 8 (c) – Estação de Castelo de Vide**



### **Projetos de Medidas Compensatórias**

Decorrente do acompanhamento conjunto, da REFER e do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (INCF), ao estado de desenvolvimento da plantação de sobreiros numa área de 81ha (medida compensatória no âmbito de projetos de investimento da REFER) nas Herdades da Bêbada e do Pinheiro Manso, em Sines e Mata Nacional da

Quinta da Nogueira, em Penamacor em 2014, reformularam-se as alterações aos projetos identificadas em 2013 sendo as ações reprogramadas para 2015, designadamente em:

- Penamacor, foi incluída a desramação e podas de formação de medronheiros e ainda a manutenção de caminhos;
- Sines, foram consideradas a avaliação da redução do compasso da plantação de 6x3 para 6x6 bem como de rega, a efetuar no 1º verão e eventualmente no 2º verão, após a plantação.

### Paisagem

Os requisitos estabelecidos nesta vertente têm sido devidamente assegurados em Empreitadas de estabilização de taludes e em ações de manutenção na vertente de geotecnia, respeitando os princípios paisagísticos (ecológicos funcionais e estéticos), de forma a garantir a sua integração na paisagem.

Os requisitos, em 2014, foram garantidos em fase de execução de empreitadas e prestações de serviços, privilegiando-se a utilização/ reutilização de materiais existentes na área de intervenção (material rochoso) e a preservação de espécies arbóreas autóctones.

Salientam-se os projetos de integração paisagística da empreitada, Reforço e Reabilitação das fundações da Ponte internacional de Valença, bem como das empreitadas para a Estabilização de taludes de escavação entre os km 124+500 e 124+700 e entre os km 125+460 e 125+810, na linha do Douro e entre os km 71+500 e 71+650 na linha do Norte, implementados em 2014.

### Figura 9 (a) – Integração Paisagística – Ponte internacional de Valença



Corte de espécies invasoras



Plantação de espécies autóctones  
(amieiro, freixo, carvalho alvarinho e salgueiro)

**Figura 9 (b) – Integração Paisagística –Linha do Douro (construção de um falso túnel)**



**Figura 9 (c) – Integração Paisagística – Taludes na linha do Norte**



### **3.4.3. Biodiversidade**

#### **Afetação de áreas sensíveis**

Não se registou em 2014 qualquer alteração significativa relativamente a novas interferências com áreas sensíveis, tendo a constituição da rede ferroviária nacional permanecido inalterada.

#### **Compromisso Business & Biodiversity**

Durante o ano de 2014 deu-se continuidade ao compromisso Business & Biodiversity (B&B) da REFER, do qual subsiste o Projeto do Continuum Ecológico, que tem como objetivo apoiar a investigação no tema da continuidade ecológica, designadamente no que concerne à infraestrutura ferroviária. Foi decidido acionar o período de prolongamento deste trabalho conforme previsto no contrato inicial, abrangendo o período de junho de 2015 até junho de 2017.

Neste ano concretizaram-se os trabalhos programados no âmbito da Cátedra REFER/Biodiversidade. Foi consolidado o trabalho de benchmarking que permitiu identificar os trabalhos de natureza científica incidindo sobre o efeito das infraestruturas ferroviárias na fragmentação de habitats e nos continuums ecológicos. Comprovou-se que a bibliografia científica nesta área é parca, o que denota um claro potencial neste âmbito.

Complementarmente, a Cátedra contempla ainda a execução do plano de monitorização da Variante de Alcácer do Sal, que foi concretizado conforme previsto sendo que no período 2015-2017 e enquadrado no âmbito da Cátedra REFER/Biodiversidade este trabalho será complementando.

#### 3.4.4. Consumo de Recursos

##### Materials

No ano de 2014 o consumo dos principais materiais foi cerca de **54 mil toneladas** de **balastro**, **26 km** de **carril**, sendo que **2 km** era usado, e **17.316 travessas** de madeira e betão, das quais **570** eram **usadas**. O consumo de materiais deveu-se essencialmente às atividades de manutenção da via ferroviária, uma vez que as atividades de investimento no último ano, tal como nos anos anteriores, sofreram um decaimento acentuado.

A **reutilização** de materiais, designadamente **carril** e **travessas** representa respetivamente cerca de **9%** e **3%** relativamente ao consumo total. Face aos valores obtidos nos anos anteriores, em 2014 a reutilização de materiais manteve a mesma ordem de grandeza para o carril e apresentou um decréscimo de **40%** e **21%** no que se refere ao consumo de travessas nos anos de 2013 e 2014, respetivamente.

A aplicação de herbicida por equipas internas bem como no âmbito das prestações de serviços de manutenção, para o controlo de vegetação, registou um **aumento** de consumo, face a 2013, de cerca de **4%**. Mantém-se o empenho em recorrer a produtos toxicologicamente isentos para o ambiente.

##### Energia

O consumo total de energia do ano de 2014 manteve-se sensivelmente igual ao registado em 2013, sendo que representam um **aumento 16%** relativamente ao ano de 2012 devido à integração no perímetro de gestão da REFER de um conjunto de estações que estavam na concessão da CP.

Acompanhando a criação de mecanismos de controlo dos consumos (numa lógica de gestão centralizada) e afetando recursos à monitorização dos mesmos, a REFER tem vindo a desenvolver ações que visam a redução dos consumos de energia designadamente efetuada através da:

- Alteração de comportamentos – formação, sensibilização;
- Alteração de equipamentos, quando estes atingem o seu fim de vida útil, sendo substituídos por tecnologia mais recente e eficiente.

De entre as ações implementadas ao longo de 2014, importa destacar:

- Alteração de bateria de contadores/ramais para autonomização de instalações existentes concessionadas (Sete Rios, Entrecampos);
- Substituição de luminárias em fim de vida, por outras mais eficientes e standarização dos sistemas de iluminação;
- Instalação de variadores de velocidade em escadas rolantes (Monte Abraão, Póvoa de S. Iria e Damaia), a finalizar em 2015;

- Análise da energia reativa, levantamento dos locais com consumo (Sacavém, Meleças, Pinhal Novo, Queluz, Paço de Arcos, S. Iria, Mercês, Parede, S. Bento, Rossio Avac e Rossio S. Comuns) determinação da potência das baterias de compensação do fator e potência, procedimento de contratação a finalizar em 2015.

O transporte ferroviário de passageiros e mercadorias no ano de 2014 relativamente a 2013 e 2012 apresentou um **aumento no consumo de energia**, respetivamente de **5%** e **2%**. **A energia devolvida à rede** pelo processo de frenagem mantém-se nos valores dos dois anos anteriores, em cerca de **15% da energia consumida**.

#### Água

Com base na faturação, para os casos de abastecimento público, o consumo estima-se em cerca de **200 mil m<sup>3</sup>/ano**. A REFER mantém-se empenhada na implementação de medidas para o uso eficiente da água.

Tal como ocorreu para a energia a REFER está a desenvolver diligências no sentido de poder ter um controlo mais efetivo dos contadores de água. Sem prejuízo disso o controlo centralizado de consumos (monitorizando a faturação da água) tem permitido desde já identificar situações anómalas, pela ocorrência de fugas e má utilização ou desvio de água.

### **3.4.5. Emissões, efluentes e resíduos**

#### Emissões

A emissão de CO<sub>2</sub> associada ao consumo direto de eletricidade, com base no fator de emissão caracterizador do Sistema Elétrico Nacional, foi de **26 mil toneladas de CO<sub>2</sub>** equivalente no ano de 2014, cerca de 1% e 16% superior aos valores registados, respetivamente em 2013 e 2012.

#### Efluentes

A produção de efluentes de origem doméstica tem vindo a decair nos últimos anos, com relação direta à diminuição do efetivo. O ano de 2014 apresenta, face aos anos de 2012 e 2013, uma **redução de 9% e 1%, respetivamente**.

#### Resíduos

Assente na política de gestão de resíduos implementada na empresa, a triagem e separação dos resíduos permitiu para além do correto encaminhamento de resíduos não valorizáveis (óleos usados, massas lubrificantes, acumuladores, equipamento elétrico e eletrónico, resíduos de construção e demolição, pneus, pilhas, lã de vidro, resíduos biodegradáveis, lamas de fossas sépticas) lançar vários processos de consulta para alienação de resíduos valorizáveis a operadores licenciados.

Foram encaminhadas por via destes processos cerca de **9 mil toneladas de resíduos metálicos ferrosos** e **760 toneladas de resíduos não ferrosos**. Foi também efetuada a **venda de 12.585 travessas de madeira** usadas, não aptas para uso ferroviário mas com utilização para outros fins.



Foram efetuadas análises aos resíduos em 3 contratos: Prestação de Serviços na Especialidade de Construção Civil – Lote 5 (resíduos das madeiras dos cais cobertos), Prestação de Serviços nas Especialidades de Via e Catenária – Lote 1 (resíduos de lodos/solos) e Proteção Anticorrosiva da Ponte de Sacavém ao Pk 9,717 da Linha do Norte (resíduos de decapagem).

### 3.4.6. Ruído

A REFER persevera no sentido de concluir os Mapas Estratégicos dos cerca de 506 km de rede abrangidos pela Diretiva do Ruído (transposta por via do D.L. 146/2006 de 31 de julho) que determina a necessidade de desenvolver tais mapas e Planos de Ação.

É objetivo da REFER ficar a conhecer o diagnóstico completo do desafio que tem em matéria do ruído, para poder estruturar o seu Plano de Ação introduzindo critérios de sustentabilidade económica, social e ambiental na sua prossecução.

Com esta metodologia terá condições de sustentar:

1. o esforço necessário a efetuar para que se consiga cumprir com os requisitos legais em matéria de ruído;
2. reforçar a necessidade de concertação de uma estratégia para endereçar este assunto, de uma forma que seja sustentável para a empresa;
3. Nesse seguimento, contribuir para sistematização de uma disciplina de ação e uma atuação com critério.

No domínio da ação da REFER destaca-se que a modernização das vias constitui ação imprescindível para que as demais medidas surtam efeito, sendo esta a medida de redução na fonte, por excelência, ao nível da infraestrutura, que deverá ser acompanhada por igual ação no material circulante.

Para além das conhecidas, e por vezes contestadas, barreiras acústicas, a REFER tem em estudo outras medidas de redução de ruído que poderão ser aplicadas, depois de comprovado o seu efeito e depois de devidamente homologadas. Tais medidas compreendem, entre as mais significativas:

- Instalação de Amortecedores Sintonizados de Vibração do Carril (Rail Dampers);
- Lubrificadores Fixos de Via;
- Esmerilagem Acústica;
- Revestimentos Absorventes para muros de betão;
- Barreiras Acústicas (inclinadas ou curvas), com maior superfície transparente.

Por último, mas não menos importante, é de referir que, desde a publicação do primeiro Regulamento Geral do Ruído (em 1987) ficou explícita a necessidade de se promover uma nova dinâmica à gestão do território em torno de infraestruturas vitais, como o são as principais artérias de comunicação nas áreas metropolitanas e principais cidades.

Desde essa data, que se torna evidente o desígnio de estancar a ocupação, por usos sensíveis, do espaço contíguo a estes canais, que no caso da infraestrutura ferroviária conhecida, se encontram implantados no território há mais de um século.

Só esta ação partilhada e a adoção de um modelo mais equilibrado de adaptação, permitirá um efeito efetivo neste desiderato.

## 4. Principais Indicadores

### 4.1. Vertente Económica

#### 4.1.1. Operações

O número total de CK em 2014 situou-se em 36,9 milhões, dos quais 30,02 milhões corresponderam a comboios de passageiros e 6,03 milhões de mercadorias.

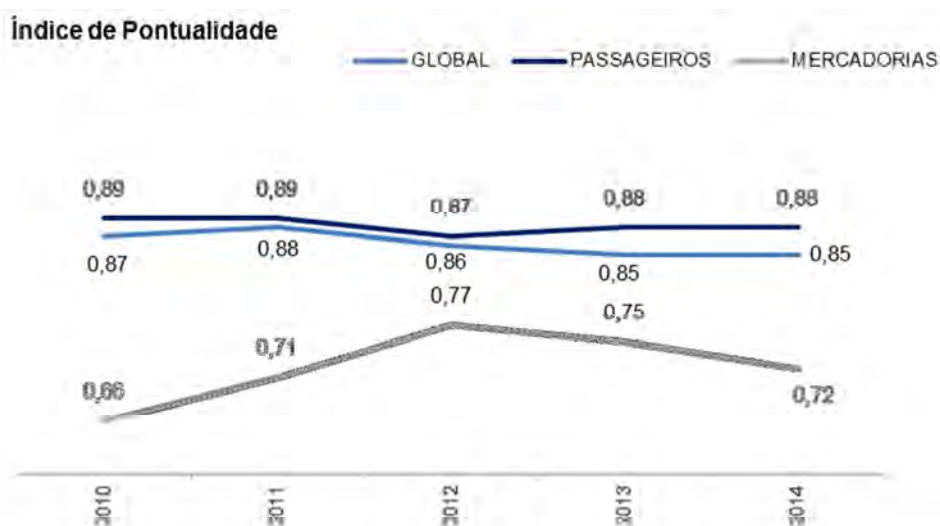
Quadro 6 – Evolução da utilização da Rede por tipo de Serviço

unidade: milhões de CK

UTILIZAÇÃO da REDE	2013	2014	Var 2013/2012	%
Passageiros	29.682	30.020	338	1%
Mercadorias	5.450	6.025	575	11%
Marchas	820	878	58	7%
<b>TOTAL</b>	<b>35.952</b>	<b>36.923</b>	<b>971</b>	<b>3%</b>

O índice de pontualidade global situou-se nos 85%.

Figura 10 – Evolução do índice de Pontualidade



#### 4.1.2. Manutenção

O índice de qualidade global QN3 registou em 2014 um valor de 6,3%

Quadro 7 – Evolução dos Índices de Qualidade da Via Larga

Classificação da Rede	2014				
	Objetivo QN1	QN1	QN2	QN3	Objetivo QN3
Principal	≥80%	81.8%	12.6%	5.6%	≤5%
Complementar	≥70%	79.9%	14.5%	5.6%	≤10%
Secundária	≥50%	74.5%	14.4%	11.1%	≤20%
Global	N/A	80.4%	13.3%	6.3%	N/A

Ano	Análise Percentual aos Índices de Qualidade da Rede Principal(%)		
	QN1	QN2	QN3
2014	81,8	12,6	5,6
2013	81,6	12,5	5,9
2012	76,6	15,3	8,1

O nível:

- QN1, retrata Troço em bom estado. Aplicação do roteiro de MPS em vigor.
- QN2, Troço com indícios de necessidade de manutenção a médio prazo.
- QN3, Troço com necessidade de manutenção no período do ano.

#### 4.1.3. Desenvolvimento da Rede e Investimento

O investimento global executado em 2014 registou 99,851 milhões de euros

Figura 11 – Síntese do Orçamento de Investimentos ILD e EAG

Investimento e custos adicionais		unidade: milhares de euros			
Investimento 2014	Orçamento 2014	Real 2014	Realização %	Real 2013	Varição 2014/2013
<b>Total</b>	<b>77.625</b>	<b>102.659</b>	<b>132%</b>	<b>57.836</b>	<b>177%</b>
<b>Infraestruturas de Longa Duração</b>	<b>74.817</b>	<b>99.851</b>	<b>133%</b>	<b>57.119</b>	<b>175%</b>
Segurança e Eficiência da Rede <sup>(*)</sup>	18.753	13.148	70%	20.849	83%
Renovação e Reabilitação da Infraestrutura	18.206	9.030	50%	6.006	150%
Ligações Inter-regionais	22.211	8.479	38%	10.956	77%
Ligações às Plataformas Logísticas e Portos	11.961	5.157	43%	3.671	140%
Áreas Metropolitanas	3.595	1.095	30%	12.031	9%
Sistema de Mobilidade do Mondego	90	185	206%	3.605	5%
Transferência de Terminais Ferroviários	0	82.780	---	0	---
<b>Estruturas de Apoio à Gestão</b>	<b>2.809</b>	<b>2.809</b>	<b>100%</b>	<b>718</b>	<b>391%</b>
Intervenções em Ativos Fixos	1.711	2.595	152%	41	6350%
Investimentos de Funcionamento	878	214	24%	662	31%
Estudos <sup>(**)</sup>	220	0	0%	-5	---

<sup>(\*)</sup> Inclui 3.049 € de investimentos e transferência de ativos de fibra óptica e GBM-R da Refer Telecom para a Refer

#### 4.1.4. Análise Financeira

O resultado operacional da REFER em 2014 foi negativo em 42,07 milhões de euros registando um agravamento de 6% face a 2013. O EBITDA foi positivo em 1,44 milhões de euros.

Figura 12 – Demonstração de resultados

unidade: milhares de euros

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2013	2014	Variações %
Vendas e Prestações de Serviços	100.121	99.708	0%
Subsídios à Exploração	43.700	40.493	-7%
Outros rendimentos	25.811	51.463	99%
<b>Rendimentos Operacionais</b>	<b>169.631</b>	<b>191.664</b>	<b>13%</b>
Gasto com o consumo de materiais	6.402	5.100	-20%
Fornecimentos e Serviços Externos	94.404	95.456	1%
Gastos com Pessoal	90.559	81.409	-10%
Depreciação e Amortizações do Exercício	2.762	3.106	12%
Imparidades	4.750	37.110	681%
Provisões para outros riscos e encargos	8.272	3.272	-60%
Outros Gastos	1.982	8.259	317%
<b>Gastos Operacionais</b>	<b>209.130</b>	<b>233.711</b>	<b>12%</b>
<b>Resultado Operacional</b>	<b>-39.499</b>	<b>-42.047</b>	<b>6%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>-23.714</b>	<b>1.440</b>	<b>-106%</b>

A evolução dos custos com Fornecimentos e Serviços Externos registou um aumento de 1%, enquanto os gastos com pessoal diminuiram 10 %.

Quadro 8 – Evolução dos Gastos Operacionais

unidade: milhões de euros

Gastos Operacionais	2013	2014	Desvio	%
Custo de Vendas	6,402	5,100	-1,301	-20,3%
Fornecimentos e Serviços Externos	94,404	95,456	1,052	1,1%
Gastos com Pessoal	90,559	81,409	-9,151	-10,1%
Depreciação e Amortizações do Exercício	2,762	3,106	0,344	12,4%
Imparidades	4,750	37,110	32,359	681,2%
Provisões para outros riscos e encargos	8,272	3,272	-5,000	-60,4%
Outros Gastos	1,982	8,259	6,278	316,8%
<b>Gastos Operacionais</b>	<b>209,130</b>	<b>233,711</b>	<b>24,581</b>	<b>12%</b>

Os rendimentos gerados cifraram-se em 191,664 milhões de euros, dos quais 139,9 milhões correspondem a rendimentos core.

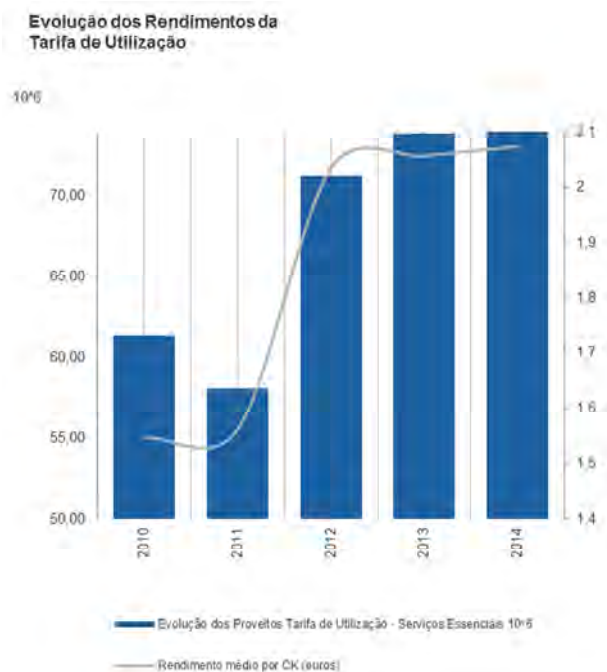
**Quadro 9 – Evolução das Receitas**

unidade: milhões de euros

Rendimentos Operacionais	2013	2014	Desvio	%
Tarifa de Utilização	73,929	76,563	2,634	3,6%
Outras Prestações de Serviços	9,465	9,925	0,460	4,9%
Outros Rendimentos	25,811	51,463	25,653	99,4%
<b>Sub-Total</b>	<b>109,205</b>	<b>137,951</b>	<b>28,746</b>	<b>26,3%</b>
Indemnizações Compensatórias	43,700	40,493	-3,207	-7,3%
Concedente Estado	16,727	13,220	-3,507	-21,0%
<b>Rendimentos Operacionais</b>	<b>169,631</b>	<b>191,664</b>	<b>22,033</b>	<b>13,0%</b>

O rendimento devido pela tarifa de utilização cresceu 2,6 milhões de euros face a 2013.

**Figura 13 – Evolução dos Rendimentos da Tarifa de Utilização**



Quadro 10 – Evolução da Tarifa de Utilização por segmento

unidade: milhões de euros

TARIFA de UTILIZAÇÃO	2013	2014	Var 2014/2013	%
Passageiros	62,939	65,102	2,163	3%
Mercadorias	7,475	8,486	1,011	14%
Marchas	1,516	1,638	0,122	8%
<b>TOTAL TARIFA BASE</b>	<b>71,930</b>	<b>75,226</b>	<b>3,296</b>	<b>5%</b>
Capacidade Pedida Não Utilizada	1,999	1,337	-0,662	-33%
<b>TOTAL</b>	<b>73,929</b>	<b>76,563</b>	<b>2,634</b>	<b>4%</b>
<b>TARIFA BASE / CK</b>	<b>2,00 €</b>	<b>2,04 €</b>	<b>0,04 €</b>	<b>2%</b>

A concessão de Espaços Comerciais registou um acréscimo de 15,7%.

Quadro 11 – Evolução dos rendimentos não core por natureza de serviço

unidade: milhões de euros

Rendimentos Não Core	2013	2014	Desvio	%
Concessão Espaços Comerciais - RP	5,080	5,879	0,799	15,7%
Outras Concessões	0,636	0,636	0,000	-0,1%
Concessão Telecomunicações - RT	2,885	3,285	0,401	13,9%
Aluguer Fibras	0,139	0,139	0,000	-0,1%
Resíduos	10,237	2,747	-7,490	-73,2%
Cedência de Energia e Água	1,086	0,649	-0,437	-40,2%
Cedência Pessoal e Materiais	1,220	0,203	-1,018	-83,4%
Outros Rendimentos	1,735	28,858	27,123	1563,7%
<b>TOTAL</b>	<b>23,018</b>	<b>42,395</b>	<b>19,377</b>	<b>84,2%</b>

#### 4.1.5. Gestão da Imagem do Grupo

##### Gestão dos canais externos online

O website REFER teve **304 977 visitas** o que representa um **crescimento de 32,7%**, face a 2014. Foram

Quadro 12 – Visitas no Website

	2014	2013
Visitas no Website	304.977	229.722



#### 4.1.6. Informação ao Público

##### Comunicação Social

Foram elaboradas **respostas a 123** questões colocadas por jornalistas tendo gerado **4027 notícias**.

##### Quadro 13 – Respostas a Jornalistas, Notícias Geradas e Comunicados de Imprensa

	2014	2013
Respostas a Jornalistas	123	149
Notícias Geradas	4027	4643
Comunicados de Imprensa	47	27

##### Gestão de Pedidos de Informação e Reclamações

Foi elaborada **resposta a 812 pedidos de informação**.

Foram **rececionadas 1343 reclamações**, com um **tempo médio de resposta de 3,72 dias**.

##### Quadro 14 – Reclamações e distribuição por tempo de resposta

Recebidas	Respondidas	Respondidas no dia	Respondidas no dia seguinte	Respondidas até 10 dias (inc)	Respondidas 11 dias ou mais
1343 (rácio)	1203 90%	360 30%	258 21%	1098 91%	105 9%

#### 4.1.7. Segurança da Infraestrutura

##### Segurança da Exploração

O indicador de **acidentes significativos por milhão de comboio-quilómetro** registou o valor de **1,344** no final do ano de 2014.

##### Quadro 15 – Acidentes Significativos por milhão de c.km

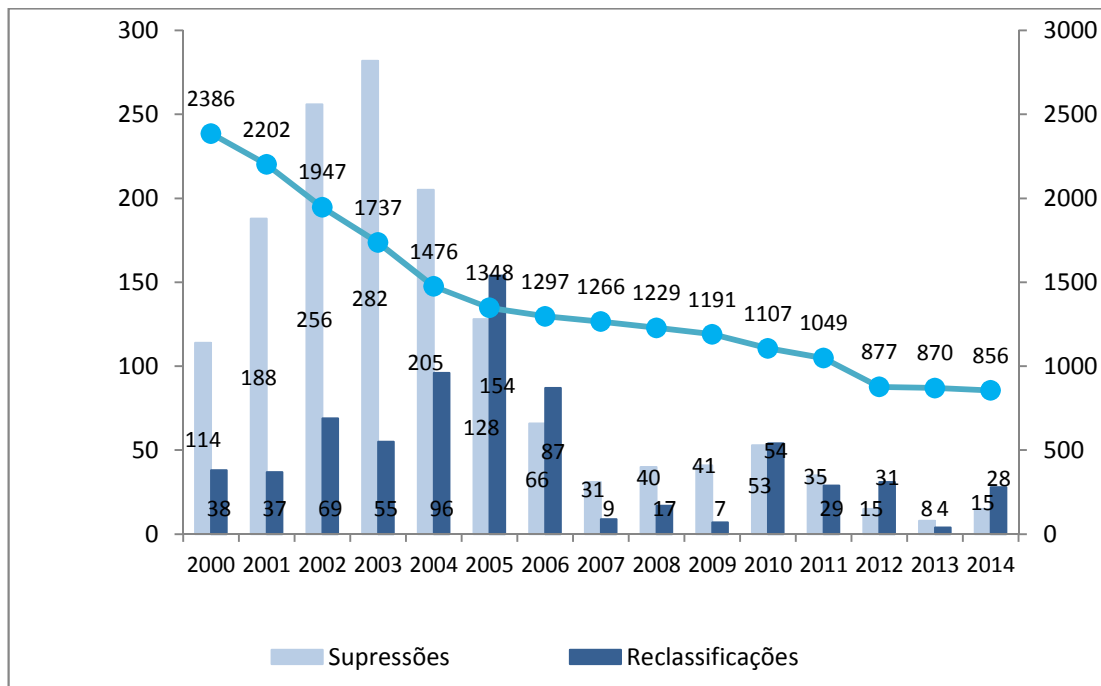
	2013	2014
Acidentes Significativos por milhão de c.km	1,295	1,344

Trata-se de um dado provisório uma vez que à data da edição do RS 2013, decorre o acerto do mesmo com os registos das Empresas de Transporte Ferroviário, processo este supervisionado pelo IMT.

Atravessamentos e Passagens de Nível

No final do ano de 2014 subsistiam 856 passagens de nível.

**Figura 14 – Evolução do número de PN e ações desenvolvidas**

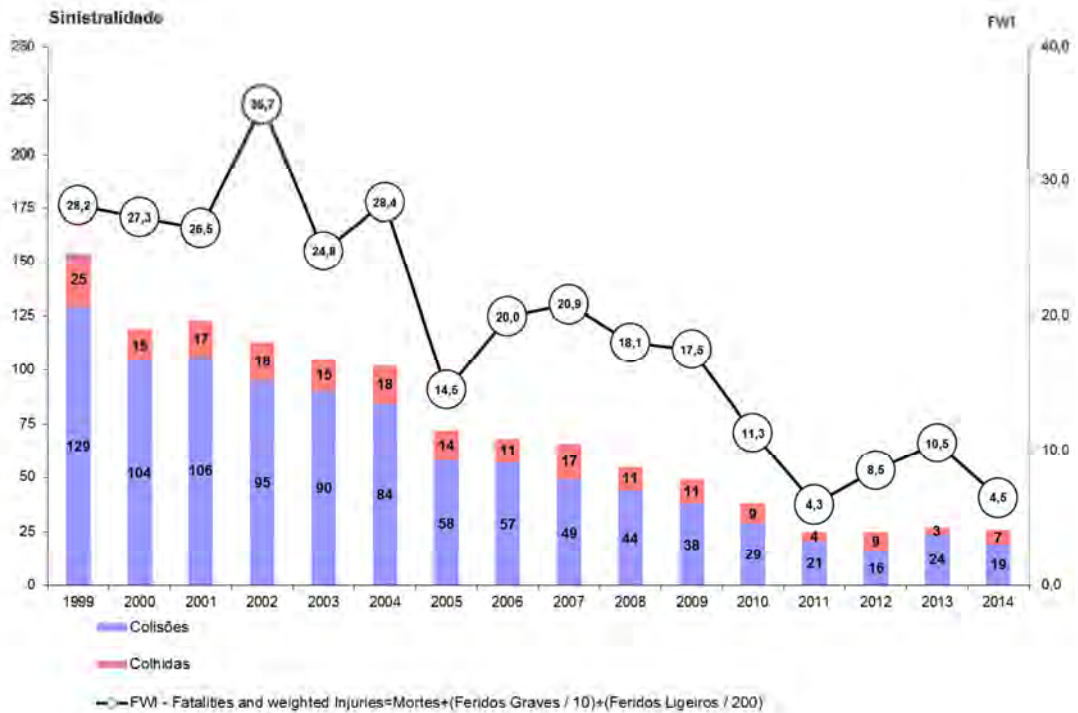


**Quadro 16 – Composição de PN por tipo**

**Tipo de Passagem de Nível**

PN por Tipologia	Quantidade
<b>PN Públicas</b>	<b>772</b>
Automáticas (Rodoviárias):	378
Automatizadas com duplas meias barreiras	3
Automatizadas com meias barreiras	365
Automatizadas sem obstáculo	10
Com Guarda	45
Sem Guarda	216
Tipo D	170
5ª Categoria	46
Peões	133
Automáticas	27
Não Automáticas	106
<b>PN Particulares</b>	<b>84</b>
Automáticas	8
Não Automáticas	76
<b>TOTAL DE PN</b>	<b>856</b>

Figura 15 – Sinistralidade em PN – Acidentes e consequências nos últimos 15 anos



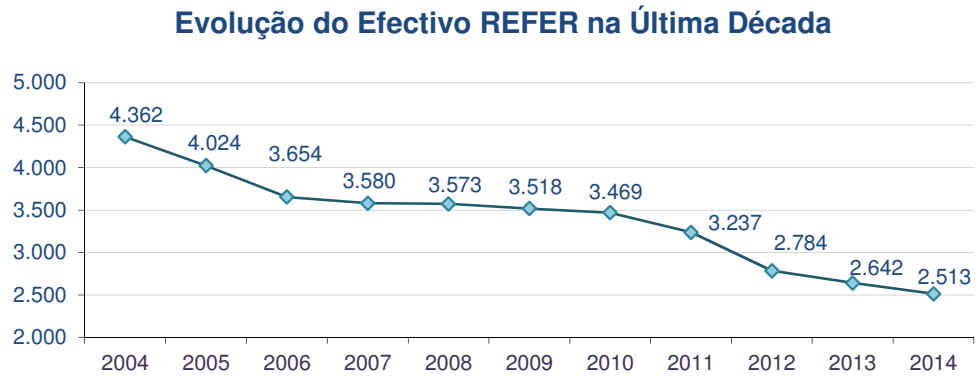
## 4.2. Vertente Social (interna)

### 4.2.1. Emprego

#### Evolução do Efetivo

Em dezembro de 2014 estavam ao serviço da empresa 2.512 pessoas sendo valor médio ao longo do ano 2513 pessoas.

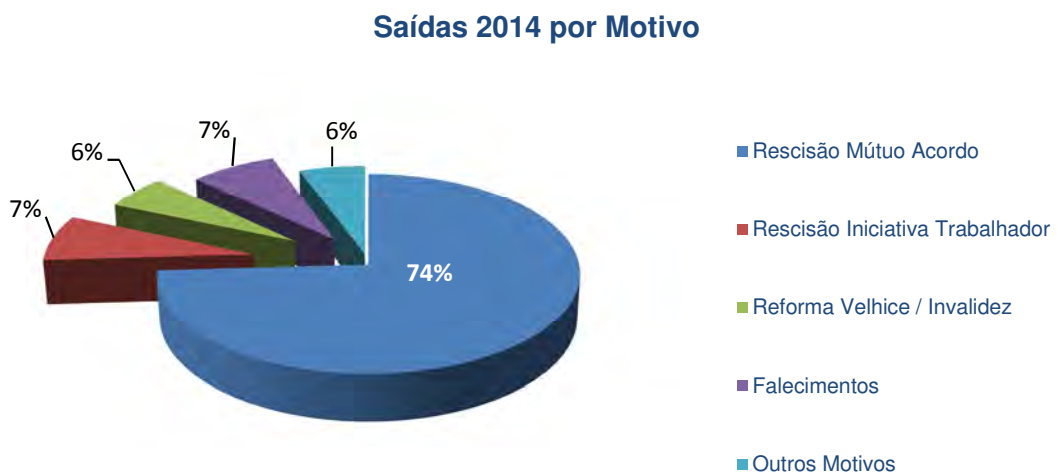
**Figura 16 – Evolução do Efetivo na REFER**



Saídas

Em 2013 ocorreram 54 saídas da REFER, das quais 40 foram motivadas por Rescisões por Mútuo Acordo (RMA).

**Figura 17 – Saída de Pessoas da REFER por motivo em 2014**



Turnover (Taxa de Rotação)

O rácio entre as saídas e o efetivo médio foi inferior em cerca de 2,3% ao verificado no ano anterior. A taxa de rotação fixou-se nos 1,5% em 2014.

**Quadro 17 – Turnover 2008 a 2014**

Turnover	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Saídas / Efetivo Médio	1,8%	3,5%	2,2%	19,9%	2,4%	4,4%	2,1%
((Saídas + Entradas)/2) / Efetivo Médio	1,5%	2,6%	1,3%	10,4%	1,2%	2,7%	1,5%

Estrutura Etária e de Antiquidade

A idade média do universo de colaboradores da REFER situa-se nos 47,01 anos de idade com tendência a aumentar.

**Quadro 18 – Evolução da idade média**

Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Idade Média (31 Dez)	46,67	45,36	46,29	47,01	47,9

Existe uma predominância de colaboradores com idades compreendidas entre os 46 e 55 anos (43,4%).

**Figura 18 – Evolução da Estrutura Etária**

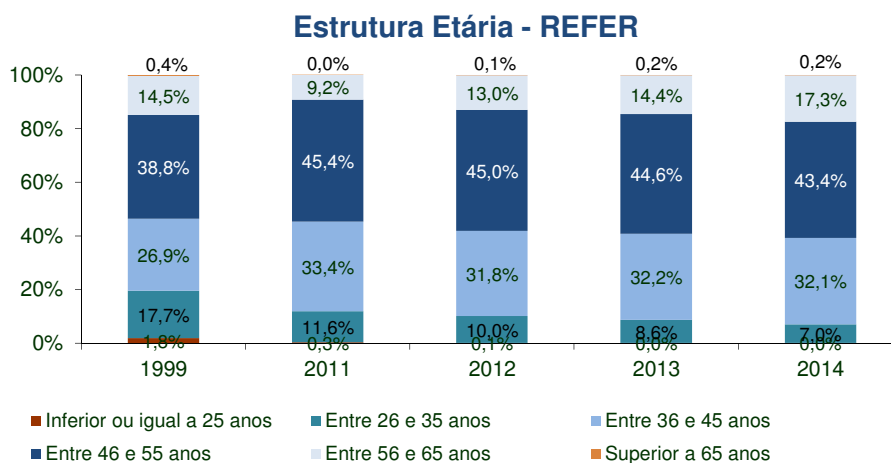
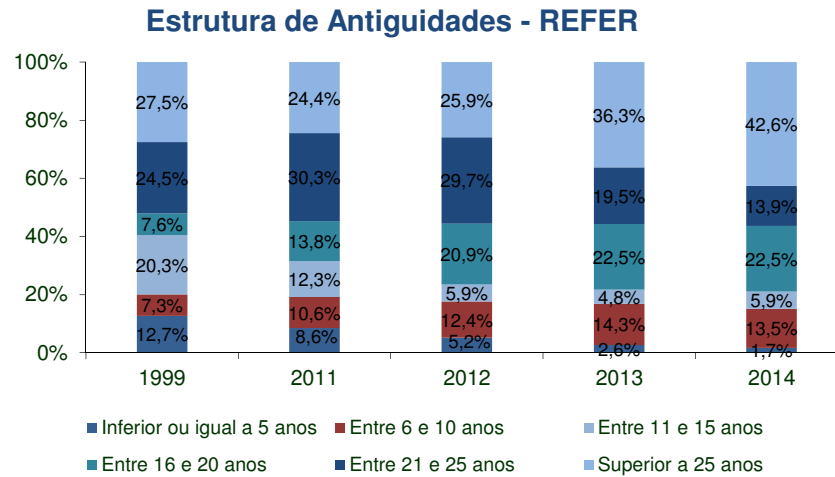


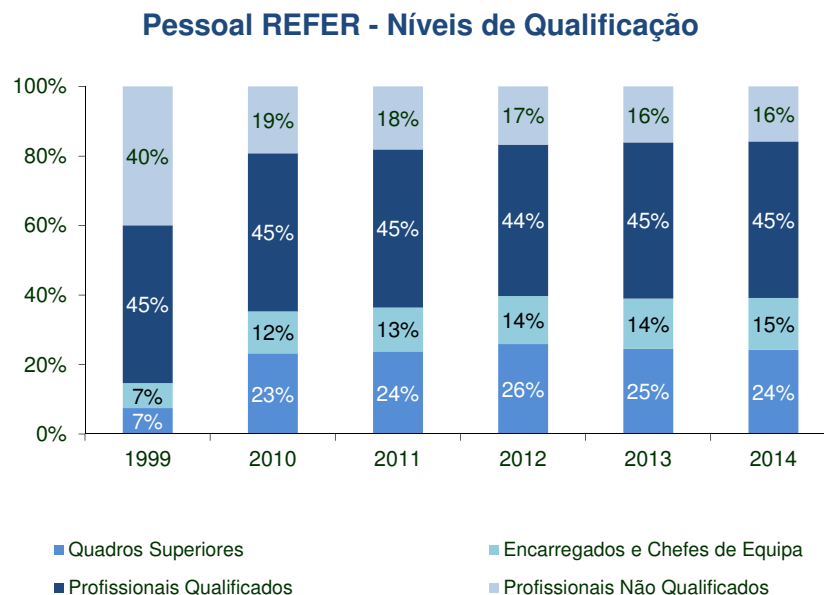
Figura 19 – Evolução da Estrutura de Antiguidades



Qualificações Profissionais

Historicamente o grupo de colaboradores classificado como “profissionais qualificados” representa cerca de 45% do pessoal da REFER.

Figura 20 – Evolução dos Níveis de Qualificação do Pessoal REFER



Mobilidade 2014

Ao longo do ano de 2014, foram geridos 292 processos de mobilidade interna.

**Quadro 19 – Processo de Mobilidade em Quantidades**

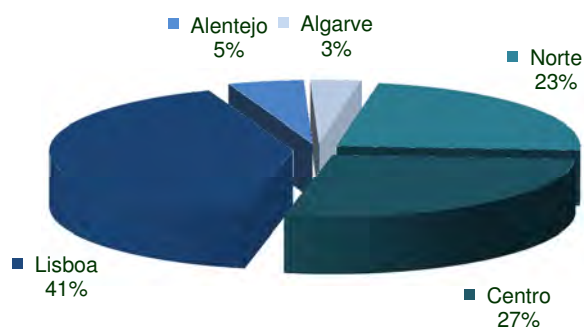
Processos de Mobilidade	Quantidade
Mobilidade funcional com o objetivo de suprir lacunas operacionais (com alteração de funções)	82
Mobilidade geográfica de cariz operacional	63
Centrados nas transferências por necessidade de serviço	76
Centrados na Reestruturação Organizacional de abril de 2013	58
Cedências entre empresas do Grupo por motivo de centralização de atribuições	13

Distribuição Territorial

Cerca de 70% dos trabalhadores da REFER estão sediados em Lisboa e no centro. Apenas 8% dos colaboradores se encontram a Sul de Lisboa.

**Figura 21 – Distribuição dos Colaboradores REFER**

**Distribuição Territorial dos Colaboradores REFER**



**4.2.2. Diálogo Social**

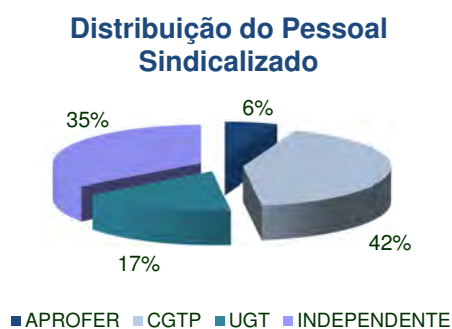
Sindicalização

64% dos trabalhadores da REFER são sindicalizados, sendo representados por 22 organismos sindicais, dos quais 20 estão ligados ao setor ferroviário.

Figura 22 – Taxa de Sindicalização



Figura 23 – Distribuição - Pessoal Sindicalizado



### Benefícios Sociais

#### Área da Educação

- Subsídio de Pré-Escolaridade – Atribuído a 274 beneficiários;
- Bolsa de Estudo – O valor deste benefício social abrangeu 170 beneficiários;
- Passes Escolares - atribuídos a 267 beneficiários.

### 4.2.3. Formação

O número de colaboradores participantes em ações de formação em 2014 foi de 2.258.

Quadro 20 – Síntese dos Principais Indicadores de Atividade

	2013	2014	Planeado 2015
Ações de formação	681	1.250	850
Formandos	2.786	7.212	5.750
Volume de Formação	57.990	86.468	89.820
Horas Formação Por Trabalhador (1)	19,33	28,9	30,0
Taxa de Cobertura da Formação	nd	75,4%	80%
Satisfação com a Formação (1 – 4)	nd	3,4	3,5



(1) Efetivo estimado de 2994 colaboradores

## Inovação

**Quadro 21 – Síntese dos Principais Indicadores de Atividade**

	2013	2014	Planeado 2015
Projetos de I&D em curso	4	7	14
Investimento global em I&D (k€)	213	698	1.641
Financiamentos obtidos em I&D (k€)	233	344	495

**Quadro 22 – Síntese dos Principais Indicadores de Atividade**

	2013 (executado)	2014 (planeado)
N.º de Formandos	2.786	7.900
Volume de Formação (h)	57.990	107.000
Volume de Formação per capita (h)	19,3	35
Orçamento (euros)	103.900	198.000
% de colaboradores abrangidos	nd	69%

### 4.2.4. Segurança no Trabalho

**Quadro 23 – Síntese dos Principais dados ao Nível da Segurança no Trabalho**

O número (provisório) de acidentes de trabalho registado em 2014 foi de 111.

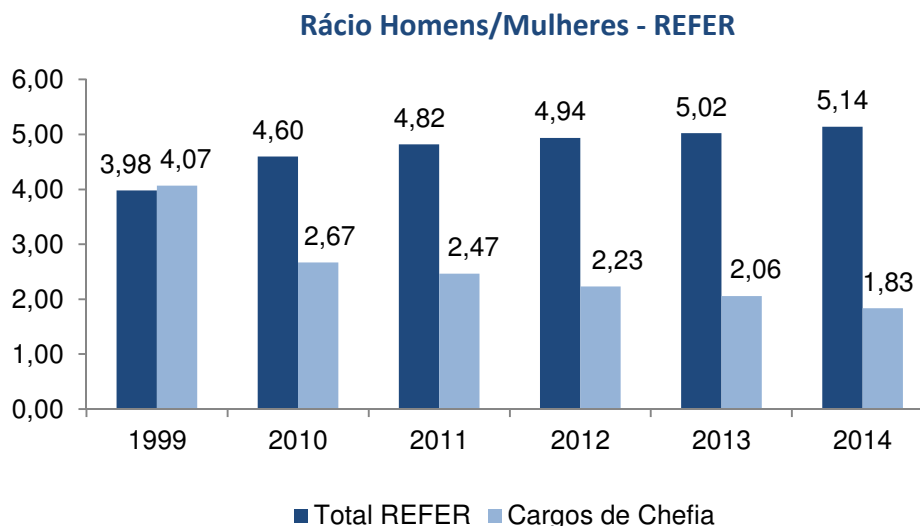
	2012	2013	2014 (valores provisórios)
Nº de trabalhadores	2784	2642	2513
Nº de acidentes de trabalho	90	126	111
Nº de dias perdidos	2993	2529	2635
n.º médio de dias perdidos por AT	33,26	20,57	23,74
Índice de Incidência (OIT e UIC)	32,33	47,69	44,17

### 4.2.5. Diversidade e Oportunidade

#### Igualdade entre Homens e Mulheres

O rácio de Homens/Mulheres no total de colaboradores da REFER em 2014 (5,14).

Figura 24 – Rácio Homens/Mulheres - REFER



Entre 1999 e 2014 o rácio de chefias Homens / Mulheres baixou de 4,07 para 1,83.

Quadro 24 – Rácio M/F – VB por Categoria Profissional

	Rácio M/F - VB por Categoria Profissional - 2013*	M/F	
		2013	2014
<b>24DA</b>	Auxiliar de Apoio Geral	1,04	1,05
<b>25JC</b>	Assistente de Gestão	0,91	0,91
<b>27LD</b>	Técnico Júnior	1,00	0,97
<b>27LE</b>	Técnico	0,98	1,02
<b>27LF</b>	Técnico Especialista	1,01	0,99

\* Categorias Profissionais com 10 ou mais homens e mulheres

### 4.3. Vertente Social (externa)

#### 4.3.1. Iniciativas e Apoio a Associações do Setor Ferroviário

Em 2014, foram concedidos apoios distribuídos por 6 entidades ligadas ao setor ferroviário.

#### 4.3.2. Iniciativas e Apoio a Associações da Sociedade Civil

Foram mais de uma centena as parcerias estabelecidas com entidades da sociedade civil, visando o serviço à sociedade, a promoção do caminho-de-ferro e do património ferroviário

## 4.4. Vertente Ambiental

### 4.4.1. Especialidades Transversais e Apoio Operacional

#### Acompanhamento Operacional na área da Manutenção/Exploração

##### Atividade de Fiscalização

No ano de 2014 foram fiscalizadas na vertente de ambiente Prestações de serviços e empreitadas, apresentando-se as mais relevantes.

#### Quadro 25 – Prestações de Serviço alvo de Acompanhamento Ambiental

Prestações de Serviço com Fiscalização de Ambiente, em 2014		
Designação da PS	Prestador de serviços	Órgão REFER afeto ao contrato
Manutenção Integral da Sinalização nos Troços com Tecnologia ESTW e PIPC.	Thales	DMN
Manutenção Integral da Sinalização nos Troços de Tecnologia SSI.	Siemens	DMN
Manutenção Integral da Sinalização da Estação de Vendas Novas	Siemens	DMN
Manutenção de Elevadores e Escadas Rolantes	Schmitt	DMN
Prestação de Serviços de Manutenção Completa de Ascensores e Escadas Mecânicas da Área Suburbana de Lisboa e Porto – Equipamentos ThyssenKrupp	ThyssenKrupp	DMN
Manutenção completa de ascensores e escadas mecânicas da área suburbana de Lisboa e Porto – Equipamentos Otis	Otis	DMN
Prestação de serviços de manutenção completa de ascensores e escadas mecânicas da área suburbana de Lisboa e Porto – Equipamentos Schmitt	Schmitt	DMN
Deservagem química na rede ferroviária nacional - via larga	Consórcio Ferrovias e Tecnocarril	DMN
Prestação de Serviço Manutenção de Via e Catenária (5 contratos)	Mediante o contrato: Ferrovias/Mota-Engil, Fergrupo/Somafel, Neopul/EIP e Somafel/Fergrupo	GN/GS
Prestação de Serviço de Manutenção de CC (9 contratos)	Mediante o contrato: Fergrupo, SCTV, Cadimarte, PLM, Arada e Visacasa	GN/GS
Prestação de Serviço Baixa Tensão Manutenção	Mediante o contrato: Manindústria, Aramus e	GN/GS

de BT (9 contratos)	Consórcio Efacec-Manvia	
Prestação de Serviço Manutenção de Energia de Tracção (2 contratos)	Mediante o contrato: Efacec e Siemens	DMN
Manutenção e Reparação de Avarias de Passagens de Nível Automatizadas e Sinalização Mecânica de Estações.	Siemens	DMN
Prestação de Serviços de "Automatização de 23 PN"	Efacec	DMN
Linha do Vouga: Automatização de 52 Passagens de Nível	Alstom	GN
Automatização de 8 Passagens de Nível – Manutenção	Efacec	DMN
Manutenção Integral de 108 Passagens de Nível Automatizadas (2 contratos)	Efacec	DMN
Prestação de Serviços de "Manutenção de Construção Civil, para as estações suburbanas da área de Lisboa e Porto" (4 contratos)	Mediante o contrato: Fergrupo, SCTV, Cadimarte e Visacasa	GN/GS
Prestação de Serviços de "Manutenção de Instalações de Baixa Tensão, para as estações suburbanas da área de Lisboa e Porto" (4 contratos)	Mediante o contrato: Fergrupo, Visacasa e Manvia/Efacec	GN/GS
Prestação de Serviços de Manutenção de Aparelhos de Via na Rede Ferroviária Nacional – Via Larga	Frutifer/Mota Engil/Somafel/Fergrupo	DMN

**Quadro 26 – Empreitadas alvo de Acompanhamento Ambiental**

Linha	Empreitadas com Fiscalização de Ambiente, em 2014	Empreiteiro
Minho	Construção da Passagem Superior de Peões ao km 6+445 nos apeadeiros de Águas Santas / Palmilheira na Linha do Minho	Conduril
Minho	Supressão das Passagens de Nível aos km 53+162, 53+463, 53+652 e 53+563, no concelho de Barcelos, Linha do Minho, Troço Nine - Viana - Lote 2 – 5ª Categoria Construção das passagens desniveladas PIR 12, PIP 13 e PSR 15 e respetivos caminhos de acesso e de ligação	Lúcio
Minho	Supressão das Passagens de Nível aos km 57+775 e 58+049, no concelho de Barcelos, Linha do Minho, Troço Nine - Viana - Lote 3 – 5ª Categoria Construção da passagem inferior rodoviária PIR 18 e respetivos caminhos de acesso e de ligação	Alexandre Barbosa Borges
Minho	Empreitada de Reforço e reabilitação das Fundações da Ponte Internacional de Valença	Teixeira Duarte
Minho	Empreitada de Reparação do Pavimento Rodoviário na Ponte do Lima, em Viana do Castelo	Caetano Coatings
Minho	Estação de Valença - Intervenção nas Linhas IV,V,VI e VII	Fergrupo
Minho	Empreitada de Linha do Minho – Troço Nine/Valença – Km 49,680 a 130,118 – Melhoria das Drenagens e Reabilitação de Taludes	Nortejuvil

Douro	Estabilização de taludes de Escavação entre o Km 124+500 e o Km 124+700 e entre o Km 125+460 e o Km 125+810, Linha do Douro	Obrecol
Douro	Estabilização de taludes entre o pK 103+900 e o pK 117+930 da Linha do Douro	Lúcio
Douro	Estabilização de taludes de escavação entre os km 124,500 e 124,700 e os km 125,460 e 125,810, no troço Régua - Pocinho, da Linha do Douro	Fernandes & Remelhe
Douro	Reabilitação das passagens hidráulicas localizadas aos km 95+772 e 95+879, da Linha do Douro	Teodoro Valente
Douro	Empreitada para drenagens e estabilização de taludes – Régua / Pocinho – Km 103,050 a 171,522 - Linha do Douro	Nortejuvil
Douro	Prestação de Serviços para o tratamento dos emboquilhamentos Túnel de Rapa na Linha do Douro, pelo “Fornecimento e Instalação de um Sistema de Detecção de Queda de Blocos”	Thalles
Norte	Linha do Norte - Construção da passagem superior pedonal ao km 215+179 no Apeadeiro de Bencanta	Teodoro Valente
Norte	Construção da Passagem Superior pedonal ao km 330+924, apeadeiro de Coimbrões, subtroço 3.3 (Ovar/Gaia), na linha do Norte	Teodoro Valente
Norte	Empreitada de Reabilitação Estrutural da Ponte de Esgueira, ao PK 274,094 da Linha do Norte	Conduril
Beira Baixa	Empreitada de Reforço, Proteção e Reabilitação das Fundações da Ponte da Praia, ao PK 118+860, da Linha da Beira Baixa	Obrecol
Norte	Proteção Anticorrosiva da Ponte de Sacavém ao Pk 9,717 da Linha do Norte	Caetano Coatings
Beira Alta	Empreitada de pequenas reparações no túnel de Salgueiral, na linha da Beira Alta	Ferggrupo
Norte	Empreitada com elaboração de Projeto de Execução para a montagem da passagem superior pedonal ao Km 106.355 da Linha do Norte	Metaloviana
Norte	Empreitada para Estabilização do Talude de Escavação entre o Km 71,500 a 71,650 no lado direito da Linha do Norte	Nortejuvil
Beira Alta	Empreitada para Pequenas reparações nos Túneis de Carpinteiros, Portinhas e do Pequeno Salgueiral- linha da Beira Alta	Tecnasol
Beira Baixa	Empreitada da Passagem hidráulica Pk 4+996 da Linha da Beira Baixa	Fernandes & Remelhe
Norte	Empreitada de proteção anticorrosiva de pontes metálicas na linha do Norte, troço Alfarelos/Pampilhosa	Montaco
Ramal de Alfarelos	Empreitada de substituição do sistema de pré-esforço exterior na Ponte de Soure, ao PK 216+893 do Ramal de Alfarelos	Mota-Engil
Norte	Empreitada de Alçamento de Plataformas de Santarém	Nortejuvil
Beira Baixa	Empreitada de Reabilitação das linhas V e VI da estação do Tramagal, Linha da Beira baixa	Steconfer
Beira Baixa	Empreitada da Linha da Beira Baixa – Entroncamento/Ródão - Substituição da fixação RNP por NABLA	Somafel
Alentejo e Oeste Minho	Automatização de 12 Passagens de Nível	Efacec
Oeste	Empreitada de Substituição de carril 54E1 por 54E1 e fixação - Linha do	Somafel

	Oeste - Louriçal - Figueira da Foz	
Beira Baixa	Linha da Beira Baixa - Abrantes-Guarda - km 34.780 a 53.900 - Empreitada de Estabilização de taludes de escavação	Socicarril
Norte	Linha do Norte - Estação de Coimbra B - Empreitada de Construção de sistema de drenagem de águas residuais	Carvisouto
Oeste	Linha do Oeste – Empreitada da Supressão da PN ao Km 213,233 – Construção de caminho alternativo para acesso às habitações do lado esquerdo da via	Scoplano
Oeste	Empreitada de Construção de caminho alternativo para acesso às habitações do lado esquerdo da via – Supressão da PN ao km 213,333 Linha do Oeste – Trabalhos Complementares	Scoplano
Beira Baixa	Linha da Beira Baixa - troço Abrantes/Guarda - km 27.680 a 57.838 – Empreitada de Estruturas de contenção e drenagem	Rodrigues & Neves
Norte	Linha do Norte –km 125.710 a 143.450– Empreitada de Estabilização de talude	Socicarril
Sintra	Empreitada do Auto-Silo do Cacém - Melhoria das acessibilidades	Edifer
Sul	1ª Fase - Estabilização do talude de aterro do troço da linha do Sul ao pK 263 - Pereira Gare, contenção Provisória	Tecnasol
Sul	Construção de Estação Técnica ao km 118+500, da Linha do Sul - Empreitada Geral	Somafel / Conduiril
Sul	Conceção, fornecimento e montagem de Sinalização Eletrónica da Estação Técnica ao km 118+500, da Linha do Sul	Siemens
Sul	Conceção, fornecimento / montagem do Sistema de Controlo Automático de Velocidade (ATPN) na Estação Técnica ao km 118+500, da Linha do Sul	Bombardier
Sul	Beneficiação de 3 Passagens Hidráulicas aos Pk's 287+709, 288+496 e 292+929 da Linha do Sul	Htecnic
Norte	Linha do Norte - Estação do Entroncamento – Renovação Integral das Linhas 5, 9 e 10	Fergrupo
Sintra	Empreitada de Drenagem, Impermeabilização e Consolidação da Abóboda e Hasteais entre os pontos métricos 1635 e 1650 do Túnel do Rossio na Linha de Sintra	STAP
Vendas Novas	Linha de Vendas Novas – Passagens Hidráulicas (PH's) aos km 29+352 e 29+511	Cadimarte
Vendas Novas	Empreitada de Substituição de Fixações RNP por tipo NABLA e de Carris Defeituosos na Linha de Vendas Novas	Mota Engil
Alentejo	Empreitada de Execução de Trabalhos Complementares de Drenagem de Via no Subtroço Vendas Novas/Casa Branca na Linha do Alentejo	Rodrigues&Neves
Vendas Novas e Alentejo	Beneficiação das Linhas II das Estações do Vidigal e Alcácer do Sal	Promorail
Algarve	Conceção, Execução e Fornecimento do Interface Interno com a Sinalização da Estação de Olhão e Inclusão do Troço Olhão/VRSA no CTC de Faro	Siemens
Algarve	Empreitada de Conceção e Fornecimento/Montagem de Sinalização Eletrónica no Troço Olhão/VRSA da Linha do Algarve	Siemens

Algarve	Empreitada de Conceção, Fornecimento e Montagem do Sistema de Controlo Automático de Velocidade (ATPN) no Troço Olhão/VRSA da Linha do Algarve	Bombardier
Minho e Algarve	Empreitada de Automatização de 8 Passagens de Nível na Linha do Minho e Linha do Algarve	EFACEC
Algarve	Empreitada de Alteamento de Plataforma no Apeadeiro de Fuzeta A – Linha do Algarve	Visacasa
Algarve	Empreitada de Conceção, Fornecimento/Montagem de Sinalização para a Mitigação de Risco de Incidente na PN ao PK 340+744 da Linha do Algarve	Siemens
Algarve	Empreitada para Substituição de Travessas de Madeira por Travessas de Betão, Substituição de Carris Defeituosos e Constituição de Barras Longas Soldadas – Estações de Alcantarilha, Silves, Estômbar e Mexilhoeira Grande no Troço Tunes/Lagos da Linha do Algarve	OPWAY
Algarve	Empreitada de Substituição da Estrutura de Cobertura do EP da Estação de Tavira – Linha do Algarve	Visacasa
Algarve	Empreitada de Estação de Olhão – Alteamento de Plataformas	Rodrigues&Neves
Algarve	Empreitada da Linha do Algarve – Estação de Portimão: Alteamento das Plataformas de Passageiros	Visacasa
Algarve	Alteamento de Plataformas – Estação de Cacela na Linha do Algarve	Rodrigues&Neves
Algarve	Empreitada da Estação de Albufeira – Substituição da Cobertura do EP e Renovação das Instalações Sanitárias	Visacasa
Ramal de Moura	Empreitada para Demolições de Edifícios em Ruínas 2ª Fase no Ramal de Moura	Visacasa
Sul	Linha do Sul – Estação da Funcheira: Recuperação das Fachadas, da Cobertura do EP e Instalações Sociais	Visacasa
Sul	Empreitada da Linha do Sul – Km 218,300 a 242,500 – Substituição das Fixações do Tipo RNP por Fixações do Tipo NABLA e Regularização de Barras Longas Soldadas	OPWAY
Algarve	Empreitada da Linha do Algarve – Estações de Olhão, Fuzeta, Tavira, Cacela e VRSA: Substituição de Travessas de Madeira por Travessas de Betão, Substituição de Carris Defeituosos e Constituição de Barra Longa Soldada	Fergrupo
Sul	Linha do Sul – Empreitada de Substituição de Fixações RNP por Fixações do Tipo NABLA ou equivalente em Travessas de Betão Bibloco e Regularização de Barras Longas Soldadas entr o km 255,150 e 271,995	Rodrigues&Neves

Foram auditados 28 contratos de prestações de serviços de manutenção.

**Quadro 27 – Programa de Auditorias de 2.ª Parte**

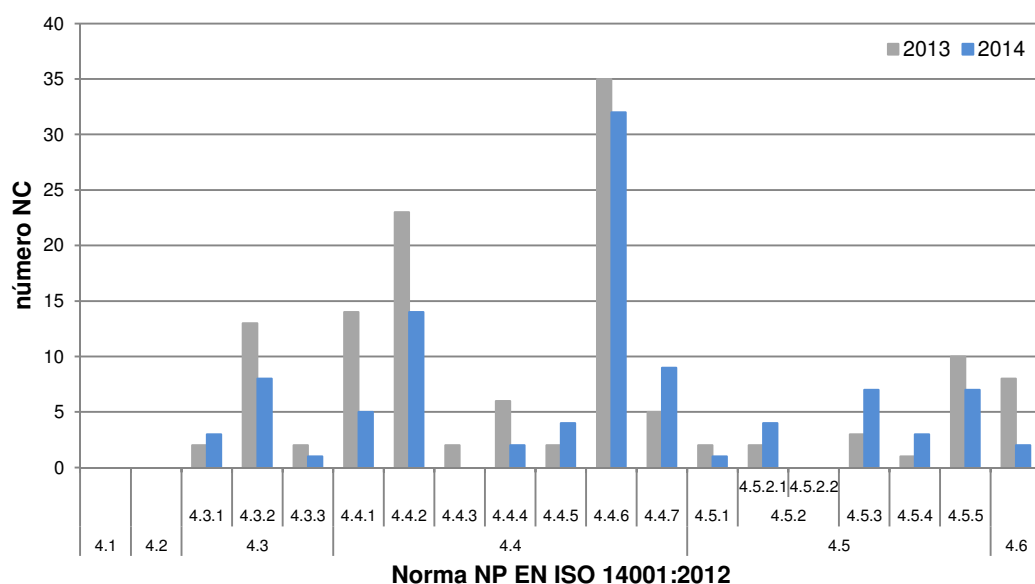
Foram auditados 28 contratos de prestações de serviços de manutenção,

Auditorias de Ambiente realizadas, em 2014		
Designação da PS	Prestador de serviços	Órgão REFER afeto ao contrato
Prestação de Serviços na Especialidade de Energia de Tração (2 contratos)	Mediante o contrato: Efacec e Siemens	DMN

Prestação de Serviços na Especialidade de Construção Civil (2contratos)	Mediante o contrato: Arada e Visacasa	GN/GS
Prestação de Serviços na Especialidade de Construção Civil nas Estações Suburbanas de Lisboa e Porto (3 contratos)	Mediante o contrato: Fergrupo, SCTV e Cadimarte	GN/GS
Prestação de Serviços na Especialidade de Baixa Tensão (2 contratos)	Mediante o contrato: Aramus e Manindústria	GS
Prestação de Serviços na Especialidade de Baixa Tensão nas Estações Suburbanas de Lisboa e Porto (1 contratos)	Mediante o contrato: Manvia/Efacec	GS
Manutenção de Sinal. nos troços com tecnologia SSI (1 contrato)	Siemens	DMN
Manutenção de Elevadores e Escadas Rolantes (3 contrato)	Mediante o contrato: Schmitt, ThyssenKrupp e Otis	DMN
Prestação de Serviços nas Especialidades de Via e Catenária (5 contratos)	Mediante o contrato: consórcio Ferrovias/Mota-Engil, consórcio Fergrupo/Somafel, consórcio Neopul e consórcio Somafel/Fergrupo	GN/GS
Deservagem química na rede ferroviária nacional - via larga (1 contrato)	Consórcio Ferrovias/Tecnocarril	DMN
Manutenção de Passagens de Nível Automatizadas (2 contrato)	Mediante o contrato: Siemens e Efacec	DMN
Manutenção de aparelhos de mudança de via da Rede Ferroviária Nacional, via larga	Mota-Engil/Fergrupo/Somafel/Futrifer	DMN

Os resultados das auditorias realizadas em 2013 e 2014 traduzem-se nas falhas identificadas por ponto da norma NP ISO 14001:2012.

Figura 25 – Constatações - Programas de Auditorias de Ambiente





### Monitorização Ambiental

**Quadro 28 – Ações de Monitorização Ambiental realizadas**

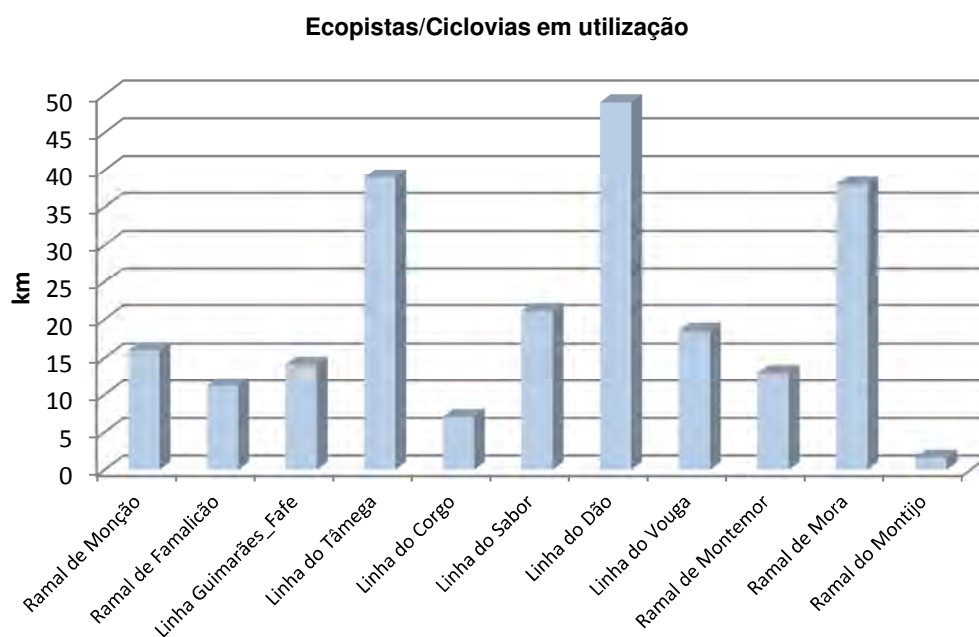
Fase de construção	
Linha do Norte: Alteamento de Plataformas na estação de Santarém.	- Arqueologia.
Linha do Norte: sistema de drenagem de águas residuais na estação de Coimbra-B.	- Arqueologia.
Linha do Minho: Reforço e reabilitação das fundações da ponte internacional de Valença.	- Águas superficiais.
Prestação de serviços de manutenção de via e catenária (lote1).	- Águas residuais.
Fase de exploração	
Variante de Alcácer	- Monitorização fauna.

### Recuperação Ambiental

#### Reabilitação do Património Desativado - Ecopistas/Ciclovias

As ecopistas contratualizadas totalizam 458km sendo que em utilização encontram-se cerca de 228 km.

**Figura 26 – Ecopistas e Ciclovias em Utilização**



#### 4.4.2. Consumo de Recursos

##### Materials

Figura 27 – Evolução do Consumo de Travessas

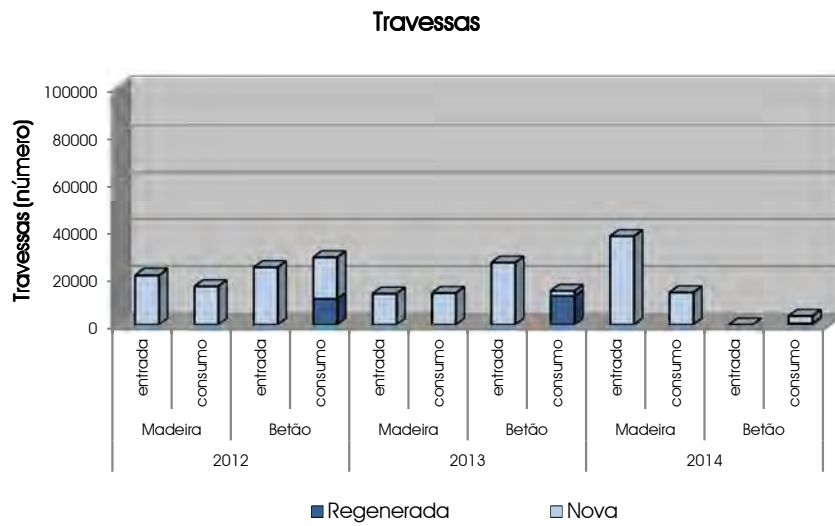


Figura 28 – Evolução do Consumo de Carril

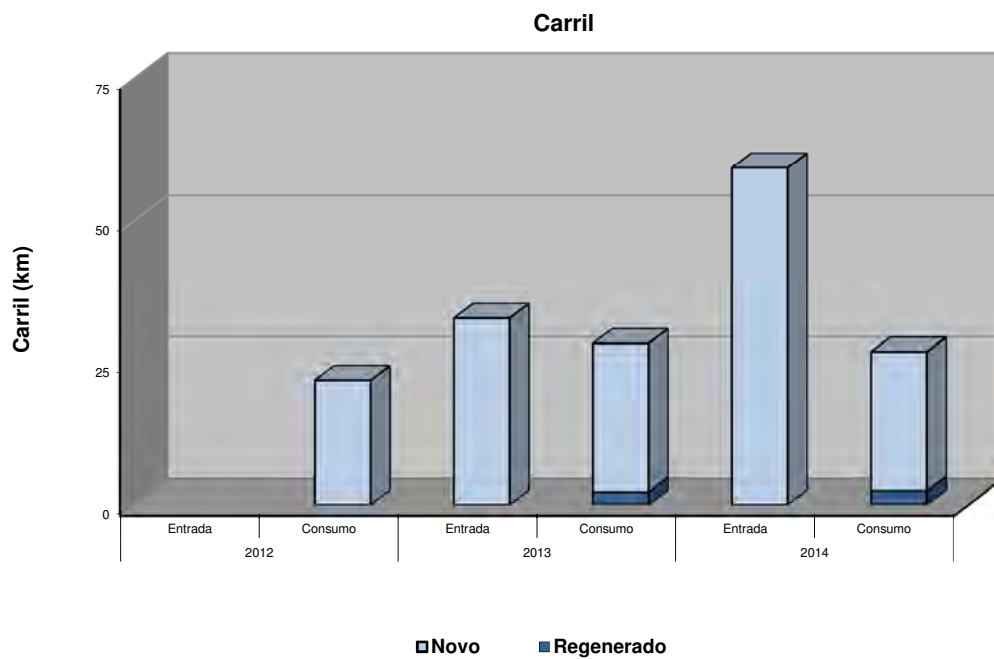
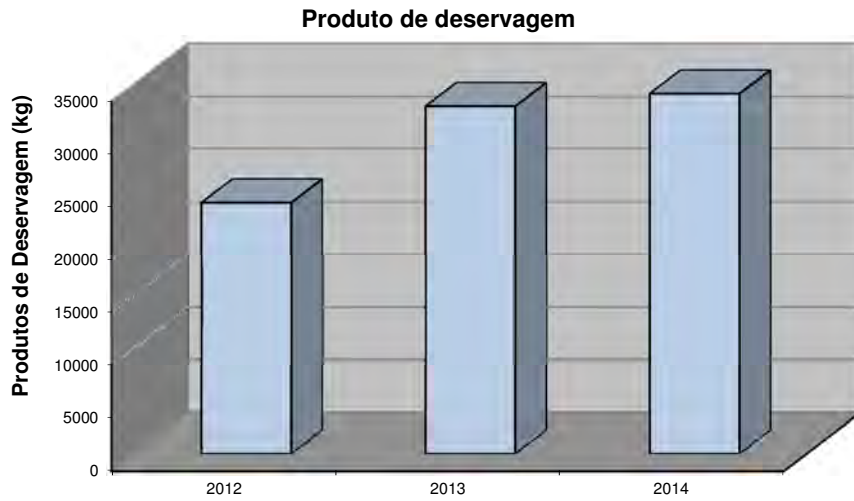
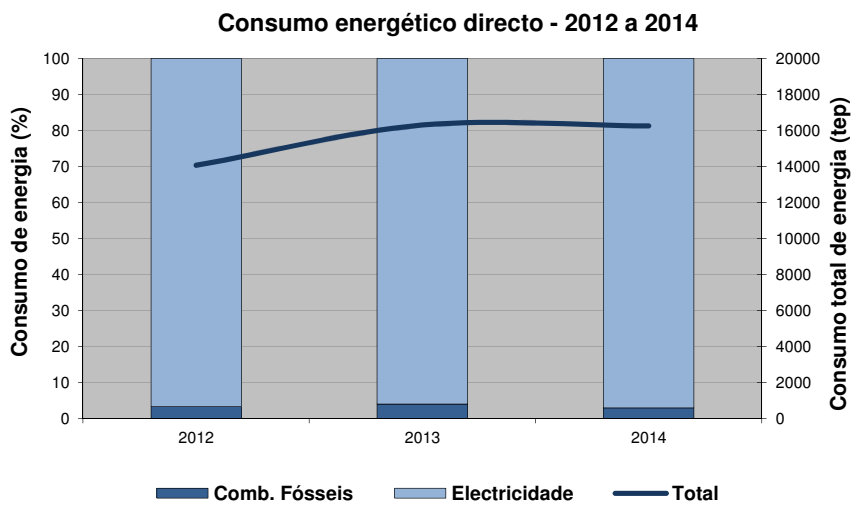


Figura 29 – Evolução do Consumo de Produtos de Deservagem



Energia

Figura 30 – Evolução do Consumo Energético Direto



#### 4.4.3. Emissões, efluentes e resíduos

Quadro 29 – Encaminhamento de Resíduos Valorizáveis

Encaminhamento de Resíduos	Quantidade	Unidades
<b>Resíduos Ferrosos</b>	<b>9.533,92</b>	<b>t</b>
Alienação de resíduos de carril e de outro material ferroso miúdo - SN Seixal - Siderurgia Nacional, SA	6.899,70	t
Alienação de resíduos ferrosos - Estação de Covilhã e Ramal do Fundão	234,28	t
Alienação de resíduos ferrosos - Estação de Nine	381,20	t
Alienação de resíduos ferrosos - Estação de Pampilhosa	206,24	t
Alienação de resíduos ferrosos - Estação de Souselas	41,52	t
Alienação de resíduos ferrosos - Estações de Alfarelos e Verride	257,66	t
Alienação de resíduos ferrosos - Estaleiro Municipal de Fronteira	206,90	t
Alienação de resíduos diversos no CLE - Resíduos ferrosos diversos	1.306,42	t
<b>Resíduos Não Ferrosos</b>	<b>760,47</b>	<b>t</b>
Alienação de resíduos de travessas de betão bibloco - Estações Coimbra/Coimbra B	28,70	t
Alienação de resíduos de travessas de betão bibloco - Estações de Pampilhosa	22,28	t
Alienação de resíduos de travessas de betão bibloco - Estação de Souselas	16,04	t
Alienação de resíduos de travessas de betão bibloco - Estações de Alfarelos e Verride	15,64	t
Alienação de 7 (sete) lotes de resíduos de acumuladores de chumbo (baterias)	29,36	t
Alienação de 3 (três) lotes de resíduos de acumuladores de chumbo (baterias)	39,27	t
Alienação de resíduos diversos no CLE - Resíduos de madeira	37,14	t
Alienação de resíduos diversos no CLE - Resíduos de cabos elétricos (alumínio-aço, s/ bobines)	23,38	t
Alienação de resíduos diversos no CLE - Resíduos de cabos elétricos (cobre, s/ bobine)	168,32	t
Alienação de resíduos diversos no CLE - Resíduos de cobre nu	2,30	t
Alienação de resíduos diversos no CLE - Resíduos de Chumbo	5,30	t
Alienação de resíduos diversos no CLE - Resíduos isoladores cerâmicos com e sem armadura ferrosa	112,92	t
Alienação de resíduos diversos no CLE - Resíduos de borracha e plástico	175,60	t
Alienação de resíduos diversos no CLE - Resíduos diversos de construção e demolição	84,22	t
<b>Venda de Travessas Lote C</b>	<b>12.585</b>	<b>un</b>

Quadro 30 – Reaplicação de Materiais Para Uso Diferente do Original

Reaplicação de materiais de via para uso diferente do original		
Material	Quantidade Total	Unidade
Travessas de Betão Biblibloco	327	un
Carril	473,55	m
Fixação	774	un
Travessas lote B	40	un
Postes de Catenária	5	un
Poste telefone de madeira	3	un
Balastro	500	m³

#### 4.4.4. Ruído

Quadro 31 – GIF e respetiva cobertura com MER

GIT	Extensão [km]	Proporção no total de GIT	Proporção no total de GIT 60k ou	Elaboração do MER
<b>GIT60k</b>				
Linha do Minho (Porto São Bento – Ermesinde)	11,107	2,17%	10,13%	100,00%
Linha do Norte (Lisboa Santa Apolónia – Azambuja)	46,926	9,18%	42,78%	100,00%
Linha de Sintra (Lisboa Rossio – Sintra)	27,223	5,33%	24,82%	100,00%
Linha de Cascais (Lisboa Cais do Sodré – Oeiras)	16,121	3,15%	14,70%	100,00%
Linha de Cintura (Lisboa Campolide – Terminal Técnico de Chelas)	5,135	1,00%	4,68%	100,00%
Concordância de Sete Rios (Sete Rios – Interseção Sintra/Cintura)	3,181	0,62%	2,90%	100,00%
<b>TOTAL GIT60k</b>	<b>109,693</b>	<b>21,50%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>
<b>GIT30k</b>				
Linha do Minho (Ermesinde – Lousado)	17,001	3,33%	4,24%	100,00%
Linha do Douro (Ermesinde – Penafiel)	29,58	5,79%	7,37%	50,00%
Linha do Norte (Azambuja – Porto Campanhã)	289,329	56,61%	72,08%	66,80%
Linha do Oeste (Bifurcação de Meleças – Mira Sintra-Meleças)	2,124	0,42%	0,53%	100,00%
Linha de Cintura (Terminal Técnico de Chelas – Braço de Prata)	2,865	0,56%	0,71%	100,00%
Linha de Cascais (Oeiras – Cascais)	9,246	1,81%	2,30%	100,00%
Linha do Sul (Ponte de Santana – Setúbal)	49,629	9,71%	12,36%	100,00%
Ramal da Lousã (Coimbra B – Coimbra)	1,645	0,32%	0,41%	50,00%
<b>TOTAL GIT30k</b>	<b>401,419</b>	<b>78,50%</b>	<b>100,00%</b>	<b>72,18%</b>

GIT – Grande Infraestrutura de Transporte Ferroviário, nos termos do Decreto-Lei n.º 146/2006, de 31 de julho.

GIT60k - Grande Infraestrutura de Transporte Ferroviário com mais de 60 000 comboios por ano, nos termos do Decreto-Lei n.º 146/2006, de 31 de julho.

GIT30k - Grande Infraestrutura de Transporte Ferroviário com mais de 30 000 comboios por ano e menos de 60 000 comboios por ano, nos termos do Decreto-Lei n.º 146/2006, de 31 de julho.

MER – Mapa Estratégico de Ruído, nos termos do Decreto-Lei n.º 146/2006, de 31 de julho.

**Quadro 32 – Planos de Redução de Ruído – Ponto de Situação**

**Grandes Infraestruturas de Transporte Ferroviário e respetiva cobertura com PRR**

<b>GIT</b>	<b>Elaboração do PRR</b>
<b>GIT60k</b>	
Linha do Minho (Porto São Bento – Ermesinde)	100,00%
Linha do Norte (Lisboa Santa Apolónia – Azambuja)	100,00%
Linha de Sintra (Lisboa Rossio – Sintra)	100,00%
Linha de Cascais (Lisboa Cais do Sodré – Oeiras)	100,00%
Linha de Cintura (Lisboa Campolide – Terminal Técnico de Chelas)	100,00%
Concordância de Sete Rios (Sete Rios – Interseção Sintra/Cintura)	100,00%
<b>TOTAL GIT60k</b>	<b>100,00%</b>
<b>GIT30k</b>	
Linha do Minho (Ermesinde – Lousado)	0,00%
Linha do Douro (Ermesinde – Penafiel)	0,00%
Linha do Norte (Azambuja – Porto Campanhã)	27,10%
Linha do Oeste (Bifurcação de Meleças – Mira Sintra-Meleças)	100,00%
Linha de Cintura (Terminal Técnico de Chelas – Braço de Prata)	100,00%
Linha de Cascais (Oeiras – Cascais)	100,00%
Linha do Sul (Ponte de Santana – Setúbal)	100,00%
Ramal da Lousã (Coimbra B – Coimbra)	0,00%
<b>TOTAL GIT30k</b>	<b>40,10%</b>
<b>TOTAL GIT</b>	<b>53,00%</b>

**Quadro 33 – Reclamações de ruído, desde 2003 por linha**

<b>Ordem</b>	<b>Concelho</b>	<b>Proporção do total</b>
<b>1</b>	Linha de Sintra	30,32%
<b>2</b>	Linha do Norte	27,74%
<b>3</b>	Linha de Cintura	12,90%
<b>4</b>	Linha do Minho	6,88%
<b>5</b>	Linha do Sul	6,67%
<b>6</b>	Linha de Cascais	6,45%
	<b>Restantes</b>	9,03%
	<b>TOTAL</b>	<b>100,00%</b>

**Quadro 34 – Reclamações de ruído desde 2003 por concelho**

Ordem	Concelho	Proporção do total
<b>Ordem</b>	Concelho	Proporção do total
	1 Lisboa	26,02%
	2 Sintra	17,63%
	3 Vila Nova de Gaia	10,11%
	4 Amadora	6,88%
	5 Oeiras	6,02%
	6 Maia	4,09%
<b>Restantes</b>		29,25%
<b>TOTAL</b>		100,00%

**Quadro 35 – Reclamações de ruído, desde 2003 por tipo de ruído**

Ordem	Tipo de Ruído	Proporção do total
<b>Ordem</b>	Tipo de Ruído	Proporção do total
	1 Circulação	62,47%
	2 Campanha PN	9,03%
	3 Buzina	6,65%
	4 Trabalhos Ferroviários	6,65%
	5 Sistema de Informação ao Público	4,99%
	6 Manobras	4,28%
<b>Restantes</b>		5,94%
<b>TOTAL</b>		100,00%

**Quadro 36 – Medidas de Redução de Ruído (até 31/12/2014)\***

Medida		
Eletrificação da Rede	1643,778 km de 2811,937 km	59% da rede com exploração 100% das GIT
Via com barra longa soldada (BLS)	2270,124 km de 2811,937 km 489,486 km em 511,112 km	81% da rede com exploração 96% das GIT
Utilização de Material Circulante pouco ruidoso (Esta medida é da responsabilidade exclusiva dos Operadores Ferroviários)		Parcialmente em 121 km  24% das GIT
Lubrificadores Fixos de Via (específico para ruído)		1 unidade 1 unidade em GIT
Barreiras Acústica		64,5 km 49,5 km em GIT

(\* ) Neste momento está em estudo a aplicação de medidas de redução de ruído em 123 km de via-férrea (123 km em GIT).



RELATÓRIO DE GESTÃO  
Demonstrações Financeiras  
Governo Societário  
e Sustentabilidade

**2014**

**PARTE V**  
RELATÓRIO DOS ÓRGÃOS  
DE FISCALIZAÇÃO



**RELATÓRIO ANUAL E PARECER DO  
CONSELHO FISCAL  
SOBRE O  
RELATÓRIO E CONTAS SEPARADAS DE 2014  
DA  
REDE FERROVIÁRIA NACIONAL – REFER, EPE**

**Rede Ferroviária Nacional-REFER,  
E.P.E.**

Criada pelo D.L. n.º 104/97 de 29.04, alterado e republicado pelo D.L. n.º 141/2008 de 22.07  
Sede: Estação de Santa Apolónia, 1100-468 Lisboa  
N.º Único de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa e NIPC 503 933 813

**CONSELHO FISCAL**

## ***1. INTRODUÇÃO***

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias e no mandato que nos foi conferido, vem o Conselho Fiscal apresentar o presente Relatório e Parecer sobre Relatório de Gestão e os restantes documentos de prestação de contas separadas da Rede Ferroviária Nacional – REFER, EPE (REFER), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

As contas consolidadas serão objeto de Relatório e Parecer separados.

O CF teve ainda em conta as competências que lhe advêm do n.º 1 do artigo 33º do Regime Jurídico de Sector Público Empresarial (SPE), aprovado pelo Decreto-Lei (DL) n.º 133/2013, de 3 de outubro, do disposto no Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo DL n.º 158/2009, de 13 de julho, do artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, diploma que aprovou medidas adicionais de consolidação orçamental, da Lei do Orçamento de Estado para 2015 (LOE2015), aprovada pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, e ainda das orientações tutelares ao longo do exercício.

## ***2. METODOLOGIA ADOTADA***

O método adotado consistiu na aposta de cooperação estreita, franca e leal entre o Conselho de Administração (CA) da REFER, o CF e o ROC, bem expresso na pronta disponibilização de informação, bem como na imediata prestação dos esclarecimentos solicitados.

De acordo com o modelo de fiscalização decorrente do artigo 413º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e os Estatutos da Rede Ferroviária Nacional – REFER, EPE (REFER), que contemplam, além do Conselho Fiscal (CF), o Revisor Oficial de Contas (ROC), estes órgãos mantiveram e desenvolveram um entendimento de cooperação mútua, com respeito pela independência e responsabilidade próprias, cooperação essa que envolveu a troca de informações e de posições técnicas.

## ***3. ATIVIDADE DESENVOLVIDA***

O presente Conselho Fiscal, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 10.º dos Estatutos da REFER, EPE, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 104/97, de 29 de abril, alterados e republicados pelo Decreto-Lei n.º 141/08, de 22 de julho, foi nomeado por Despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e do Setor dos Transportes, datado de 29 de maio de 2013.

O anterior Presidente do Conselho Fiscal, Dr. Carlos António Lopes Pereira, pediu a renúncia ao seu cargo em 17 de janeiro de 2014, tendo a mesma produzido efeitos a 28 de fevereiro de 2014, tendo o Dr. José Emílio Castel - Branco sido nomeado Presidente deste Conselho por Despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e do Setor dos Transportes, datado de 21 de julho de 2014.

No âmbito do processo de encerramento de contas, o Conselho Fiscal examinou as demonstrações financeiras separadas da REFER e correspondente Anexo, do exercí-

*RP6*  
*F*

**Rede Ferroviária Nacional-REFER,  
E.P.E.**

Criada pelo D.L. n.º 104/97 de 29.04, alterado e republicado pelo D.L. n.º 141/2008 de 22.07  
Sede: Estação de Santa Apolónia, 1100-468 Lisboa  
N.º único de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa e NIPC 503 933 813

**CONSELHO FISCAL**

cio de 2014, bem como o Relatório de Gestão, o Relatório de Governo da Sociedade e o Relatório de Sustentabilidade referente a 2014.

Procedeu-se igualmente à análise da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria das Contas Separadas emitido pelo ROC; Sociedade P. Matos Silva, Garcia Jr.. P. Caiado & Associados, SROC n.º44, representada pelo seu sócio João Paulo Raimundo Henriques Ferreira, em 31 de março de 2015.

Tendo em conta o modelo organizacional da REFER, designadamente a presença do CA, como órgão colegial, na orientação estratégica e operacional da Empresa e na decisão e monitorização dos impactos das decisões, o CF analisou as atas do CA, apreciou os documentos de reporte periódico da Sociedade, nomeadamente, relatórios de execução orçamental (trimestrais) e relatórios financeiros e estatísticos, reuniu com o órgão de auditoria interna, acompanhou a evolução dos principais indicadores de atividade e económicos, nomeadamente quanto à sua consistência com as orientações estratégicas definidas pelo acionista Estado, tendo ainda elaborado, em conjunto com o ROC, os relatórios trimestrais que versaram sobre relatórios do CA com a mesma periodicidade e que apresentou à tutela financeira e ao CA, nos termos dos normativos em vigor.

#### ***4. PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES***

##### **4.1. Modelo global de gestão**

Durante o exercício de 2014 o CA foi composto pelo Presidente, pelo Vice-presidente e por três vogais, com competências distribuídas por pelouros.

Na linha da prática já assumida pelo CA, este órgão social intervém de uma forma geral em toda a atividade estratégica, operacional e de controlo dos negócios da empresa. As suas decisões são em geral amparadas por propostas dos administradores responsáveis pelos respetivos pelouros, não sendo identificáveis elementos distintos de desempenho qualitativos ou quantitativos que permitam diferenciar qualitativa ou quantitativamente o mérito individual de cada um dos administradores, num desempenho que é globalmente de rigor, qualificado e muito positivo, sendo de atribuir a todos a nota de elevado desempenho, baseado no espírito de equipa dos membros do CA.

O exercício de 2014 agora apreciado foi influenciado significativamente pelas incidências que a situação económica, financeira e orçamental vivida no país projetou na REFER, com relevo para a imposição de cortes salariais, decisões judiciais, apoio financeiro do acionista.

Nesse contexto, o CA persistiu com o plano de contenção, nas várias componentes dos custos da empresa, contemplando as medidas restritivas da Lei do Orçamento de Estado para a Administração Pública e para o Sector Público Empresarial, às quais a REFER deu integral cumprimento.

**CONSELHO FISCAL**

## **4.2. Cumprimento das obrigações legais do SPE**

O CF, conforme estipulado no artigo 420º do CSC, acompanhou, em articulação com o ROC, a gestão e a atividade desenvolvida pela sociedade através da leitura das atas das reuniões do Conselho de Administração e de reuniões com a Administração e demais responsáveis pelos serviços, nas quais foram abordados assuntos de interesse para a sociedade, podendo assim emitir o parecer e conclusão expressos neste documento.

### **4.2.1. Cumprimento das reduções remuneratórias previstas na da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.**

De acordo com os documentos de prestação de contas elaborados pela empresa, foram cumpridas as reduções remuneratórias relativamente aos órgãos sociais e aos restantes trabalhadores, conforme estabelecido pelo artigo 33º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, diploma que aprovou a Lei de Orçamento de Estado para 2014.

### **4.2.2. Aferição do cumprimento da exigência constante no n.º 1 do artigo 54º do RJSPE.**

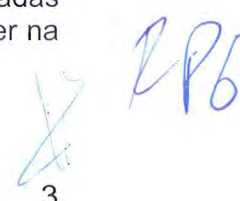
A REFER apresentou o Relatório de Boas Práticas de Governo Societário adotadas em 2014, de onde constam:

- a) As obrigações e responsabilidades das empresas do sector público empresarial, designadamente as constantes dos artigos 43º a 50º do RJSPE - de divulgação de informação;
- b) Prevenção de conflitos de interesse, através de declarações de independência de cada um dos membros do CA;
- c) Divulgação, no sítio na internet da REFER, de informações que, nos termos do RJSPE, estão sujeitas a divulgação pública.

## **4.3. Avaliação do cumprimento das instruções emanadas pelo acionista**

As instruções do acionista foram comunicadas à REFER pelo ofício circular n.º 1212 da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, datado de 27 de fevereiro de 2015.

Neste contexto foi verificado o cumprimento destas instruções, sendo de relevar os seguintes aspetos do Relatório de Gestão, das Demonstrações Financeiras Separadas e do Governo Societário de 2014, que segue estas orientações quer na forma quer na substância:



**Rede Ferroviária Nacional-REFER,  
E.P.E.**

Criada pelo D.L. n.º 104/97 de 29.04, alterado e republicado pelo D.L. n.º 141/2008 de 22.07  
Sede: Estação de Santa Apolónia, 1100-468 Lisboa  
N.º Único de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa e NIPC 503 933 813

**CONSELHO FISCAL**

- Enquadrado no âmbito do disposto no artigo 420.º do CSC, por remissão do disposto no n.º 3 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, declara-se que, tanto quanto é do conhecimento deste Conselho Fiscal, a REFER deu cumprimento às orientações legais vigentes para o SEE, designadamente, o cumprimento das reduções remuneratórias previstas na Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro e a Lei n.º 75/201, de 12 de setembro, quer ao nível dos órgãos de gestão, quer ao nível dos trabalhadores;
- Em termos de gestão do risco financeiro, a REFER liquidou em janeiro de 2014 o último swap. A taxa média de financiamento da empresa diminuiu de 3,43% em 2013 para 3,23% em 2014, tendo a empresa respeitado o disposto na Lei do OE/2014, que estabelecia um limite para o acréscimo de endividamento remunerado corrigido pelos aumentos de capital de 4% para 2014 (valor verificado de 4%);
- O prazo médio de pagamento a fornecedores diminuiu de 35 dias em 2013 para 27 dias em 2014, cumprindo o disposto no DL n.º 62/2013, de 10 de maio, que estabelece o limite de 30 dias;
- O Relatório em causa refere o cumprimento da legislação aplicável aos órgãos sociais e trabalhadores em relação às reduções das remunerações legalmente exigidas;
- O Conselho Fiscal evidencia a política de aprovisionamento de bens e serviços adotada pela REFER, nomeadamente através da adesão em 2011 ao Sistema Nacional de Compras Públicas;
- Nos termos das instruções para a elaboração dos IPGs de 2014, comunicadas por ofício n.º 7035, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, datado de 21 de novembro de 2013, e do ofício n.º 819, de 12 de fevereiro de 2014 destaca-se que:
  - O Plano de Redução de Custos permitiu a redução dos Gastos com Pessoal, CMVC e FSE em 27%, face a 2010, ultrapassando o estabelecido no artigo 61.º da Lei n.º 83-C/2013 (Lei OE);
  - Os gastos com deslocações aumentaram 61% face a 2013, mas decorrentes do processo de internacionalização;
  - As despesas com comunicações diminuíram 22% face a 2013;
  - A empresa procedeu a uma redução do número de trabalhadores superior a 3% face ao final de 2012;
  - A REFER, de acordo com o Relatório e Contas de 2014, cumpriu apenas parcialmente com o princípio da unidade de tesouraria do Estado, tendo para o efeito pedido a dispensa das situações excecionais ocorridas e tendo sido entregue à DGO os proveitos das aplicações financeiras colocadas fora do IGCP.

**Rede Ferroviária Nacional-REFER,  
E.P.E.**

Criada pelo D.L. n.º 104/97 de 29.04, alterado e republicado pelo D.L. n.º 141/2008 de 22.07  
Sede: Estação de Santa Apolónia, 1100-468 Lisboa  
N.º único de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa e NIPC 503 933 813

**CONSELHO FISCAL**

#### **4.4. Áreas específicas**

O relatório do CA desenvolve com abrangência, fidelidade, profundidade e acessibilidade a evolução das áreas específicas da vida da Sociedade, o que facilita a compreensão dos resultados do desempenho anual. Essas áreas abrangem, o serviço prestado, os recursos humanos, recursos materiais e tecnologias, recursos financeiros, resultados económicos, governo societário.

#### **5. ACOMPANHAMENTO E CONTROLO**

A REFER dispõe de uma unidade segregada de controlo interno designada como Auditoria Interna.

A REFER dispõe de um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, credível, de uma norma específica para definir a atividade de seleção, avaliação e qualificação de fornecedores de bens e serviços, disponibilizou no seu site na Internet informação com impacto no capítulo da transparência e apresenta um modelo de gestão e pratica um processo de decisão (como supra descrito), ele próprio portador de transparência e indutor de boas práticas.

O ROC, único auditor externo, acompanhou os negócios e registos da REFER, articulando a sua atividade com o CF nos termos acima referidos, produziu relatórios trimestrais em conjunto com o CF e o seu qualificado e abrangente relatório anual, bem como a certificação legal das contas do exercício de 2014. Dirigiu ainda o ROC, ao CF a declaração conforme ao artigo 62º-B do Estatuto da Ordem dos ROC, aprovado pelo DL n.º 224/2008, de 20 de novembro, relativo ao trabalho de auditoria às contas de 2014 da REFER.

#### **6. ATIVIDADE**

A atividade da REFER tem duas componentes: a Gestão de Infraestruturas e Investimentos em Infraestruturas de Longa Duração (ILD).

Ao nível da Gestão Infraestrutura sublinham-se os seguintes aspetos:

- A quantificação da circulação de comboios é medida em milhões de comboios/Km (cK). Este indicador cifrou-se em 36,923 milhões cK, ou seja de 0,971 milhão de cK superior a 2013. Os principais operadores são a CP no segmento dos passageiros e CP Carga no segmento das mercadorias, sendo que a circulação de comboios de ambos os segmentos aumentaram.

#### CONSELHO FISCAL

- Face a este aumento de atividade os proveitos resultantes da taxa de utilização da infraestrutura aumentaram de cerca de 73,929 milhões de euros (em 2013) para cerca de 76,563 milhões de euros em 2014;
- Quanto ao nível de serviço o indicador mais relevante é a pontualidade cujo índice se manteve em 85% de 2013 para 2014;
- A segurança da Rede Ferroviária é um aspeto fundamental da atividade da REFER, pelo que se vê com preocupação o aumento dos incidentes significativos para 50 (valor provisório a retificar face aos registos de IMT) em 2014. O índice de segurança em 2014 piorou face a 2013, que com os dados disponíveis é de 1,344 acidentes significativos por milhões cK;

Ao nível do investimento sublinham-se os seguintes aspetos:

- O volume global de investimento cifrou-se em cerca de 102,7 milhões de euros;
- O valor previsto de investimento era de 77,6 milhões de euros, ou seja a taxa de realização foi de 132%, devido, essencialmente, à transferência dos terminais ferroviários da CP Carga (cerca de 62,8 milhões de euros).

#### **7. APRECIÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

O Conselho Fiscal verificou que as Demonstrações Financeiras separadas da REFER foram elaboradas de acordo com o estabelecido nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia.

A adoção das IFRS na apresentação das demonstrações financeiras está de acordo com a exigência associada à emissão por esta empresa de valores mobiliários, nomeadamente, obrigações cotadas em mercado regulamentado.

Em resultado da análise efetuada às demonstrações financeiras e respetivo anexo do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, destacam-se os seguintes aspetos:

- A REFER realizou aumentos de capital em numerário e em espécie no montante de cerca de 1.034,8 milhões de euros em 2014.
- A GIL – Gare Intermodal de Lisboa, S.A., passou a ser detida a 100% pela REFER. Mais se refere que, a valorização deste Ativo da REFER é nula, uma vez que os suprimentos foram contabilizados na totalidade como imparidades, face ao risco de crédito dos saldos a receber desta entidade.
- Releva-se como importante a diminuição das rubricas de clientes, nomeadamente as dívidas resultantes do não pagamento da Taxa de Uso pela CP, que foram regularizadas no final de 2014.
- A Demonstração da Posição Financeira apresenta um valor global do Ativo de 5.553.494 mil euros sendo que só na rubrica relativa aos ILD está contabilizado um saldo a receber do concedente no montante de 5 254 047 mil

#### CONSELHO FISCAL

euros, ou seja mais 284 milhões de euros que em 2013, não obstante o esforço que o acionista Estado realizou na recapitalização da empresa.

- O EBITDA registou uma melhoria significativa atingindo um valor positivo de cerca de 1 milhão de euros que compara com cerca de 24 milhões negativos no ano anterior.
- O resultado operacional não refletiu esta evolução positiva por força das imparidades registadas que aumentaram mais de 32 milhões de euros entre 2014 e 2013 devido ao impacto da operação de aquisição da GIL que incluiu os empréstimos dos anteriores acionistas; Metro de Lisboa e Parque Expo.
- Quer a Demonstração de Resultados quer a Demonstração do Rendimento integral apresentam idêntico resultado negativo, no montante de 89.065 mil euros em 2014.
- A atual estrutura financeira da REFER, ainda desequilibrada, tenderá a melhorar na medida em que a empresa, à semelhança do verificado em 2014 continue a beneficiar de reforços de capital por parte do acionista e nomeadamente para financiar a amortização da dívida de terceiros sobretudo sendo através de endividamento de médio e longo prazo.

#### **8. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

É opinião da SROC que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes a posição financeira da REFER, não tendo expressado qualquer reserva, o que mereceu o nosso acordo. Este documento confirma o cumprimento de requisitos legais associados às exigências constantes no artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários na elaboração do Relatório do Governo das Sociedades.

A certificação legal das contas emitida pelo ROC apresenta as seguintes ênfases:

- “Em 31 de dezembro de 2014 a empresa apresenta capitais próprios negativos de 1.032.919 milhares de euros. Não obstante a empresa ter vindo a apresentar uma melhoria dos seus resultados operacionais desde 2011, na sequência na sequência de medidas de racionalização dos seus encargos de estrutura e funcionamento, impostas através das Leis de Orçamento de Estado e orientações proferidas pelas Tutelas, o financiamento das suas atividades e de investimento futuras está dependente da continuação dos apoios financeiros do acionista – Estado Português, representado pelos Ministérios das Finanças e da Economia”.
- “Conforme divulgado na nota 21. do Anexo, e como é do conhecimento público, estão ainda a decorrer os trabalhos prévios para a concretização da fusão entre a REFER e a E.P. – Estradas de Portugal, S.A. (“E.P.”), por incorporação da EP na REFER, no âmbito do Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas de Portugal (“I.P.”).”



#### CONSELHO FISCAL

- De acordo com esta afirmação o capital próprio negativo não impede a prossecução da atividade da empresa, no entanto deverá ter-se em conta o disposto no n.º 3 do artigo 35.º do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro.
- “Em 31 de dezembro de 2014 a GIL – Gare Intermodal de Lisboa, S.A. (“GIL”), na qual a Empresa detém uma participação financeira de 100% (33,65% em 2013), apresenta capitais próprios negativos de cerca de 13,4 milhões de euros, recorrendo, anualmente, a suprimentos dos acionistas. Conforme descrito na Nota 5.7. do anexo, em 31 de dezembro de 2014, a totalidade dos suprimentos concedidos à GIL, de cerca 56,1 milhões de euros (19,1 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013), foram integralmente ajustadas por imparidade.”
- O Conselho Fiscal considera esta contabilização adequada.
- “Conforme divulgado na nota 5.16 do Anexo, em 2014 a Empresa reconheceu ativos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais dedutíveis em exercícios futuros, de cerca de 22,3 milhões de euros. Este reconhecimento foi efetuado no pressuposto de que, no âmbito do processo de fusão em curso, os lucros tributáveis estimados para o exercício de 2015 e seguintes permitirão utilizar aqueles prejuízos fiscais.”

#### **9. PARECER**

- O Relatório e Contas de 2014 apresentado pelo Conselho de Administração da Rede Ferroviária Nacional – REFER, EPE;

O CF tomou conhecimento da Certificação Legal das Contas realizada pela SROC os quais merecem a nossa concordância.

O CF analisou as demonstrações financeiras preparadas em conformidade com os princípios geralmente aceites em Portugal, tendo concluído que tais elementos transmitem a verdadeira situação patrimonial e financeira da REFER a 31 de dezembro de 2014 e o modo como se formaram os resultados do exercício findo naquela data.

No âmbito das nossas funções, verificamos que, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração das alterações no capital próprio e o correspondente anexo, apresentados pela REFER, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Sociedade, dos seus resultados e fluxos de caixa.

O Relatório e Contas de 2014 é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade, evidenciando os aspetos mais significativos e cumprindo as instruções divulgadas pela DGTF.

Este Conselho Fiscal emite o seguinte Parecer, sem prejuízo da análise feita por este órgão às Ênfases contantes na Certificação Legal de Contas, nomeadamente a referência ao capital próprio negativo e ao disposto no n.º 3 do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro:

**Rede Ferroviária Nacional-REFER,  
E.P.E.**

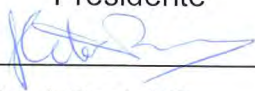
Criada pelo D.L. n.º 104/97 de 29.04, alterado e republicado pelo D.L. n.º 141/2008 de 22.07  
Sede: Estação de Santa Apolónia, 1100-468 Lisboa  
N.º único de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa e NIPC 503 933 813

**CONSELHO FISCAL**

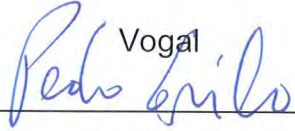
- Seja aprovado o Relatório e Contas separadas, relativo ao exercício de 2014 apresentado pelo Conselho de Administração da REFER;
- Seja aprovada a proposta, apresentada pelo Conselho de Administração da Rede Ferroviária Nacional – REFER, EPE, de aplicação integral dos Resultados Líquidos apurados no exercício, no valor negativo de 89.065.163,17 euros, na conta de Resultados Acumulados, a qual se encontra em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

Lisboa, 6 de abril de 2015

***O Conselho Fiscal***

Presidente  
  
\_\_\_\_\_  
(José Castel-Branco)

Vogal  
  
\_\_\_\_\_  
(Pedro Ventura)

Vogal  
  
\_\_\_\_\_  
(Pedro Grilo)



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

### INTRODUÇÃO

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e nas demonstrações financeiras separadas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, da **Rede Ferroviária Nacional - REFER, E.P.E.** ("Empresa"), as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2014 (que evidencia um total do activo de 5.553.494 milhares de euros e um total de capital próprio negativo de 1.032.919 milhares de euros, o qual inclui um resultado líquido negativo de 89.065 milhares de euros), as Demonstrações dos Resultados, do Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes notas anexas.

### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:

- a) a preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia ("IFRS"), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa;
- b) que a informação financeira histórica preparada de acordo com as IFRS seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
- c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
- d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
- e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.



3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

## ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:

- a) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- b) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- c) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações;
- d) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
- e) a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.



## OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Rede Ferroviária Nacional - REFER, E.P.E.**, em 31 de Dezembro de 2014, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as IFRS, tal como adoptadas pela União Europeia, e a informação nelas constantes é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4. acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

## ÊNFASES

Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:

8. Em 31 de Dezembro de 2014 a Empresa apresenta capitais próprios negativos de 1.032.919 milhares de euros. Não obstante a Empresa ter vindo a apresentar uma melhoria dos seus resultados operacionais desde 2011, na sequência de medidas de racionalização dos seus encargos de estrutura e funcionamento, impostas através das Leis de Orçamento do Estado e de orientações proferidas pelas Tutelas, o financiamento das suas atividades operacionais e de investimento futuras está dependente da continuação dos apoios financeiros do accionista Estado.

Conforme divulgado na nota 21. do Anexo, e como é do conhecimento público, estão ainda a decorrer os trabalhos prévios para a concretização da fusão entre a REFER e a E.P. - Estradas de Portugal, S.A. ("EP"), por incorporação da EP na REFER, no âmbito do Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (PETI3), o qual prevê a redenominação da REFER em Infraestruturas de Portugal ("IP").

9. Em 31 de Dezembro de 2014 a GIL - Gare Intermodal de Lisboa, S.A. ("GIL"), na qual a Empresa detém uma participação financeira de 100% (33,65% em 2013), apresenta capitais próprios negativos de cerca de 38,9 milhões de euros (ajustados para efeitos IFRS), recorrendo, anualmente, a suprimentos dos accionistas. Conforme descrito na nota 5.7. do Anexo, em 31 de Dezembro de 2014, a totalidade dos suprimentos concedidos à GIL, de cerca de 56,1 milhões de euros (19,1 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2013), foram integralmente ajustados por imparidade.

10. Conforme divulgado na nota 5.16 do Anexo, em 2014 a Empresa reconheceu activos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais dedutíveis em exercícios futuros, de cerca de 22,3 milhões de euros. Este reconhecimento foi efectuado no pressuposto de que, no âmbito do processo de fusão em curso, os lucros tributáveis estimados para o exercício de 2015 e seguintes permitirão utilizar aqueles prejuízos fiscais.



P. MATOS SILVA,  
GARCIA JR., P. CAIADO  
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

11. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o Relatório do Governo das Sociedades inclui os elementos exigíveis à Empresa nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 31 de Março de 2015

P. Matos Silva, Garcia Jr., P. Caiado & Associados  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por

João Paulo Raimundo Henriques Ferreira, R.O.C.

Rede Ferroviária Nacional REFER EPE

Estação de Santa Apolónia - Largo dos Caminhos-de-ferro  
1149-093 LISBOA | PORTUGAL

[www.refer.pt](http://www.refer.pt)

Capital Social 1 486 000 000 euros

NIF 503 933 813